



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ANA PAULA RODRIGUES DA COSTA

**LUGAR E MEMÓRIA: NARRATIVAS DA TRAJETÓRIA DO BANDO DOS
MARCELINOS EM BARBALHA – CE**

GOIÂNIA

2020

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:


Nome completo do autor: Ana Paula Rodrigues da Costa

Título do trabalho: Lugar e memória: narrativas da trajetória do bando dos Marcelinos em Barbalha-CE

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:



Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 29/02/2020

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o(a) autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

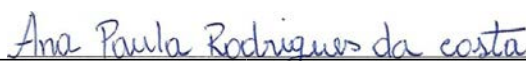
Nome completo do(a) autor(a): Ana Paula Rodrigues da Costa

Título do trabalho: Lugar e memória: narrativas da trajetória do bando dos Marcelinos em Barbalha - CE.

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento **SIM** **NÃO**¹

Independente da concordância com a disponibilização eletrônica, é imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.



Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² As assinaturas devem ser originais sendo assinadas no próprio documento. Imagens coladas não serão aceitas.

Ana Cristina da Silva

Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 18 /03 /2021

ANA PAULA RODRIGUES DA COSTA

**LUGAR E MEMÓRIA: NARRATIVAS DA TRAJETÓRIA DO BANDO DOS
MARCELINOS EM BARBALHA – CE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo), do Instituto de Estudo Socioambiental (IESA), da Universidade Federal de Goiás (UFG), sob orientação da Prof.^a Dr.^a Ana Cristina da Silva. Área de Concentração: Natureza e Produção do Espaço. Linha de pesquisa: Dinâmica socioespacial.

GOIÂNIA

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Costa, Ana Paula Rodrigues da
Lugar e memória: [manuscrito] : narrativas da trajetória do bando dos Marcelinos em Barbalha-CE / Ana Paula Rodrigues da Costa. - 2020.
CCIX, 209 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Ana Cristina da Silva.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2020.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.
Inclui siglas, fotografias, lista de figuras.

1. Lugar. 2. Memória. 3. Narrativas. 4. Geografia do Cangaço. 5. Bando dos Marcelinos. I. Silva, Ana Cristina da, orient. II. Título.

CDU 911.3



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 2 da sessão de Defesa de Dissertação de Ana Paula Rodrigues da Costa, que confere o título de Mestra em Geografia, na área de concentração em Natureza e Produção do Espaço.

Aos vinte dias do mês de janeiro de dois mil e vinte, a partir das 14 horas na Sala B-15 do IESA, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada “Lugar e memória: narrativas da vida cangaceira do Bando dos Marcelinos em Barbalha – CE”. Os trabalhos foram instalados pela Orientadora, Professora Doutora Ana Cristina da Silva (IESA-UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor Josier Ferreira da Silva - (DEGEO-URCA), membro titular externo; Professor Doutor Eguimar Felício Chaveiro, membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca não fizeram sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pela Professora Doutora Ana Cristina da Silva, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos vinte dias do mês de janeiro de dois mil e vinte.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

Lugar e memória: Narrativas da trajetória do Bando dos Marcelinos em Barbalha- CE



Documento assinado eletronicamente por **Ana Cristina Da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 27/01/2020, às 10:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eguimar Felício Chaveiro, Professor do Magistério Superior**, em 27/01/2020, às 20:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSIER FERREIRA DA SILVA, Usuário Externo**, em 04/02/2020, às 11:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1104467** e o código CRC **046988DA**.

Dedico este trabalho ao meu filho ou minha filha. Não conheci seu rostinho, mas o amor será sempre incondicional.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela caminhada trilhada até o momento, símbolo de persistência e de muitos créditos de pessoas incríveis das quais tenho muita gratidão, e pela dádiva da construção deste trabalho que é também um sonho realizado.

A missão da gratidão, no entanto, não é algo simples de expressar por meio de palavras. Há tanta gente a quem devo este sentimento que, quantas páginas fossem necessárias, eu dedicaria para escrever, mesmo sabendo que correria o risco de esquecer alguém. Agradeço de todo o coração a minha família pelo auxílio e pela força durante todo esse tempo. Para expressar essa gratidão, vem a minha mente o período da infância, da adolescência que vivemos e compartilhamos tantas alegrias, amores, desejos e dificuldades.

Meus queridos pais, Maria e Raimundo, obrigada pela educação que me proporcionaram, pelo amor e pela confiança que sempre depositaram em mim e em minhas irmãs. Podem ter certeza de que o berço onde nasci é mais que significativo para a minha caminhada. As vezes que fomos para a roça plantar grãos, limpar a roça, deixar almoço para os trabalhadores, colher o alimento depois de florescido, sentar na calçada para a desbulha do feijão, todos esses momentos e tantos outros dos quais vivenciamos me soam com muito orgulho e saudade.

Os momentos marcam nossa vida e tenho muita saudade do tempo que tínhamos que acordar cedinho aos sábados e domingos para varrer o terreiro, esperar à tardinha para o sol “baixar” para buscar água com latas na cabeça, as vezes que voltávamos da escola no período do inverno e nem íamos para casa, passávamos direto para tomar banho de rio. Tantas idas ao açude para lavar roupa. Quantas mulheres à beira do açude a conversar e as crianças a estenderem as roupas nas “pedras” e nas coivaras.

Foi cada momento assim que me constituiu. Cada palavra proferida, cada esforço para não deixar a mim e a minhas irmãs sem frequentar a escola, cada dia que cedinho acordavam para que nós não fôssemos à escola em jejum, obrigada. Obrigada por me colocarem no terreiro e me fazerem ler o jornal dominical para ter certeza de que eu sabia ler outras leituras que não fosse a do livro didático. Obrigada por deixarem a lamparina acesa à noite por mais tempo para podermos estudar e brincar e como era divertido, até mesmo limpar o nariz no outro dia que ficava preto por inalar a fumaça da lamparina. Pai, obrigado por balançar minha rede nas noites de insônia ou de medo, após ouvir as histórias de “trancoso” no terreiro de casa ao pé da fogueira.

Nunca esquecerei, mãe, de suas palavras de incentivo para que eu, ao terminar o ensino médio, fosse embora para estudar, cursar ensino superior. Aquele abraço pela madrugada na minha partida para Juazeiro do Norte ainda está dentro de mim, com aquele mesmo calor, com aquele mesmo amor. Não esqueço suas palavras a cada despedida: “a estrada é estreita para ir, mas é muito larga para voltar”. A saudade de deixar tudo e todos para trás e caminhar em busca de dias melhores ainda me marca profundamente. Hoje, onze anos depois daquela despedida, ainda retorno para visitá-los com a mesma saudade.

Irmãs queridas, Marivam e Ana Maria, obrigada por terem sido minhas primeiras educadoras. Obrigada pela oportunidade ao ensinar-me os primeiros códigos da alfabetização. Obrigada por terem me acompanhado por todo o percurso, por não terem me deixado fora do processo educacional mesmo sem eu poder frequentar a escola, por terem repassado seus saberes. Obrigada ainda pelos dois anjos (sobrinhos) que me presentearam. Amo muito vocês!

Obrigada pela confiança, apoio e inspiração, aos mestres que marcaram minha vida de forma singular na caminhada do processo educacional referente ao ensino básico: Francilda Rodrigues, Ioneide Moura, Caetano, Erich Lopes, Maria Henrique, Socorro Nicolau. Obrigada aos mestres do ensino superior: Tancredo Lobo, Tolovi, Amanda, João Cesar, Roberta Piancó, Josier Ferreira.

Gratidão pelos saberes partilhados no Grupo de Estudos em Geografia Agrária, na pessoa da coordenadora Roberta Piancó que, além de ser uma profissional dedicada, é amiga de todos, professora, orientadora e parceira de trabalho – muito obrigada, minha amiga. Aos amigos que estiveram comigo simbolicamente nessa morada temporária em Goiânia: Jeferson Alves, Francijone Nepomuceno, Antônio Marcos, Francisco Duarte (Fanco), grata pelo incentivo e pela força; vocês foram um auxílio fundamental nesse período.

Agradeço à Lindicassia Nascimento, minha guia e amiga nesse período da pesquisa, que me acompanha desde o início de 2018 e, desde então, é minha parceira de caminhada, que tantas vezes deixou seus afazeres para me acompanhar nas comunidades para conhecer, conversar e entrevistar os sujeitos da pesquisa. A você, poetisa, minha mais singela, gratidão por me acompanhar em vários momentos da pesquisa, por me inserir nas atividades do Grupo de Mulheres da Economia Solidária de Barbalha e da Sociedade dos Poetas de Barbalha, muito obrigada!

Obrigada ao poeta Francisco de Assis (Tiquim) pelas relevantes informações prestadas para a pesquisa, pela ajuda e pelo envolvimento no campo de pesquisa. Obrigada ao professor Rafael Lima, que não mediu esforços para me acompanhar, localizar os sujeitos da pesquisa e

me auxiliar em campo. Obrigada pela atenção, pela dedicação, pelo apoio e por ter deixado de aproveitar feriados com sua família para ir à campo comigo.

Agradeço as repartições públicas do município de Barbalha, Secretaria de Cultura, Cartório Eleitoral, Secretaria de Saúde, Prefeitura Municipal, pelo pronto atendimento. À Igreja Matriz de Santo Antônio pelas informações repassadas na secretaria paroquial. À direção do Hospital São Vicente, na pessoa do senhor Amilcar, pela receptividade e pelo acolhimento na visitação à Casa de Apoio.

Gratidão aos sujeitos da pesquisa que se disponibilizaram a me receber tantas vezes em suas residências, que deixaram, muitas vezes, suas famílias e seus afazeres para me receber e pela permissão em conceder entrevista e permitir sua publicação. Celene Maria, Maria da Conceição, Napoleão Tavares, José Miguel, Miguel Luiz, Antônio Paulo, Francisco de Assis, Antônio de Souza, às senhoras e aos senhores minha gratidão pela relevante contribuição.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do IESA/UFG pela atenção e pelo apoio aos estudantes e serviços prestados. Agradeço aos professores pelos saberes compartilhados. Agradeço ao professor Agustín Ávila pela vivência e pela partilha Cariri/México, pela atenção no desenvolvimento do estágio da docência e pela amizade que constituímos. Aos colegas da Pós, Clara, Wildes e Eunice, grata pela força e pelo companheirismo.

Agradeço as minhas amigas/irmãs: Rosi Cardoso, Adriana Tenório, Liliane Soares, Fátima Sueli, Aline Nascimento, Rose Rocha e Rosana Torrinha pela celebração dos encantos nordestinos, nortistas e goianos. Vocês foram um sustentáculo no qual dividimos risos, lágrimas, diversão e angústia. Partilhamos nossas vidas e constituímos uma amizade que nasceu do desejo de dias melhores. Sou muito grata por ter conhecido vocês e ter sido amparada tantas vezes por todas, um amor que se estabeleceu e que será celebrado por toda a vida.

Agradeço a professora Ana Cristina pela orientação do trabalho e pelo acolhimento. Ao geógrafo Ivonaldo que, sempre muito prestativo, acolhe a todos que necessitam do espaço do Centro Integrado de Planejamento e Gestão Territorial – CIPGeo para estudar.

Gratidão ao Centro Espírita Renascer de Goiânia nas pessoas da Kênia, Denise e Mariana. As atividades que juntas realizamos e a amizade constituída fará parte de minha caminhada com muito amor.

Gratidão ao grande amigo Alex Ratts pela acolhida e por todo apoio, carinho e pelas partilhas tão calorosas a respeito do Cariri. Grata por partilharmos risos, histórias, projetos, itinerários e por oferecer seu caloroso abraço a cada encontro.

Agradeço ao meu companheiro, Paulo Wendell, por tantas vivências compartilhadas ao longo desses treze anos, vivências estas que iniciaram no ensino médio e seguem ainda hoje. Pelas noites em claro, pelas lágrimas, pelos sorrisos, pelo silêncio, pela geografia que nos constitui, muito obrigada pela caminhada. Grata pelos momentos que compartilhamos estando juntos ou à distância, pelos momentos políticos, pelos papos geográficos, pelo embalo dos jogos do Corinthians e do Guarani de Juazeiro, obrigada por tudo. Você é um grande amigo/companheiro que a vida me proporcionou. Geograficamente, muito obrigada.

Sou de uma terra que o povo padece, mas não
esmorece e procura vencer. Da terra querida,
que a linda cabocla de riso na boca zomba no
sofrer, não nego meu sangue, não nego meu
nome, olho para a fome, pergunto: o que há?
Eu sou brasileiro, filho do Nordeste, eu sou
cabra da peste, sou do Ceará.

Patativa do Assaré

RESUMO

A presente dissertação discorre sobre a abordagem dos conceitos de lugar e memória e as possibilidades de abordagem por meio do movimento do cangaço pelo viés da geografia humanista, tendo por objeto de estudo o bando de cangaceiros dos Marcelinos, no Cariri cearense, apresentando como recorte espacial o município de Barbalha. A discussão a respeito dos conceitos de lugar e memória fundamenta uma abordagem a respeito das geografias vernaculares por meio do conhecimento popular que os cangaceiros possuíam, dado o contexto histórico-geográfico que vivenciaram, o que lhes possibilitou um reconhecimento das paisagens e, através de sua atuação, foram sendo ressignificados como toponímias, marcando lugares por onde passaram. A vivência dos cangaceiros na Chapada do Araripe constituiu uma geografia do cangaço do bando dos Marcelinos. Assim, iniciam sua atuação como cangaceiros por um ato de vingança, pautados na noção de “cabra macho”, como sertanejo nordestino revestido pela honra do código moral sertanejo. Os lugares de atuação emergem por meio das narrativas dos sujeitos que fizeram parte da pesquisa como monumentos, espaços de disputa da memória pela manutenção ou esquecimento. As relações cangaceiras que se desenvolveram na Chapada do Araripe caracterizaram este espaço como lugar; para o bando dos Marcelinos, dada a topofilia existente entre o bando e a Chapada, marcado por seus lugares de atuação e, para os sujeitos, pela manutenção e celebração da memória do bando e de sua geografia cangaceira.

Palavras-chave: Lugar. Memória. Narrativas. Geografia do cangaço. Bando dos Marcelinos.

ABSTRACT

This dissertation discusses the approach of the concepts of place and memory and the possibilities of approach through the movement of the cangaço by the bias of humanist geography, having as object of study the band of cangaceiros of Marcelinos, in Cariri, Ceará, presenting the municipality of Barbalha as a spatial outline. The discussion about the concepts of place and memory is the basis for an approach to vernacular geographies through the popular knowledge that cangaceiros had, given the historical-geographical context they experienced, which allowed them to recognize the landscapes and, through their performance, they were being re-signified as toponymy, marking places where they passed. The experience of cangaceiros in Chapada do Araripe constituted a geography of the cangaço of the gang of Marcelinos. Thus, they begin their performance as cangaceiros by an act of revenge, based on the notion of “cabra macho”, as a northeastern backcountry clad in the honor of the backcountry moral code. The places of action emerge through the narratives of the subjects who were part of the research as monuments, spaces of disputed memory for maintenance or forgetfulness. The cangaceira relations that were developed in Chapada do Araripe characterized this space as a place; for the gang of Marcelinos, given the topophilia between the gang and the Chapada, marked by their places of action and, for the subjects, by the maintenance and celebration of the gang’s memory and its cangaceira geography.

Keywords: Place. Memory. Narratives. Geography of cangaço. Gang of Marcelinos.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Araripe
CECASA	Cerâmica do Cariri S/A
CIPGeo	Centro Integrado de Planejamento e Gestão Territorial
CRAJUBAR	Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha
ESBA	Escola de Saberes de Barbalha
FLONA	Floresta Nacional do Araripe
IBACIPE	Indústria Barbalhense de Cimento Portlandl
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IESA	Instituto de Estudos Socioambientais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégias Econômicas do Ceará
PIB	Produto Interno Bruto
PPGeo	Programa de Pós-Graduação em Geografia
PRT	Programa de Regionalização do Turismo
RMC	Região Metropolitana do Cariri
SBEC	Sociedade Brasileira de Estudos do Cangaço
SINECGEO	Simpósio Nacional de Estudos Culturais e Geoeeducacionais
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UFG	Universidade Federal de Goiás
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
URCA	Universidade Regional do Cariri

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização da Chapada do Araripe	26
Figura 2 – Localização do município de Barbalha – CE.....	29
Figura 3 – Itinerários do bando dos Marcelinos que excederam os limites territoriais de Barbalha.....	61
Figura 4 – Lugares de atuação do bando dos Marcelinos em Barbalha	64

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Pedra do Morcego – Barbalha/CE.....	35
Foto 2 – Balneário Caldas	36
Foto 3 – Placa em referência ao bando de Lampião.....	37
Foto 4 – Chapada do Araripe.....	67
Foto 5 – Cangaceiros e tropa de soldados antes do fuzilamento – 1928.....	100
Foto 6 – Cemitério dos Marcelinos	105
Foto 7 – Cemitério dos Marcelinos em diferentes períodos.....	113-114
Foto 8 – Cemitério dos Marcelinos após a revitalização em 1999.....	138
Foto 9 – Cemitério dos Marcelinos com Epitáfio.....	138
Foto 10 – Antigo prédio de Câmara e Cadeia em 1930	139
Foto 11 – Antigo prédio de Câmara e Cadeia – atual Escola de Saberes.....	139
Foto 12 – Casarão do coronel Antônio Xavier.....	140

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO	17
1 CAPÍTULO I – FORMAÇÃO TERRITORIAL DO CARIRI CEARENSE.....	24
1.1 Gênese e desenvolvimento de Barbalha.....	28
1.2 Movimento do cangaço: origens e motivações	37
1.2.1 O bando dos Marcelinos: da peixeira ao cangaço	43
2 CAPÍTULO II – LUGAR E MEMÓRIA NA CONSTRUÇÃO DO SUJEITO CANGACEIRO	52
2.1 O lugar como elemento para a construção da vida cangaceira dos Marcelinos..	59
2.2 Toponímias e lugar na geografia do cangaço do bando dos Marcelinos.....	64
2.3 A valentia na figura do cangaceiro: o sujeito cabra macho	69
2.3.1 “Escudo ético”: a honra pelo cangaço	73
2.4 Origens e poder: relação entre coronéis e cangaceiros no Cariri cearense	80
3 CAPÍTULO III – VIDA E MORTE DOS MARCELINOS NA GEOGRAFIA DO CANGAÇO	86
3.1 O “lugar” do bandido.....	89
3.2 A morte exemplar como higienização da sociedade	97
3.2.1 O lugar do túmulo como símbolo da morte trágica	102
3.3 Narrativas da geografia do cangaço do bando dos Marcelinos	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
REFERÊNCIAS	121
ANEXOS	127
APÊNDICES	146

INTRODUÇÃO

Dentre os movimentos que efervesceram pelo Nordeste brasileiro ao longo do tempo, destaca-se nesta pesquisa o cangaço, tendo seu período de surgimento e atuação entre os séculos XIX e XX, embora o termo cangaço já existisse no século XVIII. Esse movimento teve por cenário o sertão da caatinga nordestina, no qual foram produzidas diferentes narrativas a seu respeito. Inicialmente, era composto exclusivamente pelo universo masculino, principalmente pela ideia de “homem com macheza” que se pregava a respeito do sertanejo nordestino, tendo, posteriormente, a inserção feminina.

Nesse contexto, o movimento do cangaço tem sido bastante pesquisado por diversas áreas do conhecimento. Todavia, é importante não se prender à questão dicotômica, de uma vida heroica ou bandida – a estrutura que fez o emergir está além dessa dualidade. Como discorre Oliveira (2011), o cangaço também era um território farto de sonhos, resistência, corpos mutilados, desejos, projetos de vida e amores.

Assim, reduzi-lo à dualidade heróis ou bandidos é, de certa forma, não permitir a compreensão da violência no campo e a relação com a estrutura de poder que vigorava à época, onde o cangaço se configurou como produto histórico do modelo de sociedade estabelecida e derivada da forma excludente no processo de apropriação do território.

Nesta senda, o movimento do cangaço ocorreu mediante a conjunção de forças que permearam o Nordeste historicamente, região que, ao longo do processo histórico e geográfico de apropriação de seu território, configurou-se como local de disputas que se agravavam pelas condições sociais as quais eram submetidas sua população, bem como as condições climáticas do semiárido que marcam o interior nordestino, diferenciando-o do litoral, o que caracterizava sua população local, do ponto de vista socioeconômico, mais vulnerável a condições de miséria.

Cabe destacar ainda que a política de apropriação territorial da área regional denominada Nordeste se desenvolveu em dois contextos econômicos distintos. Primeiro, a ocupação da zona da mata (séculos XVI-XVIII) para o desenvolvimento do sistema de *plantation* (monocultura escravista da cana-de-açúcar), enquanto, no segundo, a inserção do gado para o interior do território no período do século XVII, desenvolvendo-se como uma economia de suporte ao litoral produtor de cana-de-açúcar fornecendo: carne, couro, animais de tração, etc., sendo, nesse contexto histórico, que se desenvolveu a ocupação do sertão nordestino.

Nesta senda, a população foi se estabelecendo pela introdução do gado, seguindo à margem dos rios e constituindo currais onde, posteriormente, desenvolveram-se fazendas, caracterizando essa porção do território com uma condição econômica diferente daquela que se processava na Zona da Mata, sendo marcado por uma cultura de subsistência.

Para descrever o termo sertão, os autores Becker e Egler (2007) discorrem que o sertão foi território do “curral”. “Sertão”denota a ideia de regiões longínquas, interioranas, pouco habitadas ou até mesmo desérticas. No Brasil, através da política de colonização que atendia aos interesses da metrópole Portugal, pautado no capitalismo mercantil, essa região foi sendo apropriada para ampliar as áreas de cultivo da cana-de-açúcar na Zona da Mata.

Nesse cenário, teve destaque a figura do vaqueiro. Os senhores que recebiam as terras da coroa portuguesa, pela política colonial de apropriação, através de concessões de sesmarias, mantinham-se nas áreas economicamente desenvolvidas. A população sertaneja sobrevivia em um modelo de economia de subsistência agravada pelas condições naturais existente nas áreas de domínio da caatinga, o que gerou diversos conflitos pela sua luta por sobrevivência.

Instituiu-se, nessa conjuntura, uma relação de subserviência entre vaqueiros e coronéis. Os demais sujeitos que compunham a população sertaneja (nativos que habitavam a região ou fugiram da região da zona da mata, negros, colonos sem grandes poses e mestiços) não dispunham das melhores condições para sobrevivência. Prosperou, dessa forma, um sistema em que a população, em sua grande parte, ficava a mando dos coronéis.

Com base nessa relação histórica que se desenvolveu do século XVI ao final do século XVII e início do século XVIII, o Nordeste teve como base econômica de sua população, de um lado, uma elite canavieira estabelecida nas zonas mais prósperas, do ponto de vista econômico, e outra parcela da população vivia em um modelo de subsistência. Esse quadro acabou prosperando um sistema de mandonismo local no qual restava à população sertaneja o apadrinhamento pelos coronéis.

Destarte, a condição de subserviência e a falta de melhores meios de sobrevivência foram a base para o surgimento de diversos movimentos populares: ora encampados isoladamente, ora de maneira coletiva, em várias localidades do sertão nordestino. Agravados pelas condições naturais do clima semiárido, fizeram-se emergir diversos movimentos populares, dos quais se destaca o cangaço, não sendo apenas um movimento ligado a questões sociais, mas também a questões culturais que se produziram nesse período no processo de apropriação das áreas do sertão nordestino.

Ressalta-se ainda que o sertanejo nordestino não nascia cangaceiro, mas, sim, tornava-se cangaceiro. A violência social que permeava o cotidiano e o envolvimento com o banditismo era uma alternativa para sobreviver frente aos desmandos dos coronéis. Os cangaceiros reagiam à violência, assim como a praticavam.

No movimento do cangaço, alguns cangaceiros tiveram destaque. No século XIX, Jesuino Brillhante ficou conhecido por sua atuação como cangaceiro romântico, associado à figura de *Robin Hood*. Zé Baiano ficou marcado na história como um cangaceiro cruel que ferrava as mulheres com a letra inicial do seu nome, como se fazia com o gado. Tais exemplos evidenciam o contraste existente entre os tipos de cangaceiros registrados na história do movimento. Contudo, nenhum cangaceiro é tão referenciado, em incontáveis literaturas, como Lampião, personagem maior do cangaço, denominado de “governador dos sertões”.

Desse modo, o movimento do cangaço se caracterizou como uma ação de levante social em que, muitas vezes, os cangaceiros agiam de modo inconsciente, sem um entendimento político do seu papel de atores sociais, mesmo quando desafiavam a estrutura política, social e econômica da época. Pericás (2010, p. 26), discutindo o conceito de banditismo social de Hobsbawm, destaca que os cangaceiros agiam sob a forma de “protesto social de caráter pré-político e inconsciente”. Havia também as ações de criminalidade praticadas por conta própria ou a mando dos coronéis que se relacionavam com muitos cangaceiros em uma troca de favores.

Assim, os bandos de cangaceiros que surgiram ao longo da história atuaram, em grande parte, no sertão nordestino. No Ceará, na região do Cariri, podemos citar o bando dos Marcelinos, na década de 1920, objeto de estudo desta pesquisa. A participação de sujeitos no movimento do cangaço geralmente estava ligada a algum ato de violência, desmoralização, como meio de vida ou por demonstrar afeição à vida cangaceira.

Isto posto, o cangaço, no Nordeste, apresenta-se como um movimento que deixou marcas sociais na história e na memória dos sujeitos recontada, muitas vezes, de forma romântica. Há trabalhos literários e científicos que associam a história de homens nordestinos às lutas contra as injustiças sociais, como também a aderência ao movimento do cangaço pela vontade da prática criminal. O Ceará destaca-se como um dos estados onde houveram significativas atuações de cangaceiros, sendo, portanto, objeto de interesse de diversos estudos e pesquisas. Na região do Cariri cearense atuaram os bandos de Lampião e dos Marcelinos.

Pois bem, o bando dos Marcelinos foi formado inicialmente pelos irmãos Manoel Marcelino e João Marcelino, em 1924, no município de Barbalha. De acordo com a história

escrita e oral existente do bando dos Marcelinos, destaca-se que sua formação se deu para vingar um ato de desmoralização sofrida por João Marcelino na feira do Caririzinho, em Pernambuco. Barbalha foi o principal lugar de atuação do bando. Município localizado na região do Cariri cearense, situado no sul do estado do Ceará, foi cenário do início e do fim da atuação do bando.

Passados noventa e dois anos do fim do bando, em virtude da morte de João Marcelino e o fuzilamento do restante dos cangaceiros, alguns lugares de atuação do bando ainda permanecem, mesmo que de forma invisibilizada e pouca frequentada, como é o caso da “Pedra dos Marcelinos”, o cemitério e algumas passagens como “veredas”, em algumas comunidades rurais no município de Barbalha.

Destaca-se neste trabalho o interesse relacionado ao tema do cangaço, especificamente do bando dos Marcelinos, pensando a constituição de uma geografia do cangaço do bando. Tomando como recorte espacial o município de Barbalha, nas comunidades rurais de Alto do Leitão, Arajara, Barro Vermelho, Bulandeira, Cabeceiras, Cacimbas, Caldas, Chapada, Cocos, Flores, Piquete, Riacho do Meio e Santa Rita; observou-se, através de trabalho preliminar de campo, a existência de diversos sujeitos que tiveram parentes ou são familiares do bando e mantêm a memória coletiva, recontando o período de atuação do bando (1924-1928) no município de Barbalha e nas regiões circunvizinhas.

Essa memória coletiva vincula-se às diferentes paisagens de vivência do bando, constituindo-se como lugares, marcos históricos ou monumentos que ligam o bando ao grupo de sujeitos entrevistados na pesquisa. O cangaço e a atuação dos irmãos Marcelinos fazem parte da cultura local, a qual esses sujeitos se reconhecem e que os ligam aos lugares de atuação do bando. Os Marcelinos, através do cangaço, marcaram a paisagem local pelos seus lugares de atuação, criando uma geografia do cangaço. Abordar este aspecto permite apresentar um contexto social relevante que destaca a paisagem local e é base de manutenção de uma memória coletiva vinculada à cultura de Barbalha.

A memória associa-se ao espaço. Partindo dos lugares de atuação do bando, por meio das narrativas dos sujeitos, busca-se entender a representatividade da geografia do cangaço do bando dos Marcelinos presente no município de Barbalha. Os lugares de atuação do bando marcam a paisagem como símbolos ou monumentos de sua atuação, assim são haveres que ajudam a manter a memória do bando com base na memória coletiva de sujeitos que possuem proximidade com sua história.

Essa ligação ocorre, pois, o grupo dos sujeitos entrevistados possui um pertencimento ao lugar no qual houve a atuação do bando, fazendo parte das lembranças contadas por pais,

avós e demais familiares. Esse sentimento de pertencimento ao lugar e de reconhecimento como parte da história faz com que haja uma resistência por parte de sujeitos que buscam valorizar a memória do bando, lutando pela preservação dos seus lugares de passagem e atuação.

A memória do bando, materializada na paisagem através dos lugares de atuação dos cangaceiros e o sentido histórico que essa memória possui para um grupo de sujeitos, expressos neste trabalho pelos entrevistados, apresentam-se como os aspectos relevantes de uma disputa social da memória, de grupos que buscam manter a memória do bando e outro que tenta invisibilizá-lo. Tal memória apresenta-se como um aspecto de resistência da história do bando e os lugares de atuação sobressaem-se como monumentos expressos na paisagem. Dentre alguns desses lugares que configuram a sua geografia do cangaço, podem ser citados: a Pedra do Morcego, a localidade do Cemitério dos Fuzilados (onde foram fuzilados os últimos membros do bando dos Marcelinos) que, mesmo tendo sido alvo de vandalismo, permanece como lugar de aderência da memória do bando, apesar de não ter sido, posteriormente, revitalizada.

O papel dos sujeitos ao relatarem suas experiências dos lugares é de fundamental importância. Dialogando com Relph (2012), destaca-se que estudar os lugares caracteriza-se como uma forma de compreender as relações de pertencimento, uma vez que parte da compreensão do modo de vida, da cultura, das representações, das crenças de um povo que constituem os lugares. Reconstruir a história do bando dos Marcelinos é um modo de contar a história de constituição do lugar.

Na contemporaneidade temos acompanhado um número considerável de trabalhos voltados à memória, visando um entendimento do passado dos lugares, dos povos que os constituíram. Comumente nos trabalhos científicos tem se discutido como a memória pode contribuir para o entendimento do passado, por meio da história oral, das lembranças de sujeitos e de grupos sociais que se encontram excluídos ou marginalizados da história oficial.

A análise desenvolvida neste trabalho tem por um de seus objetivos compreender como a origem, atuação e trajetória do bando dos Marcelinos constituem uma geografia do cangaço através dos seus lugares de atuação e passagem, cuja toponímia possibilita dar visibilidade à história do bando como expressão de sua atuação, ao passo que permanece como suporte da memória coletiva de sujeitos pertencentes às comunidades locais, que mantêm “viva” a memória do bando.

Foi identificado nas comunidades Alto do Leitão, Mata dos Dudas, Chapada, Piquete e Riacho do Meio, além do centro da cidade, em sua zona urbana, a existência de moradores

que, mesmo não sendo contemporâneos do período de atuação do bando, poderiam relatar a memória existente do bando que lhes foi transmitida oralmente pelas lembranças de familiares e amigos que vivenciaram o período de atuação dos Marcelinos.

Como critério de seleção do universo de entrevistados, buscamos por sujeitos de gerações que estivessem mais próximos temporalmente do período de formação, atuação e morte dos últimos cangaceiros do bando. Assim, velhos moradores das comunidades citadas foram convidados, de livre vontade, a narrarem as lembranças que possuíam sobre o bando. A entrevista foi realizada nas residências dos sujeitos que apresentaram alguns materiais que guardam e que mantêm alguma relação com a história do bando (matérias de jornais, cordéis, fotos, etc.). Recorreu-se à história oral como uma metodologia para interpretar a memória coletiva do grupo social a partir de sujeitos que se reconhecem como ligados à memória do bando dos Marcelinos.

Como forma de analisar as narrativas coletadas, foi elaborado um questionário norteador da entrevista, sendo as falas gravadas para posterior transcrição e interpretação. As narrativas desses oito sujeitos, sendo dois do sexo feminino e seis do sexo masculino, constituíram-se como fonte principal da pesquisa permitindo, assim, a identificação dos lugares de atuação e passagem do bando dos Marcelinos.

Entende-se que um dos aspectos importantes ao se desenvolver trabalhos com a memória coletiva é construir um elo de vivência e de confiança junto aos sujeitos, permitindo que estes sejam o ponto de partida e de ligação com outros sujeitos, mantendo sempre uma coerência com base nas narrativas ligadas a um mesmo grupo de sujeitos que se reconhecem em um determinado contexto histórico-geográfico, assim, temos a possibilidade de uma compreensão intersubjetiva do objeto estudado.

Tendo como ponto de partida o conhecimento de alguns dos lugares de atuação do bando, todavia, desenvolveu-se, além das entrevistas com os sujeitos que foram indicando outras pessoas relevantes para a pesquisa, a necessidade de uma pesquisa documental como em jornais da época e fotografias, o que possibilitou uma análise da formação e atuação do bando, contribuindo na identificação de outros lugares de atuação relevantes para a pesquisa.

A presente dissertação está estruturada em três capítulos: o primeiro discorre sobre o processo de apropriação territorial da região do Cariri cearense, apresentando aspectos econômicos, culturais e religiosos. Partindo desse contexto, apresenta-se o recorte espacial do município de Barbalha, tratando de sua gênese e desenvolvimento. Ao retratar esse aspecto histórico-geográfico de apropriação e de desenvolvimento da localidade, realiza-se a discussão no tocante ao movimento do cangaço quanto a sua origem e motivações para o

surgimento de bandos, contextualizando a atuação do bando dos Marcelinos no Cariri e pontuando questões de cunho social no Nordeste.

No segundo capítulo discorre-se acerca dos conceitos de lugar e memória, abordando-os como subsídios para trabalhar o movimento do cangaço e a construção de pertencimento dos sujeitos, constituindo a base de compreensão do objeto estudado. Pontuam-se questões sobre as relações que ligavam o bando a sua área de atuação, sendo esta a Chapada do Araripe, baseadas na vivência cangaceira por meio das percepções e características das geografias vernaculares, a partir do reconhecimento do terreno por meio das toponímias produzidas pela atuação do bando. Desenvolve-se uma discussão do termo “cabra macho” e a ligação deste com a figura cangaceira, abordando, assim, a questão do “escudo ético” que era utilizado no movimento do cangaço para honrar a figura do “cabra macho”. Destacam-se, ainda, as relações que existiram entre coronéis e cangaceiros no Cariri cearense.

No terceiro capítulo aborda-se a vida e a morte dos Marcelinos na geografia do cangaço, apresentando ainda o interesse que levou outros sujeitos a ingressarem no bando. Conceitua-se a teoria de banditismo social e suas implicações no movimento do cangaço, ponderando o “lugar” do bandido nesse contexto. É pensada a morte trágica como componente de proteção para a sociedade, no qual a morte de “criminosos” traria proteção à localidade, assim sendo construída uma reflexão acerca do lugar cemiterial como símbolo da morte trágica, tomando por base o Cemitério dos Marcelinos. No encerramento do capítulo apresentam-se ações de reconhecimento da história do bando dos Marcelinos em contrapartida com a falta de políticas públicas de preservação da história do bando por parte do Estado.

CAPÍTULO I

FORMAÇÃO TERRITORIAL DO CARIRI CEARENSE

O processo de apropriação do território brasileiro teve início através da ocupação de áreas da zona da mata, nas quais foram desenvolvidas as primeiras formas de exploração econômica. Inicialmente, desenvolveu-se a extração do pau-brasil. Com a abertura dos campos, passou-se a desenvolver a monocultura da cana-de-açúcar, atividade altamente rentável para a metrópole portuguesa. Como as extensas áreas da zona da mata foram sendo ocupadas pela lavoura produtiva, o gado, que nos primeiros séculos de colonização não exercia protagonismo econômico, foi sendo deslocado para as áreas de sertões, seguindo as margens dos rios. Nesse contexto, se intensificou, principalmente no século XVII, segundo século da colonização portuguesa no Brasil, a distribuição de povoadores para o interior.

Em seguida, partiram das capitanias baiana e pernambucana em direção aos sertões da colônia em busca de “novas” terras, os chamados sertões de dentro. Seguindo as ribeiras dos rios chegaram ao sul da capitania cearense, deparando-se com “as terras dos Cariris Novos”¹. Os colonizadores, ao adentrarem o interior dos sertões, trouxeram consigo, além do gado, a cultura da cana-de-açúcar e dos engenhos de rapadura, atividades que transformaram a região do Cariri economicamente em uma das mais importantes da capitania cearense (OLIVEIRA, 2003).

O processo de apropriação das terras dos Cariris Novos remonta ao final do século XVII, quando colonos, em busca de terras para o gado e de metais preciosos, chegaram à região, encontrando fatores que permitiam o desenvolvimento de outras práticas agrícolas, diferenciando-se das demais paisagens do semiárido nordestino. A ocupação das terras ocorreu a partir das doações de sesmarias, bem como a vinda de diferentes missões, visando catequizar os índios Kariris existentes na região. A catequização dos índios Kariris foi de responsabilidade dos padres Capuchinhos italianos e Carmelitas, que seguiram os mesmos caminhos dos colonizadores, vindos principalmente do hospício de Olinda na capitania de Pernambuco. Os índios Kariris foram primeiramente aldeados pelos padres da Companhia de Jesus que fundaram a Missão de São José dos Cariris Novos (atualmente município de Missão Velha) e, posteriormente, a Missão do Miranda (atualmente município de Crato) (FIGUEREDO FILHO, 2010).

¹A toponímia “Cariris Novos” se deve pela presença da tribo dos índios Kariris, assim como para diferenciar do Cariri paraibano que foi colonizado anteriormente e passou a ser conhecido por Cariri Velho.

Nesse período, de acordo com Pinheiro (2010), consta que as primeiras cartas de sesmarias atribuídas ao território do Cariri ocorreram em 1702 por concessão do capitão-mor Francisco Gil Ribeiro a Gil de Miranda e Antônio Mendes Lobato. O povoamento do Cariri aconteceu a partir do domínio da capitania de Pernambuco, mantendo ligação direta com Recife através do porto de Aracati, situado na foz do Jaguaribe. Os primeiros núcleos de povoamento do Cariri surgiram do aldeamento dos índios e do estabelecimento de currais; devido ao aumento do rebanho esses lugarejos se transformaram em fazendas. Os colonos conseguiram se fixar no Cariri por meio da monocultura canavieira. Os territórios que foram povoados pelos colonizadores surgiram, primeiramente, como currais; depois, se tornaram fazendas até posteriormente serem reconhecidas como vilas.

Nesse cenário de formação territorial, o Ceará esteve sob dependência da capitania do Maranhão até 1681, ficando, posteriormente, sob dependência da capitania de Pernambuco até 1799. Assim, o território correspondente ao Cariri cearense, em suas primeiras décadas de estruturação, pertencia à capitania de Pernambuco. Em 1764, por ordem do bispo de Pernambuco, a freguesia de São José dos Cariris Novos e a freguesia de Nossa Senhora da Penha de Crato foram desmembradas, mas mantiveram ligações por questões de comércio, religiosidade, etc. (OLIVEIRA, 2003). Essas estreitas ligações com o Estado de Pernambuco permitem falar de Cariri cearense e Cariri pernambucano, tendo a Chapada do Araripe como marco de divisão territorial.

Segundo Piancó (1998), o primeiro povoado do Cariri a ser elevado à condição de vila foi o Crato, originário da Missão de Miranda, dirigida por padres capuchinhos que chegaram ao Cariri com o objetivo de catequizar os índios. Mesmo se tornando povoado, o Crato mantinha-se na dependência da Vila de Icó, que era a localidade responsável pela circulação de mercadorias e pessoas vindas do litoral por estar situada no Vale do Rio Salgado, afluente do Rio Jaguaribe, responsável pela base econômica representada pelas atividades da criação bovina e da monocultura açucareira. A cana-de-açúcar se tornou a principal atividade no Cariri e passou a ser cultivada em áreas de brejos e pés de serra devido aos solos férteis, propícios para o plantio da monocultura, o que garantiu a fixação das famílias colonizadoras.

As condições para fixação que os colonizadores encontraram no Cariri estavam diretamente ligadas às condições naturais: água perene e solos férteis para o plantio, pelo fato de se localizar na Chapada do Araripe. A Chapada do Araripe encontra-se em uma área de formação sedimentar na qual a porção correspondente ao Cariri cearense está à barlavento, onde a barreira de relevo impede a passagem dos ventos úmidos, ocasionando chuvas orográficas. Esse tipo de formação rochosa propicia a ocorrência de águas subterrâneas,

por estar à barlavento colaborou diretamente com as condições climáticas e de cultivo por causa de solos mais férteis, água em abundância em decorrência das fontes naturais, propiciando para que muitas famílias prosperassem economicamente, muito em função do plantio da cana-de-açúcar, que foi o principal produto para o desenvolvimento econômico local e o funcionamento dos engenhos para a produção do açúcar, da rapadura, da água-ardente, etc.

Nessa seara, as atividades economicamente desenvolvidas no Cariri durante o povoamento estiveram ligadas à extração aurífera, a pecuária e, principalmente, ao cultivo da cana-de-açúcar. Com isso, foram terras de engenho e receberam mão de obra diversificada como: indígenas, negros, mulatos, mestiços, caboclos, crioulos, entre outros. De acordo com Oliveira (2003), na primeira metade do século XIX, o Cariri era uma das regiões mais visitadas da capitania do Ceará, tendo recebido influências de diversas etnias que compuseram a base histórica, social e cultural da sociedade caririense.

A região do Cariri foi povoada recebendo um considerável fluxo migratório; foi permeada por conflitos, de ordem política, territorial, religiosa, onde era comum homens se armarem para lutar em combates. Conforme Teles (1979), muitos movimentos foram acontecendo pelo Cariri, tais como: a marcha pela independência do Maranhão (1823); a guerra do pinto (1832-1832); a sedição de Juazeiro (1914) e outros movimentos que o autor classificou como “tempestades locais”, sem repercussão além das fronteiras. Eram combates entre municípios caririenses, onde homens armados, sob liderança de chefe político ou religioso, faziam frentes de combates. Esses movimentos de disputas locais seguiram com maior intensidade entre as décadas de 1901 a 1928.

O Cariri passou a ter visibilidade nacionalmente e até internacionalmente devido a alguns fatos que influenciaram na divulgação da região, fatos estes que estão ligados a questões de ordem religiosa, cultural, paleontológica, geológica, etc. Em virtude da expressão paleontológica e geológica presente na Chapada do Araripe, pesquisadores de várias regiões brasileiras e de outros países têm desenvolvido estudos sobre a diversidade natural. A religiosidade, por sua vez, tem representatividade nas figuras de padres do movimento popular – Padre Ibiapina e Padre Cícero –, pelos trabalhos desenvolvidos na região, especialmente por acolher populações que se encontravam em situação de risco.

O Padre Cícero ficou devotado como santo popular, sobretudo pelo ato do milagre² envolvendo o sacerdote e a beata Maria de Araújo. Um ciclo de romarias em sua devoção acontece entre os meses de setembro a fevereiro de cada ano. A cidade de Juazeiro do Norte, considerada a principal cidade do Cariri, recebe um contingente de romeiros que chega a cerca de um milhão de pessoas no ciclo de romarias. A visitação maior acontece em Juazeiro nas igrejas e no monumento do Padre Cícero, porém as cidades vizinhas de Crato e Barbalha também são incluídas no roteiro de fé dos romeiros por meio de visitação às igrejas, aos monumentos religiosos e ao lazer terapêutico no balneário do Caldas em Barbalha.

O Cariri foi incluído na lei complementar estadual n. 78 como Região Metropolitana do Cariri (RMC), sancionada em 29 de junho de 2009, integrando um rol de nove municípios: Farias Brito, Nova Olinda, Santana do Cariri, Caririaçu, Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Missão Velha e Jardim (OLIVEIRA, 2014). Agregando os potenciais de cada município, a região do Cariri tem sido referência em alguns serviços, entre eles, saúde, educação, comércio e lazer. As principais cidades que integram a dinâmica metropolitana são Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, chamado de triângulo CRAJUBAR.

1.1 Gênese e desenvolvimento de Barbalha

O município de Barbalha (Figura 2) encontra-se na mesorregião sul do Ceará e na microrregião do Cariri, sob as coordenadas geográficas 7° 18' 40" latitude (S) e 39° 18' 15" longitude (WGr), distante da capital Fortaleza por aproximadamente 405,0 km.

Uma parcela das terras que foram concedidas, no Cariri, pelo sistema de sesmaria estava situada nas nascentes do Rio Salgado, localizado na encosta da Chapada do Araripe. Nessa concessão de sesmaria havia uma colina próxima a uma área de vale, na depressão periférica da Chapada do Araripe, onde se originou a cidade de Barbalha. De acordo com Silva (1992), o capitão Antônio Goulart foi o primeiro a habitar em terras barbalhenses por tê-las recebido como doação do capitão Francisco Martins por ajudar no combate aos índios Kariris. A formação data de 1717 quando foram concedidas cartas de sesmarias pelo capitão-mor Manoel da Fonseca Jaime ao tenente coronel José Bernardes Uchoa, requerendo as terras para criação de gado, como era comum nos pedidos de concessão de terras.

²Esse ato ficou conhecido como “milagre em Juazeiro”, ocorrido no dia 01 de março de 1889, quando a beata Maria de Araújo, ao receber a comunhão do Padre Cícero, a hóstia caiu tingida de sangue que se acredita ser de Jesus Cristo (OLIVEIRA, 2014).

requerente, em que a relação entre os fazendeiros e o clero era legitimada pelo sistema de padroado³.

No caso de Barbalha, esse processo entre fazendeiros e clero aconteceu aproximadamente quatro décadas depois do início da colonização, por volta de 1753. A essa época, Barbalha já se encontrava relativamente povoada por fazendeiros vindos de outras capitanias quando houve a solicitação para a construção de uma igreja:

Os fazendeiros, colonizadores, doavam gado, terras e escravos à igreja católica, e a ela, solicitavam licença para construírem capelas em louvor aos seus santos de devoção, cultuados nas suas localidades de origem. Refletindo o caráter amistoso das relações entre a Igreja e proprietários de terra no povoamento do Cariri, Francisco Magalhães de Sá Barreto, procedente de Penedo – AL, igualmente a outros colonizadores da região, agraciou a Igreja com gado e meia légua de terras, onde ergueu a capela em louvor a Santo Antônio, onde se desenvolveu o núcleo urbano de Barbalha – CE (SILVA, 2009, p. 30-31).

A construção de capelas em terras particulares doadas à igreja permitia o desenvolvimento da religiosidade sob a dependência dos proprietários rurais. Silva (1992, p. 78) conta que: “[...] após a construção da capela associada às casas dos moradores, do fazendeiro, engenhos e currais ia se definindo as características urbanas”. As capelas, nessas localidades posteriormente transformadas em vilas, foram responsáveis pelo surgimento dos primeiros arruamentos espontâneos, que eram lócus de transmissão dos preceitos morais e norteavam o comportamento social.

Nesse contexto, o território de Barbalha foi sendo formado e, em 1838, o padre Pedro Castro e Silva foi nomeado seu primeiro vigário, presidindo a igreja devotada a Santo Antônio, e o Partido Conservador. O padre constituiu-se como a principal liderança política e religiosa local. Barbalha pertenceu canonicamente à freguesia de Missão Velha até 1838, quando foi criada a freguesia de Barbalha com o exercício das atividades eclesiásticas. A partir do desenvolvimento das atividades religiosas, intensificou-se a construção de moradias em torno da capela, originando um pequeno arraial que, após, foi elevado à freguesia pela Lei Provincial n. 130 de 30 de agosto de 1838, sendo este subordinado à jurisdição do Crato.

Barbalha teve sua autonomia político-administrativa em 1846, tendo sido emancipada do território do Crato. Com a autonomia eclesiástica e político-administrativa, Barbalha teve

³O sistema de padroado foi um sistema resultante do tratado entre igreja católica e os reinos de Portugal e Espanha, que propagavam a religião católica, no qual os rituais eram controlados e exercidos pelos núcleos familiares, dando-lhe uma característica privada. A partir dele se delegava aos monarcas destes reinos a administração e a organização da igreja católica em seus domínios. Através dele, o reino edificava as igrejas e nomeava os padres e os bispos com a aprovação do papa (SILVA, 2009).

mais impulso para desenvolver sua estrutura urbana. Para Piancó (1998), esse impulso também foi em decorrência da chegada de novas famílias provenientes de outras localidades mais desenvolvidas que introduziram novos estilos arquitetônicos, dinamizando a localidade. A partir da autonomia política, o comércio impulsionou o surgimento de algumas ruas nas proximidades da capela de Santo Antônio. Contudo, o comércio não era o sustentáculo econômico – a principal atividade era a monocultura da cana-de-açúcar e os engenhos de rapadura, promovendo o lema de: “terra dos verdes canaviais”, proclamado até os dias atuais.

A terra dos verdes canaviais se destacou no cultivo da cana e produção da rapadura, tornando-se um dos maiores centros produtores de rapadura do interior da capitania cearense, condicionado pelo funcionamento de mais de setenta engenhos (SILVA, 2009). Para essa atividade foi utilizada mão de obra diversificada, como escravos e homens livres, que produziu riquezas para uma pequena parcela da cidade, a elite canavieira.

A sociedade barbalhense assumia características aristocráticas, onde se evidenciava a prepotência, o abuso de poder e a marginalidade social da população, que não tinha estabilidade econômica, como era o caso dos homens livres, dos indígenas, dos prisioneiros e dos escravos. Restava a estes, como única forma de garantia de sobrevivência, a troca de força de trabalho pela alimentação, na maioria das vezes, insuficiente para repor a energia gasta nas tarefas que realizavam (PIANCÓ, 1998, p. 52).

Mesmo a cidade se destacando com essa atividade economicamente rentável, os serviços urbanos, por sua vez, especificamente os relacionados a saúde e educação, eram praticamente inexistentes para atender a população. Nessa conjuntura, em Barbalha, o sacerdote padre Ibiapina tornou-se um apoio para a população por meio do seu trabalho sócio-pastoral, norteados pelos valores do catolicismo popular, pautado na moralidade e nos ritos de penitência. Na década de 1860, os serviços sanitários, de educação e de saúde eram extremamente precários e a ação popular do sacerdote na construção de casas de caridade, cacimbas, cemitério e o acolhimento de pessoas vitimadas por doenças se caracterizaram como fator importante para o desenvolvimento local, sobretudo no modo de vida.

A preocupação maior do sacerdote se dava pelo modo de vida insalubre da população, principalmente frente às desigualdades sociais que se manifestavam na utilização da água potável, em virtude da epidemia de cólera em 1862 que resultou em 176 pessoas mortas e outras doenças transmitidas contagiando a população pelo uso de água poluída. Com a falta de cemitério, o enterro de pessoas da elite acontecia no interior e nos arredores da igreja, fato que deixava a população vulnerável à contaminação de doenças, mormente a população que frequentava a igreja. O padre Ibiapina apelava para as mudanças de hábitos por meio do seu

trabalho socioeducativo e religioso a fim de incentivar uma melhor qualidade de vida para a população (SILVA, 2009).

A vida aos poucos foi se ajustando em Barbalha, elevada à condição de cidade em 30 de agosto de 1876, pela Lei n. 1.746. Os primeiros anos que se seguiram foram extremamente difíceis, principalmente no triênio de 1877, 1878 e 1879, período da grande seca que assolou de forma devastadora a província do Ceará. Seguiu-se uma temporada de três anos sem chuvas, sem semeadura, sem colheita, disseminando na população surtos de doenças, mortes, processos migratórios, criminalidade, etc. Enquanto algumas famílias percorriam o caminho rumo à capital Fortaleza, muitas outras rumaram em direção ao Cariri em busca de refúgio.

Nesse triênio da grande seca, uma leva considerável de flagelados chegou ao Cariri, em especial a Juazeiro do Norte, buscando auxílio do Padre Cícero, pela fama de santo milagreiro, crenças que o padre pudesse saciar a fome, curar doenças e trazer aos pobres sertanejos a esperança da chuva molhar novamente a terra castigada pela miséria que assolava e devastava os seres vivos.

Ainda nessa época, a intervenção do governo central para empregar os flagelados no Cariri não se deu como de costume pela construção de infraestrutura como açudes; especificamente em Barbalha, essa intervenção aconteceu por meio da construção civil. A senhora Celene relata que, nesse período, ocorreu a construção do prédio da Câmara e Cadeia, que recebeu o nome do imperador que ordenou sua construção: Palácio D. Pedro II. Sua construção foi iniciada em 1877, no primeiro ano da grande seca: “A construção do prédio foi uma frente de serviço, quem construiu foram os flagelados da seca. Esse prédio foi construído para ser a casa de câmara e cadeia, funcionava a câmara em cima e a cadeia em baixo”⁴.

Barbalha, que tivera sua emancipação política, não teve autonomia e nem recursos para conviver com a grande seca que instaurou o caos por toda a província cearense. Além dos estragos sofridos, Barbalha, em 1878, perdeu a liderança do setor jurídico ao perder a categoria de comarca, ficando sob a jurisdição do Crato, como havia pertencido. Posterior a este fato, o posto de comarca passou por duas restaurações nos anos de 1889 e 1897, respectivamente.

Após o saldo negativo da grande seca, a vida na província cearense foi aos poucos se recompondo. Ao final do século XIX, Barbalha afirmava seu processo de urbanização, apresentando o setor de comércio em tecidos como uma influência econômica local e atraindo compradores de outras localidades. Visibilidade também teve a feira semanal, considerada

⁴Entrevista concedida à autora pela senhora Maria Celene Sá de Queiroz, realizada em 22 de outubro de 2018 (Apêndice F).

como local de diversificadas atividades: vendas, trocas, encontros, fofocas, bem como era também considerado espaço de lazer.

Mesmo as atividades rurais se sobrepondo economicamente às atividades urbanas, o comércio de tecidos teve destaque para a economia da cidade, particularmente influenciado pelos migrantes de outras localidades, sobretudo de Pernambuco. No entanto, pelo apoio que os coronéis barbalhenses declararam à candidatura do coronel Franco Rabelo, conflitando, dessa forma, com a posição tomada pelos líderes de Juazeiro do Norte, Padre Cícero e Floro Bartolomeu, que apoiavam e seguiam Nogueira Acioli. Em decorrência desse conflito, em 1914, com o coronel Franco Rabelo no comando do Ceará, Juazeiro do Norte sob o comando do Padre Cícero e Floro Bartolomeu, promoveu um movimento que ficou conhecido como Sedição de 1914⁵. Silva (2009) explica que, por causa desse movimento, Barbalha foi invadida por cerca de três mil jagunços e teve seu comércio saqueado, fato que fez retroagir o desenvolvimento da sua economia urbana e se tornou motivo de disputas políticas nas décadas seguintes.

Ao longo dos anos de 1970 e 1980, alguns empreendimentos foram implantados no Cariri mediante um projeto com vistas à industrialização, que foi pensado a partir da década de 1960, com a chegada da energia elétrica com a construção da hidrelétrica de Paulo Afonso. Em Barbalha foram implantadas indústrias como: Indústria Barbalhense de Cimento Portland (IBACIPE), Cerâmica do Cariri S/A (CECASA) e a Usina de Açúcar – Manoel Costa Filho que impulsionaram a economia local, esta última inaugurada em 1976, chegando a contribuir com cerca de 4% no PIB (Produto Interno Bruto) do Estado do Ceará na década de 1980 (BRITO, 2016).

A implantação dessas indústrias alavancou a economia em Barbalha, contribuindo para o desenvolvimento urbano. Com isto, também emergiu um processo migratório do campo para a cidade, aumentando de forma significativa o contingente populacional urbano. De acordo com Araújo (2013, p. 113): “Na década de 1970, o crescimento populacional foi maior que nos 40 anos anteriores. A partir do ano de 1980 a população do Município de Barbalha cresceu em torno de 8 mil pessoas por década”. Com a ascensão do município de

⁵Sedição ou guerra de 1914 foi um movimento que surgiu em Juazeiro do Norte e consistia na deportação do presidente do Ceará, Franco Rabelo. Um grande contingente de sertanejos (romeiros, cangaceiros e capangas), a pedido do Padre Cícero e sob o comando de Floro Bartolomeu, saiu invadindo várias cidades do Ceará até chegar a Fortaleza, onde foi decretada a deportação de Franco Rabelo. A guerra de 1914, segundo Ramos (2000), assumia vários significados, tais como: conflito entre as classes dominantes, defesa de Juazeiro, luta por direitos e uma guerra em nome de Deus.

Barbalha, alguns atrativos foram pensados especialmente para a promoção de atividades turísticas em virtude do potencial ambiental condicionado pela Chapada do Araripe.

Atualmente, Barbalha integra a Região Metropolitana do Cariri e compõe o já supramencionado triângulo CRAJUBAR. A configuração territorial do município apresenta-se dividida pela sua sede e mais três distritos: Arajara, Caldas e Estrela. Conta com uma população de aproximadamente 55.323 habitantes, sendo 38.022 na zona urbana e 17.301 na zona rural (IPECE, 2017).

Barbalha está inserida no expressivo espaço ecológico da Chapada do Araripe, peculiar ecossistema natural que dispõe oficialmente de duas unidades de conservação federais: a Floresta Nacional do Araripe (FLONA ARARIPE) e a Área de Proteção Araripe (APA ARARIPE). Em 2006, a Floresta Nacional do Araripe foi incluída na Rede Mundial de Geoparques da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), tornando-se o primeiro Geoparque do hemisfério sul. A área complementa rol de 57 parques de reconhecida importância para a proteção de riquezas geológicas e paleontológicas (DIAS, 2012).

O Geoparque Araripe agrega nove Geossítios em alguns municípios do Cariri: Santana do Cariri, Nova Olinda, Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha e Missão Velha. Em Barbalha, tem-se o Geossítio Riacho do Meio, localizado na comunidade rural de mesmo nome, dispondo de trilhas ecológicas, bicas de água e alguns monumentos naturais, como a “pedra do morcego”⁶ (Foto 1), também conhecida por ter sido abrigo dos cangaceiros do bando dos Marcelinos.

⁶A toponímia se deve ao fato de a rocha se encontrar encravada em meio a Floresta Nacional do Araripe, dispor de um ambiente escuro e abrigar morcegos.



Foto 1 – Pedra do morcego no Geoparque Araripe, município de Barbalha. Autora: Costa, Ana Paula Rodrigues, 2018.

Barbalha também integra a macrorregião turística Araripe/Cariri do Programa de Regionalização do Ministério do Turismo (PRT), conhecida por sua área ecológica agregando alguns balneários, algumas fontes naturais e trilhas ecológicas ao longo da Chapada, assim como uma diversidade de manifestações culturais, entre elas: reisado, maneiro pau, bandas cabaçais, grupos de penitentes, grupos de capoeira, cordelistas e muitos outros, além dos festejos ao padroeiro Santo Antônio, com a festa do “Pau da Bandeira”⁷.

⁷“A Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio em Barbalha, manifestação cultural do Ceará, é uma celebração popular que, desde 1928, antecede os festejos do dia de Santo Antônio de Pádua. Trata-se de uma grande celebração que acompanha a versão local do costume de erguer, em frente à Igreja Matriz da cidade, um tronco de grande porte para receber a bandeira do santo padroeiro da cidade. A data central da Festa é o domingo mais próximo de 31 de maio, dia do carregamento e hasteamento do pau da bandeira. É um evento que envolve, praticamente, todos os segmentos sociais da localidade, demonstrando, contudo, um protagonismo claro dos Carregadores do Pau, grupo formado por representantes das classes populares de Barbalha responsáveis pela escolha e corte do tronco que será transformado no mastro. No dia da festa, percorrem cerca de sete quilômetros que separam o local de preparação do mastro e a Praça da Matriz de Santo Antônio, no centro de Barbalha, com o pau da bandeira às costas. No dia do carregamento, a cidade inteira mobiliza grupos locais de folgedos populares e de devotos que ocupam as ruas da cidade. Em 2015, a festa do pau da bandeira foi reconhecida como Patrimônio Cultural Brasileiro e inscrita no Livro de Registro das Celebrações, pelo Iphan” (IPHAN, s/d).

Ressalta-se a influência do Balneário do Caldas (Foto 2), situado no sopé da Chapada do Araripe, em Barbalha, como instância hidromineral, associando religiosidade e cultura. O local foi ponto de atuação do sacerdote padre Ibiapina, sendo considerado como águas santas, abençoadas pelo Bom Jesus do Caldas, ao qual se atribui milagres pelos banhos nas fontes termais. Recebe turistas e romeiros em quantidade considerável no ciclo de romarias à Juazeiro do Norte, sendo uma extensão do roteiro de fé para os romeiros devido aos milagres atribuídos ao Padre Ibiapina como santo popular.



Foto 2 – Balneário Caldas, no município de Barbalha. Autora: Costa, Ana Paula Rodrigues, 2019.

As fontes termais do Caldas também ficaram conhecidas por ter sido ponto de apoio para cangaceiros do bando de Lampião quando visitavam o Cariri e do bando dos Marcelinos que utilizava o local para reabastecimento de água, alimentos, aliviar-se do cansaço e descanso dos animais. Lá, há uma placa (Foto 3) em referência ao acontecimento.

Barbalha ainda mantém preservado seu patrimônio histórico arquitetônico, com o centro histórico, apresentando casarões em estilo colonial, igrejas, arruamentos, prédios públicos como o Palacete 03 de Outubro, antigo prédio da Câmara e Cadeia D. Pedro II. Hodiernamente, o centro histórico encontra-se em processo de reconhecimento para

tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O município é reconhecido pela riqueza natural propiciada pela Chapada do Araripe e por expressivas manifestações culturais, sobretudo pela Festa do Pau da Bandeira.

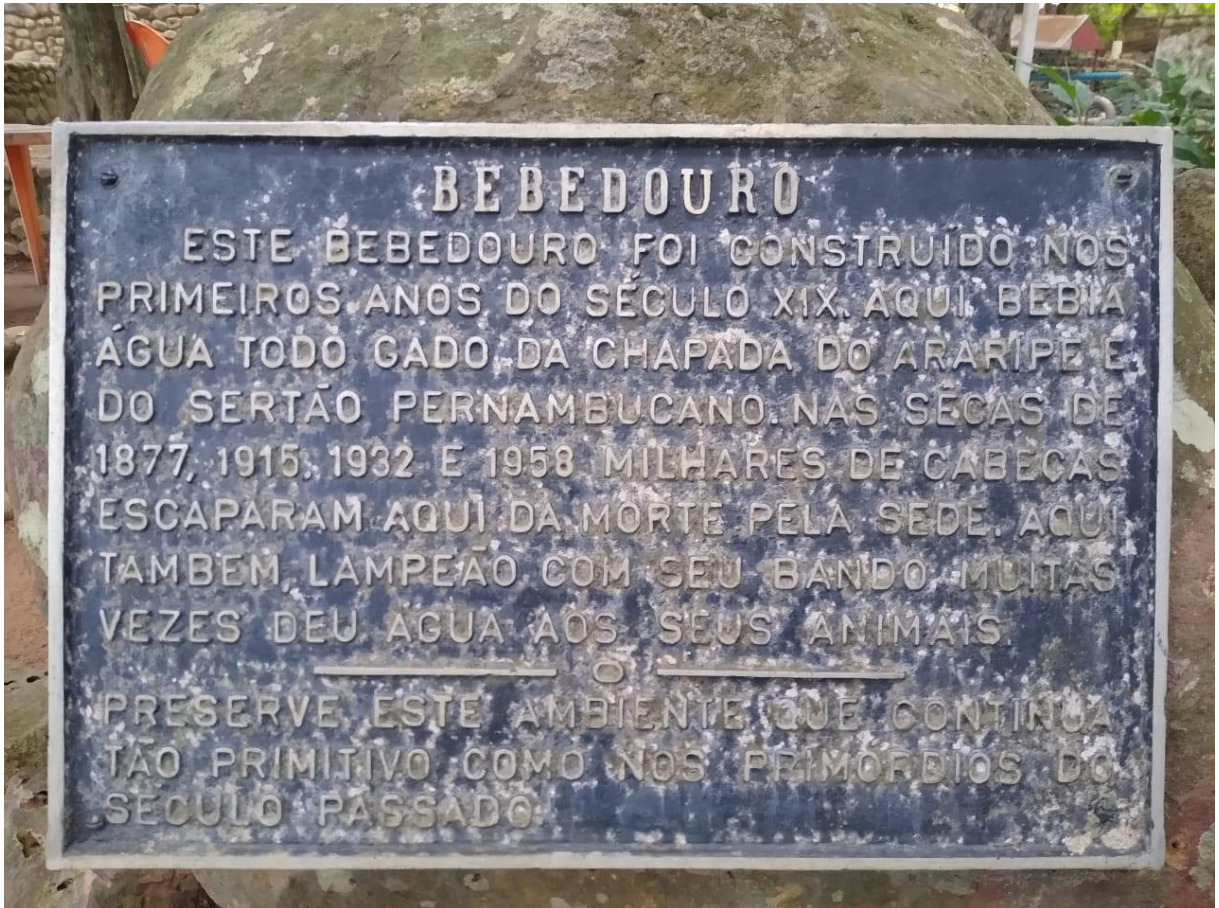


Foto 3 – Placa em referência ao bando de Lampião, no balneário Caldas, município de Barbalha. Autora: Costa, Ana Paula Rodrigues, 2019.

1.2 Movimento do cangaço: origens e motivações

Inicialmente, é preciso entender o termo cangaço e suas derivações. Conforme o historiador Luiz Pericás explica, (2010, p. 13-14) o vocábulo é bastante antigo e tem algumas alusões, como em 1830 e 1840 que, aparentemente, já era aludido no sertão nordestino e teria sido empregado pela primeira vez em 1872 por Domingos Vieira, significando: “reunião de objetos menores e confusos, utensílios das famílias humildes, mobília de pobre e escravo”. No entanto, apresentam-se outras definições para denominar o cangaço nos dias atuais. Uma delas foi registrada por Henrique de Beaurepaire no *Dicionário de vocábulos brasileiros*, em 1889, que indica “conjunto de armas que costumam conduzir os valentões”.

Outra explicação para o termo refere-se ao objeto canga, que deu nome tanto a um equipamento de tortura, como ao equipamento cangalha usado no lombo de bois e de outros animais de tração. No primeiro caso, a canga se assemelhava ao tronco que era usado para castigar os escravos e denotava a ideia de subjugação, de opressão. Utilizar o termo cangaço em referência ao tronco significava liberdade, independência, dignidade, representada no dito popular “nesse pescoço não se bota canga”, expressando a ideia de que aqueles homens não tinham mais um dono. No segundo caso, tratava-se de um utensílio que foi bastante utilizado como meio de transporte e de carga. Pericás (2010, p. 16) considera que as duas alusões mais comuns para designar o termo cangaço estão relacionadas de forma específica à canga.

[...] Uma delas compararia a subordinação ou independência dos cangaceiros aos ‘coronéis’, que supostamente imporiam seu domínio sobre os asseclas, como se fosse um instrumento de prisão e tortura (ou uma cangalha sobre o lombo de um animal); e outra, que associaria a canga aos apetrechos que os cangaceiros traziam pendurados no corpo. Houve quem dissesse, entretanto, que a ligação do termo ‘cangaço’ com a canga de boi se daria por causa da proximidade que ficavam os animais ‘juntos’ uns aos outros pelo aparelho de madeira. O conceito, nessa acepção, denotaria ‘união’.

A ideia de relacionar o termo cangaço ao objeto canga tem significados expressivos, denotando a relação ou repulsa ao sistema vigente entre os períodos de surgimento e perpetuação de bandos armados. Essa atuação inicialmente não recebeu o nome de cangaço. Pericás (2010) classifica a aparição dos primeiros bandos armados pelo sertão nordestino ainda no século XVII, com os soldados holandeses e bandeirantes paulistas em suas missões expedicionárias que o autor denomina de “bandoleiros”. Tais exemplos teriam sido a “base de constituição” para que, posteriormente, recebesse a denominação de cangaço.

Mais tarde no século XVIII, houve a atuação do pernambucano José Gomes, que ficou conhecido como “Cabeleira” e, na primeira metade do século XIX, a atuação de Lucas Evangelista, o “Lucas da Feira”, atuando entre o Agreste e o Recôncavo baiano. De acordo com Pericás (2010, p. 17), estes dois casos “[...] podem ser vistos como ‘precursores’ do que se definiu mais tarde como cangaço”. Mesmo havendo essas constatações na historiografia do cangaço, à época, até a primeira metade do século XIX, não havia organicidade de atuação, nem uma imagem definida do cangaceiro que caracterizasse o movimento com representatividade no sertão nordestino.

A atuação de bandos armados pelo sertão nordestino até meados do século XIX acontecia com mais incidência em períodos de seca, mas, sabe-se que os motivos que levaram esses bandos a perambularem pelo sertão nordestino não encontram seu cerne simplesmente

na seca. Há muitas questões relacionadas à miséria disseminada pelo Nordeste, como apontado por Castro (1992) ao discorrer que a elite coronelística se beneficiava da miséria que atingia as classes baixas para perpetuar suas riquezas. Pensa-se que, em virtude dessa constatação, muitos autores cometem, de certa forma, um equívoco ao determinar as condições climáticas, neste caso, a seca no Nordeste, como fator preponderante para o surgimento do cangaço.

A organização social no Nordeste fazia com que as famílias ficassem reféns de alguma ordem, quer seja dos coronéis, quer seja da igreja. O mandonismo, notadamente no Nordeste, fez com que, ao longo dos séculos, surgissem movimentos que sempre estavam ligados a um líder. As lideranças comandavam o povo nordestino que, no geral, o aprisionava sob suas ordens ou preceitos. Era comum que as famílias estivessem reunidas sob a “proteção” de coronéis ou líderes religiosos como forma de assegurar-lhes a sobrevivência.

No entanto, foi na passagem do século XIX para o XX que houve uma intensificação da formação de bandos armados – à época, já se atribuía a esses grupos o termo cangaço. Pericás (2010) caracterizou o cangaço como endêmico e epidêmico; para o autor, antes de 1890, o cangaço se configurava como endêmico, pois a aparição de bandos armados se dava de forma esporádica e muitos deles estavam subjugados às ordens de um determinado coronel. Já nas primeiras décadas do século XX, o cangaço chegou ao auge de sua existência como cangaço epidêmico, porque foi entre as décadas de 1890 a 1940 que mais surgiram bandos independentes pelo sertão nordestino representados por lideranças como Antônio Silvino, Sinhô Pereira e Lampião, considerados como alguns dos maiores nomes no cangaço.

As condições básicas para o surgimento do movimento do cangaço foram caracterizadas por Mello (2011, p. 140, grifo nosso), em três: “Cangaço [como] meio de vida, cangaço [como meio] de vingança e o cangaço como refúgio”. O cangaço como meio de vida tinha um sentido profissional, se configurava como uma alternativa de trabalho, uma atividade que assegurava a sobrevivência. O cangaço de vingança seria um meio que os homens encontravam para vingar-se de alguma ofensa física ou moral. O cangaço como refúgio era a garantia de proteção, um esconderijo para homens perseguidos.

Essas distintas condições também foram caracterizadas a partir da atuação de diferentes cangaceiros. No século XIX, Jesuino Brilhante ficou conhecido como um cangaceiro nobre; Zé Baiano, por sua crueldade; e Lampião é mencionado em várias literaturas de forma bastante contraditória, ora como um cangaceiro cruel, impiedoso, ora como bondoso que ajudava os pobres.

Os que conhecem, ainda que superficialmente, a história do nosso banditismo rural, sabem que a existência criminal desenvolvida por um Lampião, por exemplo, não pode ou, ao menos não deve ser confundida com aquela levada por um Sinhô Pereira ou Jesuino Brilhante. No campo subjetivo, diferiam as motivações, os interesses, as aspirações, como diferiam, os gestos, as limitações e as atitudes, no plano objetivo. Diversos foram os fatores que condicionaram a adoção do viver pelas armas em cada modalidade, como diversa se mostraria sempre a medida da conduta no respeito a certos valores, no comedimento das ações e na própria violência empregada (MELLO, 2011, p. 88-89).

Mello (2011) ressalta que existiram modalidades criminais bastante distintas dentro do cangaço, chegando a afirmar que existiram cangaços dentro do cangaço. Essas constatações estão relacionadas à duração do movimento e atuação dos bandos. No geral, os autores dedicam-se a tratar o cangaço a partir da atuação de Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, considerado por muitos como a personalidade maior do cangaço. Alguns autores, ao se referirem a cangaceiros que ficaram mais conhecidos no movimento do cangaço, retratam o cangaço de Jesuino Brilhante, o cangaço de Sinhô Pereira e o cangaço de Lampião porque estes cangaceiros atuaram em períodos distintos e suas atuações no movimento foram muito diferenciadas quanto ao comportamento enquanto cangaceiros.

As distintas opiniões sobre o movimento do cangaço, registradas ao longo da história, trazem algumas discordâncias e, por vezes, semelhanças nas ideias dos autores. Alguns deles, no geral nordestinos, que escreveram sobre o movimento, fizeram alguns apontamentos como sendo os responsáveis pelo surgimento do movimento do cangaço: o meio físico do Nordeste, a questão social, uma questão de instinto, uma questão de honra, dentre outros.

O escritor cearense Gustavo Barroso, considerado um grande estudioso do movimento do cangaço, escreveu algumas obras a respeito do assunto e uma delas foi o livro *Heróis e bandidos: os cangaceiros do Nordeste*, publicada pela primeira vez em 1930. Nele, o autor destaca que entender as causas de surgimento do cangaço é uma tarefa complexa e seu estudo oferece sérias dificuldades quanto ao surgimento e a atuação dos bandos. Ao longo do texto, quando trata da gênese do movimento, o autor faz referências a questões de ordem física, moral e social, e afirma que: “[...] Foi a alma do sertão que moldou e fundiu a do cangaceiro. A fim de viver nessa região agreste, batida de sol, é demasiadamente sóbrio” (BARROSO, 2012, p. 24).

Gustavo Barroso apresentava a ideia de que o meio inóspito do sertão teria sido responsável pelo surgimento do movimento do cangaço, pois os cangaceiros encontravam no movimento uma forma de resistência a essas condições sociais existentes no sertão nordestino. Esse combate era classificado pelo autor como sendo um ato de coragem e

resistência. Embora Barroso tenha influência pelos registros que deixou ao longo de sua vida, entendemos que o movimento do cangaço não tem como causa única ou principal para sua origem a seca no sertão nordestino.

Na verdade, o movimento do cangaço foi resultado de relações que estavam alicerçadas entre dois pilares centrais da sociedade: o coronelismo e a violência da época existente no sertão nordestino. O Nordeste chama atenção ao longo de sua formação histórica e geográfica que sempre foi sendo mascarada, principalmente a respeito da questão social, sendo as questões do meio físico argumento para justificar a miséria na região.

Andrade (1973) afirma que o Nordeste é repleto de contradições, sendo apresentado como área seca, problemática e essa situação favorecia o repasse de verbas do governo. Uma terra que foi produtora de grandes canaviais, que enriqueceu uma pequena elite em detrimento da população ou como região de revoluções libertárias. Em meio a tantas contradições, viu-se, ao longo do tempo, uma elite local sendo beneficiada pela miséria do restante da população. Para se garantir no poder, a elite precisava manter as famílias sob sua “proteção”, de modo que o coronel se tornava o “padrinho” de todos. Essa situação era conhecida como “apadrinhamento”, que estava caracterizada no “mandonismo” dos coronéis para com os sertanejos.

Outro autor bastante influente por seus escritos é Rui Facó que, em 1954, publicou o livro *Cangaceiros e fanáticos*, no qual afirmou que o misticismo e o cangaço tinham ligação direta. Para ele, homens que empunhavam armas para tornarem-se cangaceiros ou que se reuniam em torno de um monge ou conselheiro e por isso eram chamados de fanáticos, na realidade, não passavam de vítimas da organização social. Ademais, entende que o movimento do cangaço foi uma forma que os cangaceiros encontraram de se rebelar contra a ordem dominante e de não se submeterem a trabalhos forçados, uma vez que eram homens de origem humilde, geralmente camponeses oprimidos.

Facó (2009, p. 28) esclarece ainda que movimentos como o cangaço lutavam contra o latifúndio, a miséria e a exploração que o monopólio da terra engendrava e mantinha secularmente no Brasil. Tratava-se de uma luta “inconsciente”, mas capaz de revelar o potencial revolucionário das populações sertanejas.

Estas populações viam-se à margem da sociedade constituída e totalmente sujeitadas aos coronéis, sendo que a classe dos pobres do campo não tinha terras nem outros bens, não tinha direitos, não tinha sequer deveres, além daquele de servir ao ‘senhor da terra’. Nas terras dos grandes proprietários, as famílias não tinham opinião livre, para estas, os coronéis eram a polícia, os tribunais, a administração, eram tudo, pois esses detinham o poder.

Em discordância com a ideia apresentada por Facó (2009), Pericás (2010), um dos reconhecidos estudiosos do movimento do cangaço, discorreu que a perpetuação de bandos de cangaceiros pelo Nordeste não estava diretamente ligada ao latifúndio. Segundo o autor, o cangaço era uma forma de expressão da luta contra a opressão, mas muitos bandos de cangaceiros não eram compostos apenas por camponeses oprimidos. Muitos homens que ingressaram no cangaço provinham de famílias de posses ou mantinham convivência amigável com coronéis, comerciantes, chefes políticos e policiais que, por sua vez, garantiam-lhes abrigo e proteção.

Inúmeros chefes de bandos tinham uma condição de vida considerável, como Sinhô Pereira, mencionado pelo autor, por exemplo, que era neto de um senhor barão; o cangaceiro Sabino Góis era filho bastardo de um coronel – quando jovem, teria sido tangedor de boiada; o cangaceiro José do Vale era filho de uma rica senhora de engenho no Pernambuco; já outros foram inicialmente vaqueiros e acumulavam cabeças de gado vivendo uma boa condição financeira. Esses são alguns dos exemplos destacados para demonstrar que o surgimento de bandos de cangaceiros não estava diretamente ligado, como causa primária, à “miséria provocada pela seca” ou como rebeldia aos coronéis.

Ainda sobre o surgimento do movimento do cangaço, tem-se Pernambucano Mello (2011) com a obra *Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil*, tido como um clássico para os estudos do movimento do cangaço. O autor discorre que o cangaço estava ligado a uma questão de revolta e rebeldia no campo e que, comumente, os bandos de cangaceiros tinham no cangaço um meio de vida. Informa ainda que o cangaço era considerado por muitos cangaceiros como uma profissão, um trabalho, um meio de vida, no qual os cangaceiros agiam por conta própria, mas também faziam “mandatos” que, geralmente, eram serviços prestados aos coronéis.

Contudo, é importante entender que os estudiosos do movimento do cangaço apresentam uma evolução do homem nordestino até chegar ao cangaceiro. Mello (2011) traz que, para entender o cangaceiro, é preciso conhecer: o “cabra”, o capanga, o pistoleiro e o jagunço. O autor compreende que esses sujeitos sociais antecederam o cangaceiro e serviram de referência para a atuação dos bandos. Atrelado a esta ideia de “homens com macheza” estava o coronel, que tinha sob sua tutela homens de sua confiança para realizar qualquer tarefa, desde vigiar terras e pessoas até castigar ou matar aqueles que não lhe obedecessem.

A principal diferença entre o pistoleiro, o jagunço, o capanga e o cangaceiro era quanto a estar submetido às ordens de um coronel. Uma das características dos cangaceiros

era que eles mesmos estabeleciam suas regras sem receber ordens. Alguns coronéis passaram a servir aos cangaceiros na condição de “protetores”, oferecendo asilo, informações, repassando armamentos e acoitando os cangaceiros. Essa relação entre cangaceiros e coronéis era vantajosa para ambos, pois os benefícios eram estabelecidos pela troca de favores, caracterizando a liberdade dos bandos em relação ao coronel.

Pode-se dizer que os bandos de cangaceiros aderiam ao movimento do cangaço por causa de disputas, em busca de refúgio, por desonra familiar e vingança. Esses motivos estavam ligados a disputas que envolviam desde brigas por extensões de terras, fazendas, furto de animais, discussão por motivos fúteis, desonra familiar por assédio moral ou sexual, entre outros, não importando a classe social a qual pertencia o futuro cangaceiro. Pericás (2010, p. 37) aponta que: “[...] as questões de honra muitas vezes sobrepassavam as questões fundiárias em algumas instâncias”. A honra vinha em primeiro lugar ao classificar um homem sertanejo.

Destarte, a ideia da honra está ligada ao valor social do dito popular “homem de bem”. Se era um homem de bem, então seu nome e o de sua família não poderia estar vinculado com algo “imoral”. Neste caso, a vingança era vista como um “escudo ético”: se eras ofendido, desmoralizado, a vingança era algo consumado, nem que para isso findasse toda a família em uma guerra que poderia durar anos. Barros (2007) escreveu sobre as gestas sertanejas, abordando a ideia da honra que as famílias se utilizavam para guerrear entre si. As batalhas travadas entre famílias eram justificadas em nome da honra. Desse modo, muitos bandos foram surgindo no cangaço por razões de vingança.

O movimento do cangaço teve seu auge de atuação do final do século XIX ao início do XX e ficou marcado na história e no pensamento social brasileiro, sobretudo no folclore a partir dos folhetos de cordel, responsável direto para a divulgação da trajetória cangaceira, especialmente nas feiras que geralmente aconteciam semanalmente nos municípios do sertão nordestino, sendo um espaço de massificação das histórias de cangaceiros que eram contadas de forma cênica e expostas em cordas com xilogravuras.

Assim, tornou-se mais conhecido e propagado com a atuação de Lampião por ter sido a personalidade mais massificada na história do cangaço. Começou a declinar exatamente com a morte do maior cangaceiro no município de Poço Redondo, em Sergipe, no ano de 1938. Depois da morte de Lampião, o cangaceiro mais atuante que restou foi Corisco, morto em 1940. Autores como Pericás (2010), por exemplo, consideram que, com a morte de Corisco, o movimento do cangaço chegou ao fim. Após 1940, algumas aparições de cangaceiros foram relatadas; todavia, essa atuação foi rapidamente coibida pelo governo e,

desde então, não surgiram outros bandos, encerrando, dessa maneira, o ciclo do cangaço no sertão nordestino.

1.2.1 O bando dos Marcelinos: da peixeira ao cangaço

Desde o século XVIII, era comum o aparecimento de bandos armados no sertão nordestino. Mas a eclosão de novos bandos se deu a partir do século XIX, sendo alguns mais relatados e outros menos. Soares (2005) escreveu sobre os bandos “anônimos” no cangaço, que tiveram poucos ou nenhum registro de forma escrita, tendo destaque conferido a bandos como o de Lampião, deixando muitos outros no anonimato ou mesmo no desconhecimento, até por parte de quem pesquisa o movimento do cangaço. Os bandos de cangaceiros surgiram pelos mais diversos rincões do Nordeste, por motivos diversos, como explicitamos anteriormente. No Ceará, na região do Cariri, na década de 1920, teve atuação o bando dos Marcelinos.

De acordo com a história escrita e oral, Antônio Marcelino casou-se com Maria Luzia e constituíram família com uma prole de nove filhos. Viviam alternando residência entre Ceará e Pernambuco devido à família paterna ser originária do Caldas, em Barbalha, e a materna de Caririzinho, em Pernambuco, bem como por terem trabalhos em parceria, arrendamento e cultivo em seus pequenos roçados. Em 1917, com a morte do chefe da família, os irmãos mais velhos, Raimundo, João e Manoel, tornaram-se responsáveis pelo sustento familiar, exercendo as profissões de barbeiro, agricultor e vaqueiro respectivamente.

Em 1919, a família Marcelino ficou órfã de pai e mãe. Em 1923, um ato mudou o destino da família: João Marcelino sofreu uma desmoralização na feira do Caririzinho, em Pernambuco, por ter sido desarmado de sua peixeira pelo delegado local.

[...] eu ouvi muito meu pai dizer como começou. Como e porque eles entraram no cangaço. Eles eram uns rapazes que faziam umas feiras aqui no Caririzinho. O Caririzinho é aqui pertinho, mas já é Pernambuco, aqui logo acima, nós já estamos bem na fronteira, daqui até a fronteira entre Ceará e Pernambuco são 18 km. Do lado de lá aconteciam umas feirinhas, no Caririzinho. Eles, por serem filhos de um homem de bem, os Marcelinos, por nunca terem sofrido desfeita, eles faziam umas feiras “pra” lá, levavam “pra” vender na feira frutas e mais alguma coisa, o certo é que eles tinham essa feira e eles iam “pra” lá semanal, com carga de frutas, de manga, siriguela, eles levavam frutas “pra” lá. Aconteceu que, um dia, desarmaram o João, tomaram a faca dele, “tava” todo mundo por lá [...]. Então, tomaram a faca desse rapaz e ele se sentiu decepcionado, voltou para casa. Quando chegou contou ao irmão, aí os dois conversando decidiram matar o homem, por nome Ioiô, que foi quem tomou a faca que ele era o delegado. Homem rico,

que era o delegado, esses delegado “provisório” que os chefes políticos colocavam. A família dos Marcelinos era um povo de bem, segundo dizia meu avô mais meu pai⁸.

O relato do senhor Citonho traz a versão daqueles que conheceram, ouviram e até mesmo vivenciaram o episódio. Daí a importância da memória para identificar os lugares de atuação do bando dos Marcelinos. Compreendemos que a memória, como fonte de informação, possui suas lacunas, mas, pode e deve ser explorada no intuito de construir referências sobre fenômenos que não possuam fontes escritas ou quando são escassas. Nesse sentido, a memória coletiva serve de suporte para superar tais lacunas, tendo em vista que a memória coletiva se ancora no espaço e se constrói de forma intersubjetiva. Concordamos, dessa forma, com Abreu (2012, p. 26, grifo nosso) que, ao discutir os trabalhos de Halbwachs, aponta:

A memória, já sabemos, tem uma dimensão individual, mas muitos dos seus referentes são sociais, e permite que, além da memória individual, que é por definição única, tenhamos também uma memória intersubjetiva, uma memória compartilhada, uma memória coletiva. Essa memória não é a agregação pura e simples de memórias subjetivas. [...] [A memória coletiva] ela é um conjunto de lembranças construídas socialmente e referenciadas a um grupo que transcende o indivíduo.

Mesmo possuindo referenciais individuais, as narrativas que se apresentam sobre os Marcelinos e os seus desdobramentos no cangaço constituem-se de uma memória coletiva, ligada a um grupo social que vive ou viveu próximo aos lugares de atuação do bando. Assim, presente em um grupo social, as lembranças que são trazidas do bando não se encontram apenas no campo da subjetividade do sujeito, mas na intersubjetividade de um grupo social que guarda os referenciais temporal-espaciais de atuação do bando.

A respeito da narrativa dos fatos que levaram os Marcelinos a ingressarem no cangaço, como apontado pelo senhor Citonho sobre a questão da desarma da faca de João, há um contexto simbólico que deve ser elucidado. Era comum que os homens do Nordeste carregassem consigo uma peixeira na cintura para qualquer local que fossem. A peixeira era instrumento de trabalho, de autodefesa e representava um *status* de valentia e coragem.

A formação do bando dos Marcelinos estava diretamente ligada a esse instrumento tão utilizado pelo homem do sertão nordestino. A peixeira expressava a bravura, o respeito, a valentia do sertanejo e, ser desarmado de sua peixeira publicamente foi, para João Marcelino, um desrespeito, uma ofensa. O fato de o delegado desarmá-lo de sua peixeira e tê-la atirado

⁸Entrevista concedida à autora pelo senhor Citonho, realizada em 12 de outubro de 2018 (Apêndice D).

ao chão, diante do aglomerado de pessoas, foi, para João Marcelino, uma humilhação: uma ofensa que afetava toda família.

A feira era um acontecimento semanal, um ponto de encontro para passear, rever os conhecidos, para moças e rapazes uma oportunidade de paquerar e para realizar as compras para a manutenção diária da família. O espaço da feira era um lugar público, de sociabilidade, onde todas as pessoas conviviam amigavelmente, muitas vezes comparecendo à feira apenas pelo lazer. Na feira do Caririzinho, os homens tinham o costume de não andar com a peixeira à mostra por respeito ao lugar de convivência ou por temor às autoridades policiais. Segundo as narrativas dos sujeitos da pesquisa, João não havia adentrado a feira com a peixeira na cintura. Ele havia se retirado e depois voltado para enviar um recado para um parente que ainda se encontrava na feira, quando foi abordado pelo delegado e desarmado.

Um acontecimento como este, de perder a peixeira dessa maneira, em público, era uma desmoralização que, de algum modo, deveria ser vingada. Naquele mesmo lugar da feira, o ofendido declarou vingança, diante de todos, para que ficasse registrado que uma desavença havia começado. Barroso (2012, p. 29), analisando fatos decorrentes de ações de desmoralização, discorre: “[...] no sertão quem não se vinga, está moralmente morto”. Atos como este eram comuns para perpetuar bandos de cangaceiros pelo Nordeste. O cangaço se configurava como um meio de honrar a família e não se tornar motivo de zombaria na sociedade.

A decisão de entrar no cangaço era sem volta. A partir do momento em que a tomava, o sujeito estava marcado pelas forças volantes. A vida no cangaço exigia resistência, bravura, habilidade e conhecimento do meio natural, da paisagem em que percorriam. Os cangaceiros viviam como nômades perambulando pela mata, caminhando por distâncias e utilizando seu corpo para carregar seus pertences: água, comida, armas e os companheiros feridos em algum combate. A sobrevivência dos bandos na caatinga dependia muito do conhecimento que os cangaceiros tinham do meio em que percorriam e com as amizades, os coiteiros. Todo bando precisava de coiteiros para alertá-los e ajudá-los a atender suas necessidades básicas.

Nesse contexto, os Marcelinos tomaram a decisão de ingressar no movimento do cangaço em 1924. A formação inicial no cangaço se deu com os irmãos Manoel Marcelino e João Marcelino. Ambos trabalhavam para o coronel João Coelho quando decidiram ingressar no cangaço para vingar a desmoralização que João havia sofrido.

Metidos em roupa de mescla, camisa de campanha, cartucheiras, dois bornais cada, rifle na mão, apresentam-se ao coronel João Coelho, no Sítio Consolo do outro lado da serra, quando Manoel anuncia – coroné, vim

entregar o seu gado. Até hoje fui vaqueiro, de hoje em vante sou cangaceiro. Não procurei a desgraça, mas ela me achou (PEIXOTO JUNIOR, 2009, p. 62).

A ofensa e a desmoralização resultaram na vingança, o que fez com que toda a estrutura familiar fosse alterada. Os irmãos mais velhos, que eram responsáveis pelo sustento familiar, ao decidirem pelo cangaço, deixaram suas irmãs sozinhas e expostas, uma vez apontadas como irmãs de cangaceiros. Com medo de viverem sozinhas, as irmãs e o irmão mais novo da família dos Marcelinos foram acolhidos em Juazeiro do Norte pelo Padre Cícero, que havia acolhido as irmãs de Lampião para viverem sob sua proteção.

Assim, os irmãos Marcelinos concretizaram a promessa de vingança, cumpriram o propósito inicial que os levaram a ingressar em uma vida cangaceira e mataram o delegado Ioiô Peixoto. A respeito desse acontecimento, o senhor Citonho comenta:

Eles voltaram para se vingar de Ioiô da desarma, o pior, ele tinha um filho deficiente. Aí o Manuel, que era o Bom Deveras, disse que só o velho não pagaria a desmoralização que ele tinha feito ao irmão, ia matar também o aleijado, o menino deficiente, nesse tempo o povo chamava era assim. Aí ele disse a João: “você fica aqui que eu vou esperar ele lá na bebida que ele dá água ao gado, que todo meio-dia ele vem dar água a esse gado lá”. Eles inteligente, pegaram todo o roteiro dele. A ordem era que, quando Ioiô chegasse, “pra” dar água ao gado, o Bom Deveras matava ele e João, lá da casa, quando ouvisse o tiro de lá, matava o filho do delegado e assim eles fizeram⁹.

A narrativa anterior reitera o episódio. Tal lembrança também se fez presente em outros relatos de entrevistados. É assim que se constitui a memória coletiva, fonte de intersubjetividade de um grupo social que guarda um tempo-espço em comum, uma memória que é compartilhada, que preserva não só a lembrança do bando, mas da própria vivência que se tinha no seio familiar. O relato do senhor Citonho ora coloca como se ele mesmo tivesse sido ouvinte do fato, ora como se tivesse presenciado o fato. Tal processo é comum quando os velhos realizam seus relatos, contam suas histórias, colocando-se às vezes como narrador, às vezes como personagem, o que demonstra o contexto da intersubjetividade da memória coletiva.

Durante o período de sua atuação, os Marcelinos foram acoitados, perseguidos e admirados. Atuaram junto ao bando do “rei do cangaço”. Manoel Marcelino, o vulgo “Bom Deveras”, recebeu este apelido do próprio Lampião depois de ser posto à prova no tiro. Os irmãos Marcelinos andaram com o bando de Lampião e chegaram a chefiar um dos seus

⁹Entrevista concedida à autora pelo senhor Citonho, realizada em 12 de outubro de 2018 (Apêndice D).

subgrupos. João Marcelino foi batizado no cangaço pela alcunha de João 22 e fez parte da fracassada investida a Mossoró, com o bando de Lampião, em 1927.

Após alguns anos debaixo do cangaço e tendo cumprido a promessa de vingança, bem como, após a morte de Bom Deveras em confronto com a “volante”, no sítio Minador, em 1927, João 22 passou a chefiar o bando e com os cinco “cabras” restantes fez do cangaço um meio de vida, tendo introduzido o sequestro no Cariri.

No ano de 1928, foram escolhidos minuciosamente e enviados de Fortaleza homens do exército a mando do desembargador Moreira Rocha para capturarem os “bandoleiros” que, para as autoridades, afrontavam e ameaçavam a vida no Cariri. Os cangaceiros foram capturados na Chapada do Araripe e o chefe morto “levado no pau”, como foi lembrado na narrativa do senhor Napoleão Tavares. Os demais foram presos e levados para a cadeia pública da cidade de Barbalha.

[...] eles mataram João 22, aí João 22 entrou aqui em Barbalha, seu Antônio Costa me disse que viu, num pau como se carrega porco quando morre e a cabeleira arrastando no chão e cheia de sangue, melada de poeira da estrada de lá até cá, no ombro dos soldados. Entraram aqui em pleno dia que era para o povo ver que não tinha mais Marcelino e que eles tinham liquidado com o resto. A família era ali do Riacho do meio, do sítio do coronel João Coelho e, com aquele ato, eles achavam que tinham apagado tudo e realmente apagaram, só ficou a história que você “tá” resgatando agora¹⁰.

Importante observar a preocupação apresentada pelo senhor Napoleão, de “apagar da história” o bando dos Marcelinos, tendo em vista que o grupo social que recorda dessas lembranças está desaparecendo, posto que a história do bando não é alvo de debate em outros segmentos sociais, isso se deve a diferentes interesses e distintos contextos. O que nos cabe ressaltar sobre a memória coletiva é que ela:

[...] está sempre se redefinindo. Quando um período deixa de interessar ao período seguinte, isso não quer dizer que o grupo se esqueceu de uma parte do passado. O que acontece é que, na realidade, o grupo já não é mais o mesmo. Quando isso ocorre, e se não se quer perder uma lembrança que não mais se sustenta por si mesma na consciência dos grupos, é comum então que essa lembrança seja eternizada, que seja registrada, transformando-se então em *memória histórica* (ABREU, 2012, p. 26, grifo do autor).

Nesse debate se apresenta nosso interesse de pesquisa, tendo em vista a importância que percebemos em resgatar a história dos Marcelinos e seus lugares de atuação, revisitando um contexto espaço-temporal que pode ser perdido nas linhas do tempo, caso não sejam

¹⁰Entrevista concedida à autora pelo senhor Napoleão Tavares, realizada em 18 de setembro de 2018 (Apêndice B).

tratadas essas narrativas à luz de uma interpretação teórica, permitindo que os lugares de atuação do bando sejam valorizados.

Ao mesmo passo, busca-se valorizar a função social dos velhos, que tem suas funções sociais reduzidas, são tratados como cansados para definirem o seu sentido do eu com projetos e ações. O ato de narrar histórias e revisitar lembranças fortalece a existência e o sentido do eu destes sujeitos.

Retomando a narrativa do senhor Napoleão no tocante à investida policial para capturarem os cangaceiros, o que ocasionou a morte de João 22, foi apreendido e encarcerado na cadeia pública de Barbalha também o restante do bando, entre eles, Marcelino, vulgo Lua Branca, o último da prole que ingressaria no cangaço, o mais novo do bando de um restante de cinco: Lua Branca, João Gomes, Joaquim Gomes, Pedro Miranda e Manoel Toalha. Estes foram retirados da cadeia para julgamento em Fortaleza.

Assim todos mais tarde, viriam a saber que: “naquela fria manhã de 05 de janeiro de 1928, com o pretexto de transportar os presos para a capital Fortaleza, o sargento José Antônio e seus soldados, conduziram-nos para o sítio Alto do Leitão, localizado junto à estrada entre Crato e Barbalha. Lá chegando, obrigaram os indefesos presos cavarem suas próprias sepulturas. Ainda não satisfeitos, fuzilaram um a um, sem piedade. Até o último cair na cova mortuária” (SANTOS, 2001, p. 59).

Interpretando este fato do fuzilamento dos cinco cangaceiros restantes do bando dos Marcelinos, muitos comentários foram tecidos pela imprensa local, inclusive o jornal *Correio do Ceará*, que republicou a notícia dada pelo jornal *Gazeta do Cariri*¹¹, destacando a seguinte frase: “Que a terra lhes seja leve” (CORREIO DO CEARÁ, 1928, p. 3).

O jornal *O Povo* da capital Fortaleza também relatou o ocorrido condenando tamanha atrocidade. Demócrito Rocha, jornalista e diretor do veículo, publicou, sete dias depois do acontecido, uma matéria considerando o fuzilamento como um extermínio sistemático dos testemunhos e responsabilizou o governo pelo ato.

Se o governo persistir nesse macabro propósito de fuzilar os presos para consentir vida tranquila a seus apaniguados e mandantes de todos os crimes, dentro de pouco tempo, o recorde de vinte e duas marcas limadas por Marcelino no cano de seu trabuco, terá sido ultrapassado pelas que o sr. Presidente deverá fazer na caneta com que irá lavrando novas sentenças contra a vida desses desgraçados (O POVO, 1928, p. 3)¹².

¹¹Buscou-se ter acesso a publicação original realizada pelo Jornal *Gazeta do Cariri*, no entanto, o único exemplar existente não está disponível para consulta, passando por um processo de digitalização que ainda não havia sido realizado no período de realização da pesquisa.

¹²Não existem mais exemplares impressos disponíveis para acesso, havendo apenas a microfilmagem da edição do jornal, disponível para consulta na Biblioteca Municipal de Fortaleza.

Demócrito Rocha publicou a matéria em seu jornal no dia 12 de janeiro de 1928. Embora o fato tenha acontecido em 05 de janeiro, a reportagem só foi publicada sete dias após o fuzilamento. Demócrito Rocha estava à espera dos cangaceiros em Fortaleza para o julgamento, caso que havia sido divulgado, todavia, os cangaceiros não chegaram nem a sair do município de Barbalha, onde foram fuzilados. O jornal *O Povo* publicou a matéria apresentando críticas ao governo e ao sistema que havia sido instaurado para perseguição aos bandos de cangaceiros pelo sertão nordestino.

O jornal *Correio do Ceará* republicou a reportagem do jornal *Gazeta do Cariri* na data de 27 de dezembro de 1928, dedicando uma página inteira para falar do bando dos Marcelinos, data essa que aconteceu o ataque em que João 22 foi morto. O jornal também publicou os bilhetes que os cangaceiros escreveram pedindo resgate ou extorquindo as famílias que tinham condições financeiras, ainda apresentando uma retrospectiva da vida do bando.

O cangaço, no Nordeste, constitui-se como um movimento relevante que deixou marcas na memória dos sujeitos que é recontada muitas vezes de forma folclórica. Produziram-se muitos trabalhos literários e científicos mesclando a história de homens nordestinos que lutaram contra as injustiças sociais ou entraram no cangaço pelo desejo de vingança.

O motivo que ocasionou a formação do bando dos Marcelinos coincide com muitos outros; o que difere é sua atuação. Embora vivessem como nômades na Chapada do Araripe, o bando estava sempre em contato com a população, fazendo constantes aparições em público. Foi um bando com poucos cangaceiros e pouco tempo de atuação: como agiam quase sempre no mesmo perímetro, não percorriam longas distâncias. Pode-se considerar que o bando viveu seu período de atuação no seu lugar de origem, como forma de sentirem-se protegidos ou por não quererem disputar com outros bandos.

Um bando de cangaceiros atuar no cangaço por cerca de quatro anos é considerado de pouca vivência, apesar da vida “bandida” que levavam. Um aspecto que conota e remete à ideia de cangaços dentro do cangaço são os lugares de atuação do bando dos Marcelinos: clima, vegetação e disposição do meio ambiente na área da Chapada do Araripe diferem muito das demais áreas do sertão nordestino. Na área que corresponde a Chapada, a vegetação vai desde a caatinga a resquícios de mata atlântica e cerrado. Uma vegetação bem menos “agressiva” que em outras áreas do Nordeste, clima ameno, com uma disposição de água a todo o momento por meio das fontes naturais.

Esta condição do meio natural na Chapada do Araripe foi um dos motivos por não terem seguido o bando de Lampião quando se encontraram no Cariri e perambularam juntos, mas por pouco tempo. Bom Deveras, chefe dos Marcelinos, não aceitava ordens de ninguém; para tanto, não viveria sob o julgo de Lampião. Chegaram até a passar um tempo juntos por volta de 1926 chefiando um subgrupo de Lampião antes da morte de Bom Deveras.

Destarte, a Chapada do Araripe conotava o sentido de lugar para o bando dos Marcelinos, assim como é conotado para os sujeitos da pesquisa que dispunham em suas narrativas que a Chapada do Araripe era o lugar de vida dos cangaceiros, de modo que se sentiam parte dessa afirmação como sujeitos sociais.

CAPÍTULO II

LUGAR E MEMÓRIA NA CONSTRUÇÃO DO SUJEITO CANGACEIRO

O movimento do cangaço como expressão de rebeldia e luta social no sertão nordestino, tem sido tema de muitas pesquisas em diversos campos das ciências humanas. Configurou-se, na história do Nordeste, como um movimento que deixou marcas na paisagem, nas lembranças, histórias e símbolos que despertam nos sujeitos sentimentos contraditórios: amor e ódio, respeito e medo, admiração e aversão. Os bandos que nele atuaram se estabeleceram em períodos e lugares diversos: uns com mais tempo, outros com menos; alguns em vastas áreas, outros mais circunscritos nas proximidades de seu lugar de origem. Dentre os diferentes bandos, insere-se o bando dos Marcelinos que atuou por um curto período de tempo em Barbalha, no Ceará.

O sentimento de pertencimento, a valorização do lugar, a rememoração, a afetividade que os sujeitos nordestinos trazem do cangaço, tudo isto pode ser interpretado em uma perspectiva geográfica de forma singular e em particular na geografia humanista, pelo sentido que os lugares têm nas vivências e nas experiências dos sujeitos. Nessa perspectiva, Buttimer (2015, p. 9) discorre: “os significados de lugar para aqueles que vivem nele têm mais a ver com a vida e os afazeres cotidianos do que com o pensamento”. Os sujeitos se relacionam com o lugar a partir de suas vivências, seus sentimentos, de modo a se constituírem e conformarem esse lugar.

Para Oliveira (2012, p. 12): “a valorização dos lugares provém de sua concretude [...] é um objeto no qual se pode habitar e desenvolver sentimentos e emoções”. É nesta perspectiva que se busca inserir, a partir da geografia humanista, pontuando o sertão nordestino como lugar de afetividade, o ato do pertencer para os cangaceiros, assim como para os sujeitos que narram suas memórias atualmente.

Para tanto, os aspectos materiais presentes na paisagem trazem sentimentos e sentidos de pertencimento aos sujeitos. Tuan (2013) discorre a respeito dos aborígenes australianos e o sentido profundo de história que essas sociedades possuem como forma de resistência desses sujeitos e de seu grupo, ponderando, no entanto, a necessidade do registro escrito e da contagem do tempo preciso, pois sem estes o sentido de tempo não pode ser profundo.

Transpondo tais ideias e pensando na paisagem da caatinga, assim é esse espaço transformado em lugar para os sujeitos que relatam o cangaço. Tuan (2013, p. 230) observa que: “[...] Os acontecimentos que precedem o seu mundo presente estão registrados nos aspectos da paisagem, e cada vez que a pessoa passa por determinado desfiladeiro, caverna ou

pico, pode lembrar as façanhas de um ancestral e herói cultural”. Nesse contexto, pensando as narrativas dos sujeitos sobre o cangaço, lugares significativos de atuação dos Marcelinos, elas tornam-se objetos presentes na paisagem que dão suporte à lembrança e à memória e reafirmam a cultura e a identidade do grupo social aqui pesquisado.

Do ponto de vista da memória coletiva, o espaço transformado em lugar permite aos sujeitos de um dado grupo social revisitar pelas lembranças os momentos de outrora e assim trazer, à luz do presente, os momentos pretéritos, mas que ainda estão ancorados pela lembrança presente na paisagem e no espaço. Desse modo, pondera Halbwachs (2003, p. 170):

É ao espaço, ao nosso espaço – o espaço que ocupamos, por onde passamos muitas vezes, a que sempre temos acesso e que, de qualquer maneira, nossa imaginação ou nosso pensamento a cada instante é capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção, é nele que nosso pensamento tem de se fixar para que essa ou aquela categoria de lembranças reapareça.

Assim, sempre que realizamos uma entrevista, buscamos as narrativas dos sujeitos pertencentes ao grupo social que reconhecem a história do bando dos Marcelinos, e percebe-se o aporte espacial a um objeto material existente na paisagem ou que já existiu para relatar os fatos ligados ao bando, “daquele lado da serra...”, “... na Pedra dos Marcelinos...”, “fuzilados no Alto do Leitão...”. Assim, a memória coletiva se ancora nos marcos espaciais para o grupo de sujeitos que pertencem e vivem aquela paisagem, ao passo que aquele espaço se transforma em lugar pelo pertencimento que se nota nas falas dos entrevistados.

Holzer (2008) recorda que Tuan (2013) afirmava que o conceito de lugar clama pelo entendimento humanista, pois se trata de um conjunto de valores simbólicos que, enraizado no passado, oferece sustentação para incrementar o futuro e, portanto, a importância de estudar o lugar na geografia humanista e cultural deve ser considerada como fundamental. O lugar, na perspectiva humanista, é dotado de pertencimento e afetividade, precisa ser vivido, experienciado no campo dos sentimentos e em seu simbolismo.

Nessa perspectiva, cabe ressaltar o diálogo profícuo que pode ser realizado entre as categorias de lugar e memória, tendo em vista que a memória dos sujeitos fala dos seus lugares de vida, de passagem e de existência. O lugar é o suporte material das vivências e da memória dos sujeitos. Os sujeitos e os grupos sociais moldam os seus lugares, assim como também são moldados. Aportamo-nos, assim, na memória coletiva e, se considerarmos as proposições de Halbwachs, poderemos compreender como se constitui a relação entre memória e espaço social.

[...] o local recebeu a marca do grupo, e vice-versa. Todas as ações do grupo podem ser traduzidas em termos espaciais, o lugar por ele ocupado é apenas a reunião de todos os termos. Cada aspecto, cada detalhe desse lugar tem um sentido que só é inteligível para os membros do grupo, por que todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outros tantos aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, pelo menos o que nela havia de mais estável (HALBWACHS, 2003, p. 160).

A relação de pertencimento, as vivências e as lembranças é o que permite aos sujeitos e aos grupos sociais reconstruírem a trama dos acontecimentos do passado, posto que fazem sentido para os sujeitos que habitam dado lugar. O lugar não é um mero ponto de localização em uma porção do espaço geográfico, mas se constrói pelas tramas sociais e produz subjetividades que se expressam por meio de reminiscências e narrativas quanto ao sentido de pertencimento que os sujeitos possuem. A memória coletiva deve ser entendida como a construção coletiva da intersubjetividade de um espaço habitado e construído em uma dada coletividade social.

A busca em experienciar os lugares para compreender movimentos, vivências, comunidades e ancestralidade tem sido recorrente nos estudos geográficos. O pertencimento e o simbolismo dos lugares fazem aflorar sentimentos e percepções de relações do passado e do presente. O movimento do cangaço pode ser compreendido a partir dessa evocação ao passado por meio do lugar vivido como espaço experienciado. Os lugares de ocorrência dos fatos relacionam os sujeitos a determinadas percepções e sentimentos que caracterizam esses lugares.

A trama que pode ser produzida pela narrativa, aportada na memória coletiva, também pontua a função social da memória. Dialogando com as ideias de Bosi (2010), a autora nos coloca que os velhos são desprestigiados na sociedade atual, voltada para uma lógica de produção, assim, não estando mais inseridos no mercado de trabalho, não produzindo valores e tratados com certo desprezo, inclusive pelas gerações atuais.

Valorizando a função social dos sujeitos que, reencontrando espaços de outrora em suas memórias, realizam suas narrativas, contam o passado e, ao passo que valorizam seus lugares de existência, sentem-se valorizados, procurados para contar suas lembranças, eles se veem importantes em uma sociedade, diz Bosi (2010, p. 83), buscando negá-los ou adaptá-los a um novo ritmo de vida, de modo que essa lógica “[...] pode calar-se e talvez querer acertar o passo com os mais jovens. Essa adaptação falha com frequência, pois o ancião se vê privado de sua função e deve desempenhar uma nova, ágil demais para seu passo lento. A sociedade perde com isso”. Trabalhar com a memória de velhos não só nos traz imagens do passado,

relevante para dados contextos sociais e culturais dos lugares, como também valoriza a figura do sujeito ancião na sociedade atual.

O cangaço concentrou-se em lugares nos quais os cangaceiros sentiam-se menos expostos, ou seja, tinham confiança para permanecer neles. Para sua sobrevivência, tratavam de sentir-se seguros, protegidos – através dos coiteiros ou pelo conhecimento com o meio ambiente, porque, desse modo, poderiam garantir confiança em se estabelecer naquele lugar em caso de fuga, ataque ou ameaça. O retorno aos mesmos lugares estava relacionado ao sentimento de pertencimento, a segurança e proteção para suprir suas necessidades básicas.

Os cangaceiros, na condição de nômades, vagavam pelo sertão percorrendo distâncias que garantissem sua sobrevivência, esta associada aos seus conhecimentos com a caatinga. Faziam pousos, refeições, assaltos e outras paradas em determinados lugares ficando neles por alguns dias. Para Tuan (2012), os nômades também adquirem um sentido de lugar, pois, ao se movimentarem, procuram fazer paradas em lugares parecidos e que supram suas necessidades básicas. O fato de não terem uma vivência fixa não os tornam alheios ao pertencimento aos lugares onde sentem o aconchego pelo valor simbólico que remete a cada sujeito.

Holzer (1997, p.79) analisa o lugar como “o movimento em que o corpo, como elemento móvel, coloca-se em contato com o exterior e localiza o outro, comunicando-se com outros homens e conhecendo outras situações”. O lugar, dessa forma, estrutura-se como palco das relações dos sujeitos consigo mesmos e com outros sujeitos, imersas na intersubjetividade, permeadas de valores, significados e experiências pessoais. A experiência dos cangaceiros com os lugares que percorriam fazia deles integrantes e conhecedores daquele espaço que habitavam, ainda que fosse apenas pelas paradas estabelecidas para atender as suas necessidades.

A ocorrência com que muitos pesquisadores têm manifestado interesse em compreender as relações estabelecidas no passado entre sujeitos, os conflitos, as atividades, as manifestações que permeavam os lugares e constituíram costumes, crenças, lendas, etc., têm sido frequentes. Essa efervescência dos estudos do passado está quase sempre atrelada à memória dos sujeitos, por meio de narrativas, da busca por documentos históricos, monumentos, resquícios que caracterizem o passado e sejam fontes de pesquisa pela busca de entendimento de determinados eventos.

Pesquisas a respeito do conceito de lugar têm se tornado cada vez mais comum na Geografia, principalmente na corrente humanista. Com esses estudos também o conceito de memória, quer seja individual ou coletiva, passou a ser mais frequente. Holzer (1999, p. 74-75), em seu estudo *O lugar na geografia humanista*, recorda a obra de Pierre Nora sobre o

conceito de “lugares de memória” e afirmar estar relacionado à “crença na aceleração da história e na ruptura do elo entre história e memória”. Para tanto, a memória passa a ser um meio de legitimar um passado que vem sendo apagado. Dessa maneira, utilizar a memória para evocar lembranças e recordar lugares de outrora para representar fatos, acontecimentos que compõem os lugares e, conseqüentemente, os sujeitos, têm sido bastante relevantes na ciência geográfica.

Nora (1993), ao tratar do conceito de “lugares de memória”, o faz em tríplice acepção: lugares materiais, funcionais e simbólicos. Os primeiros referem-se a lugares onde a memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos; os segundos são aqueles que têm ou adquirem a função de alicerçar memórias coletivas; por fim, os terceiros são os lugares onde essa memória coletiva dos lugares funcionais se expressa e se revela.

A busca pela compreensão do passado, no presente, pode ser realizada pela análise de recordações de fatos que ficaram no passado, podendo ser acessadas a partir da memória de sujeitos que possuem ligação com tais contextos históricos. No entanto, o acesso a essas memórias não é fácil e apresenta desafios. Melo (2012, p. 59) menciona o passado como sendo de difícil acesso por possíveis bloqueios psicológicos devido à emotividade em relação aos acontecimentos: “porém, o estoque de lembranças individuais e a memória coletivo-intersubjetiva têm sido cada vez mais utilizados como tentativas, ancoradouros e (re) descobertas dos lugares de outrora”. Evocar a oralidade dos sujeitos, por meio de suas lembranças, tem sido um aporte fundamental para os estudos dos lugares, buscando uma forma de acessar o passado por meio da memória, da vivência, no aflorar das emoções e da percepção de determinado grupo social.

Halbwachs (2003) discorre que os sujeitos e os grupos sociais estão naturalmente ligados a um lugar e o fato de estarem próximos, participando de um mesmo contexto socioespacial, estabelece entre seus membros relações sociais das quais participam e compartilham em uma dada coletividade. Com isso, as lembranças se ligam ao lugar, aos espaços de convívio coletivo desses sujeitos. Por conseguinte:

[...] lembranças estão ligadas a diversas partes do solo. Elas se apoiam umas nas outras, porque as parcelas a que se relacionam estão justapostas, se as lembranças se conservam no pensamento do grupo, é porque ele permanece estabelecido no solo, é porque a imagem do solo perdura materialmente fora dele e ele pode retomá-la a qualquer instante. (HALBWACHS, 2003, p. 167).

A ideia de solo apresentado por Halbwachs pode por nós ser relida como lugar, tendo em vista que as lembranças permanecem estabelecidas nele pela materialidade que este nos

reporta. Tuan (2013) nos aponta que, para que a lembrança de determinado lugar ressurgja por meio da memória de um sujeito, não necessita que aquele lugar/sua objetividade esteja lá organizada, tal qual o momento no qual foi formada aquela lembrança, mas basta que aquele lugar lembre sua essência, fazendo ressurgir a disposição de outrora na lembrança que vem à luz no presente.

Nesta senda, os lugares podem possuir diversos significados que ficam marcados na paisagem, nos documentos, na arquitetura, na memória dos sujeitos que vivenciaram algum episódio ou foram ouvintes de algum acontecimento, daqueles que não presenciaram tais eventos, mas lhes foram repassados por meio de histórias, fotografias, etc. e que os fizeram construir uma ideia de passado e tomar conhecimento de um fato e que, para tanto, podem relatar suas lembranças.

Cabe ressaltar que a memória não traz em si o acontecimento da forma que ocorreu – ela é sobreposta por outras lembranças. A percepção do sujeito é alterada ao longo de sua história de vida e isso interfere na leitura de sua própria memória. Para que essa lembrança seja revelada de forma a apresentar determinados fatos, ela precisa concordar com certos elementos. Assim, Bosi (2010, p.55) afirma que: “Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado”. Esse é o aspecto essencial da memória. Essas questões se inserem principalmente no estudo dos lugares que remontam a um passado que ficou marcado para um povo e que, por meio da memória, pode tornar-se chave de interpretação para determinadas situações.

O conceito de lugar tem possibilitado, na Geografia, um entendimento maior de um mundo tendencioso à fragmentação e que, ao mesmo tempo, se unifica em velocidade muito frenética. Em contraposição a essa lógica, a reafirmação da identidade permite ao sujeito resistir, produzindo, inclusive, novas formas de afeição ao lugar pela experiência cultural que possui com seu espaço de existência. Dessa forma, o sujeito molda seu lugar, ao passo que também é moldado pelo mesmo. Sobre tais questões, concordamos com os dizeres de Berdoulay e Entrikin (2012, p. 112) ao discutirem que: “Como sujeitos, os seres humanos constroem lugares – de pertencimento e de identidade – e, como são, também, moldados por tais lugares, eles constroem obstáculos à tendência pós-moderna e metropolitana de ver cada lugar como resumo de todos os outros”.

O lugar, desse modo, surge como um espaço de resistência privilegiado, no qual, com base nas memórias e narrativas dos sujeitos que o habitam, torna-se possível para eles apresentarem sua cultura, sua identidade com o ambiente local, tanto no que diz respeito ao social, como à paisagem natural.

As narrativas dos sujeitos são o aporte ancoradouro da cultura de um lugar, que surge como *locus* da intersubjetividade dos sujeitos, pelo reconhecimento que desenvolvem com as diversas dimensões concretas, ambientais e territoriais, moldando um grupo sociocultural que se reconhece naquele espaço. No entanto, necessitam de uma coerência interna para produzir essa forma de reconhecimento coletivo e um lugar em comum.

O que faz a força do relato é o poder que ele confere ao sujeito de interpretar seu mundo, de lhe dar sentido, qualquer que seja a heterogeneidade dos fenômenos envolvidos. Esse trabalho se efetua, com efeito, a partir de elementos que podem ser muito discordantes, quer dizer, que dependem de lógicas diferentes. A especificidade espaço-temporal da experiência e da memória coletiva que vinculam os lugares molda-se bem de maneira narrativa. É por intermédio do relato que o sujeito organiza seus laços com o ambiente e com a coletividade a ponto de, para certos filósofos, a trama narrativa aparecer como estruturante na vida do sujeito moderno (BERDOULAY e ENTRIKIN, 2012, p. 109).

O conceito de memória individual ou coletiva está intimamente ligado ao conceito de lugar. De acordo com Ferreira (2000), as memórias estão armazenadas nas paisagens e estas, por sua vez, são verdadeiros armazéns de memória social, depósitos, pois a memória, seja natural ou construída, sobrevive a muitas gerações.

No entanto, a memória não está restrita a uma única classe. De acordo com Le Goff (2012), a história oficial tem se resumido às classes hegemônicas, preservando muito mais a história da elite e sobrepondo-se a outras; neste sentido, inserimos o movimento do cangaço. A história pode estar sendo narrada, registrada por determinados grupos ou instituições nas quais nem sempre se coloca o fato de a elite coronelística exercer poder sobre as famílias no Nordeste, sob o sistema do mandonismo, controlando as famílias em quaisquer situações. O coronel nem sempre é apresentado como aliado de cangaceiros; na verdade, se estabelecia em muitos bandos as trocas de favores entre coronéis e cangaceiros. Havia cangaceiros que saqueavam fazendas, castigavam, matavam pessoas a mando dos coronéis e outros que se vingavam de coronéis por terem cometido alguma violência com uma pessoa da família ou do círculo de amizades dos cangaceiros. Nessa perspectiva, a história é feita pelos sujeitos: todo sujeito é personagem e autor da história.

Quando acontece o esquecimento, o afastamento dos fatos ocorridos, a memória faz um esforço para reencontrar, reivindicando uma fidelidade às suas lembranças, quer seja pelo fato de ter estado no acontecido ou no caso de terem sido repassadas determinadas memórias por outras pessoas. A memória nos assegura de que alguma coisa realmente aconteceu e o esquecimento está ligado à noção do apagamento, de destruição. O ato da rememoração, a

busca para reencontrar as memórias “perdidas” que, na realidade, não estão totalmente perdidas, mas apenas não foi possível ao sujeito acessá-las em determinado momento. A memória é como um portal para se conhecer o passado.

Para Pierre Nora (1993, p. 9), “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas”. A memória pressupõe registro, é seletiva, reúne as sensações, emoções e saberes que, por determinado motivo, escolhemos guardar conosco e que somos capazes de registrá-la em um dado momento que nos permita aflorar as emoções e rememorar tais acontecimentos.

Halbwachs (2003), em sua obra póstuma, dispõe as relações entre sociedade e memória como centro do pensamento ao tratar sobre memória coletiva e memória individual. O autor discorre que o ato de recordar e localizar as lembranças só pode ser efetivamente analisado se levarmos em consideração os contextos sociais para o trabalho de reconstrução da memória, ressaltando que nenhuma lembrança pode coexistir isolada de um grupo social.

Nesta seara, a memória é construída em grupo e, assim, a memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. O sujeito, nesse processo, é um elo que liga suas lembranças ao grupo social inserido, ao passo que constrói a memória coletiva. A importância de trabalhar com um determinado grupo social é uma forma de tecer “uma colcha de retalhos” no qual as memórias se ligam e formam o conjunto. “Lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós” (HALBWACHS, 2003, p. 30). Fazer com que os sujeitos da pesquisa evoquem suas lembranças para narrar episódios do cangaço dos Marcelinos é recorrer a relatos que possam fortalecer e completar a história de atuação do bando no Cariri cearense.

2.1 O lugar como elemento para a construção da vida cangaceira dos Marcelinos

A afetividade e o pertencimento são sentimentos definidores da relação dos sujeitos com o lugar, assim como pode existir a fobia a determinados lugares, que se caracterizam por sentimentos contrários ao pertencimento. Existem, da mesma forma, lugares que nos trazem segurança e aconchego, tais como o lar, um lugar familiar no qual a segurança torna-se afetiva. No entanto, há grupos sociais que mantêm outras relações espaciais. A passagem do espaço para o lugar dá-se pelas mesmas relações afetivas, isto é, o lar não precisa estar restrito a um imóvel, mas pode ser aquele espaço de pertencimento reconhecido pelo sujeito.

O bando de cangaceiros dos Marcelinos vivia de forma nômade pela necessidade de sobrevivência frente ao modelo de vida que decidiu seguir, ou seja, atuar no cangaço. A vida cangaceira lhes impunha uma condição de nomadismo, dadas as questões de segurança, buscando estabelecer-se em diferentes locais, fugir da repressão do Estado e das elites que visava capturá-los. O contexto cultural em que o bando se formou ajuda a compreender o porquê de atuar nas imediações da Chapada do Araripe.

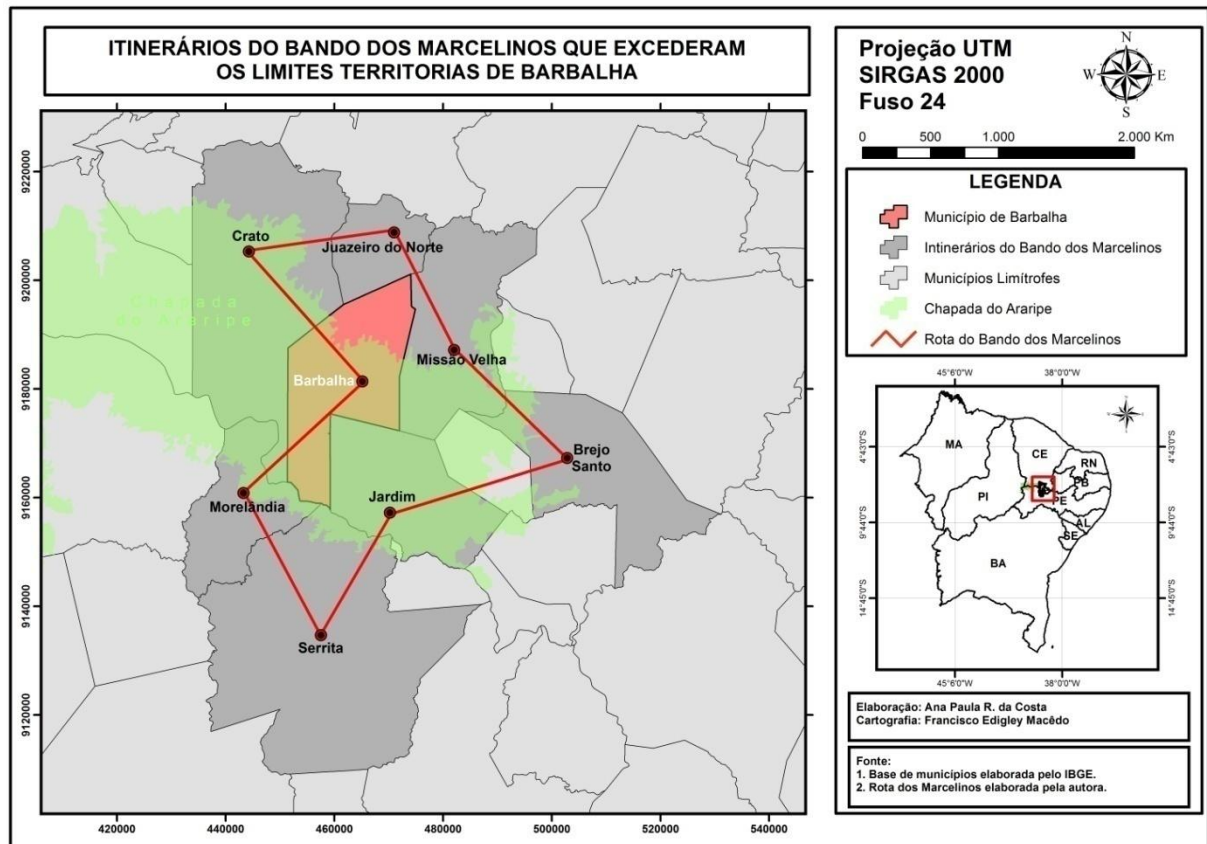
A cultura molda o ambiente físico local, ao passo em que é moldada pelo mesmo. O conhecimento e a percepção adquirida sobre a Chapada do Araripe concederam ao bando uma visão de segurança. Os trabalhos como vaqueiro permitiram conhecer as condições naturais da Chapada do Araripe, lhes proporcionaram uma percepção que oportunizou sua atuação nômade que se constituía por suas percepções ambientais.

Para os sujeitos pertencentes ao bando dos Marcelinos, conhecedores do meio ambiente local, este se constituiu em lugares de moradia e de trabalho, tanto antes como após a entrada no cangaço. A cultura em sua relação com o meio ambiente desenvolveu as formas de adaptação ao contexto ambiental do local. Sob esse aspecto, Tuan (2012) cita a necessidade de conhecer a história cultural e a experiência de um grupo no contexto de seu ambiente físico. A segurança tida pelos Marcelinos no meio ambiente físico local dava-se pelo contexto cultural no qual foram formados.

Destarte, a relação de confiança e o sentimento de pertencimento na Chapada do Araripe de que dispunham os cangaceiros se estabelecia em seus lugares de parada, no momento da pausa para o descanso, para se comunicarem com seus coiteiros, negociarem armas, munição, bem como nos itinerários percorridos pelo bando.

Os itinerários (Figura 3) que percorriam entre Barbalha, Jardim, Crato, Moreilândia e outros eram percursos corriqueiros na vivência cangaceira dos Marcelinos. Esses itinerários podem ser caracterizados também como lugar para o bando que não costumava ausentar-se por longos períodos, repetia itinerários voltando aos mesmos lugares com frequência, estabelecendo uma relação de convivência com os sujeitos nesses locais, ao passo que praticava assaltos e sequestros nessas rotas. O conhecimento do local, da rotina que se estabelecia, por ser passagem de viajantes, comerciantes e compradores que visitavam as feiras, era a garantia de “vida segura” porque não lhes faltava “trabalho”. Tudo o que os Marcelinos precisavam estava à sua disposição.

Figura 3 – Itinerários do Bando dos Marcelinos que excederam os limites territoriais de Barbalha



Fonte: Bases de município elaborado pelo IBGE. Elaboração: Costa, Ana Paula Rodrigues, 2019.

A percepção ambiental que os Marcelinos tinham da Chapada do Araripe, os aspectos físicos naturais, permitiam o estabelecimento de rotas seguras, ao passo que tinham a necessidade de estabelecer paradas para reabastecer-se de mantimentos alimentícios, armas e munição, comunicar-se com outros sujeitos, colher ervas e raízes para tratamento de ferimentos e doenças, etc. Essas pausas no movimento constituíam-se em lugar, ao passo que o próprio itinerário conhecido e repetido também se constituía enquanto lugar. Sob esse aspecto dos itinerários percorridos pelos Marcelinos, sendo que esses assumiam o caráter de lugar, dialogamos com as ideias de Livia de Oliveira (2012, p. 12) ao ponderar que “[...] Todo lugar adquire identidade mediante as diversas dimensões espaciais, tais como: localização, direção, orientação, relação, território, espaciosidade e outras”.

O conhecimento do meio ambiente local, a vivência na Chapada do Araripe permitia aos cangaceiros uma segurança de vida das quais eram mais difíceis a outros bandos que viviam pelo semiárido. A caracterização natural da Chapada e o conhecimento do meio foram fatores favoráveis à atuação do bando. A necessidade de mantimentos para a sobrevivência diária, principalmente água potável, é uma tarefa árdua para grupos nômades, pois percorriam

longas distâncias com muito peso, tornando-se maior a dificuldade de deslocamento. Os Marcelinos tinham à sua disposição alimentos, ervas, raízes naturais pela riqueza da flora, água em abundância, devido a farta presença de fontes naturais, a vegetação era menos densa que em outras partes da caatinga e o clima ameno.

Assim, os significados que os sujeitos conferem aos lugares estão ligados ao cotidiano, a movimentos e atividades no lugar. Tuan (2011, p. 8), ao discutir a ideia de espaço, tempo e lugar, argumenta que: “[...] Lugar é qualquer localidade que tem significado para uma pessoa ou grupo de pessoa”. Pode-se identificar alguns lugares de passagem ou de permanência temporária do bando dos Marcelinos, tais como a Pedra do Morcego, que foi lembrada por quase todos os sujeitos entrevistados como sendo um lugar de apoio comum para os cangaceiros.

Sobre a história da pedra do morcego. Eles sabiam que meu pai¹³ morava aqui no Riacho do Meio, então eles chegavam à noite trazendo mantimentos e deixava na casa do meu pai, para que fizessem alguma coisa pra eles comerem e eles com medo da volante iam se esconder na pedra do morcego. Então minha mãe preparava a comida deles e o meu pai ia levar. Tudo isso acontecia em total sigilo para que ninguém soubesse¹⁴.

A Pedra do Morcego constituía-se em lugar para o bando, possuía abrigo e mantinha o contato com pessoas conhecidas que habitavam na comunidade próxima ao local, o Riacho do Meio. Essas pessoas davam cobertura ao bando e atendiam suas necessidades básicas levando-lhes mantimentos.

Tal relação de amizade estabelecida entre os cangaceiros e as pessoas que moravam na comunidade do Riacho do Meio foi fator fundamental para estabelecerem um ponto de parada nas proximidades daquela comunidade. Pela caracterização geológica da chamada Pedra do Morcego, uma formação rochosa encravada entre matas úmidas, de difícil acesso, mas que, ao mesmo tempo, possuía condições favoráveis, água potável ao redor, abrigo e esconderijo que permitiram dar-lhes segurança, de maneira que o espaço se transmuta em lugar. Dialogando com as contribuições de Tuan sobre a perspectiva de lugar para grupos nômades, podemos estabelecer um paralelo para pensar sob esse ponto de vista o bando dos Marcelinos:

¹³O pai do senhor Gonçalves, o senhor Jacinto (*in memoriam*) era padrao dos Marcelinos João 22, Bom Deveras e Lua Branca. A genitora da família Marcelino, a senhora Neném, ao ficar viúva, contraiu o segundo matrimônio com Jacinto Gonçalves com quem teve uma filha que veio a falecer em decorrência de uma doença degenerativa, falecendo a senhora Neném cerca de dois anos após ter casado com o senhor Jacinto. O senhor Gonçalves é filho do segundo matrimônio do senhor Jacinto que, mesmo após ter ficado viúvo e contraído segundo matrimônio, mantinha relação amigável com a família Marcelino.

¹⁴Entrevista concedida à autora pelo senhor Gonçalves, realizada em 10 de novembro de 2018 (Apêndice G).

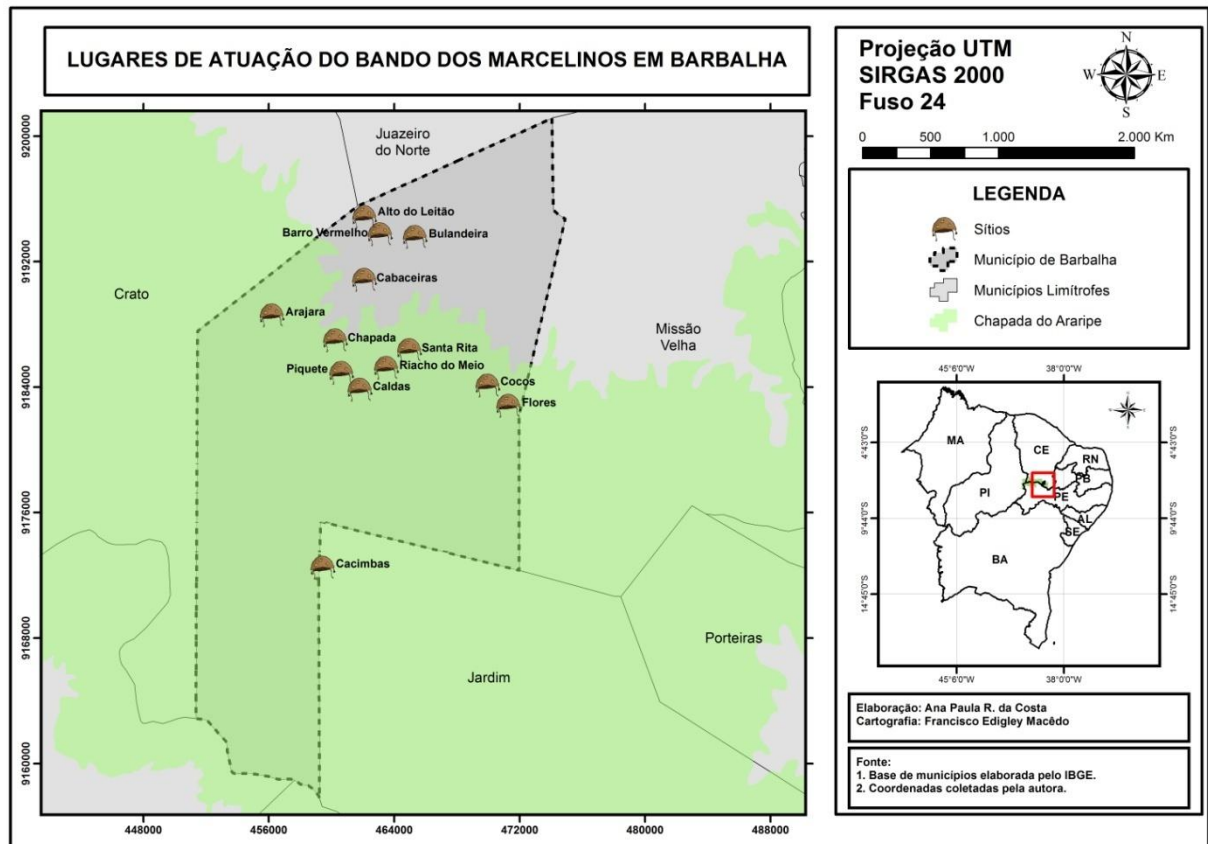
O mundo do nômade consiste em lugares conectados por um caminho. Os nômades, que estão frequentemente se deslocando, têm um sentido intenso de lugar? É bem possível. Os nômades se deslocam, mas se deslocam dentro de uma área circunscrita, e a distância entre dois pontos extremos de sua peregrinação raramente excede 320 quilômetros. Os nômades descansam e acampam quase que nos mesmos lugares (pastagens e cacimbas) ano após ano; os caminhos que seguem também mostram pouca mudança. Para os nômades, as exigências cíclicas da vida produzem uma sensação de lugar em duas escalas: os acampamentos e o território muito maior no qual se movimentam. Pode ser que os acampamentos sejam para eles os lugares mais importantes, conhecidos mediante as experiências íntimas, ao passo que o território percorrido pelos nômades lhes parece mais indistinto porque não tem uma estrutura tangível (TUAN, 2013, p. 221).

Consideramos as contribuições de Tuan como uma possível chave de interpretação da trajetória dos Marcelinos pelas veredas e os locais de acampamento, no sentido de assumirem a dimensão de lugar para o bando. As experiências íntimas que o bando estabeleceu nos itinerários e com as condições ambientais características do sertão nordestino permitiram abrigo e segurança. O espaço e os objetos naturais que o compõem foram apropriados pelas experiências íntimas dos cangaceiros, tornando-se, assim, lugar para o bando.

O lugar, de acordo com Tuan, é a pausa no movimento, é aquele instante que o corpo e a mente param para conectar-se com aquele espaço que, tomado pela experiência íntima realizadas pelos sujeitos, se tornará lugar. Produzir uma experiência íntima com o espaço, tornando-o lugar, só é possível pelo estabelecimento de habilidades espaciais. Nesse sentido, a construção cultural pela qual passou os Marcelinos lhes possibilitou desenvolver habilidades espaciais para com o ambiente físico existente na Chapada do Araripe.

A habilidade espacial transforma-se em conhecimento espacial que permite aos sujeitos movimentos e mudanças de localização e, quando tomada na pausa do movimento, estabelece a organização realizada pelo corpo e pela mente. É deste processo que se constituem as experiências íntimas e produz-se o lugar pelo sujeito. Esse aspecto vivido pelos cangaceiros, no contexto histórico local, está presente nas narrativas dos entrevistados que relacionam as ações dos cangaceiros a pontos no espaço, isto é, lugares em que os cangaceiros possuíam experiências íntimas.

Figura 4 – Lugares de atuação do bando dos Marcelinos em Barbalha



Fonte: Bases de município elaborado pelo IBGE. Elaboração: Costa, Ana Paula Rodrigues, 2019.

2.2 Toponímias e lugar na geografia do cangaço do bando dos Marcelinos

Os estados nordestinos mais citados como tradicionais celeiros de cangaceiros são Ceará, Pernambuco e Paraíba. Dentre os condicionantes para a propagação do movimento do cangaço em áreas sertanejas e, principalmente, nos estados mencionados, foi a condição do relevo irregular que propiciava esconderijos naturais como fator fundamental para que o movimento se expandisse e se convertesse de endêmico para epidêmico (MELLO, 1985). A condição do relevo irregular por lajedos e rochas auxiliava os cangaceiros a despistarem as forças policiais, caminhando sobre rochas, lajedos e chão duro para não deixarem rastros ou empregando outras técnicas para confundir os perseguidores.

Nesse aspecto, o meio físico local é tomado pelas habilidades espaciais e pelos conhecimentos espaciais, que transformaram pela experiência essas localidades em lugar para os cangaceiros: a intervenção da cultura dos sujeitos sobre os objetos naturais. Nessa relação entre a cultura cangaceira e a natureza, podemos dialogar com Cosgrove (2004, p. 103) que, ao investigara a relação entre a cultura e a natureza, indica a força da intervenção do sujeito

sobre os objetos dispostos na natureza: “[...] O objeto natural torna-se um objeto cultural, foi-lhe atribuído um significado. O significado cultural é introduzido no objeto e também pode ligá-lo a outros objetos aparentemente não relacionados a ele na natureza”.

O movimento do cangaço teve maior atuação nos estados de Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte. Estes estados que tiveram a incidência do movimento do cangaço são dotados de particularidades, com vegetação própria, clima, tipo de solo, relevo, etc. As características físicas fazem com que sejam atribuídos nomes a localidades e coisas; pela sua caracterização são passíveis de serem identificadas por meio de narrativas e descrição do lugar através de sua paisagem. A partir da vivência no lugar, do conhecimento com o meio, o sujeito desenvolve o sentido de orientação e localização. Quanto ao sentido de lugar, Oliveira (2012, p. 15) afirma que: “As dimensões significativas do lugar, que na realidade é o sentido que se atribuiu a este ou aquele (o meu lugar, o seu ou o nosso lugar), são pensadas em termos geográficos a partir da experiência, do habitar, do falar e dos ritmos e transformações”.

Para atrair as forças policiais, os cangaceiros escolhiam os melhores lugares onde pudessem fazer trincheiras com o que a natureza lhes oferecia. Arrastavam-se pelo chão, escondiam-se por trás de rochas, troncos de árvores, tudo que estava à disposição no meio ambiente servia-lhe de trincheira. As emboscadas para as forças policiais eram estratégicas, examinava-se o terreno, as condições de relevo e a vegetação para que pudessem assegurar a sobrevivência do bando em combates. O conhecimento do meio ambiente era a garantia da vida cangaceira, que servia tanto para proteção, defesa e contra-ataques, quanto para suprir as necessidades básicas de sobrevivência.

Claval (2014) faz uma distinção entre “geografias vernaculares” e a “geografia científica” e indica os passos da pesquisa geográfica, no sentido de mostrar a relação intrínseca entre essas geografias. As geografias vernaculares não desaparecem com o advento da geografia científica, porque se originam das experiências, do senso comum e estão relacionadas aos saberes do homem com o meio, o seu conhecimento popular quanto à orientação, os saberes-fazeres, as grades de toponímias que permitem a descrição dos lugares e a localização no espaço. As geografias vernaculares dispõem de formas de socialização de saberes relativos à localização, ao terreno e aos nomes dos lugares: as toponímias.

Para que os membros de uma sociedade disponham de conhecimentos geográficos satisfatório em matéria de orientação, não basta que eles saibam determinar direções de referências (estejam elas ligadas a acidentes topográficos ou aos pontos cardinais) e que, ao se deslocar, tenham aprendido a interiorizar as sequências que permitem reconhecer e, se

necessário, voltar ao ponto de partida. Para eles, é preciso comunicar o que foi visto. **Para consegui-lo, eles batizam o terreno e cobrem os espaços conhecidos com nomes de lugares, de toponímias** (CLAVAL, 2014, p. 32, grifo nosso).

Claval (2014) comenta que o pesquisador fica inicialmente intrigado pelo modo como os povos, a exemplo dos esquimós, circulam milhares de quilômetros dispendendo de poucas toponímias, pois a maior parte dos nomes designa os acidentes de relevo, as baías, os cabos, os vales e os lagos.

A criação de uma grade de toponímias tem efeitos consideráveis. Ela permite falar dos lugares mesmo quando estamos longe deles. Aqueles que se deslocam podem trocar informações sobre os itinerários que ligam um vilarejo ao outro, tal cidade a tal desfiladeiro. A experiência do terreno deixa de ser puramente individual. Ela é socializada. O suporte lingüístico não é perfeito: ele permite falar dos lugares, mas não estabelece a maneira pela qual estes se dispõem em relação aos outros. Quando a toponímia é rica e detalhada as formas de terreno que estão associadas a ela, aqueles que têm um conhecimento direto das zonas às quais se referem conseguem trocar informações precisas sobre os caminhos a percorrer e sobre aqueles a evitar. Mas o alcance das ideias que eles trocam escapa àquelas que não percorreram os mesmos espaços (CLAVAL, 2014, p. 33).

Ainda nos referenciando em Claval (2014), pretendemos compreender as grades de toponímias relacionadas ao bando dos Marcelinos, pois a condição de cangaceiros implicava um conhecimento dos lugares e mobilizava uma gama enorme de conhecimentos adquiridos pela experiência sensível e a percepção características das geografias vernaculares. Nesse sentido, é fundamental compreender a vivência dos cangaceiros na Chapada do Araripe.

Nessa toada, a Chapada do Araripe (Foto 4) é um relevo tabular de formação sedimentar, possui uma rica diversidade de fauna e flora, podendo ser distinguida da caatinga pelos resquícios de mata atlântica e cerradão, a partir da posição de barlavento, na porção voltada para o estado do Ceará; a posição solavento voltada ao estado do Pernambuco, o que permite identificar a diferenciação de fitofisionomias da vegetação existentes em sua extensão. A formação sedimentar, na qual o topo é constituído por depósitos de arenitos vermelhos (Formação Exu), de grande porosidade, permite que as águas das chuvas infiltrem formando um aquífero, dando surgimento a várias fontes naturais: Fonte do Caldas e Bica do Farias. Pela composição rochosa existente na Chapada, também surgem monumentos naturais de rocha: Pedra do Morcego, Pedra da Coruja, Pedra do Castelo, Floresta Petrificada, etc. Toda a descrição se deu pela toponímia, permitindo conhecer e descrever os lugares.



Foto 4 – Chapada do Araripe, Caldas, município de Barbalha.
Autora: Costa, Ana Paula Rodrigues, 2018.

Após a atuação do bando dos Marcelinos, em Barbalha, foi possível desenvolver algumas toponímias referentes ao bando. Para algumas pessoas, a Pedra do Morcego passou a ser conhecida como Pedra dos Marcelinos, por ter sido local de esconderijo; o sítio Piquete recebe essa toponímia pela referência aos piquetes que o bando fazia em suas paradas; o espaço na comunidade Alto do Leitão que os cangaceiros foram fuzilados passou a ser conhecido por duas toponímias: Cemitério dos Marcelinos ou Cemitério dos Fuzilados.

Os sujeitos batizam os lugares a partir das relações socialmente construídas pelas narrativas que se desenvolvem, nos diferentes contextos históricos relacionados às questões socioculturais existentes em dada localidade. A experiência do terreno possibilita sua nomeação e ultrapassa a mera relação individual, conforme Claval (2014, p. 34): “Batizar o terreno e cobri-lo de uma cobertura de nomes transformam o conhecimento dos lugares em saber coletivo, mesmo se permanece imperfeito”.

Os cangaceiros possuíam um sólido conhecimento com as localidades e com o meio ambiente que os circundavam: com a caça para se alimentar, com as plantas medicinais para cada doença ou ferimento específico, o senso de orientação na mata, tudo isto se tratava do

conhecimento do meio, aquele conhecimento geográfico simples que não precisa ser alfabetizado para desenvolvê-lo, que se pratica sem pensar – a esta relação Tuan (2013) trata como as relações íntimas dos sujeitos com o meio ambiente.

O conhecimento do meio era de fundamental importância para a sobrevivência dos cangaceiros que caminhavam por longos itinerários percorrendo veredas, buscando se proteger na caatinga das forças policiais e na procura por esconderijos para seus pousos. Atrelado a esse conhecimento popular, o meio ambiente propiciava as andanças cangaceiras facilitando o deslocamento dos bandos. Paiva (2004, p. 21) discorre que a vida cangaceira na caatinga nordestina se caracterizava por uma vida andeja e perigosa que impunha três condições para as ações bandoleiras:

[...] alto conhecimento das caatingas, deslocando-se e escondendo-se no espaço de vegetação espinhenta e agressiva; capacidade de encontrar água e alimentos fornecidos pela ambiência das caatingas; utilização da medicina sertaneja, com remédios tirados das caatingas, principalmente para o trato de ferimentos causados pelo meio ambiente e por balas das forças policiais.

A vivência como vaqueiros, agricultores e a atuação das benzedoras no sertão nordestino propiciava o conhecimento do meio, aquele conhecimento popular de se orientar durante o dia pelo sol, à noite pelas estrelas, de utilizar as plantas medicinais corretas para doenças, a oração com a benzedura que cura mal olhado, quebrante, íngua, fecha o corpo, tudo em um local certo proporcionado pelo meio ambiente. Assim, essa vivência com o meio transforma as relações entre os sujeitos e a natureza, ao passo que, enquanto o homem se adapta e transforma o meio ambiente, ele é igualmente transformado pela contextualização cultural que o faz apropriando-se dos objetos naturais.

O saber popular dos sertanejos reflete a construção humana e social dos sujeitos. Os saberes praticados que são repassados por gerações, transmitindo suas experiências pelas narrativas as quais os sujeitos se reconhecem e foram produzindo sua identidade na cultura em que foram constituídos. Um saber legitimado pelos sujeitos que fazem desses conhecimentos outras práticas do viver, inventados e reinventados cotidianamente como formas de resistência de suas culturas (TUAN, 2012).

A capacidade de orientação dos cangaceiros estava relacionada com seus saberes-fazer, ou seja, a condição que tinham de explorar o ambiente onde sobreviviam, relacionando-se também com a “ecologia dos lugares”, percorrendo caminhos e veredas na caatinga. Essas andanças dos cangaceiros exigiam um alto conhecimento do terreno, da caatinga e do sertão para se deslocarem, para a utilização das benzeduras, com os remédios

tirados da natureza para tratar dos corpos mutilados marcados por peixeira e penetrados por espinhos e balas.

As doenças e ferimentos causados nos cangaceiros eram tratados por múltiplos canais de recuperação. Para cada doença, para cada ferimento, tinha um tratamento específico que demandava a utilização de ervas, raízes, folhas e outras substâncias de procedência dos saberes populares, por meio de benzeduras, mezinhas, orações, superstições, etc. Oliveira (2011) afirma que a doença que os cangaceiros mais temiam era o tétano, porque eram feridos constantemente por peixeira e bala cujas feridas ficavam expostas e suscetíveis a contaminações. Para este tipo de doença o melhor remédio era água ardente, água oxigenada e pimenta malagueta seca; para cicatrização, chá de quixabeira; para corpo luxado ou contundido, raspa de jenipapo, etc.

O conhecimento do meio ambiente, os saberes populares em percorrer veredas e situar-se no ambiente da caatinga eram as condições para a sobrevivência dos cangaceiros. Claval (2010) comenta que os primeiros povos das sociedades tradicionais desenvolveram conhecimentos impressionantes e precisos sobre seu meio ambiente, práticas, habilidades e saberes foram sendo repassados pelos grupos de geração em geração, dadas as narrativas nas quais se reconheciam.

Esse conhecimento topofílico foi de fundamental importância para a sobrevivência e os vários anos que se seguiram da atuação dos bandos de cangaceiros. O conhecimento cultural no qual foram constituídos permitiu-lhes traçar estratégias e formas de sobrevivência no meio ambiente em que atuaram. Assim desenvolveu-se uma geografia vernacular da sociedade sertaneja nordestina a qual pertenceram os grupos de cangaceiros. Tomando esses conhecimentos é possível pensar em uma geografia do cangaço. Pelos lugares que se constituíram para os bandos e as toponímias produzidas no contexto sociocultural do grupo revela-se uma verdadeira relação socioespacial entre os cangaceiros e o meio. Nesse sentido, uma geografia do bando dos Marcelinos é possível de ser pensada e retratada, dado os lugares e as toponímias registradas em suas atuações que se fazem presentes na cultura local e emergem pelas narrativas dos sujeitos aqui relacionados.

2.3 A valentia na figura do cangaceiro: o sujeito cabra macho

A expressão regional “cabra”¹⁵ foi criada particularmente no Nordeste para definir um tipo de homem que caracterizasse a região ou que atribuísse particularidades para identificar o homem do Nordeste¹⁶. O termo descreve um sujeito valente, destemido; geralmente, homens que desenvolviam trabalhos como jagunço, capanga, guarda-costas e/ou cangaceiro. No entanto, a discussão requer bem mais aprofundamento para explicar a questão da denominação, principalmente a relação entre capanga e cangaceiro tratada nos trabalhos literários e/ou científicos, como destaca Mello (2011).

O vocábulo “cabra” geralmente é utilizado de forma pejorativa e preconceituosa, porém, também para adjetivar qualidades e defeitos, a depender do contexto, ou seja, “cabra da peste” serve tanto para glorificar um ato positivo de uma pessoa, quanto para desqualificá-lo por algum mal feito, pois está relacionada a valentia e coragem ou violência e brutalidade. A expressão pode vir acompanhada sempre de um adjetivo como “cabra da peste”, “cabra bom”, “cabra véi” ou “caba véi”, “cabra macho”, “cabra frouxo”, etc. No Ceará, de acordo com Cavalcante e Pelosi (2012, p. 67), apesar de a expressão ser utilizada para designar vários contextos, as autoras apontam para a hipótese de que culturalmente caracteriza homens violentos.

[...] apesar de toda ambiguidade indicada pelos dados do *corpus* quanto à definição, uso e emprego do regionalismo “cabra” na cultura nordestina, levantamos a hipótese de que esse termo regional aponta também no âmbito da cultura cearense para a construção de uma figura masculina de caráter violento. Tal construção, a nosso ver, emerge de representações cognitivas que estruturam a linguagem verbal. Nesse caso, a linguagem verbal é

¹⁵No dicionário Aurélio, constam alguns significados que conotam nossa busca pela explicação dessa expressão: “2. Bras. Pop. Pessoa, sujeito. 3. Bras. V. capanga. 4. Bras. N.E. Cangaceiro” (FERREIRA, 2011, p. 123).

¹⁶A referência que se faz ao Nordeste não é sinônimo de região Nordeste como a atual divisão político-administrativa. Para Andrade (1988, p. 5): “O conceito de Nordeste, a aceitação de que existe uma região nordestina, é relativamente novo no Brasil”. No período correspondente ao Império e a Primeira República, os Estados que atualmente correspondem ao Nordeste eram chamados de “do norte”, admitindo que o país pudesse ser dividido em duas porções: Norte e Sul. Uma divisão oficial, que dividia o Brasil em regiões, foi feita em 1941, no governo de Getúlio Vargas, período correspondente ao Estado Novo, pelo IBGE. Com essa divisão, o Nordeste passou a compreender os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Após a Segunda Guerra e a elaboração da constituição, em 1946, e, em virtude de períodos de seca, como em 1952, o governo federal instituiu um programa que, desenvolvido pelo Banco do Nordeste, passaria a atuar em áreas mais sujeitas à seca denominando de “polígono das secas”, que excluiu o território do Maranhão e abrangeu Sergipe, Bahia e uma parte de Minas Gerais. No ano de 1959, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e, mais uma vez, feita uma delimitação do território correspondente ao Nordeste. Com isso, passou a ser formado pelos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, porção setentrional de Minas Gerais e pelo Território Federal de Fernando de Noronha. Na década de 1970, foi estabelecida uma nova regionalização do território brasileiro e, na região Nordeste, foram incorporados os estados como a conhecemos até os dias atuais (ANDRADE, 1979; 1988).

utilizada como veículo de crenças a respeito da violência da cultura em questão, que, por sua vez, compreende uma dimensão histórica relativa às mudanças nas relações sociais, sobretudo de trabalho, e uma dimensão social, de gênero.

No Ceará, especificamente, essa expressão é muito utilizada para atribuir ações diversas. A denominação de cabra macho é empregada para caracterizar um homem valente, corajoso, de muita virilidade. A expressão “macho” é utilizada popularmente também para referir-se a mulheres valentes, corajosas. Esse contexto reflete as condições socioculturais da sociedade à época, onde prevalecia o patriarcalismo, fortemente marcado por concepções machistas e racistas.

A expressão cabra é muito antiga no vocabulário nordestino, datada do século XIX. No Ceará, em 1830, o botânico George Gardner, de passagem pelo Cariri cearense, fez nota de um ditado muito recorrente entre os caririenses: “não existe doce ruim, nem cabra bom” (IRFFI, 2017). Esse ditado era tido como característica definidora de parcela da população para se referir tanto a homens, quanto a mulheres pobres e negras. Essa parcela populacional era relativa às pessoas livres, libertas ou escravas.

No século XIX, o Cariri cearense se configurava como espaço eminentemente rural, formado pelas cidades e vilas de Crato, Barbalha, Missão Velha, Jardim e Milagres. Esse espaço era composto por uma elite senhorial proprietária de terras, detentora da economia e dos dispositivos públicos. Em contraposição a essa elite senhorial, havia a classe subalterna que trabalhava para ela. A designação de “cabra” abarcava todos aqueles que não pertenciam à elite. O contexto socioespacial, assim, denotava e diferenciava os sujeitos de dada localidade.

[...] a formulação “desse conceito” estava diretamente relacionada à necessidade, entendida pela classe dominante do Cariri cearense, em diferenciar as classes sociais e, mais ainda, delimitar os papéis sociais que competiam a cada uma. No entanto, o desenho dessa categoria, forjado ao longo dos oitocentos e parte do século seguinte, passava pela ideia de que tinha um sentido geográfico, entendendo o cabra como sertanejo do Cariri cearense, assim como o caboclo se referia ao Norte do Brasil. (IRFFI, 2017, p. 73).

De acordo com a autora, “cabra” era uma categoria social para designar o sertanejo do Cariri cearense, como também para acentuar a diferença de classes e o preconceito social e racial.

A disseminação do termo no Cariri cearense ocorreu a partir de 1831 e 1832 com a revolta de Pinto Madeira¹⁷. Deste acontecimento em diante, foi atribuído aos caririenses pobres e livres, entendidos como pessoas predispostas a revoltas e motins. O “cabra”, nesse sentido, era visto como um sujeito revoltado que não aceitava uma condição de violência ou humilhação, lutava de armas na mão, matava para honrar seu nome e sua família.

A estratificação social indica a existência de um espaço geográfico do “cabra”. Esses homens livres ou escravos não tinham direito à terra e suas condições de vida eram precárias, de modo que habitavam as periferias das vilas e cidades. Nessa época de 1831, as atividades se caracterizavam pela agricultura e pecuária, as famílias trabalhavam na condição de arrendatários, meeiros, rendeiros e residiam nas propriedades da elite senhorial na condição de moradores. Contudo, apesar das condições de submissão em que viviam as famílias, estas se utilizavam dos mecanismos que dispunham para lutar, não aceitando as desigualdades e o abuso de poder.

Essa relação de dominação foi difundida pelos diversos períodos da história. A expressão “cabra” também foi sendo cultivada entre os sertanejos nordestinos e utilizada por vários grupos. No movimento do cangaço era comum entre o povo e pelos próprios cangaceiros que, para referir-se ao coletivo do bando, os chamava de “cabroeira”. A nomenclatura confere aos sujeitos reconhecimento e pertencimento ao grupo social do qual fazem parte, ao passo que também dota de sentido o espaço, tornando-o familiar e transpondo-se em lugar para tais sujeitos.

Albuquerque Júnior (2013) questiona a noção de que todo sertanejo nordestino é forte, valente e destemido, para construir um sentido de Nordeste. Analisar o movimento do cangaço nos parece um reencontro com essa ideia fundadora de braveza de sertanejos que, aderindo ao cangaço, desafiaram forças policiais, volantes, políticos e coronéis produzindo uma narrativa de macheza, valentia, rebeldia, ousadia e honra, valentia esta que era desencadeada, muitas vezes, por lutas ou rixas entre famílias, coronéis, chefes políticos ou movimentos de libertação, revolta e outras causas, as quais enfureciam os sujeitos que lutavam sem medo da morte.

¹⁷A revolta de Pinto Madeira, ocorrida no período de 1831 e 1832, entre Crato e Jardim, no Cariri, ficou conhecida na historiografia tradicional como uma revolta de caráter político restauracionista. A vila de Crato, sede da comarca do Cariri cearense, foi invadida por homens com cacetes e facas e infundiram terror à população da vila. No comando dessa revolta estava Joaquim Pinto Madeira e o Padre Manoel Antônio de Sousa. O motivo da invasão ao Crato se deu pela inconformidade dos “cabras de Jardim” com a abdicação de D. Pedro I e a instalação de um poder regente, consolidando-se para uma política imperial de implantação do governo nacional (IRFFI, 2017).

Segundo Lima (2008), algumas rixas ou lutas eram extremadas em rivalidades criminosas e favoráveis ao uso de “cabras” em lutas, as quais se associava a figura do cangaceiro e foi sendo construída uma imagem do cangaço de vingança ou do cangaceiro como vingador. Nesse quadro, o sertão nordestino é dotado pela cultura da violência que marca esses sujeitos.

A noção de “cabra macho” ainda é muito presente na cultura caririense, o que pode ser constatado nos depoimentos dos entrevistados, nos quais há menções à expressão “cabra” ou “cabra macho” para designar a atuação dos Marcelinos. Mesmo sendo contrários à apologia à violência, os entrevistados enfatizaram a ideia de “cabra macho”. O senhor José Miguel ressalta que, mesmo tendo cometido crimes, a história dos cangaceiros é importante de ser contada porque eles eram “cabras” de coragem: “[...] tá certo que teve morte pelo meio, mas é história de cabras valentes, macho, que tinha coragem de enfrentar as coisas”¹⁸. A expressão “cabra” valente atesta para o sentido de pertencimento a um lugar, o reconhecimento cultural do espaço social em que se habita.

Os sujeitos entrevistados reconhecem que, na história dos cangaceiros, houve muita violência, mas a justificam porque, muitas vezes, a violência cometida pelos cangaceiros era uma forma de revolta por estarem à margem da sociedade e subordinados à tirania do Estado. Os entrevistados pontuaram que igual ou maior era a violência cometida pelas forças policiais e pelos coronéis. Dessa forma, a expressão cabra foi disseminada pelo sertão nordestino como forma de propagar o preconceito social e racial. Mas, contraditoriamente, foi ressignificada na ideia de homens valentes, corajosos, que estavam dispostos a lutar pelo seu bem ou por um bem comum.

Dessa maneira, o termo “cabra” tomou outras dimensões, sendo utilizada até os dias atuais para caracterizar situações boas ou ruins, mas, no geral, para glorificar a coragem e valentia do sertanejo nordestino. O reconhecimento existente na expressão vem ao encontro de aceitar a narrativa de pertencimento ao grupo social, de atestar para as condições socioespaciais existentes. A afirmação dá-se no sentido de reiterar o grupo culturalmente e seu espaço de atuação, tomado pela familiaridade e transposto em lugar. O grupo reconhece, desse modo, o contexto histórico cultural e busca nos objetos materializados no espaço local, tomados como reminiscências ao período de atuação dos Marcelinos, percebem essas toponímias como lugar e que afirmam a narrativa a qual o grupo se reconhece. A recuperação da produção material das sociedades do passado é algo de importante valor, pois essa

¹⁸Entrevista concedida à autora pelo senhor José Miguel, realizada em 13 de setembro de 2018 (Apêndice B).

reconstituição permite resgatar as âncoras espaciais que deram suporte à constituição das memórias coletivas, isto é, da memória do lugar.

2.3.1 “Escudo ético”: a honra pelo cangaço

A violência disseminada pelo sertão nordestino não se inicia ou tem seu auge com o movimento do cangaço, mas com a apropriação do território brasileiro, resultando no genocídio e no etnocídio contra os nativos, desapropriando-os de suas terras, de seus costumes e de suas crenças. Tais violações foram também realizadas com os negros escravizados que sofreram com a expropriação violenta de seus costumes, de suas vidas, consolidando-se entre os proprietários de terras com o agrupamento de jagunços para defesas dos coronéis sertanejos no isolamento de suas fazendas.

Em uma terra onde sempre prevaleceu a força das elites, não se reduziram as formas de resistência, não seria surpreendente que surgissem movimentos de luta e combate à tirania e às políticas impostas por essa elite. A luta pela honra sertaneja está inserida nesses movimentos de levante contra as injustiças ditadas por uma sociedade controladora do direito de viver.

O sentido de honradez, de provar que era “cabra macho”, homem de bem, era tão forte que qualquer situação que afetasse a honra era motivo para revoltar-se e agir contra quem praticava atos opressores. Um exemplo é demonstrado na narrativa do senhor Francisco de Assis sobre um possível arrependimento de Manoel e João Marcelino após decidirem entrar no cangaço, que mais um ato de “desonra” levaria a ferir o brio desses sujeitos de tal forma que a revolta seria ainda maior:

[...]Um relato fala que eles tiveram um momento que até se redimiram, acharam que já estava bom no lugar deles e tudo, aí foram para o Boqueirão [Paraíba] para trabalhar em Souza, na Paraíba, na construção do açude do Boqueirão. Deixa que Lampião invade Souza, aí por Lampião invadir Souza e eles estavam lá, acharam que eles também tinham a ver com a invasão e levaram eles presos para Fortaleza, levaram os Marcelinos e foram presos em Fortaleza. Aí quando eles vêm, eles falam que não tinham nada a ver com aquilo, que já tinham saído para trabalhar, procurar um meio de vida, de forma mais, vamos dizer, honesta, aí vai preso por ocasião de Lampião em Souza, é tanto que eles recebem conselhos para voltarem para o Cariri para ficarem aqui tranquilos, aí um deles diz: “tão querendo que nós sejamos cangaceiro, pois nós vamos ser cangaceiro”. Aí entraram no bando de Lampião¹⁹.

¹⁹Entrevista concedida à autora pelo senhor Francisco de Assis, realizada em 18 de outubro de 2018 (Apêndice E).

O ato de terem se redimido e mais uma vez serem humilhados, desmoralizados, o fazem revoltar-se mais fortemente e decidirem que suas vidas de fato eram no cangaço, porque então seriam respeitados ou temidos. É a ideia de terem voz diante da sociedade que, mais uma vez, os desmoralizava ou, como coloca o senhor Francisco de Assis, que mais uma vez o Estado e suas repartições feriam o direito do cidadão ou nem ao menos atendiam os direitos da sociedade.

Neves (2009, p. 38), analisando o cenário da desarma da faca de João Marcelino pelo delegado Ioiô Peixoto, pondera que foi um ato de abuso de autoridade, causando uma desmoralização que, mais tarde, seria vingada. “Estava lançada ali, naquele momento, a semente de novos cangaceiros, graças ao abuso de autoridade do delegado que, três anos depois, pagaria com a própria vida tão impensado ato. Com honra de sertanejo não se brinca impunemente”. A honra era o bem maior que o homem sertanejo dispunha, não podendo ser atacada dessa maneira.

Nesse contexto, o sentido da honra estava associado à vergonha. Ser desonrado em público era uma vergonha familiar, pois a honra e a vergonha eram dois polos de valorização social que implicavam na representação social dos sujeitos. Uma desmoralização não ficava impune porque era o *status* de homem sertanejo que estava em questão, não vingar significava trair sua condição de “cabra macho”, valente. A família que não vingasse uma desonra ficava desonrada e era vítima do desprezo dos circundantes. A honra era tida como sagrada, assim, honra e graça, desonra e desgraça. Os sentidos de graça e desgraça estavam associados tanto à questão da religiosidade do homem sertanejo, como a sua reputação de homem valente, homem de bem.

Rohden (2006, p. 106), analisando os trabalhos de Pitt-Rivers sobre o conceito de honra, discute a ideia do conhecimento público. Se uma ofensa, um dano causado à reputação de alguém se torna público ou acontece em público, ela toma proporções maiores no tribunal da reputação da pessoa ofendida que, neste caso, dificilmente acontecerá a recusa pela vingança na prática da violência.

[...] recusar-se a enfrentar pessoalmente uma ofensa pode também produzir desonra. A violência é, muitas vezes, o recurso característico. Sua execução é obrigatória quando todos os outros meios de resolver as disputas foram ineficientes. Neste caso, recorrer à justiça oficial, ao Estado, significa admitir a sua incompetência ou vulnerabilidade em termos de honra.

O sentido de “lavar a honra” estava diretamente relacionado à vingança e, no caso do movimento do cangaço, uma desonra cometida impulsionava uma vingança: o cangaceirismo

era um dos meios dessa vingança. Um sujeito ou grupo que tomasse partido por essa alternativa de vida estaria fazendo justiça, mesmo que, para isto, não recorresse legalmente aos tribunais, mas fizessem eles próprios cumprir o código ético/moral que se julgava correto aplicar em uma situação de desonra.

Considerando-se os sentidos de ética e de código moral, a história do cangaço se desenvolveu com base em valores morais como honra e valentia para alguns cangaceiros. Desse modo, os cangaceiros impuseram pela força uma nova ordem de conduta, representada pela violência descontextualizada da fórmula “lavar a honra”. Para adotar essa conduta, muitos utilizavam de táticas como tortura física e moral.

Entendo que valores como valentia, num período histórico articulados com honra e trabalho, naquela conjuntura eram respeitados nessa mesma forma combinatória, por alguns grupos de camadas médias, pobres e até mesmo grupos mais importantes socialmente, em todo o Nordeste. No mesmo período, ao dissociar a coragem de elementos significativos para o todo social como eram o trabalho, o respeito à propriedade, à honra das famílias e aos mais fracos, o cangaço desintegra uma estruturação cultural centenariamente amalgamada (BARROS, 2007, p. 54).

Nessa seara, o cangaço surgia como alternativa para não se calar diante de desonras. Entrar no cangaço após uma desonra, seja por questões físicas ou morais, era aceitável pois havia uma justificativa para isso, era uma resposta à afronta sofrida, uma vez que o ofendido justificava sua atuação “guerreira” como meio de vingança, entendida como equivalente à justiça. Era como um escudo de proteção para determinados grupos que optaram por viver no ou do cangaço buscando se reintegrar no quadro rígido da honra.

Mello (2011) constatou que alguns cangaceiros formulavam um discurso de vingança como justificativa para atuar no cangaço, denominando de “escudo ético” o discurso que os cangaceiros professavam para perpetuarem sua saga. No entanto, havia vários episódios nos quais cangaceiros não cumpriram com essa afirmativa. O autor pauta essa discussão particularmente na figura de Lampião, porém cabe ressaltar que, por mais que atuassem no mesmo movimento, havia distinção entre os bandos. Lampião, por exemplo, costumava dizer que sua vida no cangaço era um negócio, se configurava como uma profissão.

Pautar as discussões cangaceiras unicamente pela figura de Lampião não caracteriza o movimento do cangaço como um todo. Apesar de ter sido o cangaceiro de maior destaque no movimento, existiram outros bandos além do de Lampião. O que se via era uma contradição entre discurso e ação de alguns cangaceiros, como Lampião e Antônio Silvino, no que se refere à vingança. O cangaço estava posto para além desse sentimento, até porque viver anos

no cangaço, como viveu Lampião, não justificava a existência do movimento unicamente pela vingança.

Como se pode verificar, há uma contradição verdadeiramente desconcertante entre palavras e ações. O cangaceiro alardeava a condição de vingador e pouco ou nada fazia para concretizar sua vingança. No princípio, alguns tiroteios, cercos, emboscadas; em etapa seguinte, a acomodação chegava a ser completa (MELLO, 2011, p. 126).

O surgimento de alguns bandos, como o de Lampião, pautou seu discurso de formação pelo intuito de vingança que, no entanto, nunca foi concretizada. A vingança em nome da honra, alardeada por alguns cangaceiros, se configurava como discurso para uma vida lucrativa e é nesse contexto que se inseriu o bando de Lampião, negociando favores, bens materiais e vidas.

Analisando a relação entre cangaço e vingança, Mello (2011, p. 127) afirma que: “[...] a vingança tende a revestir a forma de um legítimo direito do ofendido”. A respeito do bando dos Marcelinos, o senhor Citonho comenta que a inserção dos irmãos Marcelinos no movimento do cangaço, por motivo de vingança, era um meio de “lavar a honra”:

Eles ficaram decepcionados com a desarma, mas a peixeira que se usava naquele tempo era “pra” trabalhar, não era para fazer violência não. Aí foi desarmar ele desse jeito! Aí eles entenderam que tinha que vingar. Agora, se eles fossem se vingar do delegado e voltassem “pra” casa, não ia dar certo. Eles iam morrer também. O jeito que tinha era entrar no cangaço, foi uma alternativa que qualquer um que tivesse coragem fazia isso²⁰.

Mesmo que a inserção no cangaço acontecesse por motivo de vingança, uma vez cumprida, a vida fora do cangaço teria sérios problemas que poderiam levar à morte de famílias. O senhor Citonho considera que o bando dos Marcelinos não tinha outra alternativa: uma vez no cangaço, no cangaço permaneceria. O dilema entre honra e vingança balizava o cangaceirismo.

A ligação inicial do bando dos Marcelinos com o cangaço se justificou pela vingança e provavelmente esta é uma característica que o diferencia de outros bandos. O bando cumpriu a promessa de se vingar e não atuou por muito tempo, nem promoveu grandes feitos no movimento no qual tiveram seu fim. “Lavar a honra”, neste sentido, era uma forma de demonstrar uma conduta de “homem de bem” diante da sociedade, reafirmando o sujeito inserido no contexto cultural e social em que se vivia.

²⁰Entrevista concedida à autora pelo senhor Citonho, realizada em 12 de outubro de 2018 (Apêndice D).

Assim, o ofendido se sentia no dever de justificar sua postura de valentia. Esse dever visava cumprir um código de ética e moral diante da sociedade. Ao cumprir a vingança, muitas vezes o cangaço se apresentava como um refúgio para os vingadores. Permanecer no cangaço após a vingança se configurava como meio de vida ou como proteção para o cangaceiro e, conseqüentemente, para sua família. De acordo com Mello (2011), o cangaço apresenta-se em três modalidades: cangaço de vingança, meio de vida e refúgio. Considerando-se a motivação, a atuação e a dissolução do bando, os Marcelinos se apresentam nessas três modalidades.

Embora tenham permanecido no cangaço por cerca de quatro anos, os Marcelinos vivenciaram algumas instâncias do movimento, mas a motivação por vingança prevaleceu em relação às outras modalidades identificadas por Mello (2011). Para o autor, os chefes de bando que mais tiveram vivência no cangaço foram Lampião e Antônio Silvino e suas atuações podem ser consideradas como “cangaço profissional”. Os sujeitos que aderiram ao cangaço como um instrumento de vingança não chegaram a ultrapassar uma quina no movimento, ou porque foram mortos, ou porque cumpriram com a vingança e optaram por outro modo de vida em outra região.

[...] Enquanto profissionais notórios como Lampião e Antônio Silvino agitam por períodos de, respectivamente, 22 e 19 anos, os mais celebrados vingadores mal atingem o lustro. Sinhô Pereira, vingado, retira-se após 6 anos de correrias. Seu primo Luís Padre, após 5 anos. Cindário e Jesuino Brilhante também mal encostaram na quina. Nada há de estranho nisso. Quem quer vingar mesmo, parte pra cima do inimigo e mata, como Sinhô, ou morre como Jesuino, ou ainda, se nota que não pode com o peso do encargo, ensarilha as armas e afasta-se para cuidar de outra vida (MELLO 2011, p. 146).

O cangaço não tinha a mesma configuração para todos os bandos: enquanto uns atuavam por motivo de vingança e atuaram pelo objetivo de cumpri-la permanecendo pouco tempo no movimento, seja porque se afastaram para outras localidades, seja porque morreram por sua atuação, outros permaneceram por mais tempo e não estiveram no cangaço por motivo de vingança, mas atuaram no movimento como uma profissão.

Apesar dos muitos crimes cometidos pelos cangaceiros, geralmente se via e ainda se percebe como homens valentes que lutavam para defender a honra. Na narrativa do senhor José Miguel, ao falar da história dos Marcelinos, o mesmo fez menção como sendo uma história pesada, porque houveram crimes, contudo, enaltece a figura dos Marcelinos como homens de coragem, “cabras macho” que tinham disposição para enfrentar a ofensa sem

temer. O contexto cultural e as condições socioespaciais reconhecidas pelos sujeitos os fazem interpretar a história do bando com esses significados.

Assim, a violência empreendida pelos bandos armados no sertão nordestino acometia os sertanejos pelos mais terríveis atos de violência, mas não se limitava aos cangaceiros. Estes cometendo crimes por revolta com a falta de justiça para os mais pobres ou por requinte de crueldade que existiu no movimento do cangaço, não sendo a única preocupação da violação da vida pelas famílias nordestinas. Havia um conjunto de forças que levava violência pelos mais variados espaços sertanejos do Nordeste.

A força policial, as volantes, também cometia violência com as famílias nordestinas e, abusando do poder do Estado, cometiam crimes tão terríveis quanto os cangaceiros. Barros (2007) relata que a situação da população era penosa, pois estava desprotegida e entregue aos bandos armados. Os comerciantes negociavam com as forças policiais preços de armamentos e munição principalmente para os cangaceiros de Lampião que seria entregue pelos coiteiros em alguma localidade. A força policial atribuía os crimes cometidos aos cangaceiros; na realidade, as tropas estavam muito mais interessadas nos pertences de valor que os cangaceiros possuíam.

Os homens das armas, iguais na vestimenta, nos apetrechos e nas mãos sujas de sangue, se repelem ou associam, “*olho no olho*”, segundo as verdades mais terríveis que só eles conhecem.

Entregues a seu arbítrio, pouco a pouco os sertanejos sabem com quem lidam, identificando, à simples visão da volante, o tratamento a ser esperado pelo povo do lugar, daqueles “*homens do governo*” (BARROS, 2007, p. 163, grifos da autora).

As famílias nordestinas estavam “entregues à sorte” porque, por um lado, não se sentiam protegidas por quem deveria garantir sua segurança e, por outro, estavam à mercê de uma investida cangaceira. A população era oprimida por ambos os lados e, muitas vezes, foi submetida a crimes bárbaros e situações constrangedoras principalmente pela violação do corpo feminino ou masculino, assunto de grande tabu naquela época.

As forças policiais e os bandos de cangaceiros cometiam violências similares, assim acreditavam-se na impunidade porque não havia como identificar qual grupo havia cometido tal ato. O fato é que os dois grupos não estavam tão distantes em atuações e arbitrariedades. O senhor Napoleão nos relatou como se dava a relação entre a polícia e os cangaceiros no Cariri para caracterizar o bando dos Marcelinos.

[...] a polícia era mal paga, mal remunerada e recebia aquela munição do governo para atuar e fazia era vender aos Marcelinos. Sempre a corrupção dominando os bastidores da história do Brasil, desde aquele tempo. A polícia tinha a ordem de perseguir os cangaceiros ao passo que vendia munição para seu próprio embate com os cangaceiros. Era contradição, mas são coisas do cangaço [...]. A polícia fazia muitos desmandos, muita coisa. Aqui em Barbalha mesmo, a polícia vinha para perseguir os cangaceiros e ficava na feira fazendo absurdos, arbitrariedade, porque era a oportunidade que eles tinham de sobressair perante a sociedade²¹.

O senhor Napoleão caracteriza a polícia como um grupo que cometia as mesmas arbitrariedades dos cangaceiros, o que implica em questionar o código de ética e moral a qual estavam submetidos tais agentes do Estado, cuja atribuição era proteger a população. Desse modo, percebe-se que a violência era uma prática social utilizada pelos grupos de segmentos diversos.

As relações sociais e os contextos histórico-culturais são tomados para compreender o movimento do cangaço e a atuação dos Marcelinos, dessa forma, a espacialização do cangaço na região do Cariri é compreendida retomando esses contextos, isso se faz presente nas narrativas dos sujeitos. Cultura, espaço e memória, dessa forma, estão ligados a questões históricas.

2.4 Origens e poder: relação entre coronéis e cangaceiros no Cariri cearense

A estrutura coronelística teve origem no interior do Brasil no século XIX, envolvendo complexas características da política municipal dada à peculiaridade de cada local que viveu sob essa estrutura. No entanto, um fator de semelhança aproximava as relações dos coronéis nos diferentes lugares do interior brasileiro que era a ligação com os chefes políticos locais que comandavam o chamado “voto de cabresto”. De acordo com Martins (1981), o coronelismo se concretizou pelo controle dos chefes políticos sobre o eleitorado, constituindo currais eleitorais pelo voto de cabresto.

Baseado no sistema agrário, a estrutura de poder serviu de base para o surgimento e desenvolvimento do sistema coronelístico. Macedo (1990, p. 15) apresenta o coronelismo como um fenômeno que “[...] esboçou-se na Colônia, tornou-se realidade no Império e consolidou-se após o advento da República”. Ainda de acordo com o autor, o apogeu do coronelismo se deu no período correspondente ao mandato do presidente Campo Sales que perdurou de 1898 a 1902, quando instituiu a política dos governadores e a expansão das

²¹Entrevista concedida à autora pelo senhor Napoleão Tavares, realizada em 18 de setembro de 2018 (Apêndice B).

oligarquias nas unidades federadas, motivo para desenvolver mais ainda o coronelismo como forma de apoio aos governos estaduais que, por sua vez, fortaleciam o poder central.

Desse modo, os coronéis foram fortalecidos e prestigiados em seus locais de atuação com suas oligarquias municipais caracterizadas pela política de dominação. O coronelismo foi um ajuntamento de forças que encontrou apoio na estrutura agrária brasileira com características peculiares de mandonismo, falseamento do voto, desorganização do serviço público local, entre outras características. Leal (2012, p. 44) explica que: “[...] o ‘coronelismo’ é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras”.

A dominação que os coronéis exerciam sobre as populações estava ligada à relação de compadrio que, por sua vez, era pregada como a proteção do seu clã. O coronel protegia os seus e em seu entorno apadrinhava muitas famílias. Essa ligação era tida como um serviço de proteção às famílias que, em troca, deviam obediência a determinado coronel, estabelecendo, dessa forma, um sistema de mandonismo. A proteção gerava um custo que deveria ser pago com obediência e subserviência ao coronel, o padrinho de todos.

O Nordeste brasileiro era espaço dos coronéis, da oligarquia latifundiária, das eleições fraudulentas e das violentas disputas pelo poder político. A manipulação dos problemas sociais era ofuscada pela questão maior da seca e pela necessidade de preservar uma atividade econômica regional.

A manipulação interesseira dos recursos destinados às obras contra as secas e a obtenção de favores políticos, via clientelismo, eram fatos conhecidos, mas[...], não chegava a afetar a imagem de sofrimento da região. Na realidade, naquela época, esse era um problema nacional e não de qualquer região em particular, sendo no Nordeste talvez considerado um mal menor dentro de um universo maior de problemas. A forte imagem da seca não permitia que ficassem claras as ligações entre a pobreza e as relações de produção na região. O discurso da seca foi, portanto, competentemente elaborada, divulgado e assimilado. Quaisquer outras relações causais tinham dificuldade de se impor como idéia corrente (CASTRO, 1992, p. 59-60).

De forma paralela à imagem do flagelo no Nordeste, estava à elite coronelística. Na realidade, a construção de um Nordeste pobre e sofrido beneficiava essa elite, pois esse paralelismo fazia com que as oligarquias se apropriassem da imagem de pobreza da região enquanto participava ativamente do bloco de poder do Estado. Era, portanto, a imagem de dois Nordeste: de um lado imperava a elite regional; de outro, os sertanejos nordestinos, vítimas do mandonismo.

A submissão das populações mais pobres no Nordeste estava ligada a um poder de mando, empreendida por uma elite coronelística que mantinha todos sob seu domínio, instituindo, desse modo, uma relação de mandonismo e clientelismo sobre as famílias nordestinas. Pericás (2010, p.27) explana que: “[...] Era criada aí uma relação de dependência, de troca de favores e de clientelismo entre os ‘patrões’ e sua parentela empobrecida, agregados e trabalhadores rurais”.

Ademais, essa relação de submissão se apresentava de forma mais acentuada nos períodos de seca, quando as populações se sujeitavam a condições precárias de sobrevivência e aos abusos dos coronéis ou grupos que espalhavam terror nas localidades. No período da grande seca, 1877-1879, apresentou-se um cenário de grande flagelo para a população nordestina, ao que Barros (2007) conta que a catástrofe revelou fenômenos que se reproduziriam ciclicamente assolando a população com fome, doenças, o cangaço e o abuso por parte dos políticos, comerciantes e freiteiros.

[...] o desrespeito pelos sertanejos, por parte dos cangaceiros, era mais profundo do que o das autoridades que os mantinham em abandono, sendo uma das faces da indústria da seca. A outra correspondia aos comerciantes e freiteiros que roubavam ou vendiam com usura os alimentos que chegavam para os flagelados. Depois que os cangaceiros foram eliminados, muitos políticos ficaram ricos com as subvenções do governo, e outros alistaram nas frentes de trabalho parentes (que não trabalhava), fantasma (para ficarem com o dinheiro) e muitos outros negociavam as “ajudas” que chegavam nos tempos de seca, para conseguirem votos ou, negando-as aos adversários, fortalecerem-se como chefes políticos (BARROS, 2007, p. 134, grifos da autora).

A atuação de chefes políticos, coronéis ou cangaceiros, só atingia a população sertaneja que vivia vitimada, aprisionada sob as ordens de um determinado líder que, por meio da violência, controlava o povo, pois seu prestígio dependia do medo que infundia ao povo e aos seus adversários.

Os coronéis fortaleciam os governos estaduais para que estes fortalecessem o poder central, pois necessitavam de uma base para garantir o apoio das famílias que viviam sob seu domínio. É sabido que existiam muitos coronéis que se beneficiavam da “ignorância” do povo e encontravam apoio para controlar essas famílias por meio da repressão que praticavam em seus redutos de homens armados, contratados como o capanga, o “cabra”, o cangaceiro, este que, por sua vez, atuava tanto na defesa como no ataque aos poderosos coronéis.

A relação entre coronéis e cangaceiros era ambígua, pois, ora estavam unidos, ora estavam rivalizando. Embora, às vezes, os cangaceiros prestassem serviços aos coronéis, não dependiam diretamente deles. Alguns coronéis se aliavam aos cangaceiros por medo, pelas

ameaças sofridas; outros, porém, se aliavam no intuito de destruírem seus inimigos, aumentar suas riquezas, etc. Essas alianças eram, por vezes, arriscadas; qualquer desacordo de ambos os lados era motivo de morte.

[...] muitos coronéis nos Estados nordestinos mantiveram um bom relacionamento com os cangaceiros, chegando a protegê-los e acolhê-los em suas fazendas. Não porque tinham um bom coração, mas porque visavam suas próprias vantagens e não hesitavam em mudar de opinião e de lado sempre que lhes fosse conveniente. Abrigar um cangaceiro e depois o trair não lhes era incomum (LIMA 2008, p. 37).

A respeito dessa relação entre coronéis e cangaceiros, Estácio de Lima (1965) pondera que o coronel foi, sem dúvidas, um dos determinantes dessa forma de criminalidade. Os coronéis recebiam em suas fazendas um delinquente e transformavam-no em um profissional que, como regra geral, terminava como cangaceiro. Esse cangaceiro, “criação” do coronel, agia tanto à mando do coronel como prestador de serviços remunerados, como agia por conta própria, não dependendo das ordens do coronel que, ocasionalmente, era vítima de sua própria “criação”.

Paiva (2004, p. 7) discorre que o cangaço representou a evolução das atividades dos jagunços que deixaram a obediência aos coronéis e passaram a agir de forma independente, “[...] formando bandos sob rigorosa chefia, muitas vezes a serviço dos fazendeiros e políticos, que lhes compravam proteção ou encomendava missões a executar”.

Destarte, o cangaceiro não dependia diretamente do coronel para sua sobrevivência, uma vez que, diferentemente do jagunço, do capanga, do guarda-costas e de outras figuras que antecederam o cangaceiro, este último não era um trabalhador à serviço unicamente do coronel, mas, quando contratado, protegia e era protegido; por outro lado, não devia obediência e fidelidade ao coronel como empregado e patrão, posto que o cangaceiro tinha autonomia de controlar e manter seu próprio bando.

A consolidação do coronelismo, no Ceará, se acentuou com a oligarquia dos Acioli que perdurou por cerca de vinte anos. Macedo (1990) afirma que a oligarquia aciolina ensejou o recrudescimento do coronelismo no território cearense tendo seu apogeu no Cariri. A relação dos chefes políticos com crimes e delinquência para manter ou conquistar posições influentes alimentava uma eficaz ligação com os cangaceiros: “Os coronéis e chefes políticos carienses cercavam-se de cangaceiros importados de outras regiões, contra os quais não se movimentavam as autoridades, já por impotência, já por imparcialidade política” (MACEDO, 1990, p. 34)

Nessa conjuntura, no Cariri cearense, como em outras localidades do Nordeste, a cumplicidade entre coronéis e cangaceiros esteve presente de forma latente, assim expressada por Anselmo (1968), ao discorrer que em cada município da localidade comandava um coronel diferente e cada um dispunha de um número considerável de cangaceiros a seus serviços que se encarregava do policiamento nas propriedades do coronel que prestava serviços.

Era uma relação muito comum e natural entre coronéis e cangaceiros no Cariri cearense, inclusive, a aglutinação de forças políticas e religiosas até tentaram inibi-la. Em 1911, aconteceu na Câmara Municipal de Juazeiro do Norte um ato que ficou conhecido como o “Pacto dos Coronéis”. Este ato contou com a presença de vários coronéis da região do Cariri que, a partir desse momento, elaboraram um documento constando nove artigos (WALKER 2010).

A reunião com os chefes municipais objetivava a solidariedade entre todos, lavrando um pacto de harmonia política. No documento redigido, sete dos nove artigos se referia à união entre os coronéis independentemente das circunstâncias. No artigo 1º ficou declarado que nenhum chefe político, daquela data em diante, protegeria criminosos em suas localidades e nem daria guarida a criminosos de outras localidades. No artigo 7º ficava terminantemente proibida a proteção a cangaceiros, não podendo contratar serviços ou consentir que as famílias que viviam sob a “proteção” de determinado coronel, oferecessem apoio a cangaceiros (WALKER, 2010).

Embora o pacto dos coronéis tenha sido reconhecido e lavrado em ata, pouco ou nada foi cumprido dos artigos estabelecidos no documento. Entre eles, os artigos 1º e 7º. A ligação entre cangaceiros e coronéis continuou e perdurou por longos anos, através de bandos locais ou de outros estados. Uma prova dessa relação aparece na atuação do bando dos Marcelinos, a partir de 1924, e pela estreita ligação entre Lampião e alguns coronéis locais.

A manutenção desse relacionamento entre coronéis e cangaceiros continuou tão avultosa que, em 1926, o próprio Lampião foi convocado pelo Padre Cícero, um dos mentores do Pacto dos Coronéis, e por Floro Bartolomeu para comparecer a Juazeiro do Norte e se juntar às tropas que se armavam para combater a Coluna Prestes. No retorno, Lampião encontrou os Marcelinos na comunidade do Caldas e seguiram viagem para Jardim, onde foram recepcionados pelo prefeito da cidade, o coronel José Caminha de Anchieta Gondim, que ofereceu hospedagem aos cangaceiros no colégio e na cadeia pública da cidade (NEVES, 2009).

O senhor Napoleão²², quando questionado sobre a relação entre coronéis e cangaceiros, respondeu que tudo se dava a partir da figura dos coronéis, porque precisavam da força dos cangaceiros para seus serviços, ou seja, era uma correlação de forças na qual cada um desenvolvia seu papel.

Já analisando a relação entre coronéis e chefes políticos, na figura de protetores e coiteiros de cangaceiros, Barros (2007) apresenta uma reportagem do jornal *Tempo de Contar*, realizada pelo jornalista Joel Silveira, em 1944, na qual o jornalista entrevistou alguns cangaceiros do bando de Lampião na penitenciária de Salvador e o ex-cangaceiro Cacheado relatou que, no período do cangaço, se matava muito, mas a culpa não era restrita aos cangaceiros. Muito mais culpa tinham os “homens educados” que os auxiliavam com munição e outras proteções e que, se bandidos eram os cangaceiros, os homens de bem não deveriam tê-los ajudado.

O relacionamento de cangaceiros e coronéis era claro: todos viviam sob o regime de dominação estabelecida pelo coronelismo. O senhor Napoleão afirmou que a ligação entre os Marcelinos e o coronel Santana era explícito, pois ele dava guarida ao bando dos Marcelinos e à Lampião: “[...] Aqui eles [os Marcelinos] tinham muitos protetores. O coronel Santana principalmente, que era o pai de Dr. Juvêncio, juiz regional [...] tudo que queriam eles tinham no Cariri [...]”²³. Essa ligação baseada na proteção e prestação de serviços de ambos os lados foi a garantia de sobrevivência de um sistema que correlacionava as forças do punho e das armas.

O contexto histórico e cultural deve ser tomado para entender as relações que se espacializaram na localidade e são referenciadas nas narrativas dos sujeitos entrevistados, pois o que se nota é o reconhecimento a um contexto cultural comum. Reconhecer esses aspectos é relevante para se pensar uma geografia do cangaço do bando dos Marcelinos.

²²Entrevista concedida à autora pelo senhor Napoleão Tavares, realizada em 18 de setembro de 2018 (Apêndice B).

²³Entrevista concedida à autora pelo senhor Napoleão Tavares, realizada em 18 de setembro de 2018 (Apêndice B).

CAPÍTULO III

VIDA E MORTE DOS MARCELINOS NA GEOGRAFIADO CANGAÇO

O bando dos Marcelinos, inicialmente formado pelos irmãos Manoel e João Marcelino, teve outros adeptos do cangaço que percorriam a Chapada do Araripe. Questiona-se sobre as motivações que teriam levado outros homens a aderirem ao movimento. De acordo com os sujeitos da pesquisa, esses outros homens que atuaram junto aos Marcelinos não se caracterizavam como cangaceiros, mas “meninos de recado”.

A senhora Maria da Conceição²⁴ (dona Seiça), neta de Manoel Toalha, um dos membros do bando dos Marcelinos, relatou o motivo que levou seu avô a integrar-se ao bando: o encantamento que tinha pelas vestimentas que os cangaceiros trajavam. Ele não era exatamente um cangaceiro, era apenas um mensageiro e o responsável pelo preparo da comida para o bando. Manoel Toalha exercia a profissão de mordomo antes de sua atuação no movimento do cangaço.

Dona Seiça ainda conta que seu avô veio do estado de Alagoas para residir no Cariri, era funcionário na fazenda do coronel João Coelho que, por sua vez, também era o patrão de Manoel Marcelino. Os dois teriam se conhecido não na fazenda em que trabalhavam, mas por intermédio da avó de dona Seiça que, à época, namorava Manoel Toalha e conhecia Manoel e João Marcelino.

Nos relatos sobre o bando dos Marcelinos destacam-se duas figuras centrais: Bom Deveras e João 22 e, de forma menos acentuada, referem-se à Lua Branca para designar a composição do bando. Os demais sujeitos que estavam no bando, até o momento da captura policial, são apresentados como coiteiros, tratados nas falas dos entrevistados como meninos de recado, pois afirmavam que eram todos garotos e menores de idade.

A este respeito foi publicada uma matéria no jornal *Correio do Ceará*, em 1928, abordando a atuação e a morte dos cangaceiros. Na reportagem mencionava também que a família de Joaquim Gomes, um dos fuzilados, tentou despistar as forças policiais dos rastros dos cangaceiros, apontando Joaquim Gomes como espião do bando. Dessa forma, o bando era, em realidade, uma dupla de cangaceiros cuja liderança era de Bom Deveras e João 22.

²⁴Entrevista concedida à autora pela senhora Seiça, realizada em 21 de setembro de 2018 (Apêndice C).

Dona Seiza²⁵ relatou que seu avô, Manoel Toalha, andava com o bando, mas que não era nocivo como os outros e que, no ato do fuzilamento, alguns de seus companheiros haviam intercedido por ele afirmando que ele não participava das atividades como cangaceiro.

A vida cangaceira do bando, apesar de curta, foi bastante agitada, seja por sua atuação isolada, seja pela atuação junto ao bando de Lampião. Peixoto Junior (2009, p. 79) explica que a vida de cangaço dos Marcelinos correspondeu a três fases:

A primeira termina em março de 1926, no pé da Serra do Araripe, quando entraram para o grupo do rei do cangaço. A segunda compreende a vida deles como gente de Lampião até junho de 1927, em Missão Velha, após o ataque a Mossoró. A terceira e última volta a pertencer à mesma serra, em cima, nas ladeiras, nos pés de serra.

A terceira fase corresponde ao período de junho de 1927 a janeiro de 1928, quando os Marcelinos se desligaram do bando de Lampião e voltaram à Chapada do Araripe. Recomeçaram sua atuação independente, praticando assaltos na estrada para o município de Jardim, que delimita o território de Ceará e Pernambuco, até o momento de suas capturas e mortes.

A trajetória e a duração do bando dos Marcelinos fizeram com que fosse representado na história do movimento do cangaço como um bando pequeno, de curta atuação, mas que se caracteriza como expoente, mesmo tendo restringido sua atuação enquanto bando independente na Chapada do Araripe, na extensão cearense e pernambucana.

Na década de 1920, quando os Marcelinos ingressaram na vida cangaceira, foi um período marcado por grandes nomes ligados ao movimento, onde muitos sujeitos perderam a vida ou mesmo deixaram de atuar no cangaço. Geralmente um sujeito que iniciava sua vida no cangaço nessa época agregavam-se a um outro bando. Naquele período, o mais relevante bando era o de Lampião. Os Marcelinos realizaram caminho inverso: começaram por conta própria e, somente depois, juntaram-se ao bando de Lampião, mas não fizeram carreira com o rei do cangaço.

Atuando de forma independente, os Marcelinos restringiram suas atividades à Chapada do Araripe, como destacado anteriormente. Tal opção dava-se pela segurança e afetividade, marcada por sentimentos topofílicos. O senhor Napoleão Tavares, quando questionado qual teria sido o motivo para que o bando permanecesse nesse ambiente, relatou: “Acho que foi um pouco de medo da amplidão do sertão; aqui era mais fácil deles recorrerem

²⁵Entrevista concedida à autora pela senhora Seiza, realizada em 21 de setembro de 2018 (Apêndice C).

aos amigos e fora daqui não tinham condição, porque eles eram limitados, eram pouco conhecidos²⁶.

Pondera-se, com base na narrativa exposta, que o sentido de amplidão do sertão surge como espaço, algo heterogêneo na percepção daqueles sujeitos que compunham o bando, logo não lhes garantia segurança, dado pela falta do conhecimento e desenvolvimento de sentimentos topofílicos, enquanto que a Chapada do Araripe, marcada de itinerários vivenciados pelos sujeitos que compunham o bando, tanto antes, como durante a vida no cangaço, foi caracterizada por tais sentimentos, denotando o sentido de lugar.

A narrativa do senhor Napoleão de que os Marcelinos restringiram sua atuação à Chapada do Araripe, pelo medo da amplidão do sertão e por serem um bando limitado, nos leva a refletir que, se quisesse fazer carreira no cangaço pelo Nordeste, teria seguido com o bando de Lampião, haja vista Bom Deveras ter conquistado a confiança de Lampião e chefiado um subgrupo de seu bando. Com a patente de subchefe do rei do cangaço, Bom Deveras poderia ter perambulado pelo sertão nordestino e feito seu nome como cangaceiro da confiança de Lampião.

Esses aspectos marcam uma geografia do cangaço e revelam as relações que ocorrem na forma de organização e atuação dos bandos de cangaceiros que eram compostos por um grande número de sujeitos, vindos de diferentes localidades do sertão nordestino, agregavam-se e dividiam sabedorias e percepções espaciais, de distintos lugares da caatinga, permitindo a incorporação de novos territórios para que pudessem se deslocar. O conhecimento espacial e as relações com os diferentes itinerários foram bases para a sobrevivência dos bandos que viviam em fuga constante das forças volantes.

No entanto, Bom Deveras não era adepto a receber ordens. Essa relação foi identificada na entrevista do senhor Toní²⁷ quando relatou uma briga entre Bom Deveras e Lampião, quando atuavam em conjunto. O senhor Toní ressalta, de maneira enfática, a valentia de Bom Deveras, caracterizando-o como cabra destemido, corajoso, capaz até mesmo de intimidar o rei do cangaço. Esse momento de discórdia teria ocasionado a saída dos Marcelinos do bando e que alguns cangaceiros de Lampião seguiram Bom Deveras em seu retorno ao Cariri.

O grande aspecto que marcou a volta do bando para a Chapada do Araripe, em junho de 1927, deu-se pelo sentido de lugar que eles possuíam com a localidade, a partir de seus

²⁶Entrevista concedida à autora pelo senhor Napoleão Tavares, realizada em 18 de setembro de 2018 (Apêndice B).

²⁷Entrevista concedida à autora pelo senhor Toní, realizada em 10 de novembro de 2018 (Apêndice H).

itinerários. Mesmo tendo uma vida nômade, dada a necessidade de sobrevivência que possuíam, os caminhos que percorriam apresentavam-se como lugar para o bando. Pelo código moral que os qualificavam como bandidos, não os permitiam voltar a viver publicamente.

Esses traços da atuação de bandos maiores ou mesmo de bandos menores como os Marcelinos marcam a geografia do cangaço, na qual as relações espaciais e de vivência e afetividades com os lugares articulavam os territórios de atuação dos bandos.

3.1 O “lugar” do bandido

De acordo com Hobsbawm (2015, p. 22-23), do ponto de vista social, a história do banditismo se divide em três etapas: “[...] seu nascimento, quando as sociedades anteriores ao bandido passam a fazer parte de sociedades com classes e Estado; sua transformação a partir da ascensão do capitalismo, local e mundial; e sua longa trajetória sob Estados e regimes sociais intermediários”.

Hobsbawm contextualiza o banditismo e o classifica como homogêneo para traçar o perfil de bandidos de diversos países, em diferentes continentes do globo. Na obra *Rebeldes primitivos*, o autor traça o seguinte argumento: “Descrever o bandido ‘ideal’ não é, de modo algum, faltar à realidade. A característica mais surpreendente do banditismo social é sua notável uniformidade e padronização” (HOBSBAWM, 1978, p. 23). No entanto, essa afirmativa nos parece generalizar países, regiões, sujeitos, movimentos, etc., para conceituar a ideia de banditismo social, deixando de considerar as especificidades dos sujeitos e as relações socioculturais produzidas em determinado espaço.

A história do banditismo social, assim como a história de outros movimentos, não deve ser homogeneizada com o intuito de conceituá-los, pois se distinguem em sua forma de atuação, de ideias e de sujeitos. Dessa maneira, não é possível aplicar um conceito para caracterizar um movimento como homogêneo para distintos locais. Conceituar, por exemplo, o movimento do cangaço como banditismo social a partir da atuação de grupos de bandidos que atuaram no sul da Itália ou em regiões do continente africano não nos parece uma ideia acertada.

Na obra *Bandidos*, Hobsbawm faz referência ao movimento do cangaço a partir da figura de Lampião, caracterizando-o na categoria de vingador. No entanto, o autor afirma que a imagem lhe interessa mais do que a realidade, expressando, desse modo, o que era retratado nas lendas e no folclore popular contidos em canções, romances e livretos de cordéis. O que

demonstra que não houve, por parte do autor, um aprofundamento de base documental para categorizar o movimento do cangaço na categoria de banditismo social.

Para Pericás (2010), a fundamentação utilizada por Hobsbawm para categorizar o movimento do cangaço como banditismo social é questionável pelo fato de o autor ter empregado modelos universalizantes para apontar traços comuns em determinados tipos de bandidos do meio rural de diversos países, categorizando-os num mesmo esquema teórico com pouca ou nenhuma base documental para comprovar sua hipótese.

Ainda sobre a ideia de banditismo social de Hobsbawm, Pericás (2010) acrescenta que discutir o movimento do cangaço utilizando a figura de Lampião como exemplo para contrapor outros bandidos de países distintos não configura exemplificação dessa categoria. O autor escreve que mais apropriado para abordar tal ideia seria utilizar o exemplo do cangaceiro Jesuino Brilhante. As obras escritas a respeito deste cangaceiro, quer sejam científicas ou não, o tratam como um bandido nobre, associado em alguns escritos à figura do Hobin Hood, sendo no imaginário das famílias do meio rural um herói de sua libertação, o justiceiro que lhes traria uma nova vida.

Para Hobsbawm, os “bandidos sociais” permaneceriam dentro da sociedade “camponesa” e seriam admirados e respeitados pela população pobre, que os consideraria “heróis”, “vingadores”, “justiceiro”, e até “líderes de sua libertação”, desse modo oferecendo-lhes seu apoio. Seriam vistos como “símbolos do protesto social”, já que lutavam contra os inimigos de classe dos “camponeses”: o Estado e os “senhores”, ou seja, os potentados rurais. Em outras palavras, esses bandoleiros compartilhariam valores morais e a mesma visão de mundo de suas comunidades e se tornariam foras da lei em defesa delas: um protesto social de caráter pré-político e *inconsciente* (PERICÁS, 2010, p. 26, grifo do autor).

A proposição de banditismo de Hobsbawm não é possível de entender e de explicar os grupos de “bandidos” como os cangaceiros. O autor reduz a análise do fenômeno às relações de classes, à riqueza e ao poder nas sociedades camponesas, sobretudo na segunda fase de sua história. No entanto, a condição de sertanejo nordestino impunha aos cangaceiros uma lógica que não se encontrava diretamente relacionada à noção de classe, mas às condições de sujeitos sertanejos nordestinos, intermediados pelas relações culturais, constituídas socialmente em um espaço próprio, um espaço vivido, a saber: a caatinga, na qual se sobressaia a questão da honra que levou vários homens a ingressarem no movimento do cangaço por sua condição cultural de sujeito enquanto “cabra macho”. As relações culturais, intermediadas em uma dinâmica espacial, constituíram esses sujeitos e um contexto histórico-geográfico.

Portanto, a ideia de banditismo social desenvolvida por Hobsbawm não apresenta os elementos necessários para se pensar o movimento do cangaço. A base para constituir as fontes de informação do autor deram-se por informações ficcionais de romances e folhetos de cordéis. Embora os cordéis e romances tratassem da realidade, não trazia a verdade dos fatos por completo e havia muito mais uma história romantizada e heroica que o povo gostava de ouvir como distração, principalmente em ambientes de vivência coletiva como, por exemplo, as feiras.

Barros (2018) publicou o artigo *Cangaço – violência no Sertão do Nordeste* na revista *Ponta de Lança*, em 2018, em comemoração aos 80 anos da morte de Lampião, realizando uma reflexão a respeito da violência no período de atuação de Lampião e correlacionando com a violência empreendida atualmente. Pondera que muitas das pesquisas exercem certa influência na disseminação de ideias em relação a “rebeldias”, na perspectiva de autores europeus e norte-americanos, sem uma preocupação crítica em submeter essas teorias à análise da realidade brasileira.

A autora argumenta que se deve ter cautela ao utilizar a teoria de banditismo social de Hobsbawm para categorizar o movimento do cangaço, pois a realidade em que o autor desenvolveu a teoria não condiz com a realidade de tantos movimentos sobre os quais discorre em seus trabalhos.

[...] à análise da realidade brasileira, que passa a ser analisada segundo categorias elaboradas lá fora, como “bandido social”, “messianismo”, que levaram Eric Hobsbawm à categoria de maior historiador, tendo suas teorias aplicadas a todos os estudos de religião, e de cangaço! Cangaceiro é bandido social, e catolicismo popular é fanatismo e messianismo. É como se tivesse caído uma maldição sobre o Brasil contemporâneo, impedindo que os brasileiros criassem teorias sobre seu povo, [...] (BARROS, 2018, p. 74).

Nesse sentido, pontuar o movimento do cangaço como banditismo social na concepção de Hobsbawm, a nosso ver, nem explica o movimento, nem o caracteriza como banditismo social. Pelas características locais e o contexto sociocultural dos sujeitos envolvidos no movimento, apontamos para a ideia de banditismo sertanejo, que traça o perfil do movimento a partir da “característica” do sertanejo nordestino.

A proposição de banditismo sertanejo vincula-se às relações socioespaciais constituídas pelos sujeitos a partir da vivência coletiva em um dado espaço e em uma dada realidade histórica, o que acabou por produzir as bases nas quais se desenvolveu o movimento do cangaço, ou seja, consideramos um espaço em que se reproduziram as relações culturais e sociais, o sertão da caatinga, juntamente à subjetividade dos sujeitos que ressignificaram a

forma de vida, cominando em diferentes movimentos nesse ambiente, dentre eles, o cangaceirismo, uma forma de banditismo sertanejo que possui relações próprias estabelecidas em um tempo e espaço próprio.

Os sujeitos pertencentes ao bando dos Marcelinos e a forma como passaram a atuar no cangaço relacionam-se diretamente ao contexto cultural e espacial de uma localidade específica. Sobre este aspecto, podemos dialogar com a ideia de Berdoulay e Entrikin (2012, p. 108) que entendem: “[...] O sujeito e o lugar funcionam como duas noções primordiais da experiência humana. [...] O sujeito e o lugar são, cada um, constitutivos do outro”.

Nessa senda, o sujeito produz o lugar pelos seus sentidos e afetividade, ao passo que, ao produzir o lugar, é transformado por este. A constituição de um lugar amplo como o sertão nordestino liga-se à vivência de um grupo social que se reconhece em uma narrativa comum, produz seus costumes, modos de vida e concepções culturais, tais como a ideia de “cabra macho” e de honra. Nesse sentido, é fundamental entender os aspectos culturais, vinculados a um determinado grupo de sujeitos, bem como a forma de espacializar tais aspectos dada a base material que se apresenta, ou seja, o espaço tomado como ambiente no qual se desenvolvem as relações socioculturais. Tais relações constituem os sertanejos nordestinos e sem a vivência que liga o sujeito a um lugar não será possível compreender a dinâmica da vivência e da atuação que cerca o bando de cangaceiros dos Marcelinos.

É nesse sentido que corroboramos com a ideia apresentada por Barros (2018), ao defender a estruturação de conceitos e categorias que permitam entender a realidade local. Percebe-se uma possibilidade de diálogo entre os argumentos apresentados por Barros (2018) e as proposições de Berdoulay e Entrikin (2012, p. 94):

Qualquer que sejam a importância desse fenômeno e a antiguidade de seus componentes, tem-se o direito de se perguntar se essa visão, fundamentada em uma comparação com uma espacialidade que teria sido, outrora, mais global e integradora, não tende a desviar a atenção de fenômenos em que se manifestam diferentemente o sujeito e sua relação com o espaço.

Esta relação a qual se pretende parte do entendimento do sujeito, do fenômeno do qual participa e sua relação com o espaço vivido onde o fenômeno é produzido. Tais relações que levaram vários sujeitos nordestinos a ingressarem no cangaço vincula-se ao período de apropriação territorial do sertão nordestino que foi marcado por uma política de expansão colonialista, seguindo a lógica do capitalismo mercantil da época. A área valorizada, do ponto de vista financeiro para metrópole, fora a Zona da Mata, na qual se desenvolvia a monocultura escravista da cana-de-açúcar. O sertão da caatinga teve sua ocupação voltada a uma base

econômica de suporte, a pecuária, cultura esta voltada, principalmente, para a produção do gado, pensando no abastecimento da área de produção da cana-de-açúcar com animais de tração, carne, couro e outros.

O sentido de valentia, de “cabra-macho” está voltado à forma de apropriação dessas áreas. Os homens destemidos foram escolhidos para ocupar os espaços mais longínquos da colônia. Este aspecto se reverbera e passa a fazer parte do cotidiano e da cultura local como um aspecto que os marca.

Além de uma atividade econômica secundária, o clima semiárido do sertão da caatinga contribuiu para uma condição econômica desfavorecida, onde poucos possuíam muito e muitos não possuíam nada. A produção do ambiente local, transformado em lugar pela afetividade dos sujeitos, compreende o universo de significados dos sertanejos nordestinos, bem como dos sujeitos que passaram a ingressar no movimento do cangaço. O espaço, assim, configura-se e apresenta-se como base de compreensão para o fenômeno do cangaço, tomado como banditismo sertanejo.

Ao apresentar as ideias de Berdoulay e Entrikin, pensando em relacioná-las com a visão defendida por Barros, entende-se que os primeiros realizaram suas exposições pensando como a ciência tem refletido a relação espaço-lugar-sujeito e argumentando que o sujeito teria ficado sempre em segundo plano. Ao pensar questões relacionadas à defesa do sentido de pertencimento e identidade, esta apontaria para um reconhecimento de tais sujeitos em defesa de seus laços culturais e seu vínculo com o lugar.

Desse modo, o sujeito deve ser considerado como elemento para a compreensão de determinados contextos, evitando-se realizar uma análise na qual os sujeitos são relativizados para se encaixarem em tramas determinadas por circunstâncias exteriores. Os sujeitos produzem sua própria identidade, a consciência de si mesmo, em interação com o contexto de suas ações que moldam o lugar em um determinado tempo-espaço.

[...] A consideração do sujeito e do lugar convergem, de modo que se chega a uma concepção mais rica da ação racional, que permite evitar a tendência pós-moderna e pós-estruturalista para o relativismo. Uma sociologia do sujeito e uma “geografia moral” centrada na questão do lugar chegam, assim, a convergências que podem fornecer os fundamentos de um discurso refletido sobre a natureza do bem na sociedade (BERDOULAY; ENTRIKIN, 2012, p. 100-101).

Tomando por base as questões levantadas e refletidas pelos autores, pensa-se a possibilidade de, partindo do contexto do movimento do cangaço, basear a discussão desse fenômeno no banditismo sertanejo, sendo uma possibilidade de compreensão da formação e

da atuação do bando dos Marcelinos, dialogando a perspectiva cultural do sujeito em sua relação direta com o lugar, dados os elementos já apresentados ao longo do trabalho.

O que nos é interessante da obra de Hobsbawm (2015) é o sentido da origem da palavra bandido: partindo do seu significado que provém do italiano *bandito*, qual seja, homem banido, posto fora da lei.

Pensar o contexto do cangaço como instrumento de reaver a honra nos leva a pensar que aqueles homens foram expostos a uma vergonha pública, na qual sentiam-se banidos de seus círculos de moralidade em que viviam os “homens de bem” da sociedade sertaneja nordestina.

Considerando a ideia de que bandidos são aqueles homens banidos, pensamos que o cangaço dos Marcelinos se concretiza a partir do ato da desarma, na feira, um espaço público; naquele momento, João Marcelino foi banido de um código da moral sertaneja, sendo desmoralizado. Ao ser exposto, viu-se banido da “classe” dos homens de bem e enquadrado como homem baderneiro.

Os sujeitos enquadrados no banditismo passam a viver como nômades e esta é uma semelhança com o movimento do cangaço. Os cangaceiros, quando tomavam a decisão de fazerem vida no movimento, passavam a habitar as matas, fazendo, dessa forma, daquele espaço o seu lugar. Para os Marcelinos, os itinerários percorridos na extensão da Chapada do Araripe passaram a ser lugar para o bando.

Assim, o lugar do bandido cangaceiro situa-se à margem da sociedade urbana, habitando as mais variadas localidades, com suas diferentes estruturas geomorfológicas presentes em todo o sertão nordestino, por onde houve atuação do cangaço. Um espaço onde as forças policiais nem sempre estavam aptas a percorrer e que os cangaceiros se sentiam seguros e protegidos por terem o conhecimento do terreno e da paisagem, uma característica do conhecimento presente nas geografias vernaculares, conforme Claval (2014).

Barroso (2012a, p. 11), na obra *Almas de lama e de aço*, discorre que no sertão nordestino o banditismo manifestou-se pela “injunção da própria força e não achando como, naquele meio atrasado e pobre, vai naturalmente perder-se no crime. Eis aí primeira causa do banditismo que continuamente assola aquelas paragens”. Na obra *Heróis e bandidos*, Barroso (2012b) atribui como causa principal da insurgência do cangaceirismo o meio físico do sertão nordestino. Levando em consideração a época em que essas obras foram escritas e a influência do autor para entendimento do movimento do cangaço, compreende-se que a relação do sertão nordestino e o movimento do cangaço, atribuído nas obras citadas, não correspondem à conceituação do cangaço como banditismo, assim como o movimento do

cangaço não surgiu exclusivamente pelas condições do meio físico do Nordeste – existiram outros fatores que condicionaram o surgimento do movimento.

Além das questões sociais agravadas pelos longos períodos de seca no sertão nordestino e o quadro de miséria, as elites coronelísticas aproveitavam-se das calamidades para manterem seus *status quo*, no meio cultural onde aquela sociedade fora alicerçada. O patriarcalismo e o machismo eram estruturantes da sociedade sertaneja do Nordeste. A concepção de que o homem de bem não podia ser desmoralizado pelo fato de que o bem mais precioso para o sertanejo nordestino era o seu nome, sua honra, foi motivo de muitas desavenças e mortes.

Ao ingressar no cangaço, tornando-se bandido/cangaceiro, este sujeito garantia sua honra, reafirmava sua valentia, o que lhe permitia frequentar os locais que tivesse interesse, mesmo que não fosse bem-vindo. A força do punho e das armas eram suas garantias e sua permissão para adentrar. O lugar do bandido/cangaceiro era fora do alcance da sociedade urbana, à margem de um código de conduta cívico, buscando cumprir o objetivo para reintegrar sua honra inserindo-os na imagem de cabra macho, dentro de outro universo social, o de pertencer à classe dos homens de bem.

Ora, qual o lugar do bandido após sua morte? Essa indagação permeia uma série de questões referentes aos seus restos mortais, assim como seu espírito. Assim, vamos nos ater aos locais mais significantes para a atuação e morte do bando.

Para os sujeitos pertencentes ao grupo religioso do catolicismo popular que creem em céu, inferno e santo(a)s, eles acreditam que todas as pessoas, após sua morte, têm o direito de serem enterradas dignamente e que os pecados cometidos fica a encargo do(a) pecador(a) prestar contas a Deus. Os relatos dos sujeitos da pesquisa evidenciaram que não importavam os tipos de crimes cometidos pelos Marcelinos, pois eram cristãos e deveriam receber um julgamento justo e pagar pelos seus atos. Em caso de morte, não mereceriam ser enterrados como indigentes, mas, inclusive, serem celebradas missas e orações para libertação de suas almas²⁸.

Acredita-se que os cangaceiros eram católicos ou seguiam os ritos de um catolicismo popular, possuindo devoção a determinados santos, estavam sempre fazendo orações e carregavam consigo símbolos da religiosidade de determinada crença. Lampião, por exemplo, costumava rezar com seu bando pedindo proteção para fechar o corpo, sendo comum os

²⁸O ato religioso de celebrar missas para as almas dos falecidos é citado pelos entrevistados, tendo em vista esses sujeitos pertencerem à religião católica, adeptos do catolicismo popular e se reconhecerem nas narrativas do grupo.

cangaceiros ornamentarem-se com um rosário no pescoço, representando um sentido de devoção.

É explicitado nos relatos dos sujeitos entrevistados essa forma de reconhecimento a um determinado grupo social, os sertanejos habitantes da caatinga, no qual se desenvolvem traços culturais próximos entre si. O contexto cultural-religioso do catolicismo popular é uma expressão cultural que marca esses sujeitos como grupo social, interligados por um contexto intersubjetivo do lugar, a saber, o sertão nordestino.

O pertencimento a este universo de costumes e crenças os levam a acreditar que esses bandidos/cangaceiros deveriam ser punidos pelos crimes cometidos. No entanto, tinham o direito de receber o perdão em vida ou na morte, assim como Deus concede o perdão aos pecadores que demonstrem arrependimento. Essa reflexão está disposta no depoimento de dona Celene²⁹ que, ao narrar o episódio do fuzilamento do bando dos Marcelinos, expressa que o jornalista Demócrito Rocha, que aguardava em Fortaleza o bando para uma entrevista, não conseguiu fazê-la em vida, pelo fato de que o bando não fora levado a Fortaleza, fora fuzilado ainda em Barbalha a poucos quilômetros da cadeia pública onde se encontravam encarcerados. Dona Celene ainda acrescenta: “[...] Demócrito Rocha ficou esperando eles chegarem a Fortaleza, acho que espera até hoje no céu; ele deve ter feito a entrevista lá no céu, porque eles não chegaram [à cidade de Fortaleza]”.

Dessa forma, a concepção da morte trágica, sem direito a julgamento terreno, pode conferir ao bandido um *status* de mártir, garantindo-lhes outra concepção, outra visão junto aos sujeitos que possuem a crença nesse aspecto simbólico do catolicismo popular. Conforme a concepção de Freitas (2007), o bandido pode passar a ser visto como mártir após o ato da morte trágica, no qual as pessoas passam a rezar pela alma dele como forma de piedade popular, encomendando sua alma a Deus.

O local que fora escolhido pela força policial para fuzilar os cangaceiros, um ambiente rural, atualmente conhecido como Alto do Leitão, era apontado como um espaço onde eram praticados crimes à mando do Estado, escondendo sua real motivação. O local onde foi cometido o crime do fuzilamento passou a ser interpretado de outra maneira, a partir do universo simbólico daqueles sujeitos que conhecem o ato e o grupo de cangaceiros. Há um reconhecimento, uma ressignificação daquele espaço, por parte dos sujeitos entrevistados. O ato do fuzilamento, que configurou o fim trágico daqueles homens, mudou as formas de percepção de parte da sociedade no contexto sociocultural dos sujeitos que conhecem a

²⁹Entrevista concedida à autora pela senhora Celene, realizada em 22 de outubro de 2018 (Apêndice F).

história do bando. Se antes eram tidos como bandidos, o que se nota no presente é uma visão que conota piedade popular.

Não cabe julgar se a visão correta é a de mártires ou de bandidos, mas podemos ponderar que as várias localidades que marcaram a vida e a morte desses cangaceiros hoje têm um sentido de lugar para uma coletividade, para um grupo de sujeitos que, ao reconhecerem a importância cultural e histórica dos cangaceiros para o contexto local, reafirmam a própria cultura do lugar e dos sujeitos pertencentes a este grupo social.

3.2 A morte exemplar como higienização da sociedade

A morte exemplar acontecia como punição por algum ato julgado errôneo cometido individual ou coletivamente, ao mesmo tempo em que representava um exemplo para quem decidisse seguir o mesmo caminho. A morte no cangaço, seja dos cangaceiros ou cometida por eles, em geral, acontecia de forma punitiva com requintes de crueldade.

Muitas torturas e mortes foram e continuam sendo narradas em diversas literaturas. Barros (2007) assevera que esse tipo de violência era cometido por cangaceiros, assim como pelas forças policiais, que mantinham um comportamento violento para com a população sertaneja, praticando crimes iguais ou mais terríveis do que os praticados pelos cangaceiros. No movimento do cangaço, a dualidade vida e morte fazia mais sentido do que qualquer outra existente na vida dos cangaceiros.

A vaidade ou superstição no momento da morte também é comumente retratada nas narrativas a respeito do cangaço, tais como: “cabra macho” se enterra em pé; evitar receber tiros na cara para que ficasse mais fácil o reconhecimento por Nossa Senhora e Nosso Senhor; alimentar um sujeito antes de um fuzilamento e muitas outras.

No movimento do cangaço, a imagem de “cabra macho” era tão presente que, independentemente de sua situação de morte, não se clamaria por piedade, não se pedia perdão ou misericórdia aos seus executores. Aceitava-se seu destino calado, mantinha-se a imagem de cangaceiro, do “cabra macho”.

A relação dos cangaceiros com a morte era intensa, pois viviam em estado de alerta pela vida que levavam. Os cangaceiros geralmente tinham mortes violentas e seus restos mortais ficavam expostos para que a população observasse que a força do Estado atuava em “benefício” do povo, protegendo-o dos bandidos que ameaçavam suas vidas.

Essas tensões em torno da morte fazem parte do cotidiano das populações que sofriam (ou não) com as ações empreendidas pelos cangaceiros. Porém, quanto à sensibilidade em relação à morte, especificamente a morte trágica, percebe-se que a morte não é fácil de ser encarada como fato corriqueiro, banal e sem significado mesmo sendo essa a sua única condição (FALCÃO, 2011, p. 38-39).

A relação das famílias sertanejas com cangaceiros era de dubiedade. Para os inimigos, os cangaceiros não passavam de bandidos cruéis; para seus coiteiros, garantia de proteção, pois vingavam suas intrigas e mantinham seus compromissos assumidos.

As mortes trágicas, quase sempre sofridas pelos cangaceiros, chamam a atenção pelos horrores que padeciam em suas horas finais e pela espetacularização do martírio em vários episódios ocorridos no movimento, como a morte de Jararaca no ataque à cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte, em 1927; a morte dos Marcelinos, em Barbalha, no Ceará, em 1928; a morte de Lampião e seus cangaceiros e cangaceiras, em Angicos, em Sergipe, em 1930 – mortes trágicas que passaram a ser contadas por meio de narrativas baseadas em memórias fragmentadas e divergentes, presentes na oralidade e na escrita sobre o movimento do cangaço.

Embora a morte fosse recorrente na vida cangaceira, a forma como propagavam as mortes dos cangaceiros é importante de ser notada. A morte de João 22 pela força policial é um exemplo desse contexto. O que ficou marcado desse fato para os entrevistados não foi sua morte em si, pois ocorreu em uma diligência policial que costumava acontecer, mas o que destaca de forma peculiar as narrativas dos sujeitos dá-se pela exposição do corpo do cangaceiro. Dona Celene descreve as percepções de sua mãe que acompanhou o cortejo de exposição do corpo de João 22:

Nessa parte da história minha mãe é minha principal referência, porque acompanhou tudo o que vou falar agora, ninguém contou, ela acompanhou, [...]. Minha bisavó morava aqui, nessa mesma casa que nós estamos. Minha mãe era muito ligada com avó dela, garotinha e tudo, aí minha bisavó disse: “vamos, minha filha, olhar os cangaceiros que mataram [...]”. Minha mãe dizia que foi uma cena chocante quando viu aquele “cabra” com as mãos e os pés amarrados em um pau dependurado, parecendo um porco. Ela fechava os olhos e dizia que estava vendo aquela mesma cena, um cabelo loiro, bem loiro, muito cabelo loiro, ensanguentado, arrastando pelo chão, aí disse que, quando chegaram, subiram, e quando chegaram em cima da calçada, aí com a faca cortaram as cordas, aí calcularam mal minha filha, quando cortaram essa corda, o corpo caiu lá embaixo³⁰.

³⁰Entrevista concedida à autora pela senhora Celene, realizada em 22 de outubro de 2018 (Apêndice F).

A exibição do corpo ou de partes do corpo de cangaceiros após a morte era recorrente. O cortejo conduzindo o corpo de João 22 pelas ruas de Barbalha, à maneira de transportar porco para açougue, caracterizava-se como prova de que o Estado estava cumprindo com as normas básicas de segurança. Por outro lado, servia como “aviso” para a sociedade de que a vida de cangaceiro poderia ter um fim trágico.

A morte precedida de violência representada como incomum, de um sofrimento extremo e, por esta razão, trágica, era uma lição pelos crimes cometidos. Assim como um cangaceiro, “cabra macho”, não pediria clemência aos seus executores, seus executores também não poupariam da crueldade para punir cangaceiros.

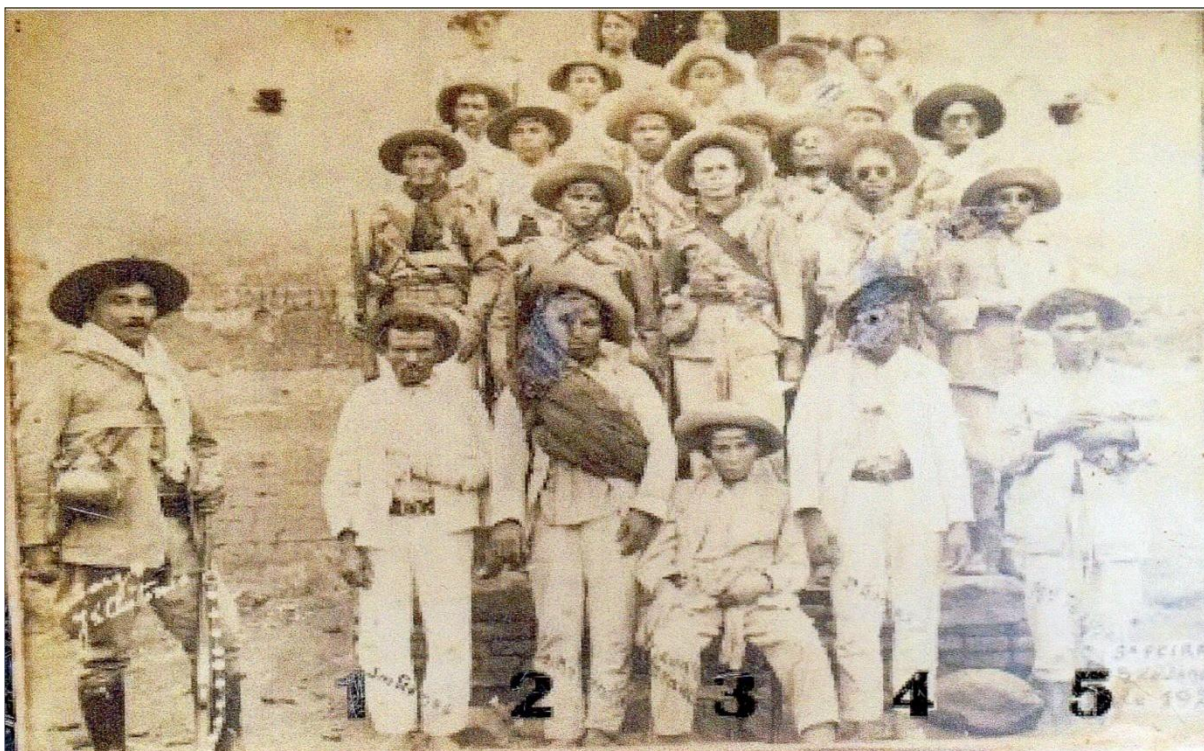
A respeito de morte trágica, sobressai-se o fuzilamento dos cinco cangaceiros do bando dos Marcelinos pela força policial do Ceará, em 1928. O fuzilamento dos cangaceiros foi noticiado em alguns jornais: um deles, o jornal *O Povo*, da capital Fortaleza. O jornalista Demócrito Rocha, responsável pelo periódico, apresentou uma versão sobre o fuzilamento a partir da reportagem vinculada pelo Jornal *Gazeta do Cariri* e, em seguida, escreveu uma crítica responsabilizando o Estado que, segundo o jornalista, agia de forma mais violenta que os próprios cangaceiros.

Mais daí, desse limite, já tão alargado, para a transgressão dos mais rudimentares sentimentos de humanidade, daí, para o crime frio e premeditado, covarde e perverso, do fuzilamento de bandidos entregue ao arbítrio de um sargento de polícia, vai uma diferença igual a que existe entre a justiça e o crime. Durante largos meses o sertão do Cariri reclamava do governo as providências necessárias contra o grupo do bandoleiro 22 que trazia em sobressalto aquela fertilíssima região [...]. A força estava pronta para marchar conduzindo os cinco desgraçados para o suplício. E horas após no Alto do Leitão, depois de cavarem as próprias sepulturas, foram todos eles, de um a um fuzilados pela polícia. Viva o egrégio magistrado Desembargador Moreira da Rocha! Viva a consciência católica do Sr. Presidente! (ROCHA, 1928, p. 6).

Para Demócrito Rocha, era de responsabilidade do governo proteger o povo, mas, concedendo aval para a prática de crimes dessa natureza, não demonstrava que poderia combater a criminalidade ao cometer violências de forma tão arbitrária.

A respeito do fuzilamento, o senhor Napoleão Tavares enfatizou a barbaridade da execução dos cangaceiros: “nem no nazismo aconteceu coisa igual, o cara cavar sua própria sepultura sabendo que ia ser sepultado ali”³¹.

³¹Entrevista concedida à autora pelo senhor Napoleão Tavares, realizada em 18 de setembro de 2018 (Apêndice B).



Da esquerda para direita destacado do grupo, o Sargento Zé Antonio. A seguir os cangaceiros: Joaquim Gomes, Pedro Miranda . Lua Branca (Marcelino), João Gomes e Manoel Toalha .Depois esta foto os respectivos cangaceiros foram conduzidos para o ALTO DO LEITÃO e lá executados sumariamente

Foto 5 – Cangaceiros e tropa de soldados antes do fuzilamento, em frente ao prédio de Câmara e Cadeia, em Barbalha, 1928. Acervo pessoal de SOUZA, Francisco de Assis.

Durante as entrevistas, a parte mais dramática para os sujeitos foi relatar a morte dos cangaceiros. Foi um momento para rememorar e refletir sobre as emoções provocadas pela crueldade dessas execuções. Nos relatos, destacam-se as expressões de indignação, tais como: “eles eram cristãos”, “eles mereciam outra chance”, “foi uma crueldade”, etc. Este aspecto da aversão é ponto importante, tendo em vista que os sujeitos, ao relatarem a atuação do bando, situavam questões ímpares aos cangaceiros, como os “cabra macho”, sujeitos que encontraram no cangaço uma forma de não ficarem excluídos do código moral da honra sertaneja, destacando-se também as peripécias do movimento do cangaço. O fuzilamento dos cangaceiros tornou-se acontecimento emblemático da violência social e, contraditoriamente, sugeria uma mitigação para os crimes cometidos pelos cangaceiros. O ato da violência social cometida contra estes gerou uma forma de remissão para os crimes antes cometidos. A morte trágica apresenta-se como a “absolvição” desses sujeitos por parte da sociedade.

Assim, a morte na madrugada encerraria e silenciaria os cangaceiros na possível transferência dos presos para julgamento em Fortaleza. Ninguém viu, ninguém ouviu, logo,

não havia testemunhas além de seus executores. A retirada dos presos da cadeia sem que eles suspeitassem do destino que os aguardava, com seus pertences nos bornais, como que fossem realizar uma viagem, levando os cangaceiros a crerem que seriam transportados para julgamento.

Na região do Cariri, na década de 1920, haviam juízes para procederem aos julgamentos, não tendo a necessidade do deslocamento a Fortaleza. Logo, constata-se que não havia a intenção de levá-los à julgamento, pois a sentença já havia sido proferida: a condenação era o fuzilamento.

A morte trágica não fez com que os crimes cometidos pelos cangaceiros fossem esquecidos, mas tornou-os de menor relevância em relação à atrocidade pelas quais passaram os cangaceiros. Destaca-se mais o ato do fuzilamento do que a vida cangaceira que levavam. As matérias de jornais, tanto de 1928, quanto dos últimos trinta anos, que foram vinculadas a respeito do bando, trazem em seus títulos essa morte trágica como destaque. Aquelas que não destacaram o fuzilamento, como as reportagens do *Jornal do Cariri* em 1998 (Anexo F) e 1999 (Anexo G), noticiaram a construção do monumento no cemitério, não deixando de relatar como se deu a morte dos cangaceiros.

A matéria vinculada pelo jornal *Diário do Nordeste*, em 2018 (anexo I), abordando os 90 anos do fuzilamento, traz como título: “Cangaceiros foram obrigados a cavar as próprias sepulturas”, uma página inteira do jornal, onde pouco se falou da atuação do bando, enfatizando exatamente a morte trágica dos cangaceiros.

No período de atuação dos Marcelinos, Bom Deveras, o chefe do bando, era considerado o destaque do grupo, merecendo a confiança do rei do cangaço. Na Chapada do Araripe, era considerado cangaceiro de renome. Após um ano de sua morte, o destaque passou a ser conferido ao fuzilamento, possuindo, até os dias atuais, maior ênfase.

Nesse cenário, o que é notório na atuação do Estado é a tentativa de demonstrar para a sociedade que estava sendo cumprida a função de zelar pelo bem-estar, ao passo que deixava a mensagem de que não seriam toleráveis novos cangaceiros, um ato de “limpeza” daquela sociedade. O fuzilamento também serviu para calar os cangaceiros, tendo em vista que eles também atuaram à mando dos coronéis, configurando-se como “queima de arquivo”, tal como atesta o senhor Francisco de Assis:

[...] nesse contexto dessa execução sumária, sem ser julgada, sem nada, à revelia da lei, ferindo até os direitos humanos e tudo. Nesse contexto, pela história, pode ver que foi exatamente para encobrir o nome de muitos potentados, foi uma queima de arquivo a morte deles. No final da história, a conclusão que se tira é essa. Por que não deram esse depoimento? Por que

não chegaram a Fortaleza? E por que mataram? E se tinha muitos coronéis envolvidos por conta dessas ilicitudes de pegar os bens de uns e vender para outros. Quer dizer, o Estado ficou devendo essa explicação, devendo essa explicação e indenização para os descendentes dos que morreram lá, até hoje nada se explica, foi uma coisa muito injusta, foi um desrespeito total, fuzilados sem julgamento, revelia acima da lei, foi triste o episódio no Alto do Leitão.

O que se destacou da atuação do Estado, à mando do desembargador Moreira Rocha, foi o fim do cangaço na região do Cariri com a morte dos cangaceiros, bem como a proteção aos nomes dos coronéis que mantiveram relações com o bando. Dessa forma, a sociedade caririense, no geral, e os coronéis, de modo específico, estavam livres da ação daqueles bandoleiros, um ato de “higienização” para com aquela sociedade.

3.2.1 O lugar do túmulo como símbolo da morte trágica

No passado a relação dos vivos com os mortos se dava no mesmo espaço de convivência. Até o final do século XVIII e início do XIX, os mortos eram sepultados dentro das igrejas. Essa dádiva de ser enterrado em um local sagrado só era concedida a religiosos e pessoas de famílias tradicionais, significando que negros, nativos e pessoas de classes subalternas não possuíam o mesmo privilégio. As pessoas sem posses, após suas mortes, continuavam sendo tratadas como indigentes. As mudanças nos locais de enterro ao longo da história nos leva a refletir as relações com o lugar dos mortos.

Essa relação geográfica dos sujeitos com os locais onde jazem os restos mortais dos seus antepassados fez-se presente desde as primeiras civilizações marcando, inclusive, os primeiros desenhos de mapas da antiguidade, tal a importância que se tem para com os mortos e os sujeitos que permanecem. Tuan (2012; 2013) discorre sobre a importância que a morte possuía para povos antigos que transmutavam os lugares em que eram depositados os restos mortais em lugares sagrados.

A crença em lugares que preservavam a força dos sujeitos e que marcaram suas histórias de vida era transmutada simbolicamente para os lugares cemiteriais. Nesse mesmo contexto simbólico que marca os sujeitos pertencentes a uma lógica espacial do sertão nordestino, sua cultura está diretamente ligada à construção de uma visão de mundo voltada ao catolicismo popular. A morte trágica transformou a visão existente sobre os Marcelinos e marca simbolicamente o lugar cemiterial onde esses cangaceiros foram fuzilados. O Cemitério dos Marcelinos, para os sujeitos que conhecem e narram sua história, é tomado por lugar como tempo tornado visível. Dialogando com Tuan (2011, p. 14), este afirma que:

“Conhecer o passado exige ancoragem em coisas observáveis. [...] Eles agem subconscientemente nos sentidos das pessoas relativos às suas raízes com o lugar”.

A relação entre Igreja e Estado, por meio do sistema de padroado, atribuía à Igreja Católica a responsabilidade pelos sepultamentos. Essa prática perdurou até a secularização dos cemitérios quando foi estabelecido o Estado laico, que se deu após a proclamação da república (SILVA, 2009). No século XIX, por meio do discurso médico-higienista, a construção de cemitérios fora da área urbana passou a ser uma prática e os enterros nas igrejas foram aos poucos deixando de acontecer.

A influência da Igreja Católica sobre a vida dos fiéis nos séculos passados marcava de forma significativa, tendo em vista que se acreditava que, ao morrer, a família deveria manter os restos mortais de seus entes queridos ligados à Igreja. Dessa influência originaram-se os antigos cemitérios cristãos e o desejo dos fiéis de serem enterrados no interior das igrejas ou o mais próximo possível de seus muros para se beneficiar das águas bantas que escorriam ao ser aspergida no templo sagrado (COSTA, 2003). Essa relação homem-cultura, em uma percepção mítico-religiosa do espaço, transmuta-os em outra realidade, uma realidade cósmica, na qual o espaço é transmutado em “lugar sagrado”, pertencente àquele contexto sociocultural.

No entanto, os cemitérios começaram a ser construídos fora das áreas habitadas por uma questão de higienização, mas também por uma lógica espacial de organização das cidades a partir da lógica progressista que não mais agregava os espaços da morte no cotidiano social.

Na nova ordem espacial das cidades ditada pelos princípios do higienismo, a história da expulsão dos cemitérios dos centros urbanos merece capítulo à parte. Não somente porque essa expulsão representa mudança de mentalidade em relação à morte, mas também, e principalmente, porque ela tem profundas repercussões espaciais para a cidade. Desse modo, a luta empreendida pelo poder público para a construção de um espaço reservado aos mortos não pode ser vista apenas como decisão de ordem administrativa, pois representa, ainda reflexo de nova mentalidade, segundo a qual era necessário pensar um lugar reservado para os mortos (COSTA, 2003, p. 238).

A tendência era afastar os estabelecimentos insalubres e considerados perigosos das cidades. Nessa perspectiva, os cemitérios foram sendo construídos ao longo do século XIX como medida de higiene pública. Em Barbalha, como a localidade foi colonizada e se estabeleceu por meio do sistema de padroado, também vivenciou essa relação, conforme relata Silva (2009, p. 53): “[...] A falta de cemitérios e a devoção aos santos promoviam uma

prática cultural de sepultamentos dos defuntos das elites, dentro e fora da Igreja Matriz de Santo Antônio”, questão esta que deixava os sujeitos que frequentavam as missas suscetíveis a contaminações por inalarem os odores dos corpos em decomposição.

Pinheiro (1950) escreveu sobre a falta de higiene na matriz de Santo Antônio, em virtude dos sepultamentos dentro e fora da Igreja, onde era possível visualizar crânios e outras ossadas humanas no interior da matriz e do lado de fora expostos ao tempo e aos animais. Com essa exposição cadavérica, muitas doenças e contaminações se manifestaram na população barbalhense, sobretudo pela contaminação hídrica no surto de cólera no ano de 1862.

Durante a epidemia de cólera em Barbalha, o Padre Ibiapina iniciou um trabalho de higienização com a construção de cemitérios, cacimbas e outras obras de caridade para acolher a população assolada pelo surto da doença. O padre se preocupava com a higienização no ritual dos sepultamentos, considerando as possibilidades de contágio da doença. Para isto, construiu cemitérios em locais afastados da área habitada.

A distinção de classe se expressa materialmente nos lugares cemiteriais. A separação dos túmulos para distinguir famílias ricas das famílias pobres, os cemitérios públicos e os privados, as artes tumulares, os cemitérios jardins, etc., representam a hierarquia dos “espaços da morte”.

A efervescência narcisista, típica da burguesia, levou a nova classe a querer registrar suas particularidades nos cemitérios, que se tornaram o local propício para: eternizar o individualismo do homem, recém valorizado após a morte; romper o anonimato das pessoas que passam a promover-se, distinguir-se dos demais, adquirir propriedades perpétuas, cabendo aos homens poderosos o melhor quinhão da vida eterna. Esses cemitérios atestam ainda hoje o alto padrão social das famílias burguesas que se aglomeram nesse habitat póstumo (BORGES, 2002, p.130-131).

A disposição dos cemitérios baseia-se na disposição das cidades representadas pelas habitações de ricos e pobres e, à medida que as cidades foram se ampliando, os cemitérios também foram.

Nesse processo em que os cemitérios foram passando por adaptações ao longo da história, também cabe refletir a respeito dos cemitérios considerados “ilegais” ou cemitérios não registrados, prática comum no sertão nordestino no decurso de sua história. Como exemplo, tem-se o episódio da grande seca no qual se criaram espaços para o sepultamento em virtude do grande número de mortos, ou mesmo não se enterravam os cadáveres que se decompunham pelas estradas.

Esses “espaços da morte” remetem a questionar o Cemitério dos Fuzilados³² (Foto 6) que, para o senhor José Miguel, é considerado um cemitério como qualquer outro, onde as pessoas podem enterrar seus entes queridos. Para ele, não é um registro que confere legalidade funcional a um determinado espaço, mas o respeito que se atribui àquele local, possuindo um caráter cultural-religioso, permeado por uma cultura que toma aquele espaço ressignificado como um lugar cemiterial, carregado de toda a simbologia existente nesses lugares. O cemitério é aberto a visitas, seja para conhecer, pesquisar ou rezar³³.



Foto 6 – Cemitério dos Marcelinos, na comunidade do Alto do Leitão, no município de Barbalha. Autora: COSTA, Ana Paula Rodrigues, 2018.

O local onde ocorreu o fuzilamento do bando pode ter sido escolhido de forma aleatória ou em represália pelo fato de os Marcelinos terem assassinado dois policiais na localidade do Alto do Leitão. O fato é que, para os sujeitos, o cemitério passou a ter significado de lugar pelo sentido memorial de respeito e reconhecimento histórico existente, vinculado ao bando de cangaceiros.

³²Denominação utilizada por parte da população local e citado desta forma pelos sujeitos que foram entrevistados.

³³Entrevista concedida à autora pelo senhor José Miguel, realizada em 13 de setembro de 2018 (Apêndice A).

Para dona Seiça³⁴, o cemitério só não é utilizado pelas pessoas atualmente pois existe a burocracia documental como o atestado de óbito; em um período anterior, tal documentação não possuía a importância existente atualmente. Mas, de acordo com dona Seiça, quando não se tinha toda essa burocracia de registro, as pessoas enterravam anjinhos (crianças recém-nascidas) no Cemitério dos Fuzilados.

Para os depoentes, sendo, nessa investigação, sujeitos da pesquisa, o fato de o Cemitério dos Marcelinos não ser registrado, não ser oficial, é apenas uma questão de burocracia: um papel que não foi assinado por autoridades públicas a quem compete essa ação. Indo além da questão da oficialidade, outro ponto que deve ser ponderado é que tal ato da não oficialidade do Cemitério dos Fuzilados possa estar ligado a um contexto de invisibilizar a memória do bando, renegando-os ao esquecimento e eliminando, de certa maneira, as atrocidades praticadas pelo Estado contra os cangaceiros. Nesse sentido, corroboramos com Le Goff (2012, p. 456), que pondera:

[...] a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cujo a memória social é, sobretudo, oral, ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita, aquelas que melhor permitem compreender essa luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória.

Quando dona Seiça diz que lá enterravam anjinhos, significa que, para as pessoas, aquele local é um espaço cemiterial, possuindo não só a mesma funcionalidade, mas a identificação simbólica, onde as famílias depositam os restos mortais de seus entes queridos. Esse contexto do espaço cemiterial reforçava aquele espaço como um monumento não oficial de memória do bando, ou seja, a marca na paisagem da herança do passado.

O fato de o cemitério não ser registrado apresenta este local como não possuidor de tal funcionalidade, não sendo reconhecido pelo poder público. Porém, para os sujeitos que fazem parte da história, o Cemitério dos Marcelinos tem o mesmo significado de guardar os mortos como os cemitérios públicos e privados. Enquanto lugar cemiterial, tomado como monumento, possui o poder de evocar a história, os acontecimentos do passado e reavivar testemunhos. Dona Seiça³⁵ relatou que, todo ano, no dia 02 de novembro, Dia de Finados, ela vai ao cemitério com seus familiares acender velas, rezar e prestar homenagens para seu avô e os demais fuzilados.

Pondera-se que a evocação da memória realizada por Dona Seiça e por outros sujeitos que foram entrevistados nos permite perceber este lugar cemiterial como um monumento, um

³⁴Entrevista concedida à autora pela senhora Seiça, realizada em 21 de setembro de 2018 (Apêndice C).

³⁵Entrevista concedida à autora pela senhora Seiça, realizada em 21 de setembro de 2018 (Apêndice C).

registro histórico, um documento que mantém presente a memória dos Marcelinos enquanto lembranças vinculadas a um grupo de sujeitos que reconhecem tal espaço como documento da memória social.

O Cemitério dos Fuzilados, tomado como lugar, deve-se as orientações culturais religiosas e a importância histórica existente no bando, as quais o grupo social está ligado. Quanto ao Cemitério dos Marcelinos, pode-se atestar a existência de uma visão de mundo proveniente do catolicismo popular, ressignificando este espaço como lugar sagrado e simbólico, conferindo uma monumentalidade vinculada a uma memória coletiva.

Em torno dessa discussão traça-se um paralelo com as ideias de Tuan (2011), ao tratar do espaço mítico, ligando-o a um povo mítico, ou seja, constituído com base em sua cultura e em suas crenças míticas.

O ato do fuzilamento transmutou aquele espaço em lugar mítico de devoção e respeito, ou seja, constitui-se de afetividade e emotividade para os sujeitos que reconhecem e rememoram a história dos Marcelinos. O lugar mítico, nesse contexto, é prenhe de significados e sentidos para os sujeitos que relatam a história do bando. Ao passo que é estabelecida uma disputa nesse lugar. Tomado como monumento histórico, tal lugar tem a capacidade de evocar a história do bando e as atrocidades cometidas pelo Estado através da memória coletiva, o que produz o desinteresse por parte dos agentes do Estado de preservar esse espaço.

Significados estes que foram demonstrados pelos sujeitos da pesquisa ao discorrerem a respeito do quão triste se sentem ao verem o cemitério “abandonado”, sem nenhuma ação de política de preservação. Para o senhor José Miguel³⁶ o cemitério deveria ser alvo de políticas públicas, preservando parte da história do bando. Ainda segundo ele: “a sociedade continua ‘matando’ os cangaceiros por não manterem ações permanentes que preservem os espaços que recordam a história do bando”, reforçando assim, a hipótese de invisibilizar a história dos Marcelinos, constituindo-se em um lugar de disputa da memória coletiva.

3.3 Narrativas da geografia do cangaço do bando dos Marcelinos

A atuação do bando dos Marcelinos no Cariri e, de modo mais específico, em Barbalha, é um marco histórico, questão esta que pode ser destacada tanto nas narrativas dos sujeitos entrevistados na pesquisa, bem como presentes em outras produções como livros,

³⁶Entrevista concedida à autora pelo senhor José Miguel, realizada em 13 de setembro de 2018 (Apêndice A).

literatura de cordel, material audiovisual, matérias de jornais à época de atuação do bando ou mesmo atuais e na atuação de instituições como o Centro Pró-Memória³⁷. Esse cenário demonstra que uma parcela da população barbalhense não só conhece a história dos Marcelinos, mas luta pela manutenção dessa memória, ao passo que o descaso de agentes do Estado acaba por desvalorizar a importância histórica do bando, contribuindo com a falta de políticas públicas que viabilizem a manutenção e preservação dos lugares de atuação do bando.

Em virtude da atuação do bando no município de Barbalha, batizaram-se alguns lugares com toponímias relacionadas ao bando que marcaram paisagens como símbolos de recordação de sua história, dados pela releitura de uma oralidade que é contada por diferentes sujeitos marcando uma geografia do cangaço do bando dos Marcelinos, em Barbalha.

Entre esses lugares que tiveram suas toponímias relacionadas à geografia do cangaço do bando, sobressai-se o Cemitério dos Marcelinos ou Cemitério dos Fuzilados, na comunidade Alto do Leitão, como demonstrado anteriormente. Nesse espaço, o Centro Pró-Memória de Barbalha, com a intenção de preservar o Cemitério dos Fuzilados, fazendo da localidade um lugar de visitação, ao mesmo tempo em que buscava fortalecer o interesse pela história e memória do bando, realizou, na década de 1990, uma ação de resgate à memória do bando. Essa luta significava uma tentativa de chamar a atenção do poder público para a preservação daquele espaço histórico.

No dia 21 de outubro de 1998, o *Jornal do Cariri* (reportagem disponível no anexo F) dedicou a última página do jornal para falar sobre a intenção do senhor Josafá Magalhães³⁸ em resguardar a memória do bando, sinalizando para uma possível restauração pelo IPHAN. Buscava-se inserir o local do fuzilamento em políticas públicas, compondo um possível roteiro turístico da região do Cariri.

No ano seguinte, em junho de 1999, foi inaugurado o monumento dos fuzilados após sua restauração pelo Centro Pró-memória, com a celebração de uma missa pelo Padre Vilecir Vidal e a participação de grupos culturais como os Penitentes³⁹ e as cantadoras de incelências⁴⁰. O *Jornal do Cariri* (reportagem disponível no anexo G) novamente esteve presente e noticiou que os organizadores do evento consideravam aquele momento como um

³⁷O Centro Pró-Memória foi pensado e fundado pelo Senhor Josafá Magalhães (*in memoriam*), em conjunto a outros memorialistas, poetas e professores ligados a movimentos culturais de Barbalha.

³⁸Josafá Magalhães (*in memoriam*), natural de Barbalha, era advogado de formação e memorialista. Lutou pela preservação da memória histórica do município em diversos segmentos. Idealizador do Centro Pró-Memória de Barbalha e o coordenador da revitalização do Cemitério dos Marcelinos em 1999.

³⁹Confraria religiosa pertencente à igreja católica composta por homens que praticavam a auto-flagelação.

⁴⁰Ala feminina da irmandade dos penitentes.

ato de respeito aos seres humanos e, portanto, os cangaceiros mereciam aquela celebração pela forma brutal como perderam suas vidas. Acrescentaram ainda que o local não era túmulo de cangaceiros, mas um marco do arbítrio vigente na década de 1920.

Esse aspecto de defesa desses sujeitos que compõem um grupo social, voltados à defesa da cultura local do município de Barbalha, representa um processo de disputa pela memória e o esquecimento. Enquanto que uns buscam manter e celebrar a memória do bando, outros agentes, tais como o Estado, pela falta de políticas públicas e outros possíveis interesses, bem como elites locais, vinculados aos antigos coronéis, tentam invisibilizar a memória do bando, desvalorizando seu lugar cemiterial, assim como outros lugares que marcam a geografia do cangaço dos Marcelinos, descaracterizando a memória e relegando ao abandono as paisagens que marcam sua atuação. A materialização da disputa pela memória do bando dos Marcelinos enquanto uma construção pautada, principalmente, através da memória coletiva, ocorre nos marcos geográficos do bando.

Nove anos após a restauração do monumento dos fuzilados, o Centro Pró-Memória de Barbalha promoveu, em 2008, o Seminário de 80 anos do fuzilamento dos cangaceiros, em parceria com outras instituições e foi reportagem (anexo H) no Jornal *Diário do Nordeste* (com circulação no estado do Ceará), em sua página regional. Mais uma vez foi apresentada a intenção da preservação da história do bando dos Marcelinos por meio do reconhecimento do cemitério como patrimônio cultural do município de Barbalha. O evento contou com a presença da senhora Maria de Lourdes Belo da Silva (*in memoriam*) e do senhor Antônio Cassiano Belo da Silva (*in memoriam*), filhos de Manoel Toalha, um dos integrantes do bando que foi fuzilado.

Na ocasião do Seminário, o poeta Francisco de Assis compôs um cordel narrando o contexto histórico no qual se formou o bando dos Marcelinos intitulado *Alto do Leitão: 80 anos do fuzilamento*. Em versos, o poeta descreveu cronologicamente a atuação do bando no município de Barbalha. Discorrendo que, na relação com os coronéis, os cangaceiros eram mesmo serviçais e que foram os “cabras” marcados que o sistema escolheu, assegurando prestígios aos coronéis locais.

O autor do cordel expressou o sentimento da representação do Centro Pró-Memória de Barbalha pelo desejo de preservar a história do cangaço dos Marcelinos, opinando que a morte dos cangaceiros se deu como queima de arquivo para proteger os coronéis locais do envolvimento com o crime no mundo do cangaço. A morte veio como penalidade para os cangaceiros e, em contrapartida, como ato de proteção aos coronéis.

Essa mesma versão a respeito do fuzilamento dos últimos cinco cangaceiros foi compartilhada pelo jornalista Demócrito Rocha, como apresentamos em trechos anteriores, o que atesta a possibilidade de disputa desta memória ligada a um momento histórico. Assim, parentes de cangaceiros vivem e defendem um ponto de vista sobre o episódio, ao passo que familiares dos coronéis da época podem apresentar um entendimento diferente dos acontecimentos, lutando pelo esquecimento.

Os lugares que marcam a atuação do bando, nesse sentido, emergem como um conjunto daquilo que sobrevive do passado, dadas as forças que operam pela evocação do contexto histórico desses espaços tomados como monumentos do bando dos Marcelinos, ou pela sua invisibilidade, como no caso da Pedra dos Marcelinos, que permanece com a toponímia de Pedra do Morcego e não recebe visitação pela ligação com a aço cangaceira, mas pela trilha ecológica do Geossítio mantida pelo Geoparque Araripe, não promovendo a intera o com a atua o do bando no local.

Destarte, a es afirmativas no sentido da continuidade da memória vinculada ao bando dos Marcelinos devem-se   iniciativa de rememorar a história do bando em Barbalha. No entanto, essas atividades têm acontecido esporadicamente, com pouca divulga o e concentradas em um grupo de pessoas como professores e memorialistas que pouco tem buscado intera o com os sujeitos residentes em comunidades que foram lugares de atua o do bando no município de Barbalha e que possuem uma gama de informa es importantes para a manuten o dessa memória para as futuras gera es.

Uma das a es em memória do bando ocorreu em 2015 por meio do Projeto Mais Cultura⁴¹, organizado pela Secretaria de Educa o do município, coordenado pela poetisa Lindic ssia Nascimento junto   Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Bom Jesus, no Distrito de Caldas, ministrando para a comunidade escolar oficinas, aula de campo e palestra a respeito da história do cangaço na região do Cariri. O projeto atendeu alunos do 6 o ao 9 o ano do ensino fundamental II.

Desse modo, o Projeto Mais Cultura promoveu, na Escola Bom Jesus, a integra o escola-comunidade e, desta parceria, foram produzidos cordéis coletivos nos quais os alunos foram os cordelistas. Entre aqueles que foram publicados, está o cordel *Triste fim dos Marcelinos*. A produ o   parte da oralidade dos sujeitos da comunidade do Caldas e de visita de campo ao Cemitério dos Fuzilados. Os alunos compuseram em versos a saga dos

⁴¹O Projeto Mais Cultura   uma iniciativa do Ministério da Educa o e Cultura para escolas municipais e estaduais da rede pública que atende o ensino fundamental e médio e visa a promo o de atividades culturais que estabeleam interloca o entre experiências artísticas locais e o projeto político-pedagógico nas escolas.

cangaceiros, relatando suas mortes e, principalmente, a morte de João 22, que é mostrada como ação de crueldade, pela cena do cortejo do corpo nas ruas de Barbalha.

Ações que descrevem o episódio do cangaço dos Marcelinos também foram documentadas por meio de recurso audiovisual. No ano de 2016, Rafael Lima produziu um documentário a respeito da atuação do bando em território cearense e pernambucano. O documentário *Os Marcelinos: cangaço em Barbalha* apresenta, a partir de versos e prosa, um apanhado da vida cangaceira do bando por meio da interpretação de sujeitos, parentes e conhecedores da história, que contam sentir um incômodo ao falarem sobre o fuzilamento, pois consideram o ato como “queima de arquivo” para assegurar vida tranquila aos coronéis.

Mais recentemente, em janeiro de 2018, o jornal *Diário do Nordeste* (reportagem disponível no anexo I) publicou uma matéria em comemoração aos 90 anos sobre o ato do fuzilamento. Nessa ocasião, como nos últimos vinte anos, não houve celebrações, nem visita ao local que atualmente encontra-se depredado. A reportagem foi escrita tendo como portavoza Leandro Cardoso, pesquisador do movimento do cangaço e membro da SBEC (Sociedade Brasileira de Estudos sobre o Cangaço, discorrendo que as forças policiais eram, na verdade, “bandidos fardados” e que o comandante da operação, o sargento José Antônio, “[...] se arbitrava senhor do bem e do mal e cometeu justiça com as próprias mãos, a figura do cangaceiro poderia ser aquela época, a última figura de resistência contra o peso da bota do colonizador” (CARDOSO, 2018, p. 4).

As vinculações ao bando dos Marcelinos referem-se à violação dos Direitos Humanos quanto ao episódio da morte de João 22 e a exposição do seu corpo como troféu, realizada pelas forças policiais frente às forças cangaceira. Assim como o fuzilamento dos cinco “cabras” do bando que sempre é recontado apontando para requintes de crueldade e arbitrariedade, tendo por intuito silenciá-los.

O interesse pela história do bando e as toponímias que ficaram marcadas nos lugares de atuação do bando na região do Cariri e, de forma mais específica, em Barbalha, tanto por ações de sujeitos voltados à cultura local, bem como professores que recordam esse momento histórico como parte da compreensão das expressões culturais da cidade, além de mídia escrita, mesmo que de forma esporádica, constitui-se de uma afirmativa à manutenção da geografia do cangaço do bando e da memória que os cerca.

As narrativas dos sujeitos entrevistados na pesquisa expressa o sentido pela manutenção da memória do bando enquanto movimento histórico-cultural para o Cariri, ao se reconhecerem ligados a um mesmo contexto histórico-espacial que marca o grupo social dos sertanejos nordestinos. As falas, as expressões e os sentimentos no decorrer das entrevistas

demonstraram o quanto as oralidades, que foram e vêm sendo contadas, estão presentes e vivas com os sujeitos.

Esta é uma das marcas da memória coletiva que ressignifica os lugares e defende esses espaços como reminiscências do passado coletivo que marcam a história de um determinado grupo, no caso dos Marcelinos, voltado a um grupo social ao município de Barbalha, que reconhece neste lugar uma subjetividade que o conecta, ao mesmo tempo, à história do bando e à história dos sujeitos que narram os episódios (amigos, familiares, etc.). Como afirma Tuan (2011, p. 14), lugares com esse potencial “[...] agem subconscientemente nos sentidos das pessoas relativos às suas raízes com o lugar. Sua destruição causa mais mágoa do que a demolição de um prédio tombado pelo patrimônio, que só pode ser entendido e apreciado com grande esforço de imaginação”.

Nesse aspecto, os relatos, tanto das entrevistas realizadas para a dissertação, quanto os relatos apresentados no documentário de Rafael Lima e nas matérias de jornais citavam a felicidade dos sujeitos que, de algum modo, estão ligados à memória do bando dos Marcelinos pela revitalização do monumento no Cemitério dos Fuzilados, em 1999, lembrado como um marco na preservação da memória do bando. A inauguração do monumento foi marcante, haja vista o desejo destes de conservarem o lugar. Para os sujeitos, a memória está ancorada em formas materializadas na paisagem, ao fato de que a construção do monumento significava a preservação da memória do bando.

No entanto, seguida da alegria pela conquista do grupo, seguia uma fala de desalento pela destruição do monumento. Dias após a inauguração, pessoas que residiam em um bairro de Juazeiro do Norte, vizinho à comunidade Alto do Leitão, roubaram os materiais utilizados na construção do monumento, depredando o local. Desde então, não houve outro processo de restauração e o Cemitério encontra-se em ruínas.





Foto 7 – Cemitério dos Marcelinos em diferentes períodos, na comunidade Alto do Leitão, município de Barbalha. Acervo de SANTOS, Vilma Maciel (1999); Acervo do Blog Barbalha Esquecida (2013). Autora: COSTA, Ana Paula Rodrigues (2018).

A destruição do monumento causou um sentimento de tristeza e indignação nos sujeitos que celebraram a sua construção, considerando o vandalismo um desrespeito para com os mortos. Esse momento trágico repercutiu como uma tentativa de invisibilizar o bando, uma nova “queima de arquivos”, dessa vez através da memória do bando que era vandalizada. A falta de atuação do poder público pela preservação da memória do bando demonstra o descaso, podendo ser apontado como um interesse pelo esquecimento desse momento histórico.

Apesar das ações em preservar a memória do bando não ocorrerem de forma contínua e da tristeza dos sujeitos entrevistados em relatar a destruição do monumento no cemitério e considerarem que deveria ser feito mais pela preservação dessa história, vemos que, ao longo dos 92 anos do fim do bando, a história continua sendo contada, seja em verso, prosa ou pela oralidade. A memória do bando resiste e continua sendo propagada através de diferentes formas de memória, sejam elas orais ou escritas. A geografia do cangaço na região permanece marcada na paisagem pelas toponímias nos lugares de atuação do bando, sendo as

reminiscências materializadas, contadas pelas narrativas dessa geografia do cangaço e constituindo-se, como citado no caso do monumento do Cemitério dos Fuzilados, em espaço de disputas dessa memória coletiva, seja pela manutenção ou pelo seu esquecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas no âmbito da geografia humanista têm buscado contextualizar o conceito de lugar como necessário para a compreensão do sujeito, onde as experiências e as percepções são fundamentais para se ter uma noção fenomenológica do mundo vivido. O lugar, na perspectiva humanista, é dotado de pertencimento, de afetividade, precisa ser vivido e experienciado no campo dos sentimentos, do valor simbólico.

O estudo do movimento do cangaço sob a perspectiva do lugar e da memória contribuiu para esclarecer aspectos do movimento do cangaço, particularmente do bando dos Marcelinos. Com base nessa concepção teórica, teve-se um auxílio importante para o desenvolvimento da pesquisa em que os sujeitos, a partir de suas experiências com o lugar, narraram a representação da trajetória cangaceira que se encontra presente na memória dos velhos, sendo ouvintes dos acontecimentos desde criança e, para tanto, têm o domínio de relatar tais experiências que caracterizam e marcam os lugares de atuação do bando através da paisagem que assume um caráter simbólico, constituindo formas de percepção do movimento, seja pela admiração ou aversão ao cangaço.

A atuação do bando dos Marcelinos produziu algumas toponímias em Barbalha que marcam a paisagem. A relação dos sujeitos entrevistados na pesquisa com esses lugares é demonstrada por meio do reconhecimento desses lugares. A história do bando e o reconhecimento dos cangaceiros enquanto sujeitos “cabra macho” fazem parte da cultura sertaneja nordestina. Percebe-se essa relação nas falas dos entrevistados, paisagem, lugar e cultura produzem os vínculos de pertencimento dos sujeitos. No entanto, a força da oralidade não tem sido suficiente para que as autoridades públicas desenvolvam políticas públicas de preservação dos lugares de atuação do bando.

As narrativas dos entrevistados que contam e guardam a memória do bando dos Marcelinos buscam no espaço elementos que marcam a história do bando. Deste processo emergem lugares que marcaram a atuação do bando, apresentando-se como haveres que constituem o suporte de materialização na paisagem da geografia do cangaço dos Marcelinos.

Entretanto, percebe-se que, mesmo havendo uma geografia do cangaço presente no município de Barbalha, existente pela atuação do bando dos Marcelinos e a permanência de uma memória do bando, representada nas narrativas de sujeitos que compreendem a sua importância histórica e geográfica para o município, tais aspectos motivaram a ação do Centro Pró-Memória de Barbalha, que atuou ativamente até 2008 e iniciaram ações para preservar os lugares de atuação do bando que marcam essa geografia do cangaço. Contudo, não houve

outras ações de cunho preservacionista nos lugares de atuação do bando. Compreende-se que o poder público não tem interesse no desenvolvimento de ações que mantenham preservada a geografia do cangaço do bando dos Marcelinos em Barbalha.

A importância conferida à oralidade, por meio de narrativas, é significativa para preservar e manter a história dos lugares e de seus sujeitos. Dona Seíça ressalta que seu pai, Cassiano Belo, era convidado a participar de seminários para contar histórias da vida de seu avô, Manoel Toalha, no cangaço. Os filhos passaram também a rememorar a história do envolvimento da família com o universo do cangaço, o que evidencia uma tradição da oralidade que foi construída e está sendo mantida, por entenderem a importância de repassarem esse legado para as novas gerações.

No entanto, dona Seíça demonstra preocupação ao relatar que a família já não é mais convidada a participar de eventos para narrar as histórias de seu avô no cangaço. As ações de preservação da memória do bando estão ficando cada vez mais reduzidas a alguns sujeitos.

A história dos Marcelinos não é contada exclusivamente por acadêmicos ou intelectuais ligados às ciências humanas, que escrevem ou realizam eventos a respeito do movimento do cangaço. Na verdade, está disseminada, sobretudo, na cultura popular presente nas narrativas de sujeitos que não possuem letramento para ter acesso a jornais ou trabalhos científicos a respeito do cangaço e, conseqüentemente, do bando dos Marcelinos.

Os Marcelinos praticaram um cangaço de vingança. Essa atitude se caracteriza pela cultura presente no cotidiano do homem sertanejo de não aceitar desmoralização com a família. A vingança é uma atitude presente na cultura sertanista nordestina, dado o processo histórico de desenvolvimento social desse território. A noção de “cabra macho”, de valentia, se expressa nos depoimentos dos entrevistados pela ênfase dada ao contexto histórico desse “cabra macho”.

A memória materializa-se através de objetos presentes na paisagem que marcam determinados lugares, podendo ser narrada por sujeitos que reinterpretam os fatos, estando passível do esquecimento. Para lembrar-se de algum fato ou de alguém nos remetemos a um evento ou lugar. Mesmo que as referências espaciais sejam transformadas ou destruídas, a memória pode ser mantida, transformando-se em memória histórica, não necessitando que os objetos estejam lá, tal qual no momento que foram produzidas as lembranças, bastando apenas que se mantenha uma coerência em si, trazendo algo de tangível para um determinado grupo de sujeitos, permitindo que a memória encontre no espaço as bases materiais de suporte, constituindo-se de monumentos de lembrança para aqueles sujeitos.

Como citado nos capítulos da dissertação, houve a ação para revitalizar o espaço cemiterial do bando, marcando o lugar simbolicamente com a memória do grupo, destacando-se como parte de uma geografia do cangaço do bando dos Marcelinos. A depredação desse monumento impactou o grupo de professores, memorialistas e sujeitos conhecedores da memória do bando e que participaram da revitalização do monumento. Nesse sentido, emerge simbolicamente o lugar do espaço cemiterial e tal impacto fez reviver a lembrança da morte cruel dos últimos cangaceiros, sendo narrado como um novo ataque àqueles sujeitos. O grupo considerou a ação de vandalismo um desrespeito à memória do bando, mesmo depois de mortos os cangaceiros não tinham direito de ter seus restos mortais resguardados.

A força do espaço, marcado simbolicamente pelo lugar que configura a geografia do cangaço do Marcelinos, tem um aspecto primordial para manutenção ou esquecimento da memória, o que confere tal sentimento de celebração pela preservação do monumento e tristeza pelo ato de vandalismo praticado naquele lugar. A lembrança revive naquele lugar um novo ato de crueldade contra aqueles sujeitos cangaceiros, marcando um dos aspectos da forma de resistência pela preservação da memória do bando. O lugar permanece para os sujeitos como marco que resguarda a memória do bando. Uma referência foi transformada, mas o lugar ainda guarda as marcas representativas da atuação dos cangaceiros, o lugar da morte trágica, reforçando o aspecto do homem sertanejo, de “cabra macho”, presente em vários momentos das narrativas.

Os lugares que marcaram a atuação e morte dos cangaceiros apresentam-se para os entrevistados como um ponto de apoio à memória, conferindo a determinados acontecimentos um grau de importância e significado. A toponímia desses lugares é ressignificada através da história do bando, ganhando um sentido simbólico conferido por sujeitos que defendem a sua importância histórica e a preservação desses lugares como elementos materiais da memória do bando, sendo este um dos aspectos relevantes da geografia do cangaço do bando dos Marcelinos.

Nessa perspectiva, o lugar é referencial dessa memória que resiste para o grupo social como parte importante de suas vidas e de sua cultura. A Chapada do Araripe, nesse aspecto, por ser o ambiente onde estão os lugares de atuação, de passagem do bando, articula o processo das narrativas. A “serra”, como é chamada pela maioria dos sujeitos, foi a “casa” dos cangaceiros. Todas as narrativas estão vinculadas à atuação do bando na Chapada do Araripe, destacando os lugares de suporte da memória do bando marcado, sobretudo, em alguns pontos como: a Pedra do Morcego; o local da captura dos cangaceiros, que foi o terreiro de festas; a casa do coronel Antônio Xavier; e o Cemitério dos Fuzilados, que passou a ser o lugar

testemunho do momento final do bando, emergindo como a geografia do cangaço dos Marcelinos.

A Chapada do Araripe proporcionou segurança ao bando dos Marcelinos para uma vivência nômade, por meio dos seus conhecimentos populares desenvolvidos pela construção cultural da família sertaneja nordestina. Quando o senhor Napoleão narra que o bando não transpunha os limites físicos do seu lugar, demonstra medo da amplidão do sertão, de um obstáculo que não foi superado. Enquanto que o ambiente da Chapada do Araripe ligava-se a uma topofilia desses sujeitos para com o lugar, de modo inverso o sertão amplo da caatinga destaca-se por uma topofobia: elementos que representam este aspecto podem ser pontuados pelo número reduzido de cangaceiros existentes no bando, diminuindo seus conhecimentos topográficos do espaço amplo que é a caatinga nordestina e restringindo sua geografia cangaceira aos lugares de atuação e passagem presentes na Chapada do Araripe.

Sabe-se que, ao longo do tempo, as narrativas sofrem mudanças devido a questões históricas, culturais e emotivas, sobrepondo momentos históricos e modificando a percepção dos sujeitos e gerando acréscimo às narrativas, justaposições de fatos, lacunas e esquecimentos. Durante as entrevistas, muitos sentimentos e emotividade tomam conta dos sujeitos, tais como: alegria, ressentimento, tristeza, etc. A recordação é um elo que faz com que os sujeitos entrem em contato com as experiências vividas e partilhadas.

O senhor Toní demonstra a força que a narrativa exerce na vida dos sujeitos ao relatar elementos da trajetória cangaceira do bando dos Marcelinos. O vínculo com a memória do bando ora o coloca como ouvinte da história, ora como se tivesse ele próprio vivenciado a atuação do bando e este aspecto da lembrança demonstra a força que a narrativa exerce na vivência dos sujeitos.

As narrativas dos sujeitos entrevistados destacaram os lugares de atuação e de passagem do bando, permitindo realizar uma interpretação da geografia do cangaço do bando dos Marcelinos, atingindo um dos objetivos propostos para a pesquisa, salientando-se que alguns desses lugares de atuação possuem uma maior relevância como monumento histórico para os sujeitos que narram a memória do bando, como para professores e memorialistas que buscam preservar a história e a memória do bando.

O sentido de topofilia marca o território de atuação do bando, tendo destaque nas próprias narrativas a Chapada do Araripe, revelando processos de ressignificação dos lugares de atuação do bando pela toponímia.

Mesmo havendo uma luta por parte de alguns sujeitos da sociedade barbalhense para a manutenção da memória do bando, expressa nas tentativas de preservação dos lugares de

atuação, o poder público local não atuou no sentido de desenvolver políticas públicas para a manutenção desses espaços, levando a uma lógica do esquecimento dessa memória que não se efetivou pela existência desses sujeitos citados na pesquisa, sendo alguns parentes do bando, pessoas que conheceram a história do bando pelas narrativas de familiares constituindo um elo de afetividade, pesquisadores locais e memorialistas.

Dentre os lugares de atuação que marcam a geografia do cangaço dos Marcelinos, pela falta de atuação de políticas de preservação, estes lugares ou estão abandonados, ou invisibilizados com poucas informações sobre o bando, a exemplo da Pedra do Morcego que possui uma placa afixada pelo Geoparque Araripe, evidenciando aquele espaço como lugar de atuação do bando, mas sem explorar tal contexto para a preservação da memória dos cangaceiros.

A história dos Marcelinos nesses 92 anos, desde sua formação, atuação e morte, não valorizou os lugares de atuação dados os diferentes contextos. Alguns períodos foram marcados pelo medo de familiares de sofrerem represálias por ter parentesco com os cangaceiros, pela tentativa de silenciar/esquecer essa memória devido a um contexto social de disputas entre coronéis e sertanejos e, no momento atual, pelo desinteresse de preservação dos lugares de atuação por parte dos gestores públicos.

O bando dos Marcelinos e sua atuação cangaceira na Chapada do Araripe, no Cariri cearense, produziram uma geografia do cangaço que retrata a cultura de um grupo social de sertanejos nordestinos, influenciado culturalmente pela noção de honra, de valentia e de “cabra macho” que desenvolveu ao longo da história toponímias, valores, sentimentos e a construção do sentido de lugar na caatinga nordestina dada ao vínculo de pertencimento e afetividade dos sertanejos nordestinos com esse lugar.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri *et. al.*(Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto: 2012. p. 19-39.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino: invenção do “falo” – uma história do gênero masculino (1920-1940)**. São Paulo: Intermeios, 2013.
- ANDRADE, Manoel Correa de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: brasiliense, 1973.
- _____. **O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste**. Recife: SUDENE-Corr. Planej.Regional, 1979.
- _____. **O Nordeste e a questão regional**. São Paulo: Ática, 1988.
- _____. Formação territorial do Brasil. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio, *et. al.*(Orgs.). **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 163-180.
- ANSELMO, Otacílio. **Padre Cícero, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- ARAÚJO, Rodrigo Santos. **Análise do processo de expansão urbana das cidades de Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte**. 2013. 151 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento regional Sustentável. Universidade Federal do Cariri. Juazeiro do Norte, 2013.
- BARROSO, Gustavo. **Heróis e Bandidos: os cangaceiros do Nordeste**. Rio – São Paulo – Fortaleza: ABC, 2012a.
- _____. **Almas de lama e de aço: Lampião e outros cangaceiros**. Rio – São Paulo – Fortaleza: ABC, 2012b.
- BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. **A derradeira gesta: Lampião e Nazarenos guerreando no Sertão**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- _____. Cangaço – violência no Sertão do Nordeste. **Ponta de Lança: revista eletrônica de história, memória & cultura**. São Cristóvão, v. 12, n. 22, 2018. p. 62-77. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/pontadelanca/article/view/9317/pdf>> Acesso em: 30 mar. 2019.
- BECKER, Berthar Koiffmann; EGLER, Claudio. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. Rio de Janeiro, 2010.
- BERDOULAY, Vincent. ENTRIKIN, Nicholas. Lugar e sujeito: perspectivas teóricas. In: Marandola Jr., *et. al.* (Orgs.). **Qual o espaço do lugar?** São Paulo: perspectiva, 2012. p. 93-116.

BOSI, Ecleá. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BORGES, Maria Elisa. **Arte funerária no Brasil (1890-1930) ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto**. Belo Horizonte: Editora c/arte 2002.

BRITO, Denise da Silva. **Risco de inundação em enclaves úmidos no Semiárido**: o caso da bacia do rio Salamanca, Barbalha/Ceará. 193 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2016.

BUTTNER, Anne. Lar, horizonte de alcance e o sentido de lugar. In: **Revista Geograficidade**. v. 5, n. 1, p. 04-19, verão, 2015.

CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade**: discurso e prática do regionalismo nordestino. São Paulo: Bertran Brasil, 1992.

CAVALCANTE, Fernanda; PELOSI, Ana Cristina. O papel das representações sociocognitivas na emergência da expressão regional *cabra* enquanto uma figura masculina de caráter violento. **Revista Antares**. Fortaleza, v.04, n.07. Jan./jul. 2012, p. 59-72. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/18384/1/2012_art_fcavalcante.pdf
Acesso em: 03 fev. 2019.

CLAVA, Paul. **Epistemologia da Geografia**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

_____. **Terra dos homens**. São Paulo: Contexto, 2010.

CORREIO DO CEARÁ. O fim dos Marcelinos. **Correio do Ceará**, Fortaleza, p. 3, 9 Jan. 1928.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Os cemitérios e a espacialização da morte. In: ALMAEIDA, Maria Geralda de.; RATTS, Alecsandro José Prudêncio. **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003. p. 237-260.

DIAS, Audisio santos. **Região caririense**: turismo religioso e manifestações culturais na festa do pau sagrado de Santo Antônio de Barbalha. 155 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2012.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos**: gênese e lutas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FALCÃO, Marcílio Lima. **Uma morte muito aperreada**: memória e esquecimento nas narrativas sobre um cangaceiro de Lampião em Mossoró. f.185. Dissertação (mestrado em História Social). Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. Curitiba: positivo, 2011.

FERREIRA, Luiz Felipe. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. **Território**. Rio de Janeiro, ano v, n 9, p. 65-83, jul./dez., 2000. Disponível em:

<http://www.laget.eco.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=6> Acesso em: 10 jan. 2018.

FIGUEIREDO FILHO, José de. **História do Cariri I**. Fortaleza:Edições UFC, 2010.

FREITAS, Eliane Tânia. As vidas e as mortes de Jararaca: narrações de uma devoção popular no Nordeste brasileiro. **Revista de Estudos da Religião**. São Paulo, ano. 7, p. 1-30, dez. 2007. Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv4_2007/index.html>. Acesso em: 30 mar. 2019.

GOSCROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 92-123.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HOBSBAWM, Eric.**Bandidos**. São Paulo: Paz e terra, 2015.

_____.**Rebeldes primitivos**: estudos de formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.

HOLZER, Werther. Geografia humanista: uma revisão. **Espaço e cultura**. Rio de Janeiro, edição Comemorativa, p. 137-147, 2008.

_____. O lugar na geografia humanista. **Território**. Rio de Janeiro, Ano IV, n. 7, p. 67-78, jul/dez. 1999.

_____. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Território**. Rio de Janeiro, ano II, n. 3, p. 77-85, jul/dez. 1997.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Perfil básico municipal 2016 – Barbalha**. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/perfil_basico_municipal/2016/Barbalha.pdf> Acesso em: 07 fev. 2018.

IPHAN. Festa do pau da bandeira de Santo Antônio em Barbalha.**Portal do IPHAN**. Brasília, s/d. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1330/>> Acesso em: 20 dez. 2018.

IRFFI, Ana Sara Cortez. Na contramão do império do Brasil: o sertão do Cariri cearense e a invenção do “cabra.” In: CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes; NEVES, Frederico de Castro (orgs). **Capítulo de história social dos Sertões**. Fortaleza: Plebeu gabinete de leitura editorial, 2017. p. 73-87.

JORNAL DO CARIRI. Monumento fuzilados do leitão é inaugurado em Barbalha. **Jornal do Cariri**, Juazeiro do Norte, ano. II, n. 555, p. 6, jun. 1999.

_____. Cruz dos Marcelinos terá história resgatada. **Jornal do Cariri**, Juazeiro do Norte, ano. II, n. 349, p. 6, out. 1998.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. À guisa de introdução – o espaço nordestino o papel da pecuária e do algodão. In: SOUZA, Simone (Org.). **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1989. p. 13-20.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

LE GOFF, Jaques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2012.

LIMA, Estácio de. **O mundo estranho dos cangaceiros**. Salvador, Itapoã, 1965.

LIMA, Geralda de Oliveira Santos. **O rei do cangaço, o governador do sertão; o bandido ousado do sertão, o cangaceiro malvado: processos referenciais na construção da memória discursiva sobre Lampião**. f. 304. Tese (doutorado em linguística). Departamento de linguística do Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, 2008.

MACEDO, Joaryvar. **Império do bacamarte: uma abordagem sobre o coronelismo no Cariri cearense**. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 1990.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

MELLO, Frederico Pernambucano. **Guerreiros do sol: o banditismo no Nordeste do Brasil**. Recife: Massangana, 1985.

_____. **Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil**. São Paulo: A girafa, 2011.

MELO, João Baptista Ferreira de. O Triunfo do Lugar Sobre o Espaço. In: MARANDOLA JR., Eduardo et. al.(Orgs.) **Qual o espaço do lugar?** Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo, perspectiva 2012, p. 33-68.

NEVES, Napoleão Tavares. **Cariri: cangaço, coiteiros e adjacências**. Brasília: Thesaurus, 2009.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História** (Online). v. 10, p. 7-28, dezembro. 1993. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

OLIVEIRA, Antonio José de. **Engenhos de rapadura no Cariri: trabalho e cotidiano (1790-1850)**. 153 f. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Humanidades, Departamento de História. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2003.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. Artes de curar e modos de viver na geografia do cangaço. **História, ciências, saúde-manguinhos**. Rio de Janeiro, v.18, n.3, jul-set. 2011, p.745-755. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/3861/386138056008/>> Acesso em: 03 jan. 2018.

OLIVEIRA, Livia de. O sentido de lugar. In: MARANDOLA JR., Eduardo, et. al. (Orgs). **Qual o espaço do Lugar?** Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 03-16.

OLIVEIRA, Paulo Wendell Alves de. **Memória da Cidade:** transformações e permanências na produção espacial do núcleo de formação histórico da cidade de Juazeiro do Norte – CE. 177 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2014.

PAIVA, Melquíades Pinto. **Ecologia do cangaço.** Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

PERICÁS, Luiz Bernardo. **Os cangaceiros:** ensaio de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010.

PEIXOTO JUNIOR, José. **Bom Deveras e seus irmão.** Goiânia: Kelps, 2009.

PIANCÓ, Ana Roberta Duarte. **A constituição de bairros periféricos em Barbalha-CE.** 115 f. Dissertação. (Mestrado em Geografia). Departamento de Ciências Geográfica, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1998.

PINHEIRO, Irineu. **Efemérides do Cariri.** Fortaleza, Edições UFC, 2010.

_____. **O Cariri** (Seu descobrimento, povoamento, costumes). Fortaleza, Instituto Histórico do Ceará, 1950.

PINHEIRO, Raimundo Teles. O Cariri cearense. **Revista Instituto do Ceará,** Fortaleza, 99: jan/dez. 1979, p. 399-403.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. Juazeiro e Caldeirão: espaços de sagrado e profano. In: SOUSA, Simone (Org). **Uma nova história do Ceará.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000. p. 335-380.

RELPH Edward. Reflexões Sobre a Emergência, Aspectos e essência de lugar. In: MARANDOLA JR., Eduardo, et. al. (Orgs). **Qual o espaço do Lugar?** Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo, perspectiva 2012, p. 17-32.

ROCHA, Demócrito. A polícia do Ceará capturou cinco bandidos, conduzindo-os para o Alto do Leitão, obrigando-os a cavar as próprias sepulturas e fuzilou-os, sumariamente. **O Povo,** Fortaleza, p. 3, 12 Jan. 1928. Bobina de microfilme, 30m.

RODRIGUES, Antônio. Cangaceiros foram obrigados a cavar as próprias sepulturas. **Diário do Nordeste.** Fortaleza, ano XXVII, p. 4, Jan. 2018.

ROHDEN, Fabíola. Para que serve o conceito de honra, ainda hoje? **Campos – Revista de Antropologia.** Curitiba, v.07, n.02, jul. 2006, p. 101-120. Disponível em: <<http://www.revistas.ufpr.br/campos/article/view/7436/5330>>. Acesso em: 03 fev. 2019.

SANTOS, Elizângela. Seminário lembra 80 anos de morte de cangaceiros. **Diário do Nordeste.** Fortaleza, p. 4, Jan. 2008.

SANTOS, Vilma Maciel Lira dos. **Os fuzilados do Leitão**: uma revisão histórica. Juazeiro do Norte, CE: HB Editora, 2001.

SILVA, Josier Ferreira. **Barbalha**: gênese urbana (o processo de formação da cidade de Barbalha no contexto regional). f. 185. Monografia (Especialização em Análise Ambiental Urbana). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 1992.

_____. **O círculo operário como expressão do catolicismo social na promoção do ensino e da cultura no município de Barbalha (1930 a 1964)**. f. 365. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

SOARES, Douracy. **O Cariri – Crato - Juazeiro do Norte**. Crato: Faculdade de Filosofia do Crato, 1966.

SOARES, Roniere Leite. **Resquícios cangaçais**: um resgate memorial dos bandos anônimos. f. 102. Dissertação. (Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade). Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2005.

TUAN, Yi-fu. Espaço, tempo, lugar: um arcabouço humanista. **Geograficidade**. Rio de Janeiro, v.01, n.01. Inverno 2011, p. 8-19. Disponível em: <<http://www.periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/12804>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

_____. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 2012.

_____. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Londrina: Eduel, 2013.

WALKER, Daniel. **História da independência de Juazeiro do norte**. Juazeiro do Norte: HB Editora, 2010.

ANEXOS

ANEXO A – TERMO DE CONSETIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
 INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

O senhor(a) está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada: **“Lugares de memória: o bando dos Marcelinos no contexto do cangaço em Barbalha - CE”**. Meu nome é Ana Paula Rodrigues da Costa sou a pesquisadora responsável, mestranda no programa de pós-graduação em geografia, no Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), da Universidade Federal de Goiás (UFG). Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, **se o Sr. ou Sra. aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento**, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence à pesquisadora responsável. **Esclareço que em caso de recusa na participação o senhor(a) não será penalizado(a) de forma alguma**. Mas se aceitar participar, **as dúvidas** sobre a pesquisa **poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável**, via e-mail anapaula-rodriguesdacosta@bol.com.br ou via celular, inclusive por meio de ligação a cobrar, através dos seguintes contatos telefônicos: (88) 9 9927-4395 ou (88) 9 9213-3948. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, o(a) senhor(a) também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62) 3521-1215.

1. Informações Importantes sobre a Pesquisa:

O presente estudo se trata de uma pesquisa de mestrado, vinculada ao programa de Pós-graduação em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás.

1.1. Título da Pesquisa: Lugares de memória: o bando dos Marcelinos no contexto do cangaço em Barbalha - CE

1.2. Pesquisadora responsável: Ana Paula Rodrigues da Costa

1.3. Orientadora: Ana Cristina da Silva



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

1.4. Contato: (88) 9 9927-4395 ou (88) 9 9213-3948

1.5. E-mail: anapaula-rodriguesdacosta@bol.com.br

O objetivo da pesquisa trata em compreender os lugares de memória do bando de cangaceiros dos Marcelinos a partir de seus locais de passagem, buscando entender a relevância do bando no contexto histórico e cultural para o município de Barbalha, Ceará.

A participação do(a) senhor(a) nesta pesquisa será de forma voluntária a partir de entrevistas registrada por um gravador de voz que acontecerá com sua devida autorização na data, horário e local pelo(a) senhor(a) indicado. A entrevista trata de seu conhecimento sobre o bando de cangaceiros dos Marcelinos. Ao se disponibilizar a participar da pesquisa o(a) senhor(a) estará contribuindo para que a memória do bando seja registrada e desta feita colaborando com a manutenção dos lugares de memória no município de Barbalha, ressignificando um passado de um bando de cangaceiros que escreveu sua história no cangaço e deste modo ajudando a contar a história de constituição dos lugares através da memória.

A pesquisadora responsável coloca-se a inteira disposição para responder a quaisquer dúvida referente ao estudo e a participação do(a) senhor(a) no período da pesquisa, assim como após a realização da mesma.

As entrevistas deveram acontecer entre os meses de agosto e setembro de 2018. Os depoimentos colhidos serão divulgados em meio impresso e online através do texto de dissertação que ficaram arquivados por um período de cinco anos, bem como em artigos e eventos científicos. Esclarecemos que não haverá nenhum tipo de beneficiamento financeiro no caso de divulgação dos relatos ou desistência do(a) senhor(a) em participar da pesquisa. Esclarecemos ainda que o(a) senhor(a) goza de toda liberdade para recusar-se a participar como voluntário da pesquisa assim como goza do mesmo direito de desistir do consentimento para participar da pesquisa e divulgação de seus depoimentos registrados sem acarretar nenhum prejuízo para o(a) senhor(a).



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

2. Sobre sua participação:

- 1- Não haverá nenhum envolvimento financeiro de ambas as partes;
- 2- Sua participação na pesquisa não envolve nenhum risco de conteúdo físico;
- 3- Ao participar da pesquisa o(a) senhor(a) pode está vulnerável ao risco psicológico, pois se trata de recordações que podem envolver questões emocionais. Caso aconteça algum constrangimento, insatisfação em alguma pergunta ou outra situação que venha ocorrer o(a) senhor(a) tem total liberdade para não responder ou desistir de participar da pesquisa a qualquer momento;
- 4- Só será divulgado o nome do(a) senhor(a) mediante sua autorização. Caso não seja autorizado será utilizado nomes fictícios em qualquer fase da pesquisa;
- 5- Sua participação na pesquisa será feita a partir de entrevistas com captura de áudio;
- 6- Caso seja do entendimento do entrevistado, o mesmo poderá pedir ressarcimento por danos morais ou materiais decorrente de sua participação na pesquisa.

1.2 Consentimento da Participação da pessoa como voluntário na Pesquisa:

Eu inscrito(a) sob o RG/ CPF....., abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado: “Lugares de memória: o bando dos Marcelinos no contexto do cangaço em Barbalha-CE”. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora responsável Ana Paula Rodrigues da Costa sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Barbalha de de



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Autorização para captura e divulgação de voz/opinião:

- Permito a divulgação da minha voz/opinião nos resultados publicados da pesquisa;
 Não permito a publicação da minha voz/opinião nos resultados publicados da pesquisa.

Manifestação de interesse para a divulgação do nome nos resultados da pesquisa:

- Permito a minha identificação através do uso do meu nome nos resultados publicados da pesquisa;
 Não permito a minha identificação através do uso do meu nome nos resultados publicados da pesquisa.

 Assinatura por extenso do(a) participante

 Assinatura por extenso da pesquisadora responsável



 Testemunhas em caso de uso da assinatura datiloscópica:

ANEXOB – ROTEIROS DE ENTREVISTAS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
 INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

QUESTÕES NORTEADORAS DA ENTREVISTA

TÍTULO DA PESQUISA: LUGARES DE MEMÓRIA: O BANDO DOS MARCELINOS
 NO CONTEXTO DO CANGAÇO EM BARBALHA - CE

Pesquisadora responsável: Ana Paula Rodrigues da Costa

E1: Sujeitos a partir de 60 anos residentes nos lugares de passagem do bando sem vínculo familiar

E2: Familiares dos cangaceiros

E1

Dados pessoais: nome, idade, escolaridade, naturalidade.

1. O que o senhor(a) conhece sobre o movimento do cangaço? (bandos, histórias, etc.)
2. Como o(a) senhor(a) tomou conhecimento da história do bando de cangaceiros dos Marcelinos?
3. Como foi a atuação dos cangaceiros no município de Barbalha?
4. Como era a relação dos cangaceiros com os coronéis e com o povo?
5. Por quais locais os cangaceiros costumavam passar para pernoitar, fazer refeições ou manter algum contato com alguém?
6. O que o(a) senhor(a) acha do fim do bando com a morte dos cangaceiros em 1928?

7. Nos lugares de passagem dos Marcelinos existe alguma marca, símbolo que preserve a história do bando?
8. Para o(a) senhor(a), qual a importância que tem o bando dos Marcelinos para o município de Barbalha?

E2

Dados pessoais: nome, idade, escolaridade, naturalidade.

1. Qual seu grau de parentesco e com qual dos cangaceiros?
2. Qual função o cangaceiro (parente) exercia no bando?
3. Como aconteceu a atuação do bando no município de Barbalha?
4. O(a) senhor(a) sofreu algum tipo de perseguição, algum tipo de preconceito por ser parente de cangaceiro?
5. Os cangaceiros atuavam por conta própria ou prestavam serviços para alguma pessoa?
6. Quais lembranças a família possui do bando? (foto, reportagem de jornal, carta, adereços, vestimenta, etc.)
7. O(a) senhor(a) acha que o bando dos Marcelinos era diferente dos outros bandos, como por exemplo o bando Lampião?
8. Para o(a) senhor(a) existe algum lugar em Barbalha que lembra a atuação do bando?
9. O(a) senhor(a) considera que o bando tem importância para o município de Barbalha?

ANEXO C – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA-UFG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Lugares de memória: o bando dos Marcelinos no contexto do cangaço em Barbalha - CE

Pesquisador: ANA PAULA RODRIGUES DA COSTA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 89596218.9.0000.5083

Instituição Proponente: Instituto de Estudos Sócio-Ambientais

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.729.486

Apresentação do Projeto:

Título da Pesquisa: Lugares de memória: o bando dos Marcelinos no contexto do cangaço em Barbalha - CE. Pesquisador Responsável: ANA PAULA RODRIGUES DA COSTA. CAAE: 89596218.9.0000.5083. Instituição Proponente: Instituto de Estudos Sócio-Ambientais. Essa pesquisa de mestrado busca compreender os lugares de memória do bando de cangaceiros dos Marcelinos em Barbalha Ceará, a partir dos locais de passagem, que foram sendo constituídos pelo bando. A partir dessa ideia indaga-se: Os locais de passagem do bando dos Marcelinos se caracteriza como lugares de memória? Que tipo de relação se constituiu entre os cangaceiros do bando dos Marcelinos e os coronéis? Qual a relevância do bando dos Marcelinos no contexto histórico e cultural do município de Barbalha? Quanto à metodologia, a pesquisa será desenvolvida obedecendo alguns recortes. O recorte espacial é o município de Barbalha no Ceará, partindo das comunidades de Alto do Leitão e Riacho do Meio que possuem símbolos do bando, assim como foram locais de passagem. O recorte temporal é de 1920 a 1930, período de formação, atuação e fim do bando dos Marcelinos. Recorte conceitual trata de lugares de memória, memória e lugar. Tratará com fontes documentais: jornais, fotografias e atas policias da década de 1920. E fontes orais utilizando-se de entrevistas semi estruturadas com 10 participantes (homens e/ou mulheres) familiares e pessoas residentes nos locais de passagem do bando, com idade igual ou superior a 60 anos.

Endereço: Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131

Bairro: Campus Samambaia

CEP: 74.001-970

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3521-1215

Fax: (62)3521-1163

E-mail: cep.prpi.ufg@gmail.com



Continuação do Parecer: 2.729.486

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender os lugares de memória com representatividade na atuação do bando de cangaceiros dos Marcelinos no contexto histórico e cultural presentes nos locais de passagem em Barbalha – CE.

Objetivo Secundário:

Descrever a relação tempo-espaço do contexto de formação e atuação do bando dos Marcelinos a partir dos lugares de memória; Identificar a dimensão simbólica dos lugares originária dos conflitos sociais entre coronéis e cangaceiros no Cariri cearense; Interpretar a relevância do bando de cangaceiros dos Marcelinos por meio dos lugares de memória, no processo de constituição do Cariri cearense.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os pesquisadores relatam como possíveis riscos haver desconforto e constrangimento para os sujeitos da pesquisa no decorrer das entrevistas, por se tratar de assuntos polêmicos como estrutura de poder, cangaço, conflitos. E como benefícios pode contribuir com as comunidades pesquisadas, no sentido de divulgar os lugares de memória e contribuir com os estudos a respeito do movimento do cangaço a partir da geografia.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de pesquisa relevante pois visa identificar os lugares de memória relevantes para os sujeitos relacionados ao movimento do cangaço, contribuindo com o aprofundamento dos estudos sobre o tema. Apresenta roteiro com as questões norteadoras da pesquisa. O cronograma define o início da pesquisa para 15\10\2018, compatível com a aprovação pelo CEP.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresenta os seguintes documentos: Informações Básicas do Projeto; Folha de Rosto do Conep. Termo de compromisso assinado pela pesquisadora e pela Orientadora; Projeto Detalhada; Apresenta roteiro com as questões norteadoras da pesquisa; TCLE.

Endereço: Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131
Bairro: Campus Samambaia **CEP:** 74.001-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-1163 **E-mail:** cep.prpi.ufg@gmail.com



Continuação do Parecer: 2.729.486

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após leitura dos documentos, verifica-se que os pesquisadores deverão:

No TCLE:

- 01) Acrescentar que as ligações podem ser feitas inclusive a cobrar.
- 02) Explicitar garantia de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa/CEP-UFG considera o presente protocolo APROVADO, o mesmo foi considerado em acordo com os princípios éticos vigentes. Reiteramos a importância deste Parecer Consubstanciado, e lembramos que o(a) pesquisador(a) responsável deverá encaminhar ao CEP-UFG o Relatório Final baseado na conclusão do estudo e na incidência de publicações decorrentes deste, de acordo com o disposto na Resolução CNS n. 466/12. O prazo para entrega do Relatório é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa, prevista para março de 2019.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1006715.pdf	11/05/2018 11:45:09		Aceito
Outros	SKMBT_C45118051109100.pdf	11/05/2018 11:30:19	ANA PAULA RODRIGUES DA COSTA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_pesquisa.docx	11/05/2018 11:28:39	ANA PAULA RODRIGUES DA COSTA	Aceito
Outros	Roteiro_entrevistas.docx	11/05/2018 11:27:31	ANA PAULA RODRIGUES DA COSTA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Humanas.doc	11/05/2018 11:19:15	ANA PAULA RODRIGUES DA COSTA	Aceito
Folha de Rosto	SKMBT_C45118051109090.pdf	11/05/2018 11:07:29	ANA PAULA RODRIGUES DA COSTA	Aceito

Situação do Parecer:

Endereço: Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131
Bairro: Campus Samambaia **CEP:** 74.001-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-1163 **E-mail:** cep.prpi.ufg@gmail.com



Continuação do Parecer: 2.729.486

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

GOIANIA, 21 de Junho de 2018

Assinado por:
João Batista de Souza
(Coordenador)

Endereço: Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131
Bairro: Campus Samambaia **CEP:** 74.001-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-1163 **E-mail:** cep.prpi.ufg@gmail.com

ANEXOD – FOTOS DA PESQUISA



Foto 8 – Cemitério dos Marcelinos após revitalização em 1999, Comunidade do Alto do Leitão, município de Barbalha. Acervo: SANTOS, Vilma Marciel, 1999.



Foto 9 – Cemitério dos Marcelinos com Epitáfio, Comunidade do Alto do Leitão, município de Barbalha. Acervo: SANTOS, Vilma Marciel, 1999.



Foto 10 – Antigo Prédio de Câmara e Cadeia em 1930, município de Barbalha. Acervo: QUEIROZ, Maria Celene Sá, 1930.



Foto 11 – Antigo Prédio de Câmara e Cadeia – atual Escola de Saberes, município de Barbalha. Autora: COSTA, Ana Paula Rodrigues, 2019.



Foto 12 – Casarão do coronel Antônio Xavier, município de Barbalha. Autora: COSTA, Ana Paula Rodrigues, 2019.

ANEXO F – MATÉRIAS JORNALÍSTICAS A RESPEITO DO BANDO DE CANGACEIROS DOS MARCELINOS (JORNAL DO CARIRI, 1998)

6

JORNAL DO CARIRI

Região do Cariri/Cariri
Quarta-feira, 21 de outubro de 1998

Cultura

Cruz dos Marcelinos terá história resgatada

Os Marcelinos eram cangaceiros, que foram forçados a cavar suas próprias covas, sendo fuzilados logo após ■

FRANCO BARBOSA
Fotógrafo de cultura

Senta anos depois de um dos fatos que marcaram o Alto do Leitão, no sítio Mata dos Araçás, em Barbalha, o advogado barbalhense José Magalhães luta junto ao Instituto Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), em Fortaleza, para a restauração da Cruz dos Marcelinos. Os Marcelinos eram uma família de uma pequena família (cangaceiros) que foram retirados da Cadeia Pública de Barbalha, em 6 de janeiro de 1923, e levados para o Alto do Leitão, onde foram fuzilados sumariamente, após terem cavado suas sepulturas. Como cidadão José

Magalhães diz ter uma forte relação com a cultura de Barbalha. E como destaca o historiador barbalhense Napoleão Trivans, José é sensível à importância da Cruz dos Marcelinos para a história do Cariri. "Ele tenta resgatar não a cruz dos cangaceiros, cujo significado é de ponto turístico e não deixa de ser história, mas um marco histórico do município e da região, além da arbitrariedade política da época", ressalta.

O historiador destacou os questionamentos feitos até hoje sobre o caso dos Marcelinos, pois, segundo ele, nunca foi apresentada uma justificativa para tamanha arbitrariedade. Para Napoleão Trivans, "os Marcelinos não se planejaram ao ser forçados a existir desde a época da Revolução Francesa, o respeito para com a vida desses seres não tem sido levado em conta. Ele cita alguns exemplos de extermínios praticados por políticos, como em Camudos, Balsorão

e no Caldeirão em Crato. O interesse do IPHAN em resgatar a Cruz dos Marcelinos já deu os primeiros passos. Uma comissão criada pelo instituto esteve no local no início deste mês, quando foram feitas várias fotografias das cruces, para serem incluídas no roteiro do turismo histórico da região do Cariri. A documentação dessa inclusão já foi feita ao IPHAN, do Rio de Janeiro. Além das cruces, passarão a fazer parte do turismo regional, a Cadeia do Fovo, a Casa da Caridade e o Casarão Trivetas, todos no município de Barbalha.

Além de José Magalhães, a restauração da Cruz dos Marcelinos, que é considerada um patrimônio histórico, tem o interesse de outros barbalheneses, como Napoleão Trivans Neves, Marciel Caldas, Francisco Alvim de Sá Barreto e José Dornelles Leite, todos envolvidos com a cultura de Barbalha e do Cariri.

Historiadores visitam o local onde foram sepultados os cangaceiros da família Marcelino

Napoleão Trivans Neves, jornalista

Curta

Cinema no Shopping

Em curtas no Cine Cariri Shopping I, em Itazero do Norte, o filme "Pequenas Guerrilhas", nas leituras de 1949 e 1960. O Grande Filme de Joe Delec numa distribuição de United International Pictures. Na pequena cidade de Woonona Corrente Ohio, a mãe e o pai, as irmãs são assassinadas, e hoje as de água são apenas lembranças. Mas novamente não julga o

homem de ação por sua embalgem. Vira o conselheiro vital, homem de ação com atitude. Para eles, tudo o resto é apenas um brinquedo, o jogo do cinema transforme os jogadores em crianças tão cresceu quanto pessoas... E não-mente. No jogo, não pode comprar um brinquedo, não se deve ficar longe dele embalgem. Ela entretanto, qualquer tempo no mundo existirá. São valores. Água é muito valioso.

ASSINATURAS

JORNAL DO CARIRI

RUA TEÓFILO SIQUEIRA, 684

CENTRO - CRATO - CE

TEL.: (065) 332-3333

CONDOR

INFORMÁTICA

Rua Ratisbona, 13 - Centro - Crato - TELEFAX: (523-3151 / 3974)

PROMOÇÃO DO MÊS:

Pentium II 256 MB - 1000000

R\$ 1.490,00

Cursos de Informática

Com livros didáticos

R\$ 28,00 Mensais

ANEXO G – MATÉRIAS JORNALÍSTICAS A RESPEITO DO BANDO DE CANGACEIROS DOS MARCELINOS (JORNAL DO CARIRI, 1999)

6

JORNAL DO CARIRI

Região do Cariri/Ceará
Quarta-feira, 23 de junho de 1999

Cultura

Monumento "Fuzilados do Leitão" é inaugurado em Barbalha

O monumento, restaurado pela Fundação Pró-Memória de Barbalha, Fundação de Cultura do Município e Prefeitura Municipal de Barbalha, resgata um sangrento episódio da história do Cariri

ALEXSANDRA LACERDA
Jornalista de cultura

Em uma madrugada do dia 05 de janeiro de 1928, cinco cangaceiros foram retratados em uma cena pública de Barbalha, sob ordem judicial com pretensão de serem transferidos para Fortaleza e covardemente foram fuzilados no Sítio "Alto do Leitão", na margem da estrada da feira do Crato/Barbalha.

Segundo o historiador, Napoleão Tavares Neves, o triste fato guarda todas as características de "queima de arquivo", envolvendo em um mesmo cenário, "coronelismo", política e cangaceiros.

As covas dos "Fuzilados do Leitão", agora foram restauradas pela Fundação Pró-Memória de Barbalha, que quer apenas resgatar um sangrento episódio da História do Cariri, considerado um marco

impercível do arbitrio então vigente, para que fique advertido na memória de todos: Fuzilados, nunca mais.

A Fundação Pró-Memória de Barbalha, encabeçada pelo advogado Josafá Magalhães, Napoleão Tavares Neves, Antônio Machet Callou, todos historiadores, professor Francisco de Assis Sousa (Diquim), e a Fundação de Cultura do Município e a Prefeitura Municipal de Barbalha, conseguiram restaurar o local dos fuzilados do Leitão. No último domingo, depois de seis meses de muito trabalho, a Fundação Pró-Memória de Barbalha, juntamente com a Fundação de Cultura, conseguiram inaugurar as cruzes que foram colocadas nas covas dos Marcelinos, ou seja, no monumento dos fuzilados do Leitão. Centenas de pessoas e grupos religiosos como os penitentes e incelências, participaram de uma Missa, que foi celebrada no local, pelo Padre Vilecir Vidal, de Foteiras, depois da Missa, houve o tradicional ritual dos penitentes com cânticos e orações.

O local onde os cangaceiros foram mortos, fuzilados, depois de cavar as próprias covas, foi preservado por curiosos, que presenciaram o massacre no dia 5 de janeiro de 1928, e no dia seguinte

Solenidade da missa em homenagem aos "Fuzilados do Leitão"

colocaram algumas cruzes no local. A principal testemunha na época, chamava-se, Antônio Felizmino de Jesus, falecido há seis meses.

Os cangaceiros fuzilados na época: Manoel e Diálio nos irmãos, Pedro Miralva era o chefe do grupo, Marcelino o (Lua Branca) era loiro, Joaquim Gomes, era menor e João Gomes. A reportagem do Jornal do Cariri, esteve no local, e conversou com o historiador Napoleão Tavares Neves, que disse, que, esta manifestação religiosa, significa muito, porque tem cor e cheiro do povo, e os Marcelinos, apesar de serem marginais, eram povo. Segundo Napoleão Tavares, "naquela época, muitas vezes o cidadão queria deixar de ser cangaceiro, mas não havia, porque a polícia era muito pior do que os cangaceiros. Então os Marcelinos,

como seres humanos merecem respeito, merecem esta celebração que foi realizada, isso faz da alma de todos eles isto é um marco histórico do cangaço e do coronelismo, porque de qualquer maneira, os Marcelinos foram mortos deste caldo de cultura, onde entravam, polícia, cangaceiros e coronéis da região, no fim da década de 20, então, isso não é um título de cangaceiro, é um marco do arbitrio então vigente da época, por isso é um ponto histórico que tinha que ser resgatado" disse.

Já o historiador e jornalista, Antonio Machet Callou, no seu discurso disse, que essa tragédia se deu nos tempos de constituição, que era nos tempos de faraós, e parabenizou a comissão Pró-Memória de Barbalha, pela iniciativa de resgatar este marco histórico.

O advogado Josafá Magalhães, disse que isso significa o reinício da conquista da restauração da história de Barbalha.

A reportagem descobriu no local, os dois filhos de Manoel Toalha, que foi fuzilado aos 20 anos de idade, Dona Maria de Lurdes da Conceição de 75 anos de idade, que na época tinha 4 anos e se encontrava doente, ela tem pouca lembrança da época, e Antonio Casiano, 72, que na época tinha apenas seis meses de nascido. Os dois se emocionaram quando lembraram o nome de seu pai, Manoel Toalha.

Tradicional ritual dos penitentes com cânticos e orações

Agenda cultural

Filmes do Shopping

Em cartaz, nos cinemas de Cariri Shopping, em janeiro do Norte, no Cine 1, o filme "A Múmia", um filme de aventura e terror, com Brendan Fraser e Rachel Weisz, às 15h40, 18h00 e 20h20.
No Cine 2 está em cartaz: "Nunca fui beijada", com Drew Barrymore, às 14h30, 16h20 e "Armadilha" às 18h30 e 20h40.

Bicentenário do Cruzeiro

No próximo dia 29, o município de Jardim comemora o Bicentenário do Cruzeiro, marco da religiosidade católica. A abertura da programação dos festejos será no sábado em alvorada festiva, às 05h00 abertura oficial, em frente à Igreja da Matriz com o astreamento da bandeira, plantio de árvores e maratona. Às 18h00 procissão, às 19h00 missa em homenagem ao Cruzeiro e às 20h00 apresentação do coral da UIRCA e show artístico - Valores da terra resgatando- 200 anos de história

Arraiá SESC-Crato

O SESC-Crato promove hoje, a partir das 15h00, mostra de quadrilhas infantis. Amanhã, a partir das 19h00, mostra de quadrilhas, furrabodê com o "Grupo Reiz" e barracas com comidas típicas - Grupo da Maturidade.

Divulgue suas atividades artístico-culturais através do nosso e-mail: jc@baydeje.com.br

ANEXO H – MATÉRIAS JORNALÍSTICAS A RESPEITO DO BANDO DE CANGACEIROS DOS MARCELINOS (JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE, 2008)

4 REGIONAL

FORTALEZA, CEARÁ, QUARTA-FEIRA, 9 DE JANEIRO DE 2008 | DIÁRIO DO NORDESTE

CARIRI

Seminário lembra 80 anos de morte de cangaceiros

O evento ainda debateu a ideia de que o município de Barbalha também está incluindo na história do cangaço

ELIZÂNGELA SANTOS

Barbalha. Os 80 anos dos fuzilados no Alto Leitão, neste município, inserir o Cariri em mais um episódio marcante na história do cangaço, no sentido brasileiro. O Centro Pró-Memória de Barbalha Josafá Magalhães, com a finalidade não só de lembrar o período do sangrento acontecimento, mas divulgar a inserção do município de Barbalha no contexto do cangaço, está iniciando um trabalho com outras instituições, a exemplo da Universidade Regional do Cariri (Urca), Sebrae, Secretaria de Cultura, Fundação Cabras de Lampião e Museu do Cangaço de Serra Talhada e Sociedade Brasileira para Estudo do Cangaço, em Mossoró, e Instituto José Bernardino (IJB).

Estudiosos do assunto realizaram, no último dia 5, um seminário no intuito de debater o assunto e relembrar o episódio — durante o I Seminário sobre o tema, tendo à frente o Centro Pró-Memória — em que foram mortos os cangaceiros Miguel e Pedro Miranda, João Marcelino e Manoel Toalha, além de outros tantos outros. Lua Branca. Ainda hoje existem remanescentes dos mortos, a exemplo de Antônio Belo da Silva, seu Antônio

ENQUETE A importância do cangaço

Francisco de Assis Sousa
Cordelista

O evento é importante para que o tema saia do entendimento popular e passe a fazer parte da visão acadêmica.

Maria de Lourdes Belo da Silva
Netta de Manoel Toalha

Foi um episódio cruel. Meu pai tinha seis meses. Foi criado pelos tios, porque a minha avó morreu seis meses depois.

Karl Max Sousa
Fundação Cabras de Lampião

É importante resgatar a história do cangaço, presente na cultura do povo sertanejo, na culinária, artesanato, dança.

Manoel Toalha. Seis meses após sua mãe. Com mais de 80 anos, seu Antônio, acompanhado por suas netas e bisnetas, representam a memória viva de

um momento que pode ser inserido no calendário turístico da região do Cariri.

Segundo o articulador do Sebrae no Cariri, Edio Callou, é de grande importância se trabalhar a vertente do cangaço nesse contexto, por haver um interesse nacional a respeito do assunto. "Os turistas que chegam na região perguntam se há algo no Cariri sobre o tema. Isso desperta uma atenção das pessoas", diz. Ele ressalta a necessidade de formação de operadores de turismo também no resgate da história da presença indígena no Cariri, além de serem criados equipamentos voltados para esses momentos da história regional.

Uma visita foi realizada no último sábado, como parte da programação do seminário, no local onde morreram os cangaceiros. O sítio Alto do Leitão fica localizado há cerca de três quilômetros de Barbalha. Cerca de 20 pessoas estiveram no local da emboscada.

Os homens foram enganados. Segundo relata o médico e escritor barbalhense, Napoleão Tavares Neves, presidente de honra do Pró-Memória, o fato se passou na fria madrugada do dia 5 de janeiro de 1928.

Napoleão conta que Lua Branca, acompanhado de mais quatro companheiros foram retirados da Cadeia Pública de Barbalha, sem ordem judicial, a pretexto de serem levados para Fortaleza. "Foram sumariamente fuzilados pelo pelotão



NETAS E O FILHO. Antônio Cassiano, de um dos cangaceiros mortos, Manoel Toalha. FOTO: ELIZÂNGELA SANTOS



O GRUPO DE PESQUISADORES visitou o Sítio Alto do Leitão, onde foram mortos os cangaceiros

policial no Sítio Alto do Leitão, à margem da chamada "estrada de feira", do Crato-Barbalha", após cada um ser obrigado a cavar sua própria sepultura", comenta o escrito.

Três meses se passaram até que as relíquias reunidas de "quente de arquivo", envolvendo um mesmo "caso de coronelismo, política e cangaço". Essa pági-

mentos de resistência à estrutura de poder coronelista e que se antecipa ao massacre do Caldeirão, no município de Crato, e do assassinato de Lampião em Angicos, no Estado de Sergipe", explica.

Um dos aspectos ressaltados durante o debate pelos pesquisadores é que a intenção de resgatar a história desse momento sangrento não é fazer apologias à violência praticada e muito menos cultuar o cangaço, mas dar ênfase ao contexto histórico e sociológico do Cariri. A intenção, com o avanço dos estudos sobre o assunto, é promover o tombamento do local onde se deu o

Foi realizada uma visita ao Sítio Alto do Leitão, como parte do seminário

fuzilamento, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), como um dos lugares representativos da história do cangaço no Cariri.

O médico Magalhães Lucena, autor do livro "Lampião Estado Maior do Cangaço" e os escritos de Napoleão Tavares contam, em minúsculas, durante o debate, situações relacionadas ao acontecimento, a exemplo da morte de dois soldados antes do episódio. Na verdade, o que acabou causando a fúria das milícias para o fim trágico do grupo dos Marcelinos, além da relação de Lua Branca com Virgínia Lampião.

Outro momento que marca a passagem de Lampião pelo Cariri foi no fim da década de 20, em que recebe a patente de capitão do Padre Ciomo. A finalidade era o combate da Coluna Prestes. Segundo Magalhães Lucena, na verdade era uma patente enganosa. A organização é integrante do Centro Pró-Memória. Francisco Sousa, técnico, no seminário, lembrou sobre os 80 anos do fuzilamento. ■

APÊNDICES

APÊNDICE A
ENTREVISTA CONCEDIDA PELO SENHOR JOSÉ ROGÉRIO (VULGO JOSÉ MIGUEL), EM 13 DE SETEMBRO DE 2018, EM BARBALHA-CE

Entrevistado: Sr. José Rogério da Silva tem 84 anos, é natural de Barbalha e cursou o primário.

Entrevistadora: Ana Paula Rodrigues da Costa.

Ana Paula: Porque o senhor é conhecido como José Miguel e no RG consta José Rogério?

Senhor José Miguel: Dona menina, eu passei um tempo danado sem saber meu nome direito. Todo mundo me chamava de José Miguel por causa do meu pai que se chamava Miguel, aí o povo chamava José Miguel. Aí um dia eu resolvi procurar saber meu nome verdadeiro, porque eu sempre desatei minhas coisas. Pois bem, foi preciso eu ir na igreja procurar no meu batistério pra saber meu nome de verdade. Quando me disseram: “seu nome verdadeiro é José Rogério da Silva”, aí eu disse: “pois anote aqui”. Aí eu trouxe para casa e passei para os documentos. Mas tava sem jeito, todo mundo me conhecia por José Miguel, aí ficou. Mas no documento o meu nome tá certo. Antigamente as coisas eram difíceis, meus pais eram analfabetos, não sabiam muita coisa, a gente mal ia pra escola. Muitos só se registravam quando já eram de maior. Hoje em dia não, tudo é diferente, nasceu, já vai registrar! Nessa história toda eu fiquei com dois nomes [risos].

Ana Paula: O que o senhor conhece sobre o movimento do cangaço?

Senhor José Miguel: O que conheço do cangaço é a história dos cangaceiros daqui, os fuzilados e de Lampião, se teve outras histórias eu “num” sei não, mas deles eu sei. Olhe, a história deles [bando dos Marcelino] é assim, eles foram para a feira, fazer as compras, lá no pé de Serra [Caririzinho – Pernambuco], aí quando chegaram por lá, fizeram a feira e os negô era brabo mesmo e foram pra rua de faca na cintura; quando chegou lá, a polícia meio violenta, correu em cima deles e tomou a faca de um deles [João Marcelino]. Aí eles foram embora para casa, mas foram brabos, porque tomaram a faca deles, aí entraram em confusão e foi confusão pesada! A polícia ficava atrás deles, tinha tiroteio, era pesado. Tem uma história que quando foram matar eles no Leitão, teve um que correu para atravessar uma cerca de arame, quando ele passou a cabeça no arame, a polícia atirou nele que a bala atravessou a cabeça e ele ficou pendurado na cerca com a cabeça balançando. Os cangaceiros eram danados! Onde eles passavam, eles passavam mesmo, só passavam arrasando. Eram os cangaceiros todos, eles eram cabras valentes! Tem uma história de Lampião, que também andava com os cangaceiros daqui. Disse que Lampião chegou em um lugar mais os

cangaceiros dele e tinha um cabra assoviando a cantiga da mulher dele, de Maria Bonita, [“acorda Maria Bonita / levanta vai fazer o café / que o dia já vem raiando e a polícia já tá de pé...], quando o cabra viu Lampião chegando perto ele se calou, aí Lampião chegou perto e disse: “quem tava assoviando a cantiga da minha mulher?””, aí apontaram para o cabra que tava assoviando, o cabra era tocador de pífano. Lampião disse: “pois continue que agora você só vai parar de assoviar às cinco da tarde” e isso era cedo do dia. O pobre começou a assoviar, quando foi umas quatro horas da tarde o bico dele tava por essa altura [inchado]. Quando foi na hora Lampião mandou ele parar e foi embora. O cabra foi pra casa com o bico por aqui, [faz um gesto indicando]. Quando chegou em casa a mulher dele disse: “o que foi isso na tua boca?” Ele disse: “num pergunte não”. A mulher dele disse: “e agora, como é que tu vai tocar na renovação⁴² de pai com o bico todo lascado?” O cabra pediu a mulher pra pegar o pífano e o martelo, aí a mulher entrou e trouxe o que ele pediu. Ele colocou o pífano em uma pedra e quebrou, dizendo que mais nunca ele assoviava [risos]. Tem umas histórias dos cangaceiros que andavam tudo com Lampião, os cangaceiros daqui também andaram com Lampião, aprenderam muita coisa com ele. Uma vez Lampião chegou em um lugar e uns cabras acharam que era Lampião, mas tavam com medo de perguntar, até que um teve coragem e perguntou: “como é nome do senhor?” E ele respondeu: “Lampião e o seu?” “O meu, finado Zezinho” [risos]. O “cabra” morreu de medo só em saber que era Lampião. Mas os cangaceiros eram uns “cabras” valentes, macho, era pesado! Existem muitas histórias, Lampião era famoso, afilhado do meu “Padim Ciço” [Padre Cícero Romão Batista]. Os cangaceiros todos respeitavam meu Padim. Os Marcelinos andaram foi tempo com Lampião, fizeram foi coisa. Mas os Marcelinos viviam mais era por aqui, pelo pé de serra, não andavam tanto como Lampião e os cabras dele não.

Ana Paula: Como o senhor tomou conhecimento da história do bando de cangaceiros dos Marcelinos?

Senhor José Miguel: Foi por causa do terreno que eu morava. Eu cheguei lá no Alto do Leitão com a idade de 20 anos, quando casei, e o terreno do meu patrão Joaquim Mulato ficava perto do cemitério. Meu ex-patrão, seu Joaquim, já morreu faz é tempo, mas ele sabia muita coisa dos cangaceiros, esse sabia era de coisa! Se a senhora tivesse conhecido ele, aí a senhora ia escrever era um livro [risos], porque ele contava a história dos cangaceiros dos Marcelinos para todo mundo. Eu sabia das histórias de Lampião, porque, Dona menina, acho que todo mundo conhece Lampião, o cabra era danado! Os Marcelinos também eram danados,

⁴² Celebração católica difundida pelo Padre Cícero, na qual as famílias renovam os votos devocionais ao Sagrado Coração de Jesus e Sagrado Coração de Maria.

eram valentes! Seu Joaquim dizia que eles não mexiam com as mulheres não, que eles só mexiam com quem fizesse alguma coisa com eles. Pois foi assim que eu fiquei conhecendo eles e a história deles. Meu patrão falava muito e as covas estão lá. Aí, Dona menina, tem mais de 60 anos que conheço a história desses cangaceiros e o povo antigamente contava era muito a história desses cangaceiros, aí eu gosto de falar, num sabe?! O povo ficava pedindo pra eu contar a história dos cangaceiros e eu já tinha ouvido muito, aí eu contava e sempre procuravam os mais velhos da comunidade para falar e eu já sou bem vivido, aí tomei gosto pela história, porque, Dona menina, é história bonita! Tá certo que teve morte pelo meio, mas é história de cabras valentes, machos, que tinha coragem de enfrentar as coisas.

Ana Paula: Como foi a atuação (relacionamento com povo, coronéis, etc.) dos cangaceiros no município de Barbalha?

Senhor José Miguel: Num foi muita coisa não, Dona menina, porque eles viveram pouco, né?! Os Marcelinos eram todos daqui, num tinha ninguém de fora, eram uns cabras valentes, muito valentes! Mas eles num faziam nada de ruim com povo não, se ninguém mexesse com eles, nada acontecia. O negócio foi a tomada da faca, eles não acharam bom esse negócio não, foi uma afronta muito grande para eles, para a família toda. Eles não eram violentos não, lá mesmo [Alto do Leitão⁴³] eles nunca fizeram nada, agora, eles eram homens para dismantelar, se ameaçassem eles, aí era pra morrer, porque eles num aguentavam pau no ouvido não. Mas se a senhora soubesse levar eles, passava o dia mais eles tomando café. Agora, eles num levavam desaforo pra casa não. Olhe, eles conversavam com o povo, passavam, falavam, mas se mexesse com eles, aí tinha dismantelo. Diziam que eles passavam por uns lugares e brincavam com os conhecidos deles, ficavam no terreiro, era assim. Mas eles viviam perambulando pelo pé da Serra, era assim. Os cangaceiros só faziam alguma coisa com quem fizesse com eles, num sabe?! Agora, Dona menina [pausa e diminuição do tom de voz], os coronéis faziam muita maldade, eram peça de gente ruim. Olha, aqui no Cariri tinha muitos coronéis que faziam ruindade. Se um trabalhador faltasse no trabalho era motivo para maltratar, açoitar, cortar orelha, mexer com a família, essas coisas, num sabe?! Os cangaceiros só faziam alguma coisa se fizessem com eles. Igual que fizeram tirando a peixeira dos Marcelinos, eles eram cabras valentes, trabalhador, não iam aguentar isso não. Aí uma afronta dessa, eles tinham que fazer alguma coisa e o que fizeram foi ir pro cangaço. Os coronéis não, eram gente ruim, porque eram ruim mesmo.

⁴³Dado ao processo de apropriação territorial no Cariri cearense, muitas comunidades rurais tiveram suas toponímias originadas pelo sobrenome da família proprietária de determinada gleba territorial. A toponímia, Alto do Leitão se deve a sua localização em terrenos altos e pelo sobrenome da família que constituiu a localidade.

Ana Paula: E quanto à tomada da faca de um dos Marcelinos, o que aconteceu?

Senhor José Miguel: Olhe, minha filha, o homem só tem o nome de homem, mas o homem é um bicho! O homem é um bicho, enfezou ele, então acontece coisa que a senhora nem sabe como foi que aconteceu aquilo. Olhe, até hoje, se um homem chamar outro de corno, dizer uma piada, no outro dia ele vem com revólver e tira a vida do cabra que falou alguma coisa. Aí um homem que tem o nome de homem, uma turma daquela, tudo valente, vão para a feira, aí a polícia vai brincar, tomar a faca, aí eles se enfezaram, se acharam rebaixados. Uma vez aconteceu uma coisa assim parecida comigo. Eu era candidato a vereador e vinha da rua à noite com uma faca enrolada em uma folha de jornal. Quando eu passei no ferro do ônibus a faca caiu e tinha no ônibus dois saldados [policial], eu usei de minha educação e entreguei minha faca. Mas eu usava era pra me proteger, porque onde eu morava só era mata e eu chegava tarde da noite. Tinha meu nome e tudo no cabo da faca. Mas aí eu entreguei a faca e fui embora para casa. Dona menina, é coisa ruim! Eu pensei que era fácil. Cheguei em casa me deitei e não dormi não, passei a noite soluçando e minha mulher perguntando o que era. Fiquei ruim de ter perdido minha faca. Só sosseguei quando eu fui na delegacia buscar minha faca. Mas os cangaceiros num andavam de peixeira pequena igual a minha não, eles usavam era faca pior que espeto, grande e afiada, usava bala pra inferno! Então, Dona menina, a polícia tem que fazer o papel dela, né?! Mas num precisava ser desse jeito não, porque nós somos todos do mesmo jeito. Foi muita violência, foi feio! Tá certo que os cangaceiros tinham morte nas costas, mas a polícia era bruta, os dois. Foi uma história pesada, triste, foi erro dos dois lados.

Ana Paula: Por quais locais os cangaceiros costumavam passar para pernoitar, fazer refeições ou manter algum contato com alguém?

Senhor José Miguel: Eles andavam esses pés de Serra tudo. Do lado de cá e do lado de lá [território correspondente ao Cariri cearense e Cariri pernambucano]. Ficavam de lá para cá. Aí passavam pela Estrada da Feira⁴⁴, Cabeceiras, Caldas, Barro Vermelho, Riacho do Meio, Alto do Leitão, esses lugares todinhos. Mas eles gostavam muito daqui, ficavam mais eram por aqui mesmo!

Ana Paula: Nos lugares de atuação dos Marcelinos existe algum símbolo que preserve a história do bando?

⁴⁴ A Estrada da Feira atualmente não tem mais funcionalidade em grande parte do percurso. Era uma estrada carroçal que passava pelo município de Barbalha ligando ao município de Crato. A toponímia se deve ao fato de que acontecia uma feira em Crato na década de 1920 que atendia a região do Cariri cearense e outras adjacências.

Senhor José Miguel: Eu penso que não, Dona menina. A história é esclarecida porque o povo conta. Olhe, num ficava bom se fizessem uma capelinha ali no cemitério, nem que tivesse missa pelo menos de ano em ano?! Porque o cemitério num é registrado, ninguém mais se enterra lá, só tem os cangaceiros. Porque, olhe, essa é uma história forte, os cangaceiros cavaram as covas e foram mortos um na frente do outro, sem direito nem de defesa! Tá certo que eles erraram, mataram, fizeram umas coisas aí, mas são cristão igual nós. O cemitério tá acabado, mas vai bater gente lá ainda, vão acender vela nas covas, no dia de Finados. Assim, umas quatro horas da tarde, que o sol tá mais frio, aí sobe um povo por lá pra acender as velas. A família de um dos cangaceiros vai pra lá. Minha filha num falou de uma senhora [Maria Conceição – Dona Seiça, neta de um dos cangaceiros fuzilados] na Mata dos Dudas⁴⁵? Pois ela vai com a família acender vela, todo ano no dia de Finados. A terra onde fica o cemitério dos cangaceiros era de Seu Dantas, aí ele morreu e ficou para os herdeiros, conheço eles todos. Lá no cemitério todo mundo pode entrar. Quando Seu Dantas era vivo era assim e agora também é. Lá é um cemitério, quem quiser passar, entrar pra visitar, pode. Qualquer pessoa que quiser rezar ou visitar, pode passar. Aí tem os lugares que eles passavam, mas não tem nada deles não. Não tem homenagem, nada não. Tem mesmo o cemitério! Olhe, teve reportagem lá no cemitério dos fuzilados, veio um povo de uma rádio fazer reportagem. Nesse dia teve festa lá, teve apresentação de reisado, penitentes, eles tudo trajado, com as cruces nas costas, com navalhas, foi lindo! Teve gente que chorou com a boniteza que viu lá! Dona menina, sabe o que é os penitentes⁴⁶? Aqui na Barbalha tem muito. Antigamente na Semana Santa eles passavam por lá. Iam pro Alto do Leitão e iam até o cemitério, tudo com as cruces nas costas, cantavam uns benditos⁴⁷ tão bonitos! Depois iam lá pra casa pra nós tomar café com bolacha, mas hoje não tem isso mais não. Era bonito demais! Quando a gente fala assim, chega até dar saudade [pausa, ficou emocionado]. Mas olhe, nesse dia que teve muita gente, que foi uma festa, eu fiquei desgostoso com uma coisa: foi com um padre que se negou de celebrar missa no cemitério, disse que não ia celebrar missa pra essa gente rebelde e não foi não. Era um padre bruto, ignorante! Disse que num rezava missa pra cangaceiro não. Mas, Dona menina, escute, os cangaceiros também num eram cristão?! Tem o direito também!

Ana Paula: Como foi esse evento no cemitério, quem organizou?

⁴⁵ Comunidade que integra a zona rural no município de Barbalha. Localidade em que reside dona Seiça.

⁴⁶ Confraria religiosa pertencente à igreja católica que praticava a alto-flagelação.

⁴⁷ Cantigas devocionais típicas do sertão nordestino.

Senhor José Miguel: Sim, minha filha, foi Seu Josafá, Napoleão, mas um povo de Barbalha e eu também ajudei, porque era presidente da associação [Associação Comunitária dos Moradores do Alto do Leitão]. Conheço aquele povo todo. Foi lindo, mas só foi essa vez! No dia que fizeram a festa foi a coisa mais linda! Tinha gente de tudo quanto era lugar. Você se perguntava de onde saiu tanta gente daquele mato. Era gente do Baixio do Monteiro, Baixio do Muquém, Barro Vermelho, Arapicun, Mata dos Dudas, de tanto canto. Foi lindo, lindo, Dona menina! Quando eu morava lá, eu fui presidente da Associação de Moradores por 14 anos. Nós organizava muita coisa, mas as coisas vão mudando. A casinha⁴⁸ que fizeram no cemitério era linda! Tudo muito bonito! Tinha a história dos cangaceiros marcada na pedra de Santana [rocha calcária], o que aconteceu com eles, as datas de tudo, as cruzes novas com os nomes deles. Mas aí foi chegando ladrão e foram levando as coisas, levaram uma forquilha, as telhas, tijolos, aí foi se acabando, se acabando. O povo mais velho foi morrendo, um monte de gente dos mais velhos já morreu foi tudo. Eu mesmo tô com 84 anos. Acho que Deus tem alguma conta comigo, porque tem é tempo que eu tô por aqui [risos]. Agora tá só o mato no lugar, as cruzes quebradas, nas covas uns monte de terra. Olhe, Dona menina, essa é uma história pesada, a história desses cangaceiros, dos cangaceiros todos, é história pesada!

Ana Paula: Para o senhor, qual é a importância que tem o bando dos Marcelinos para o município de Barbalha?

Senhor José Miguel: Tem muita, porque é a história de uns cabras muito valentes, que tiveram coragem de enfrentar a ofensa com disposição! Olhe, e tem gente querendo cuidar dessa história. Quem cuidou muito foi Josafá mais Napoleão, mas depois desandou e acabou, porque Josafá morreu e Napoleão já é mais velho do que eu. Eu fico triste de ver isso, porque aquele lugar devia ser mais cuidado, porque tá certo que teve violência na história dos cangaceiros, mas eles não tinham que morrer assim. Eram cabras valentes! Minha filha, já fiz muita coisa pelo povo quando eu era da política e presidente da Associação, mas por esse cemitério ninguém faz quase nada. O povo não quer cuidar. Ele [o cemitério] tá aí, feio, igual suas mortes. Aquele rapaz [refere-se ao professor Rafael Lima, produtor do documentário: *Os Marcelinos e o cangaço em Barbalha*] que veio da outra vez aqui com você, ele quer melhorar o lugar do cemitério, quer cuidar da memória dos cangaceiros igual você tá fazendo. Isso deixa a gente feliz porque, quando essa velharada morrer, a história vai ficar com vocês. Olhe, quando a gente é mais novo, é diferente. Eu cuidava daquilo tudo, o povo ia pra lá. Teve um tempo que lá era bem cuidado. Eu zelava o lugar, mas agora, eu nessa idade, doente da

⁴⁸ Cobertura em madeira coberta por telhas, construída em 1999 como ação de resgate a memória do bando dos Marcelinos, promovido pelo Centro Pró-Memória de Barbalha.

coluna, tive que mudar “pra” cidade [zona urbana] e quem ficou por lá ainda olha o cemitério, mas não tem gente disposta para enfrentar e organizar. Porque é difícil, num sabe, precisa de recurso, tempo, disposição. Mas ainda tem gente contando a história dos cangaceiros, então, eles ainda vão viver muito tempo!

APÊNDICE B

ENTREVISTA CONCEDIDA PELO SENHOR NAPOLEÃO TAVARES NEVES, EM 18 DE SETEMBRO DE 2018, EM BARBALHA-CE

Entrevistado: Sr. Napoleão Tavares Neves tem 88 anos, é natural de Barbalha e cursou ensino superior.

Entrevistadora: Ana Paula Rodrigues da Costa.

Ana Paula: O que o senhor conhece sobre o movimento do cangaço?

Senhor Napoleão: Conheço o que muito se falava na minha época de criança! Eu era muito curioso, onde tinha duas pessoas conversando sobre cangaço eu tava ali escutando e gravei muita coisa desse tempo. E eu, um dia, ainda novo, quando vinha do sítio para o ginásio do Crato a cavalo com meu pajem, quando passamos no Alto do Leitão que eu vi as cruzes, perguntei do que se tratava e meu pajem disse que era o cemitério dos “Marçalino”, era com essa pronúncia que ele falava. Foi aí que me contou pela primeira vez a história e eu fiquei sabendo e, depois de formado aqui em Barbalha, um dia peguei minha caminhonete, saí por ali vereda acima, vereda abaixo, procurando o cemitério até que localizei. Depois de adulto, procurei sempre as fontes. Participei de várias edições do Cariri Cangaço⁴⁹, hoje em dia já nem tanto, não faço mais viagem longa. Aí anos depois eu li o livro [*Bom Devera e seus irmãos*] do José Peixoto Junior que é do Caririzinho [cidade do interior de Pernambuco]. Ele morava lá e desde menino conheceu a origem dos Marcelinos, antes do cangaço quando ainda eram vaqueiros, depois como bandoleiros. Eu tomei conhecimento dessa história em 1958, a partir daí eu comecei a estudar, pesquisar e terminei lá no Alto do Leitão, onde tem as cruzes dos bandidos que foram barbaramente assassinados. Nem no nazismo aconteceu coisa igual, o cara cavar sua própria sepultura sabendo que ia ser sepultado ali!

Ana Paula: O que aconteceu para os Marcelinos formarem um bando de cangaceiros?

Senhor Napoleão: O que acontecia naquele tempo: o coronel desmoralizava um e os outros se juntavam para fazer um grupo. Sempre o coronel era a origem de qualquer bando de cangaceiro, procurando se vingar do que sofreu. Então Marcelino, Bom Devera, João 22, Lua Branca, todos foram originários de fatos semelhantes. Eles foram desmoralizados na feira de Caririzinho, porque João 22 foi para a feira com a peixeira que era arma de trabalho e a polícia viu e, quando ele tava no meio de muitos amigos, eles chegaram, tomaram a faca e quebraram na presença de todo mundo. Aí ele respondeu: “nós fomos vaqueiros até hoje, de

⁴⁹ O Cariri Cangaço é um evento de cunho turístico-cultural e histórico-científico destacando-se nas temáticas: cangaço, coronelismo, misticismo e messianismo.

hoje por diante seremos cangaceiros!” Venderam tudo que tinham e compraram armamento e caíram no cangaço. Viviam na Chapada do Araripe, assaltando as malas do correio que levava dinheiro para Jardim e fazendo as atividades deles, tudo aí na Serra. Era um lugar que eles conheciam bem! Conheciam todos os pés de Serra, dormiam na serra e de noite desciam para a casa do coronel que eles queriam e o mais visado era o coronel Antônio Xavier, homem muito rico, que tinha propriedades no pé da Serra, no Cariri todo.

Ana Paula: Como se deu a atuação do bando aqui em Barbalha?

Senhor Napoleão: Eles fizeram muita coisa aí na Chapada, inclusive, emboscaram o coronel Antônio Xavier que nesse tempo era o homem mais rico do Cariri. O coronel, muito sagaz, fretou três carros: um bem velhinho, que era o carro do meio, que o coronel vinha nele, e os outros dois novos e bonitos num vinha ninguém e eles pegaram o mais bonito porque pensavam que vinha nele, não sabiam da sagacidade do coronel e o coronel vinha era no carro mais velho e escapou. Em seguida, eles atacaram um coronel do Brejo Santo que eu não lembro mais o nome dele. Eles roubaram e ficaram com o coronel no pé da Serra, o coronel adoeceu e eles trocaram pelo filho, mas só soltaram quando receberam cinco contos de reis que naquele tempo era muita coisa. Eles assombraram a Chapada do Araripe naquele tempo! Todo mundo que tava aqui e ia para Jardim, contava como certo um ataque deles, porque era o intercâmbio entre Jardim e Barbalha. Naquele tempo não tinha estrada, era só mata, não tinha casa, tinha muito gado solto e os vaqueiros andando, mas os vaqueiros não representavam nada naquele tempo. Eles também escreviam para os coronéis pedindo dinheiro, aí diziam assim: “se o senhor me enviar esse dinheiro, muito bem, sua fazenda e seu sítio vão continuar tudo em paz, se não me enviar, aí faziam interrogação [?]”. Aí quando os coronéis não davam o dinheiro eles atacavam as fazendas, tudo dos coronéis. Inclusive chegaram a atacar aqui em Barbalha, a casa do coronel Antônio Xavier, que era aquele chalé ali na Matriz. Tava lá em uma reunião, de noite, o coronel com os amigos e eles chegaram na casa e houve um foguetório danado e mataram ainda uma moça e quebraram um retrato. O coronel, esperto que só ele, colocou um espelho muito grande assim na parede, que era virada para a cidade, então refletia a imagem deles, dando a impressão que estavam de um lado, quando na verdade estavam do outro. Aí eles chegaram, atiram no espelho, foi uma confusão maior do mundo. Aí os amigos do coronel Antônio Xavier foram chegando e cercaram a casa e eles caíram no canavial e foram embora. A partir daí começou o declínio deles, porque o governo do Estado achou que eles estavam ousados demais para atacarem uma cidade como Barbalha, tradicional e conhecida, e botou a polícia aqui na Chapada do Araripe, onde eles viviam para acabar com o bando.

Ana Paula: Quais locais os cangaceiros costumavam fazer passagem aqui em Barbalha?

Senhor Napoleão: Andavam ali pelo pé da Serra, Cocos, Flores, Santa Rita, porque era de fácil acesso à Chapada do Araripe. Eles andavam sempre por aí; quando a polícia chegava, eles sabiam as veredas, subiam e ficavam fora.

Ana Paula: O bando dos Marcelinos manteve alguma ligação com o bando de Lampião?

Senhor Napoleão: Tiveram! Toda vida que Lampião chegava na Serra do Mato, ele vinha uma vez por ano, que ele vinha comprar munição em Juazeiro, aí eles sabiam pelas notícias e iam pra lá e frequentavam o bando de Lampião. Quando Lampião ia fazer qualquer atividade aqui no Cariri, convidava os Marcelinos e eles iam com Lampião. Então eles participaram do bando de Lampião. Até o nome Bom Devera nasceu lá no sítio do coronel Santana, que um jornalista viu quando eles chegaram e perguntaram ao coronel Santana: “e esse aí, quem é?” “Esse aí é um cabra bom devera.” Ai ficou o nome de Bom Devera, no cangaço.

Ana Paula: Tinha diferença de atuação entre o bando dos Marcelinos e o bando de Lampião?

Senhor Napoleão: Não. Apenas os Marcelinos eram muito localizados, pouco numerosos em relação a Lampião, porque eles iam para a casa do coronel Santana e viam como era que funcionava as conversas do coronel com Lampião.

Ana Paula: Qual era a relação entre coronéis e cangaceiros?

Senhor Napoleão: Tudo era com o coronel, porque se ele quisesse se vingar de algum amigo ou inimigo, aí convocava os cangaceiros para fazer o trabalho. Davam os dados da pessoa, aí os cangaceiros iam e executavam.

Ana Paula: Se não tivesse existido o coronelismo, teria existido o cangaço?

Senhor Napoleão: Teria, porque, de qualquer maneira, ficava sempre alguém à margem da lei e, ficando à margem da lei, só sobreviviam se fossem como cangaceiro. O cangaço de certa forma era como um meio de vida. Tanto é que lampião viveu vinte anos nessa redondeza daqui pra Sergipe, só viveu porque tinha suprimento de tudo.

Ana Paula: O período de atuação dos Marcelinos pode ser considerado relativamente curto tendo em vista a duração de outros bandos?

Senhor Napoleão: Pode ser. Na verdade, foi assim mesmo porque eles eram limitados em número e território. Eles não saíam daqui do pé da Serra, só saíam quando acompanhavam o bando de Lampião para alguma excursão fora daqui. Mas quando resolviam aquilo, eles se desligavam, não queriam acompanhar o bando de Lampião.

Ana Paula: Por que os Marcelinos se limitaram a ficar por aqui?

Senhor Napoleão: Acho que foi um pouco de medo da amplidão do Sertão! Aqui era mais fácil deles recorrerem aos amigos e, fora daqui, não tinham condição, porque eles eram

limitados, eram pouco conhecidos. Lampião era conhecido no Nordeste todo, mas eles eram um pouco limitados. Aqui eles tinham muitos protetores. O coronel Santana, principalmente, que era o pai de Dr. Juvêncio, juiz regional, e eles frequentavam a Serra do Mato [localidade que ficava situada a fazenda do coronel Santana]. Tudo que queriam eles tinham no Cariri! Eles vinham sempre e ficavam lá na serra, aí mandavam um deles irem a Juazeiro comprar munição. Munição eles compravam em Juazeiro, barata e muita, quase sempre compravam da polícia.

Ana Paula: Os cangaceiros compravam munição da própria polícia?

Senhor Napoleão: Era sim, porque a polícia era mal paga, mal remunerada e recebia aquela munição do governo para atuar e fazia era vender aos Marcelinos. Sempre a corrupção dominando os bastidores da história do Brasil, desde aquele tempo. A polícia tinha a ordem de perseguir os cangaceiros ao passo que vendia munição para seu próprio embate com os cangaceiros. Era contradição, mas são coisas do cangaço!

Ana Paula: Como era a atuação da polícia?

Senhor Napoleão: A polícia fazia muitos desmandos, muita coisa. Aqui em Barbalha mesmo a polícia vinha para perseguir os cangaceiros e ficavam na feira fazendo absurdos, arbitrariedade, porque era a oportunidade que eles tinham de sobressair perante a sociedade. Aquele palácio 03 de Outubro era o núcleo central da atividade policial aqui em Barbalha, porque era a cadeia e, sendo a cadeia, era frequentada à força de qualquer gente que combatesse, praticasse um desmando qualquer.

Ana Paula: Como se deu o fim do bando dos Marcelinos?

Senhor Napoleão: Eles eram poucos e novos: um deles era de menor, o Lua Branca, que o nome era porque ele era pálido demais, devia ser um anêmico, talvez por poliverminose. Eles eram poucos para enfrentar a polícia, a polícia numerosa. Quando o governo do Estado se via em apuros, convocavam a polícia e botava atrás deles, pedindo para expulsá-los para Pernambuco que era o lugar de origem deles e eles, nessa brincadeira, passaram esses quatro anos, mas sempre sofrendo muito e sofrendo perdas e perdendo terreno e por isso duraram pouco. Bom Devera teve fim em Serrita⁵⁰, em uma festa. Ele fez um samba por lá, quando tava no melhor do samba, uma harmônica de oito baixos tocando, aí a polícia chegou. A polícia de Serrita, cercou o lugar e eles fugiram. Aí, Bom Devera subiu em uma cerca para pular e ir embora, aí atiraram e mataram ele lá e por lá sepultaram ele nessa fazenda. João 22 foi morto aqui na Chapada. Numa noite de festa, o bando do coronel Zé Antônio, policial que

⁵⁰ Serrita é um município localizado no Sertão do estado de Pernambuco. Sua toponímia foi denominada devido uma pequena serra localizada nas proximidades do município.

veio de Juazeiro pra cá, andou na feira, passou por mundo, aí, na hora da saída, ele disse assim: “agora vamos desfrutar as festas de fim de ano no Juazeiro”, e era só uma orientação errada, daqui eles subiram por Arajara e o coiteiro ou a pessoa que disse, foram bater onde eles estavam, bem despreocupados embaixo de um pé de angico muito bonito, lá perto de Jardim, em cima da Chapada, tocando realejo [instrumento musical]. Aí comeram fogo, lá eles mataram João 22. Aí João 22 entrou aqui em Barbalha, seu Antônio Costa me disse que viu num pau, como se carrega porco quando morre, e a cabeleira arrastando no chão e cheia de sangue, melada de poeira da estrada de lá até cá, no ombro dos soldados. Entraram aqui em pleno dia que era para o povo ver que não tinha mais Marcelino e que eles tinham liquidado com o resto. A família era ali do Riacho do Meio, do sítio do coronel João Coelho e, com aquele ato, eles achavam que tinham apagado tudo e realmente apagaram, só ficou a história que você tá resgatando agora!

Ana Paula: O cortejo com o corpo de João 22 passou por quais ruas de Barbalha?

Senhor Napoleão: Pela rua antiga de entrada de Barbalha, que era aquela que sai no fundo da igreja do Rosário. Lá atrás tinha um matadouro e tinha uma curvinha assim, tinha uma ponte que eu passei muitas vezes por cima dela quando vinha a cavalo quando eu vinha para Crato, lá eles entraram e foram direto pro cemitério. Desceram da Chapada e vieram até Barbalha. Agora, um fato é que ninguém sabe onde foi enterrado o corpo dele! Disseram que tinha sido em Serrita, mas Zé Peixoto procurou e não encontrou, ele deve ter sido jogado em qualquer boca de grota como indigente.

Ana Paula: Nos lugares de atuação do bando aqui em Barbalha, tem alguma marca que faça lembrar o bando?

Senhor Napoleão: Não, não, sobretudo porque ninguém quer homenagear cangaceiro! Nós fomos quem, nos pegamos à história para resgatar a vida deles, sem falar dos absurdos que eles fizeram. Só tem mesmo as pessoas mais antigas que sabem os detalhes de alguma reunião e dizem assim: “no tempo dos Marcelinos aconteceu isso e isso”. Mas só é o povo mais antigo que presenciou alguma coisa ou ouviu falar em alguma coisa, como, por exemplo, a prisão deles aqui, nesse sobradão da cadeia. Foi uma coisa que virou, para Barbalha, as vistas do Ceará, que era um bando de cangaceiros aprisionados pela polícia e aqui foram extintos de uma maneira muito arbitrária e muito martirizante. Levaram os cangaceiros como se fossem para Fortaleza, chegaram no Leitão, deram alta e mandaram cada um cavar um buraco e os cabras cavaram e eram suas próprias sepulturas! Então, foi uma coisa horrível, gente inclusive que não tinha essa saliência toda e que até os manda-recado que serviam ao grupo foram assassinados lá. Quando eu localizei as cruzes dos cangaceiros, disse a Josafá Magalhães, que

era atuante aqui, era um bacharel e o Josafá disse: “pois vamos fazer um cemitério lá”. Aí começou a pedir à Prefeitura e ao povo em geral. Fomos ao dono do terreno, cercamos dez metros com as cruzes, renovamos as cruzes que o cupim tinha comido tudo, botamos cruzes novas, aí mandamos celebrar uma missa, foi muita gente, foi uma coisa fabulosa!

Ana Paula: Quem organizou esse evento?

Senhor Napoleão: Foi Josafá, eu e outros amigos que queria resgatar a história desses cangaceiros. Quando um padre do Crato, não me lembro o nome dele agora, que gosta do cangaço, soube desse fato, até se ofereceu para celebrar a missa. Agora, infelizmente quem foi filmar, filmou sem filme, a máquina sem nada. Aí ficou tudo perdido, uma noite clara, o padre celebrando e chegando as caravanas dos sítios, até as cantadeiras de incelências⁵¹ da estrada do Arajara apareceram por lá, viu, e foi muita gente, gente de fora, filmaram tudo. Mas a máquina tava sem filme, coisa desorganizada de Josafá, pegou uma máquina lá num sei de quem e entregou e num tinha filme dentro e acabou não registrando nada. Só registrou o cemitério que ficou muito bonito. Nós fizemos uma cobertura de madeira, tipo colonial, e o povo de Juazeiro, daquela área ali perto do Santo Inácio [hospital próximo à divisa dos municípios de Juazeiro do Norte e Barbalha], roubaram toda madeira, toda telha e mandaram um recado dizendo que se colocassem mais eles levavam. Aí ninguém botou mais e ficou lá descampado. Quer dizer que eles foram injustiçados até depois de mortos! Nós colocamos as cruzes antigas em um sarcófago, colocamos inseticida para o cupim não acabar, colocamos cruzes novas, mas não resta mais nada, só as covas e a cerca de arame no meio do carrascal na beira da estrada da feira que, antigamente, era a estrada que ligava Barbalha ao Crato.

Ana Paula: Os cangaceiros foram homens justos ou injustiçados?

Senhor Napoleão: Eram injustiçados e procuraram fazer justiça com as próprias mãos! Por aí a gente vê que eles fizeram muitos absurdos, porque eles tinham mágoas íntimas e queriam resolver essas mágoas à custa de arbitrariedades que eles fizeram, sobretudo no Pajeú⁵², onde predominou o cangaço, onde Lampião havia nascido. Nessas bandas a atuação foi mais forte, de lá foi que se irradiou por todo Nordeste.

Ana Paula: Existe algum objeto de recordação do bando, como um bernal, indumentárias?

Senhor Napoleão: Só tem um retrato dos Marcelinos, num sei se eu tenho aqui, que foi na hora que eles foram sair. Segundo a polícia, eles iam ser entrevistados em Fortaleza, pelos jornais e tudo, na hora da saída eles filmaram, fotografaram, mas ali era a última fotografia

⁵¹ Ala feminina da irmandade dos penitentes.

⁵² Rio que banha o estado de Pernambuco e margeia alguns municípios como: Serra Talhada, Triunfo, Afogados da Ingazeiras, dentre outros. A toponímia do rio também originou a microrregião denominada de Pajeú composta pelos municípios citados e outros mais.

deles, porque eles iam morrer no Alto do Leitão, embora não soubessem. Cada qual ia com um farnelzinho, um pacote que era as roupas porque iam para Fortaleza e não foram, quando chegaram ali, mandaram parar. Aí o coronel, o sargento José Antônio Acauã, que era uma figura ímpar no Juazeiro, que era gente do Padre Cícero, dizia: “você cave esse buraco aqui”, aí eles cavavam, eles atiravam, matavam e enterravam. Foi assim com cada um, quer dizer, cada um foi vendo o destino que ia ter e num tinham como reagir porque estavam desarmados e cercados pela polícia. Aí, o último acho que foi Lua Branca, que era tão infantil que na hora correu, aí eles atiraram nas costas, quer dizer, a cruz dele é até um pouco distante das outras, dentro da capoeira. Aí o povo perguntava: “cadê os Marcelinos?” E eles diziam que tinham ido para Fortaleza e os Marcelinos tudo sepultados já. Foram injustiçados tremendamente! Nem no nazismo houve [se emociona e altera a voz] do cara cavar sua própria cova sabendo que ia ser jogado ali dentro. Coisa terrível, analisada à luz da história, foi um fim que eles jamais esperariam e tiveram que contribuir livremente para aquilo porque estavam cercados de polícia.

Ana Paula: Existia alguma ligação entre cangaceiros e o Padre Cícero?

Senhor Napoleão: Não. Nunca existiu! Agora, tudo que acontecia nessa redondeza aqui botavam o Padre Cícero no meio, porque era o nome que ocultava tudo. Mas ele mesmo nunca se dedicou a isso, nunca foi protetor de cangaceiro não! Ele queria era acabar com o cangaço e fez muita coisa, no sentido que eles deixassem as armas e fossem trabalhar. Exemplo disso teve o pacto dos coronéis em 1911, que ele queria acabar as beligerâncias entre os coronéis, entre os municípios e apagar o fogo do cangaço, que tava muito saliente naquela época.

Ana Paula: É importante resgatar a história do bando?

Senhor Napoleão: Veja, minha filha, é preciso falar do cangaço, fazer um resgate, porque muita gente fala, mas é desmanchando a história, é preciso que alguém faça um resgate. O bando dos Marcelinos tem importância local, para Barbalha, mesmo sendo pouco falado na própria Barbalha. Por aí fora ninguém sabe quem é Bom Devera, nem João 22, nem nada, porque eles só tiveram atuação local, em torno da Chapada do Araripe, que era um lugar bom deles se esconderem, porque tinha fartura, tinha água fácil e tinha coronéis que atuavam no pé da Serra, tinha gado, propriedade em cima da Serra e isso facilitavam pra eles. Essa é uma das histórias que compõem a Barbalha, é preciso preservar, é importante fazer o resgate dessa história, até porque esses cangaceiros ainda hoje são injustiçados, porque nem o local onde estão sepultados pode ficar bem cuidado. Então, a história precisa ser pelo menos contada, precisa ser preservada.

APÊNDICE C

ENTREVISTA CONCEDIDA PELA SENHORA MARIA DA CONCEIÇÃO (VULGO DONA CEIÇA), EM 21 DE SETEMBRO DE 2018, EM BARBALHA-CE

Entrevistada: Sra. Maria da Conceição Belo Gadelha tem 49 anos, é natural de Barbalha e cursou ensino médio.

Entrevistadora: Ana Paula Rodrigues da Costa.

Ana Paula: Qual é o seu grau de parentesco com os cangaceiros?

Dona Seïça: Sou neta de um deles. Neta de Manoel Toalha.

Ana Paula: Porque ele atendia por Manoel Toalha?

Dona Seïça: Porque ele veio para trabalhar com um coronel chamado João Coelho e, antigamente, o povo tinha esse negócio de mordomo, que servia as mesas, então ele veio para trabalhar nessa área com o coronel, aí devido ele servir a mesa e sempre andar com a toalha no ombro, botaram o apelido dele de Manoel Toalha, mas o nome dele era Manoel Belo da Silva.

Ana Paula: Qual era a função que seu avô desempenhava no bando?

Dona Seïça: Meu pai falava que meu avô levava recado, era tipo um mensageiro. Ele entrou no bando assim: ele era de Alagoas e veio para cá para trabalhar. Trabalhava com o coronel João Coelho na época e entrou no bando porque conheceu minha avó, então a amizade dele começou assim com eles, porque minha avó era quem tinha conhecimento com os cangaceiros.

Ana Paula: Sua avó conhecia os Marcelinos?

Dona Seïça: Assim, eles viviam acampados no mato, ali na Bulandeira,⁵³ e eles levavam comida para eles, conversavam, tinham conhecimento e foi assim que meu avô conheceu os cangaceiros e começou a amizade. O povo até brinca dizendo que quem levou meu avô para o mau caminho foi minha avó, porque ela era quem conhecia os cangaceiros! [risos] E foi através dela que meu avô conheceu os cangaceiros e começou a andar com eles.

Ana Paula: Quando seu avô conheceu os cangaceiros ele já era casado com sua avó?

Dona Seïça: Não, ainda não eram casados, namoravam, né?! [riso envergonhado]

Ana Paula: Quantos anos a senhora tinha quando começou a conhecer a história do seu avô?

⁵³ Bairro atualmente da cidade de Barbalha. Na década de 1920, era zona rural e possuía uma casa de farinha, que deu origem a toponímia. A grafia correta é Bolandeira e significa moinho de pedra (instrumento utilizado na casa de farinha).

Dona Seïça: Me lembro que meu pai sempre falou para a família sobre essa história. Quando eu e meus irmãos tínhamos entendimento para compreender as situações da vida, ele começou a contar para nós a história da nossa família. Com a idade de uns 15 anos, mais ou menos, eu já conhecia e já falava sobre isso. Ele contava a história do pai dele. Dizia que o pai tinha feito parte desse bando dos cangaceiros, que era enterrado ali no Alto do Leitão. Sempre ele contou para a gente que um dos cangaceiros que estão enterrados ali no cemitério, um deles era nosso avô. Que tinha matado ele muito novo. Meu avô só tinha 21 anos quando foi morto e que ele, meu pai, tinha ficado com seis meses de vida quando o pai dele morreu. Minha tia que era mais velha que meu pai ficou com um ano e pouco de idade e meu pai ficou só com seis meses de vida. Agora, meu pai e minha tia já faleceram.

Ana Paula: Sua tia falava sobre a história dos cangaceiros?

Dona Seïça: Falava sim! Ela contava para os filhos dela também, mas eles num moram aqui não, aqui em Barbalha, moram em outro lugar. Mas ela também fazia a mesma coisa que meu pai, sempre falava para os filhos que o pai dela tinha sido cangaceiro e que tinha sido morto muito novo, de uma forma muito violenta. Nossa família sempre conta essa história, eu conto, minhas irmãs contam, a gente tá sempre falando da história da família. É nossa história, né!?

Ana Paula: A senhora conheceu sua avó?

Dona Seïça: Não. Com um ano que mataram meu avô, minha avó morreu. Meu pai e minha tia foram criados por uma tia deles e, quando meu pai ainda era bem jovem, a tia dele, que criava eles, faleceu também, e a gente não chegou a conhecer a família do meu pai, só a minha tia, irmã do meu pai. A minha irmã mais velha foi quem ainda chegou a conhecer a tia que criou nosso pai, mas, aí, logo ela morreu e ninguém mais da minha família conheceu. Assim, a história do meu pai é uma história muito triste [se emociona e fica com voz trêmula], porque ele ficou sozinho no mundo, né!? Sem família, porque a família do pai dele não é daqui, é das bandas de Alagoas. A gente não conhece ninguém da família do meu pai, só minha tia mesmo, a irmã do meu pai. Porque meu avô veio de fora, conheceu minha avó aqui e casaram. Aí tiveram minha tia e meu pai e aí mataram meu avô e, um ano depois, minha avó morreu e ninguém nunca conheceu a família por parte do meu pai. Nem nós nunca procuramos, nem nunca fomos procurados, então, ficamos só entre nós mesmos! Mas até que nossa família não é tão pequena, tem os primos, os filhos da irmã do meu pai, tem meus irmãos e hoje todo mundo casou, tiveram filhos e já temos netos, então a família aumentou.

Ana Paula: A senhora sabe como aconteceu a atuação do bando?

Dona Seïça: Eles faziam muitas coisas aqui por Barbalha. Meu pai contava que eles andavam muito por aqui, mas era só por aqui mesmo. E eles deviam ter alguém que protegia eles. Com

certeza eles tinham proteção, porque, se não fosse, eles não ficavam muito tempo por aqui acampado, pelas matas de Barbalha e, pelo que se sabe, eles não saíam daqui, tudo deles era por aqui mesmo. Contam que eles também viveram com Lampião, mas sempre era por aqui mesmo, não iam longe.

Ana Paula: A senhora acha que tinha diferença entre o bando dos Marcelinos e o bando de Lampião?

Dona Seïça: Tem não, tudo é cangaceiro! [risos] Num tem diferença não. Eles faziam parte do bando de Lampião também, viveram com ele também, tinham proximidade. Mas o povo conta muito que Lampião não fazia muita coisa por aqui não, porque respeitava meu Padim Ciço [Padre Cícero]. Sempre que vinha por aqui Lampião ia pedir a benção a meu Padim Ciço, verdade ou não, eu num sei [risos]. Agora, meu pai nunca falou sobre os cangaceiros daqui ter amizade com meu Padim. Acho que não, porque eles ficavam mais era por aqui em Barbalha, nunca se soube que eles foram para Juazeiro. O negócio deles era aqui mesmo, até o fim foi aqui.

Ana Paula: O que houve com seu avô no final do bando?

Dona Seïça: Meu pai contava que ele tinha fugido daqui, já tava em Missão Velha⁵⁴, ou era Brejo do Santo⁵⁵, agora num me lembro, era uma cidadezinha aí que ele tava, porque, quando descobriram e veio à ordem para prender, aí ele fugiu, conseguiu fugir e tava em uma fazenda. Aí quando ele armou a rede na varanda dessa casa, lá dessa fazenda, aí ele falou que essa é que era vida. Aí o dono da fazenda perguntou qual era a vida que ele levava, aí ele contou. Aí o senhor, o dono da fazenda, selou o cavalo e veio na cidade. Quando voltou para a fazenda, já voltou com a polícia. Aí trouxeram ele para a cadeia e ainda levaram meu pai e minha tia para ele ver na cadeia, aí quando foi quatro horas da madrugada, trouxeram eles para o Alto do Leitão, aí eles cavaram a cova, eles mesmos cavaram a própria cova e a polícia vendou os olhos deles com uma venda, deu um pão a cada um e mandaram eles correrem, quando eles corriam a polícia atirava e eles caíam na própria cova. Trouxeram eles de madrugada, aí quando foi umas cinco horas da manhã, chegou um telefonema de Fortaleza ou foi de Brasília⁵⁶, dizendo que não era para matar mais nenhum. Mas aí tava com poucas horas que tinham acabado de matar eles. Meu pai também contava que esse coronel João Coelho, para quem meu avô veio trabalhar, disse que ele pagava caro para não matarem meu avô. Disse

⁵⁴ Município que integra a região do Cariri cearense.

⁵⁵ Município que integra a região do Cariri cearense.

⁵⁶ Importante ressaltar que há um lapso de memória da entrevistada, haja vista a construção de Brasília terse iniciado na década de 1950 e o fuzilamento dos cangaceiros ter ocorrido em 1928.

que ele pagava três contos de reis que, na época, era muito dinheiro, mas num teve jeito. O coronel tinha muito apreço por meu avô.

Ana Paula: O que a senhora pensa sobre o fim dos cangaceiros?

Dona Seïça: Acho que não precisavam ter tido esse fim. Eles deveriam ter tido outra chance. Hoje em dia num existe por aí as quadrilhas e são tudo preso nos presídios?! Então, nessa época também era para as pessoas terem tido essa mesma chance, de ficarem presos, não era para terem tirado a vida deles não. Deveriam ter tido outra chance! Meu pai contava que muitos deles que escaparam do cangaço, foram presos e depois foram soltos, aí viveram foi tempo ainda. Mas eles não chegaram a ter essa sorte. E eles contavam que meu avô tinha entrado no cangaço porque achava bonita a roupa deles, mas ele não era nocivo, não fazia o que os outros faziam. Disse que quando foram levar eles para matar, eles mesmos [os cangaceiros] pediram foi muito para não matarem meu avô, porque ele só levava recado, fazia a comida para eles, essas coisas.

Ana Paula: A senhora costuma contar essa história para seus filhos?

Dona Seïça: Costumo, sempre falo para meus filhos, já vou passando para meus netos a história da nossa família. Meus netos ainda são pequenos e eles ficam admirados ouvindo, perguntam sempre: “e eles eram da nossa família, vó?” E eu digo: “eram, meu filho”. Porque, às vezes, eles escutam falar, no colégio mesmo onde eles estudam, às vezes, as pessoas vêm fazer pesquisa e tudo, aí tem gente que nem sabe que eles são família, aí quando eles contam que são família de cangaceiro o povo ficam todos curiosos para saber. Porque eles, daqui a pouco, já podem falar da história dos cangaceiros, do meu avô.

Ana Paula: A família já sofreu algum tipo de preconceito por dizer que é parente de cangaceiro?

Dona Seïça: Assim, eu nasci e me criei aqui, mas, devido ninguém ter acesso a essa história, acho que há uns dez anos, quando a vizinhança soube dessa história, todo mundo ficou surpreso, porque às vezes nem os vizinhos conheciam a história da gente. Minhas filhas estudando na escola aqui pertinho, quando o pessoal falava no assunto de cangaço na sala de aula, aí quando as meninas diziam que eram bisnetas de um deles, aí ninguém acreditava. Então, assim, algumas pessoas, sim, já sofreram preconceito. Às vezes, em qualquer situação que cause alteração na gente, as pessoas dizem assim: “ah, eles são assim porque é família de cangaceiro” [risos]. Mas não acontece muito isso não, acontece muito pouco, às vezes dizem até por brincadeira mesmo.

Ana Paula: O seu pai falou alguma vez se sofreu algum preconceito?

Dona Seïça: Não, mesmo porque o pessoal mais velho não tinha muito o estudo que tem hoje em dia. Então era mais difícil acontecer essa história de preconceito. Meu pai sempre ia ao cemitério dos cangaceiros e o povo mais velho já sabia que ele era família de um deles, mas ninguém falava muito sobre isso.

Ana Paula: Acontece visitação no cemitério dos cangaceiros?

Dona Seïça: Tem, tem gente que visita. No dia de Finados vai gente acender vela. Já houve até missa, e assim vai acontecendo as visitas. No tempo que aconteceu o seminário⁵⁷, teve muita gente no local e outras vezes também teve, tudo com essas pessoas que organizaram o seminário. Eles levavam gente para visitar o cemitério, outras pessoas para fazer estudo, os alunos de escola por aqui mesmo de Barbalha.

Ana Paula: Aconteceram outras celebrações de missa no cemitério?

Dona Seïça: Não, não. Só foi essa vez do seminário! Eu tenho um jornal com a reportagem, vou buscar para você ver [pausa na conversa. Dona Seïça vai até o quarto e trás a edição do jornal Diário do Nordeste de 2008]. Olha, nesse tempo dessa reportagem meu pai ainda era vivo, nesse ano que o seminário aconteceu quem organizou foi Josafá. O lugar ficou bem bonito, organizado, fizeram uma cobertura de telha, organizaram as covas, ficou bem bonito, arrumado mesmo! Dava gosto de ver, no dia do seminário teve muita gente visitando, participando da celebração, foi muito bonito.

Ana Paula: Dona Seïça, mas o cemitério já não se encontra dessa forma?

Dona Seïça: É, tá não. Porque nesse tempo do Seminário morava pouca gente por lá, era praticamente desabitado. A comunidade mesmo só tinha umas duas casas, uma era de seu José Miguel que cuidava do cemitério. Aí depois começou a morar gente mais perto de lá, que era de outros lugares, até de Juazeiro, porque fica bem perto, do bairro de Juazeiro [Bairro Frei Damião]. Aí pronto, o que botasse lá o povo carregava, fazia vandalismo. O pessoal vinha e carregava. Eles colocaram uma pedra bem bonita de mármore e os bandidos vieram e levaram.

Ana Paula: Em dia de Finados, além da família da senhora, alguém mais visita o cemitério?

Dona Seïça: Visita. Tem outras pessoas que visitam. Tem comentário que tem gente que vai até pagar promessa lá. Também lá já foi enterrado anjinho [crianças recém-nascidas], na mesma área do cemitério. Hoje em dia isso não acontece mais, porque tem a burocracia, mas

⁵⁷O Seminário ao qual se refere dona Seïça foi realizado por um conjunto de pessoas que compunham o Centro Pró-Memória de Barbalha, instituição independente composta por memorialistas da cidade que restaurou o cemitério em 1999 e realizou o Seminário de 80 anos do fuzilamento do bando dos Marcelinos no ano de 2008.

antigamente o pessoal costumava enterrar, fazer essas coisas, não existia tanta burocracia. Hoje já não acontece, porque lá não é legalizado, aí já não é permitido.

Ana Paula: A família da senhora tem algum objeto que recorde do seu avô quando esteve no cangaço?

Dona Seíça: Não, a gente não tem nenhum objeto assim não. Assim, que foi deixado por ele, não, tem não. A única fotografia que a gente tem é a que tem no livro da Vilma [refere-se ao livro: *Fuzilados do Leitão*], mas nós conseguimos de um tempo desses pra cá; do tempo dele mesmo, que ele tenha deixado alguma coisa, não, não temos, a gente não tem nada. Só temos a fotografia que está no livro da Vilma. Quando ela lançou o livro, ela deu para cada um dos meus irmãos um livro autografado e tudo, mandei para meus irmãos que moram em São Paulo, para eles mostrarem para os filhos deles também.

Ana Paula: Existe em Barbalha algum lugar que lembra os cangaceiros?

Dona Seíça: Aqui em Barbalha tem não. Só teve o seminário e outras vezes tiveram outras lembranças, mas uma homenagem, uma estátua, essas coisas não têm, não.

Ana Paula: A senhora acha que o bando deveria ser mais lembrado aqui em Barbalha?

Dona Seíça: Acredito que sim! Seria importante que tivessem mais lembranças. É a história do povo, é a história de Barbalha, faz parte de Barbalha. É importante para o município, principalmente para os estudantes que querem estudar a história daqui da região do Cariri.

Ana Paula: A senhora acha que o cemitério deveria ser mais cuidado?

Dona Seíça: Eu acho que sim, que deveria ser mais cuidado. Acredito que o município poderia fazer alguma coisa, cuidar melhor. Teve uma época de uma gestão aí que foi a época que foi mais bem cuidado, assim, eles faziam alguma coisa, um evento para falar do cangaço, aí meu pai sempre era convidado, sempre levavam meu pai para falar, mas eram essas lembranças, para falar em algum momento, mas aí vai mudando de gestão e aí acabou o pouco que tinha. Ficou tudo abandonado, não tem zelo, ninguém cuida, tá assim agora.

Ana Paula: Quais lugares os cangaceiros costumavam passar?

Dona Seíça: Bulandeira, Caldas, Arajara, Estrada da Feira.

Ana Paula: Como a senhora se sente quando fala dessa história?

Dona Seíça: Me sinto bem, acho importante falar. Assim, só fico triste por não ter tido a oportunidade de ter conhecido ele, mas acho importante manter essa memória. Eu quero contar sempre a história da nossa família para meus filhos, para meus netos. Acho importante que eles saibam as origens deles, de onde eles vêm, de que família fazem parte, para que eles contem também para os filhos, netos, a história da nossa família e que, se a gente pode ajudar outras pessoas contando essa história, a gente fica feliz em fazer isso.

APÊNDICE D**ENTREVISTA CONCEDIDA PELO SENHOR ANTÔNIO PAULO GOMES (VULGO CITONHO), EM 12 DE OUTUBRO DE 2018, EM BARBALHA-CE**

Entrevistado: Sr. Antônio Paulo Gomes tem 81 anos, é natural de Barbalha e cursou 5ª série.

Entrevistadora: Ana Paula Rodrigues da Costa.

Ana Paula: Como o senhor tomou conhecimento da história dos Marcelinos?

Senhor Citonho: No tempo que aconteceu isso com os Marcelinos eu nem existia! Conheci essa história através de meu avô paterno e de meu pai, porque eles [os Marcelinos] não eram propriamente daqui do Riacho do Meio, eles eram daqui do Sítio Pinheiros, é aqui pertinho, é aqui o terceiro sítio daqui pra lá. Então, meu pai contava algumas coisas deles, porque quando eles caíram nessa vida, o pai deles morreu. Eles eram de uma família mais ou menos sólida, tinham sítio e tudo, aí o pai morreu. Quando o pai morreu, ficou a viúva e a viúva veio e casou com um contraparente do meu avô, justamente parente do Francisco que mora ali em cima. Você já falou com ele, né?! Então, a viúva casou com esse rapaz velho, construíram uma família. Acho que com a viúva ele não teve filho, ele teve no segundo casamento. E aqui ele ficou muito tempo. O Jacinto eu conheci muito [Jacinto foi o senhor que com dona Neném, mãe dos Marcelinos], era trabalhador, morador do meu pai, morava no sítio aqui do meu avô, que meu pai era quem tomava de conta. Então, ele ficou muito tempo por aqui, eu assisti até a morte dele e a segunda esposa dele também era parente do meu avô.

Ana Paula: Quais histórias o senhor ouvia sobre os Marcelinos?

Senhor Citonho: O que meu pai e meu avô me diziam, mas quem mais falava era meu pai, eu tinha ligação mais com meu pai, porque meu avô morava na cidade, era comerciante bem-sucedido, então meu pai tomava conta desse sítio. Aí a gente sempre conversando, sempre tocava no assunto dos Marcelinos, que eles eram daqui, daqui da região, né, e eu ouvi muito meu pai dizer como começou, como e por que eles entraram no cangaço. Eles eram uns rapazes que faziam umas feiras aqui no Caririzinho. O Caririzinho é aqui pertinho, mas já é Pernambuco, aqui logo acima, nós já estamos bem na fronteira, daqui até a fronteira entre Ceará e Pernambuco são dezoito quilômetros. Do lado de lá aconteciam umas feirinhas no Caririzinho. Eles, por serem filhos de um homem de bem, os Marcelinos, por nunca terem sofrido desfeita, eles faziam umas feiras pra lá, levavam pra vender na feira, frutas e mais alguma coisa. O certo é que eles tinham essa feira e eles iam pra lá semanalmente, com carga de frutas, de manga, siriguela, eles levavam frutas pra lá. Aconteceu que, um dia, desarmaram o João, tomaram a faca dele, tava todo mundo por lá, mas, nesse tempo, acho que até a polícia

era pouca, porque era só um vilarejo, ainda hoje é distrito, hoje é distrito de Morelândia. Então, tomaram a faca desse rapaz e ele se sentiu decepcionado, voltou para casa e, quando chegou, contou ao irmão, aí os dois conversando, decidiram matar o homem, por nome Ioiô, que foi quem tomou a faca, que era o delegado. Homem rico que era o delegado, esses delegados provisórios que os chefes políticos colocavam. A família deles era um povo de bem, segundo dizia meu avô mais meu pai.

Ana Paula: O avô do senhor chegou a conhecer a família dos Marcelinos?

Senhor Citonho: Conheceu muito. Meu avô e meu pai conheceram a família deles todinha. Meu avô, que era mais velho, até que era contraparente deles, mas muito longe. A parentagem maior foi porque a viúva dos Marcelinos casou com Jacinto. Tem gente que fala que o nome dele era Jacinto Ferreira, pelo menos no nosso conhecimento não era Jacinto Ferreira, era Jacinto Gonçalves e esse era o verdadeiro nome dele. Então os Marcelinos moravam e faziam roça aqui no Sítio Pinheiros, o Sítio era deles. Eles tinham condições de viver, eram pessoas de bem, tanto que entraram numa vida dessas por decepção, quer dizer, que eram de bem, que a decepção no homem é uma coisa meio complicada. Um homem decepcionado não é para todo mundo não, mas o homem decepcionado não é boa coisa! É tanto que ninguém nunca ouviu falar da vida deles antes do cangaço, se eles fizeram alguma coisa errada, ninguém falou, mas falou que eles entraram no cangaço porque foram desmoralizados. Eles entraram no cangaço por uma vingança, se não tivesse tido essa desmoralização talvez eles nunca tivessem entrado no cangaço, o negócio foi para se vingar, por isso que entraram. Sentiram-se ofendidos, tinham outros cabras armados na feira, porque desarmar só ele?! Eles eram de uma família de boa índole, aí foram pro cangaço para se vingar.

Ana Paula: Depois que entraram no cangaço, como foi a vida dos Marcelinos?

Senhor Citonho: Eles voltaram para se vingar de Ioiô da desarma. O pior, ele tinha um filho deficiente. Aí o Manuel, que era o Bom Devera, disse que só o velho não pagaria a desmoralização que ele tinha feito ao irmão, ia matar também o aleijado, o menino deficiente: nesse tempo o povo chamava era assim. Aí ele disse ao João: “você fica aqui que eu vou esperar ele lá na bebida que ele dá água ao gado, que todo meio-dia ele vem dar água a esse gado lá”. Eles inteligentes, pegaram todo o roteiro dele, a ordem era quando Ioiô chegasse pra dar água ao gado, o Bom Devera matava ele e João lá da casa, quando ouviu o tiro de lá, matava o filho do delegado e assim eles fizeram. Eles ficaram decepcionados com a desarma, mas a peixeira que se usava naquele tempo era pra trabalhar, não era para fazer violência não. Aí foi desarmar ele desse jeito! Aí eles entenderam que tinha que vingar. Agora, se eles fossem se vingar do delegado e voltassem pra casa, não ia dar certo. Eles iam morrer também.

O jeito que tinha era entrar no cangaço, foi uma alternativa que qualquer um que tivesse coragem fazia isso. Hoje é diferente, os bandidos matam no meio da rua, fazem um monte de coisa. A vida do homem, hoje em dia, não vale a vida de um cachorro! Hoje é assim, a quantidade de mulher morrendo por aí num é brincadeira, mas, verdade seja dita, as leis do nosso país não funcionam como deveria. A Constituição tá é cheia de emenda que dá mais abertura para matar, roubar, aí o camarada vai esperar por uma justiça que num funciona?! Quero dizer que, se tem os cabras dispostos, como foram os Marcelinos, vão procurar uma alternativa, porque a coisa mais séria do mundo é um homem ser desmoralizado sem merecer. De tanto bandido que tem no mundo, às vezes a polícia pega uns e maltrata, aquele homem sai injuriado, caçando a morte, é uma questão de honra que toda vida houve no cidadão. Hoje em dia tem pouco disso, mas naquele tempo era tudo assim. Porque a desmoralização não foi só para João que perdeu a faca, mas pra família, aí foi um incentivo e eles tinham coragem, achavam que tinham que fazer aquilo mesmo. Mas o camarada tinha que pensar bem antes de entrar no cangaço porque, depois que entrasse, num tinha mais vida tranquila não. Tinha que viver perambulando pelo mundo, mas ainda assim era melhor pra eles entrar no cangaço do que ficar desmoralizado perante a sociedade.

Ana Paula: Como era a convivência do bando dos Marcelinos por aqui onde moravam?

Senhor Citonho: Eles num tinham muita amizade não, porque cangaceiro, você já sabe, num faz muita amizade com ninguém não. Os tempos que passaram no cangaço, eles andavam por aí nesses pés de serra. Então, eles andavam, andavam pelo meio do mundo, mas vinham sempre para as origens, mas não aqui pra terra deles, para o meio do conhecimento, eles se alojavam na Serra do Araripe. O lugar que eles costumavam ficar pela Serra chamava Capão do Rocha⁵⁸, o lugar onde eles se alojavam. Lá eles pegavam gado na Serra, que por ali o povo criava muito gado solto pela Serra e eles pegavam gado, matavam, comiam, faziam festas. Aí, tinha uma pessoa que só ela sabia que eles estavam por ali, ninguém mais sabia, era escondido, né?! Mas eles tudo armado, parecia guerra! Ali eles passavam dias, faziam festa, toda noite era uma festa, fazia fogão de lenha maior do mundo, de lenha seca. Ali eles dançavam, faziam tudo e quando eles estavam ali, dizia meu pai que eles dependuravam as armas nos pés de visgueiro, era uma madeira, um pauzão grande, uma árvore de muita sombra, ali era o rancho deles dia e noite. De noite eles iam beber, comer, brincar, fazia era festa.

Ana Paula: Além do Capão do Rocha, eles costumavam se alojar em outro lugar?

⁵⁸ Área rural localizada entre os municípios de Barbalha e Jardim.

Senhor Citonho: Eu ouvia falar que eles se alojavam ali pela Pedra do Morcego, é aqui em cima no parque, meu avô falava que eles ficavam por lá. Nesse tempo era só mata, num tinha nada. Aí eles ficavam pela Pedra do Morcego, se arranchavam por lá. Todo mundo tinha medo deles e quem num tinha?! Eram cangaceiros, só o nome cangaceiro assombrava! A vida deles era o seguinte, eles não trabalhavam, do que viviam? Devia ser pegando as coisas do povo, animal para andar, porque nesse tempo era tudo a cavalo, num tinha transporte. Eles trajavam de vermelho, arranjava, porque andavam tudo armado e pra conseguir essas coisas devia ser bulindo com o povo. A história deles deve ter mais alguma coisa por aí, mas aqui em Barbalha é onde você mais pode colher coisa, porque eram daqui, vivia mais por aqui, qualquer coisa num meio do mundo eles voltavam para casa. Mas eles num são muito conhecidos não. Não tiveram longa data no cangaço, conhecida é a história de Lampião, todo mundo conhece. Lampião foi um cangaceiro nordestino que andou em vários Estados, criou nome, o bando era bem maior.

Ana Paula: O avô ou o pai do senhor falava se existia algum relacionamento dos Marcelinos com os coronéis?

Senhor Citonho: Realmente era o tempo dos coronéis. Você tem uma memória boa, eu estou achando é bom conversar com você, sabe por quê?! Essa é uma história que faz tanto tempo, num é brincadeira a pessoa ainda lembrar dessas coisas, né? Porque essas coisas são porque se grava da época da infância, mas já na idade que eu estou hoje, uma coisa da semana passada, que a gente conversou em qualquer canto, você vem aqui e me pergunta talvez eu não vá me lembrar mais, que essa daqui que estamos conversando. Mas as coisas antigas de quando a gente tava na adolescência parece que aquilo tem um local, um computador que aquilo assenta pra gente saber lá no fim da vida. Olhe, já deve estar com uns sessenta anos que meu avô morreu, pra você ver como faz tempo essa história. Sim, mas começamos a pergunta sobre os coronéis. Eu cheguei a conhecer famílias aqui, em Barbalha, que eram de coronel e diziam em plena luz e voz alta que só dava um da família dele por três da dos outros e fazia mesmo, fizeram muito por aqui. Tinha um coronel por aqui que adquiriu muito conhecimento com a valentia, com o nome que tinha. Ele era tão forte que elegeu cinco deputados em uma única eleição! Nesse caso ele mandava numa grande parte. Esse era quem num guardava desfeita, nem trocava um da família por outro e fazia mesmo, quer dizer que toda vida houve isso. Por aqui, tinham muitos coronéis, mas a pobreza era maior do que o tanto de coronéis, era uma multidão de pobreza tão grande, só não era cativo porque o cativo tinha acabado, mas quem mandava em tudo por aqui eram eles. Aqui, no tempo do meu avô, se a polícia viesse correndo atrás de um preso, chegasse numa cerca daquela, a polícia não entrava, o poder era

dos coronéis. Em cada cidade tinha uma família que mandava e desmandava. Aqui em Barbalha era assim e o povo vivia na tutela deles, era melhor viverem aliados a eles, perto deles do que distante. Eles num brincavam não, enterravam no terreiro da cozinha e pronto, faziam mais que os cangaceiros. È tanto que existiram por mais tempo que os cangaceiros.

Ana Paula: Como aconteceu o fim do bando dos Marcelinos?

Senhor Citonho: Os tempos foram ficando modernos e o governo determinou a prendê-los, mas para prendê-los não era fácil. Mas através de uma denúncia, lá de cima eu acho, veio um reforço de Fortaleza. O chefe do reforço era um tenente que veio fazer a blitz, por nome de Antônio da Cauã. Ele chegou, ficou por aí, mas muito em segredo, em total sigilo, até que procurou descobrir como era, deve ter sido alguma denúncia que eles estavam por ali, pela Serra. O certo é que chegou esse reforço, de trem, nesse tempo só andava de trem, veio para Barbalha, chegou, procurou o delegado e veio prendê-los. Foi saber como era que podia chegar neles. Alguém sabia que tinha um rapaz que fazia compras pra eles em Jardim, na Barbalha, compras do dia-a-dia. Aí prenderam o rapaz. Chegaram nesse rapaz de noite, prenderam ele, tudo em sigilo, que ninguém nunca soube que ele foi preso. Logo em seguida, o rapaz que foi preso disse tudo, onde eles estavam, o que faziam, como era, disse tudo, porque o tenente disse que ele não ia sofrer nada se contasse como era a disposição dos outros. Aí o rapaz debulhou tudo. Aí a polícia disse: “pra gente se chegar neles, lá é terra que venta ou que não venta?” Aí ele disse: “lá tá ventando muito em cima da Serra”. Quer dizer, que já era bom pra eles, né, porque eles iam contra o vento. O certo é que o rapaz ia ser solto, mas só depois que a polícia chegasse aos outros. Aí o tenente chamou o reforço e explicou: “olha, nós vamos ficar mais ou menos uns vinte metros, você vai com a gente para repassar as dicas de como a gente pode chegar”. O tenente, o Antônio da Cauã, disse: “nós vamos e com mais ou menos vinte metros, você diz: “aqui é mais ou menos os vinte metros que o senhor pediu”. Aí você fica amarrado, não tem nada com você, você não vai sofrer nada, nós estamos é agradecendo por seu trabalho”. Aí espalhou a turma, eram muitos soldados, deu as orientações, quem ia pra direita, quem ia pra esquerda e era pra ficar no chão de barriga pra baixo, pra irem se aproximando e “eu vou acompanhar, quando eu der um tiro, aí começa a rajada, todo mundo atira de uma vez” e assim fizeram. Arrodiaram e quando estavam mais ou menos vendo, dez metros no máximo, já vendo eles, mas eles todos bebendo, farrando. Eles viam nada daquilo, num viam, e ventando muito, era um mato grosso, eles num ouviam não. Então, quando tava mais ou menos umas dez braças, ele deu o primeiro tiro, o tenente, bem no meio deles, todo mundo brincando, comendo, bebendo, dançando e tudo. O vento maior do mundo e a fogueira dessa altura de madeira seca, nesse tempo num tinha luz, num tinha

candeeiro, num tinha nada, pra desse tanto de gente. Quando deu o primeiro tiro, foi gente correndo, gente caindo. Ora, os cangaceiros longe das armas e nessa o João morreu, morreu na hora do tiroteio. Ele de lá, não deu tempo de atirar em ninguém, eles estavam sem as armas, que eles estavam eram brincando, foi correr atrás da arma e morreu. Meu avô e meu pai contavam que o morto desceu nessa estrada aí, eles viram a turma descendo com João pendurado em um pau como um porco morto. Num era essa estrada aí não, era outra. Nesse tempo era ruim de estrada, desceram aí com o morto num pau. Depois pegaram os outros trouxeram preso. Meu pai contava muito essa história pesada, falava mais disso, de como eles foram pegos.

Ana Paula: Hoje em dia o senhor costuma falar sobre essa história?

Senhor Citonho: Quando chega uma pessoa por aqui e toca no assunto, com pessoas mais velhas, assim como eu. Eu acho bom conversar. Eu acho é bom conversar, falar dessa história, mas o povo novo num sabe. Eu estou até admirado que você, nessa idade, tem esse conhecimento todo desse assunto tão antigo, que eu só conhecia por conversa dos velhos. Mas, olhe, essa história não é algo distante de nós não, de jeito nenhum. Ainda hoje tem quem faça isso, que, por uma desmoralização, se vingue. Hoje não chama de cangaceiro, mas chama de bandido e tão soltos pela rua, enquanto o cidadão tá preso! O rico está ficando mais rico a cada dia e o trabalhador perdendo seus direitos cada vez mais, vai ficando igual o sistema dos Marcelinos e dos coronéis, né assim?! Pois é muito bom falar das coisas antigas! Eu fiquei feliz de você ter vindo em minha casa conversar comigo, porque eu sou velho, mas ainda sou disposto [risos]. E sobre os Marcelinos o que eu sei é isso que lhe contei, meu pai e meu avô falavam era isso que lhe contei, lhe disse tudo que ouvi deles.

Ana Paula: O senhor considera que o cangaço é uma história importante para ser contada?

Senhor Citonho: Eu acho que é uma história mais ou menos importante, porque é uma lembrança do passado, né?! Num é que seja uma história boa, uma história que devia ter acontecido, não, não devia ter acontecido! Mas nosso senhor, quando subiu ao céu, disse: “haja mundo e de tudo haja”. Mas aconteceu muita coisa que não devia ter acontecido, morte, roubo, mas eram as novidades desse tempo. Não é uma má ideia preservar, porque fica para outras descendências que vierem. É importante para um trabalho de uma faculdade, os mais jovens tomarem conhecimento, porque eles eram filhos do município e Deus faz bem feito, porque eles vieram morrer no município. Fizeram o que fizeram pelo meio do mundo, mas vieram se acabar no próprio município, na terra de origem. E eu estou feliz em lhe contar o que sei, assim nós também estamos contribuindo para repassar essa história.

APÊNDICE E

ENTREVISTA CONCEDIDA PELO SENHOR FRANCISCO DE ASSIS SOUSA, EM 13 DE OUTUBRO DE 2018, EM BARBALHA-CE

Entrevistado: Sr. Francisco de Assis Sousa tem 60 anos, é natural de Barbalha e cursou ensino superior.

Entrevistadora: Ana Paula Rodrigues da Costa.

Ana Paula: Como o senhor tomou conhecimento da história dos Marcelinos?

Senhor Francisco: Eu tive contato com Josafá em Barbalha e ele começou a relatar sobre os Marcelinos e eu reportei que meu sogro também falava dessa história dos Marcelinos. Inclusive, ele conheceu de perto o mais novo que era Marcelino e depois foi chamado de Lua Branca. Eles brincavam aqui nos arredores e seu Antônio Leal, que também é vizinho daqui das terras do meu sogro, conheceu esse pessoal e contava essa história. Aí ele já vinha com o intento de trazer essa história para o conhecimento da Barbalha e procurou o Dr. Napoleão, ou foi o contrário, eu sei que, quando eu entrei nessa história dos Marcelinos, eu já tinha informação de Josa e de meu sogro. Aí nos reunimos e fomos lá no local onde aconteceu o fuzilamento, aí depois foi entrando outras pessoas, Gilberto Timóteo, depois Josafá articulou a secretaria de cultura e foi falando para as pessoas da cidade, comerciantes, enfim, a gente fez um movimento a respeito dos Marcelinos que desembocou depois no primeiro Seminário de Barbalha no contexto do cangaço, que coincidia com os 80 anos do fuzilamento [do bando] em 2008. Aí eu entrei na história por esse viés. Ouvindo relatos e fui juntando o quebra-cabeça da história e depois fiz um cordel e, desde o momento que eu escrevi esse cordel, por ocasião do Seminário, aí fui me interessando pela história. Depois consegui um livro de Peixoto Junior e depois de Hilário Lucetti e Magérbio Lucena. Assim, eu não tenho muita leitura, porque a intenção inicial na leitura era pela inspiração para fazer esse cordel, aí depois, por ocasião do contexto do Seminário, esse assunto teve uma repercussão no Cariri e chegou até Pernambuco e recebemos uma visita da Universidade de Pernambuco por duas vezes. Fomos ao monumento [Cemitério dos Fuzilados] e encampamos junto à comunidade um movimento para erguer o monumento com cruzes novas, porque as antigas a gente botou em um sarcófago lá, procuramos de toda forma preservar a história a partir de sua originalidade de acordo com as condições que estávamos oferecendo. É um assunto que entrei dessa forma.

Ana Paula: Quem era o senhor Josafá Magalhães? Muita gente fala dele quando se refere aos Marcelinos.

Senhor Francisco: Ele era advogado de formação e memorialista, barbalhense que morou muito tempo no Rio de Janeiro, mas nunca se desligou da cidade pela história e sempre tava aqui. Era um militante político de esquerda que conseguia reunir as pessoas e o forte dele era resgatar a história das pessoas antigas de Barbalha. Os meninos até diziam: “lá vem o desenterrador de defunto” [risos], porque ele buscava a história das pessoas e a gente achava estranho. Porque ele conhecia tudo, uma criança desde sempre, inquieta, que transitava, eu acredito, por todas as classes sociais de Barbalha e uma pessoa muito inquieta. É tanto que o monumento que foi erguido lá, se não fosse o esforço dele, acho que nada tinha acontecido! Ele articulava jornalista, como no caso os primeiros que foram lá, nós fomos juntos, foi Gilberto Timóteo, que trabalha nesse tempo no *Jornal do Cariri* e era repórter em Barbalha e, assim, ele procurava os segmentos, era de esquerda, mas transitava muito tranquilamente, era um bonachão, brincalhão, era um articulador e agregador de amizades.

Ana Paula: Quais histórias você costumava ouvir a respeito dos Marcelinos?

Senhor Francisco: Assim, eu reporto que ele falava da atuação, né, que eram pessoas que, por exemplo, eram agricultores aqui pertinho no Sítio Pinheiros, inclusive eu estive por lá sábado e comentamos sobre esse assunto e, além do mais, meu sogro era praticamente da mesma época. Eram pessoas simples, do campo, agricultores e que depois caíram no cangaço. Primeiro episódio foi a questão da faca, mas eles eram pessoas comuns aqui no meio da comunidade, é tanto que pelo que Dr. Napoleão atribui o Sítio Piquete, aqui onde eu moro, tem relação com os Marcelinos, quando eles paravam as pessoas para cobrar imposto, é tanto que aqui tem uma coisa interessante, o documento das nossas terras aqui, tem alguns dos meus cunhados que assinam como Sítio Rocha, mas o nosso documento aqui já é Sítio Piquete, tem o Rocha que é aqui vizinho e aqui Piquete, acho que seja uma associação da ação deles aqui. Quer dizer que nós estamos em uma área de atuação dos Marcelinos. Eles andavam por aqui, meu sogro dizia que tinha um Marcelino que vivia pelo Caldas brincando, mas ele era meio encrenqueiro.

Ana Paula: Por quais lugares os Marcelinos costumavam atuar?

Senhor Francisco: Era por aqui, muito comum ficarem por aqui, da Serra do Caldas para a Serra do Caririzinho⁵⁹. Dizem que era muito comum eles estarem transitando daqui para lá. Até porque tinha a família deles aqui e depois foram morar no Juazeiro e tinham também familiares e terreno no Caririzinho. Eu acredito que essa Serra que a gente tá vendo aqui era

⁵⁹ A forma de expressar-se tanto a Serra do Caldas, quanto a Serra do Caririzinho, é uma forma de situar localidades na Chapada do Araripe, popularmente chamada de Serra. A comunidade do Caldas situada no Cariri cearense e Caririzinho, em Pernambuco.

um lugar muito comum de eles transitarem por aqui e outra era Missão Velha⁶⁰, que eles tinham um tio por lá, os Marcelinos tinham um tio lá! Aí tinha a fazenda do Isaias Arruda nesse período e falam também que tinham muita aproximação com o coronel Santana na Serra do Mato que fica nesses arredores do Cariri.

Ana Paula: Nas andanças dos Marcelinos no cangaço, como era a relação com o povo?

Senhor Francisco: Assim, a origem deles é que eram empregados e rendeiros do coronel João Coelho. Eles eram pessoas da roça, pessoas trabalhadoras, moravam aqui no Sítio Pinheiros porque o pai era cearense e a mãe pernambucana e também no Sítio Minador⁶¹. A atuação deles não foi muita coisa, eles também agiam mais fora daqui para o lado de Pernambuco. Em 1925 ou 1926, eles adentraram no bando de Lampião e seu Antônio falava de uma passagem que eles tiveram. Eles estavam fazendo uma farinhada e eles estiveram lá juntamente com Lampião, eram umas sessenta pessoas e ele disse que reconheceu João 22. As pessoas por aqui antigamente falavam mais deles, mas falavam da vida deles antes de entrarem no cangaço e sempre diziam que eles eram pessoas de boa convivência por aqui.

Ana Paula: Pensando o movimento do cangaço, sua origem, suas motivações, como o senhor vê a vida dos cangaceiros: heroica ou bandida?

Senhor Francisco: Eu costumo fazer uma análise vendo a questão da classe social. Mesmo depois eles tendo uma relação muito íntima com os coronéis por conta de negociações que acham que era espúria e tudo, mas, sinceramente, não consigo vê-los totalmente como bandidos. De certa forma, eu consigo ver pessoas da maneira que eles pensavam, da mentalidade deles que, a partir de uma desmoralização por conta do Estado, e eu acredito também que por não verem o braço do Estado atender ou então fazer justiça, eles procuraram fazer justiça por eles mesmos. Porque a história dos Marcelinos, no caso, se dá a partir da tomada dessa faca, então, foi a partir da tomada dessa faca que ele se achou desmoralizado, embora depois tenham enveredado por outras atividades, a meu ver, não recomendadas, mas eu não os vejo totalmente como bandidos. Falei atrocidades mais a frente me reportando às pessoas que escreveram a visão deles, porque assim, pelo o que a gente vê, pela própria formação familiar dos Marcelinos, eram pessoas de boa índole, se o parâmetro for esse, eram pessoas católicas, ninguém ouviu falar de acontecimentos graves, de brigas, encrencas, eles só enveredaram nessa vida depois desse acontecimento⁶². Até porque acho que ele se sentiu

⁶⁰ Esse município integra a região do Cariri cearense. Sua toponímia se deve ao período da colonização, pois este atual município foi um dos primeiros locais a receberem missões no processo de apropriação territorial.

⁶¹ Local da fazenda do coronel João Coelho em Serrita Pernambuco.

⁶² Desarma da peixeira de João Marcelino pelo delegado Ioiô Peixoto em Caririzinho- PE. Esse acontecimento levou a formação do bando de cangaceiros dos Marcelinos.

ferido na sua integridade moral porque, quando ele foi desarmado, já se tinha feito todo aquele ritual de deixar a faca na entrada da cidade e tudo indica que ele tinha avisado ao Ioiô Peixoto e depois ele achou que tinha sido uma desconsideração do Estado, porque ele [o delegado] representava o Estado em relação a ele [João Marcelino], é tanto que ele nem reagiu, porque ele não era de levar desaforo para casa, mas não reagiu, acho que até certo momento por respeito à força da polícia que ele não tinha como se contrapor e também por respeito ao subdelegado. Eu não consigo ver totalmente como pessoas de má fé, caiu no banditismo porque a concepção de moralidade era essa um tanto machista. Essa desmoralização, não fosse vingada, dava guarida para que o resto da família fosse toda atingida, desmoralizou um, então os outros não tinham tanta força de reagir, era uma maneira até de proteção dele e familiar, é impor, daquela forma, um certo respeito e a gente vê até hoje assim as pessoas com essa mentalidade. Pronto, aqui no sítio, o cara que mexer aqui se ferra, quer dizer, eles impõem uma maneira de se protegerem em relação a isso. É tanto que as comunidades hoje costumam se respeitar, aqui ninguém canta de galo, porque aqui todo mundo é unido, é irmão. Então o cangaço foi aglutinação de forças, alternativa para a vida, eu acredito que a tomada da faca foi o pivô de toda essa briga e pelas posições sociais, o Ioiô era um subdelegado que tinha família influente no Pernambuco, tanto em Bodocó como em Ouricuri; e ele de família simples, além de agricultor na lida da roça, não era na condição de proprietário, era de rendeiro, acho que era uma necessidade de se integrar a esse para se autoprotoger e também receber proteção dos demais, se afirmarem.

Ana Paula: A atuação dos Marcelinos, segundo consta na literatura, foi de quatro anos e percorreu basicamente o perímetro da Chapada do Araripe no território correspondente ao Ceará e Pernambuco. Tendo em vista a atuação do bando de Lampião que percorreu parte da região Nordeste e teve atuação por cerca de vinte anos, o que difere o bando de Lampião do bando dos Marcelinos?

Senhor Francisco: Eu acredito que o intento deles não era, de certa forma, fazer grandes feitos no cangaço, haja vista que eles atuavam mais ou menos por aqui pela região depois do cangaço e costumavam atacar pessoas que tinham, né?! Não era quem não tinha, porque pela história depois a gente vê que eles pegavam de assalto, dessas ações, que eles traziam para a família, porque o pai tinha morrido e ele era o guardião dessa família. Ficou como o pai dessa família, aí depois é que, quando ele começa a pegar esses recursos, esses objetos e tudo, é que a família começa a se destacar, a melhorar de vida, fazer festa, se apresentar em um momento já bem posterior. Um relato fala que eles tiveram um momento que até se redimiram, acharam que já estava bom no lugar deles e tudo, aí foram para o Boqueirão [Paraíba] para trabalhar

em Souza, na Paraíba, na construção do açude do Boqueirão. Deixa que Lampião invada Souza, aí por Lampião invadir Souza e eles estavam lá, acharam que eles também tinham a ver com a invasão e levaram eles presos para Fortaleza, levaram os Marcelinos e foram presos em Fortaleza. Aí quando eles vêm, eles falam que não tinham nada a ver com aquilo, que já tinham saído para trabalhar, procurar um meio de vida, de forma mais, vamos dizer, honesta, aí vai preso por ocasião de Lampião em Souza, é tanto que eles recebem conselhos para voltarem para o Cariri para ficarem aqui tranquilos, aí um deles diz: “tão querendo que nós sejamos cangaceiro, pois nós vamos ser cangaceiro”. Aí entraram no bando de Lampião.

Ana Paula: Quer dizer que quando aconteceu o episódio em Souza eles já estavam no cangaço?

Senhor Francisco: Já! Só que assim, eu não sei se eles já tinham entrado de uma vez. Só que quando eles foram trabalhar em Souza, lá no açude de Boqueirão, eles já foram nessa condição de mudar, de sair dessa vida de cangaço e tudo, já para se organizarem dessa forma. Só que quando eles estavam lá prenderam eles e se acharam injustiçados, é tanto que diz: “eu nunca fui tão humilhado como fui lá em Fortaleza!” E foi só por influências políticas do coronel João Coelho que conseguiram tirar eles de lá, da prisão em Fortaleza. Quando eles chegam aqui, ele reporta pela história do tiro que levou de Manoel Felizardo e também não saia da cabeça de pegar o Ioiô Peixoto. Aí se recompôs de novo, juntamente Manoel com João, e o intento era de pegar Ioiô Peixoto e matar. Primeiro eles foram lá para Caririzinho, aí chamaram Antônio Roque que era apelidado de Antônio Dentim e eles vão para a cabeça da serra, cabeça da ladeira, aí começa a atirar para dentro do Caririzinho, já insultando, procurando um pretexto para fazer a vingança e o alvo era Ioiô Peixoto. Mas quando o revide dos tiros estava batendo nas paredes das casas do vilarejo, Manoel Felizardo revida e, em um desses tiros do revide, Manoel Felizardo quebra o dedo de João, ou foi de Manoel Marcelino, não tô lembrado. Aí começa, nesse mesmo momento, nesse mesmo dia, eles atocaiaram o Ioiô Peixoto e tem um momento lá que ele vai atirar e o próprio João, que foi desarmado, diz: “não atire não, deixecriar os filhos dele, desça para pegar o nego”, que era o Felizardo e o Antônio Roque, o Dentim tinha corrido sem avisar. Então eles atribuíram que o tiro pegou porque não foram avisados quem era a pessoa que tava atirando, aí depois até mata o Antônio Roque, o Dentim.

Ana Paula: Eles mataram o Manoel Felizardo?

Senhor Francisco: Mataram! Ele tava fechando uma cancela lá e eles acertam, acertam o Felizardo e o Ioiô eles atocaiaram essa primeira vez e, na segunda vez, ele ficou na bebida lá

da cancela, lá no Sítio Olho d'água⁶³ e os cangaceiros vão pra casa lá do Ioiô Peixoto, aí ficaram pressionando a mulher dele procurando o Ioiô e ela só diz: “não sei, não sei”. Aí, nessa hora que estão insistindo lá, ela escuta o tiro e começa a gritar porque tinha quase certeza que tinham sido os Marcelinos que tinham matado o Ioiô, porque quando eles tiveram em Bodocó, ou foi em Ouricuri com Lampião, eles mandaram avisar ao Ioiô que eles iam voltar para vingar, aí quando eles escutam o tiro lá, aí a viúva grita que tinha sido o marido que tinha sido executado. Inclusive, tem um filho deles magricelo, doente, amarelo e um dos cangaceiros mata o menino também, porque tava gritando e ele atirou e matou o rapaz, queria até tocar fogo na casa – nisso, quando João chega e pergunta: “quem foi que matou esse menino já doente?” Aí um cangaceiro diz: “fui eu”. Aí João: “pois você vai me pagar por conta disso, não era para ter feito isso não”. O Ioiô foi morto com um tiro na cabeça e o Felizardo ele matou com um tiro, me parece que no peito, ele tava em uma cancela lá.

Ana Paula: Nesse caso, qual era a intenção de fato de ingressarem no cangaço?

Senhor Francisco: É aquela questão: ter força, um certo *status*, no caso, era cangaceiro e tudo. Porque é interessante uma passagem lá, tem um senhor com o nome de João Cosmo que diz: “não, Manoel, você já tá andando por todo canto aí e tudo. Eu tenho dois bois de junta que já tão ruim de trabalho, apura esse boi”, mandou vender. Aí ele pega e vende essas duas cabeças de gado e não aparece para pagar. Aí dizem que o João Cosmo manda o filho dele, sabe que ele tá na feira em Jardim, aí manda o filho cobrar o dinheiro. Chega lá, eles só não foram as vias de faca porque chegou as pessoas e deixa disso, aí apartou um pra lá, outro cá. Aí ele disse ao pai dele: “pai, não me mande mais cobrar dinheiro a Manoel Marcelino, (que era o Bom Devera, né?!), porque ele fez foi dá em mim”. Aí o pai disse: “pois não vá mais não, vou mandar uma carta para o patrão dele, para João Coelho”. Aí mandou uma carta dizendo que ele tinha feito isso, que tinha vendido o gado já fazia três meses e não tinha aparecido para pagar e tudo, aí ele teve na casa do coronel João Coelho, aí ele falou: “olha, tem uma carta aqui de João Cosmo assim, assim, cobrando o dinheiro que você não foi pagar e tudo”. Aí ele não gosta. Mas nesse tempo ele e o irmão tava como vaqueiro de João Coelho no Sítio Minador, aí ele disse: “seu João, faça o seguinte, eu vou juntar o gado e mande Samuelzinho (que era outro vaqueiro) para pegar o gado segunda-feira que eu num vou mais ficar com senhor não”, aí o coronel disse: “rapaz, que isso, não tem por onde de você tá radicalizando desse jeito, você paga os dois bois lá e pronto, continua comigo”. “Não, num quero mais não, vou ser agora é cangaceiro”. Aí chega um senhor por nome de Manoel e diz:

⁶³ Comunidade rural pertencente ao município de Moreilândia, em Pernambuco.

“homi, vá matar gente mesmo. Homi, mate essas peste, porque você chegando na minha casa você tem almoço, tem janta e tem guarida”. Aí chega um filho do coronel João Coelho e diz: “mas rapaz, como é que você dá um conselho desse a um menino, para se acabar, para morrer no cangaço? Faça isso não, Manelzinho, porque quem mata precisa morrer, aí você vai matar, o povo vai lhe matar e sua família vai ficar desassossegada”. Aí o velho disse: “homi, deixe de besteira, mata essas peste, laigue a espingarda nesse povo”. Quer dizer, ninguém sabe essa maneira, essa indignação que ele tinha, né?! “Chegar em minha casa você tem é guarida, escuta esse daí não”. Aí ele vai pra serra, aí Manel já tava com essa intenção, aí venderam até um gado para comprar munição e arma e foi daí que caíram no mato, caiu na vida. Na verdade, se pudermos fazer uma analogia na sociedade que a gente vive hoje, que as pessoas querem ostentar o poder, não sei se é interessante colocar isso, mas é uma coisa que a gente vê, as pessoas até se acha alto estimado quando mata uma pessoa e acho que, naquele tempo, era muito mais do que hoje, então, de certa forma, eles estavam querendo era impor poder, *status* e, naquele tempo, só tinha porque os coronéis eram pessoas, que tem muitos relatos de que eles eram pessoas muito carrascas, né?! Gostavam de punir à maneira deles! Então acho que no cangaço era uma maneira corporativista.

Ana Paula: Nesse caso o cangaço pode ter surgido como oposição ao coronelismo?

Senhor Francisco: Pela origem, a gente vê que nasce de uma indignação, que talvez se junte também a isso, porque a exploração, naquele tempo, pelos relatos que a gente tem, também era grande! É tanto que as pessoas trabalhavam e nunca saiam da condição de submisso por conta de certas práticas coronelísticas. Acho que foi a junção de uma coisa com a outra e, nessa junção, desembocava nessa grande indignação que, às vezes, não fica tão fácil de verticalizar. Mas, horizontalmente, o cara percebe que é uma certa indignação muito forte dessas pessoas. É tanto que eles diziam assim: “se a justiça não deu jeito, agora eu dou”. O braço do Estado não alcançava esse povo e, quando alcançava, era através dos coronéis, era uma subjugação, a submissão da submissão, era eles que mandavam mesmo, quem tinha a palavra final. O contexto era esse, até porque você vê como foi que Lampião entrou, segundo a história, como que os Marcelinos entraram? Foi por uma questão de indignação, desmoralização, humilhação, girava sempre em torno disso aí, baixa estima. Era uma maneira de reaver a autoestima, eles encontravam nesse mecanismo de entrar no cangaço, se incorporar, é quase como uma questão que, mesmo inconsciente, era uma questão de classe, talvez uma classe contra a outra. É tanto que o próprio Lampião tem relatos de atrocidades, mas também tem relatos de pessoas que ele ajudava, que era solidário, tinha um lado humano.

Ana Paula:O senhor tem conhecimento de algum parente dos Marcelinos que resida na região?

Senhor Francisco:Assim, a mãe era Oliveira, dizem que o pai era Lopes, a gente vê muito Lopes e muitos Oliveiras, agora não sei se eles se identificam com isso, se eles querem dizer que são. É tanto que tenho uma colega de trabalho que tem sobrenome de Lopes e outro dia perguntei se ela era parenta dos Marcelinos e ela respondeu que não, achava que não era, ficam naquela coisa, mas eu acredito que tenha. É tanto que de [19] 28 pra cá, não é tanto tempo assim.

Ana Paula:O senhor acha que as pessoas têm receio de falar que são ou que possam ser parentes de cangaceiro?

Senhor Francisco:Acho que nem têm essa consciência, porque nem sabem verdadeiramente se são. Agora, seu Cícero Vuluzento, antes de falecer, eu conversando com ele e ele falando que a mulher dele era prima dos Marcelinos, Dona Alzira, até disse que ela tava na roça quando passaram com João feito um porco num pau e ela viu, reconheceu, mas não esboçou nenhuma reação com medo da polícia e esse medo perdurou por muito tempo. Agora eu acredito também que a história aqui também não é muito conhecida. As pessoas mais antigas uma boa parte já morreu, que eu conheci que sabia a história dos Marcelinos aqui era seu Jodinha, que já morreu com mais de cem anos, Vicente de Rosa, meu sogro, seu Cícero Vuluzento, das pessoas mais antigas que conheceram eles. Seu Antônio Leal eu conheci ele demais, todos esses já faleceram. Se tiver mais alguém desse tempo, eu não conheço. Eu acho que muitos desconhecem a história. É tanto que ainda hoje quando eu falo do cordel, eles ficam: “onde foi isso?” E foi aqui em Barbalha, mas as pessoas desconhecem.

Ana Paula: A expressão do bando sempre é lembrada como os Marcelinos, mas houve outros cangaceiros que não eram da família. Qual a expressão desses outros cangaceiros no bando?

Senhor Francisco:O bando eram eles três: Bom Devera, João 22 e Lua Branca, os três Marcelinos. Os outros dos que morreram no fuzilamento, dois deles, se eu não me engano, eram Pedro e Joaquim Miranda. Achavam que eles eram os coiteiros do bando e o Manoel Toalha, esse era menor de idade, era pombo-correio, mensageiro, porque tinha Lua Branca, Pedro e Joaquim Gomes, aí tinha um Miranda.

Ana Paula:Seu Francisco, como o senhor analisa o ato do fuzilamento e a morte de João 22?

Senhor Francisco: Tem que se fazer certa análise do contexto como eles foram fuzilados. Porque teve esse cerco da polícia na serra do Araripe onde eles estavam. Se eu não me engano, já era natal e estavam carneando um boi, comemorando alguma coisa, que faziam as coisas depois iam comemorar. Aí estavam carneando lá uma reis e dizem até que tava tocando

a melindrosa, que era a marcha do carnaval da época e aquele negócio todo e veio Antônio Felix, que era um vaqueiro, e percebeu aquela festa. É tanto que ele saiu pé a pé, se escondeu lá e viu, quase ia sendo visto pelos cangaceiros, aí veio e avisou a polícia. João Felix era irmão dele, morreu cabo, não era soldado não e disse que um dos soldados que morreu no Alto do Leitão era irmão desse João Felix. Aí ele vem e avisa a polícia. Já vinham seguindo os passos dos Marcelinos. É tanto que chegou um período que a polícia de Pernambuco e a polícia do Ceará, a de Pernambuco pediu permissão a do Ceará para fazer esse cerco. Sei que a polícia chegou e abriu fogo contra os Marcelinos. Aí João é morto, recebe um tiro de misericórdia e tudo, ele é baleado e vomita até a comida que tinha ingerido e na hora dizem que ele pediu para que não fizessem aquilo, pediu por Nossa Senhora e tudo. Aí dizem que o cara falou: “quando você matou meu irmão, você não pediu por Nossa Senhora”. Aí deu um tiro de misericórdia no João e dizem que desceu aí nessa estrada, na serra, e o Lua Branca evadiu-se. Só que depois ele é achado, ele vai pedir água em uma casa lá, acho que baleado, e entregaram ele a polícia. Aí a polícia desce com esse pessoal para a cidade de Barbalha e ele ia depor, ia fazer seu depoimento, de forma que esse depoimento nunca que saiu. Gerou a expectativa que o bando dos Marcelinos já tinha sido pego, já tinha sido cercado e tudo e que o Lua Branca ia dar essa entrevista e não era *fake news* [risos]. Mas essa entrevista nunca saiu. Acho que nesse interrogatório iam descobrir muitas coisas, porque dizem que houve uma época que eles roubavam de um coronel e vendia para outro, uns iam ficando pobres e outros ricos por conta dessas ações deles. Então, nesse depoimento ele ia entregar muita gente. Quando foi no dia 05 de janeiro de 1928, tiraram esse pessoal com o pretexto de levarem para Fortaleza, mas não foram para Fortaleza, ficaram no Alto do Leitão e lá cada um, a mando do sargento Antônio, cada um cavou suas covas e fuzilavam, o que ia ficando vivo ia enterrando o outro, até que dizimaram todos os cinco. Então, nesse contexto dessa execução sumária, sem ser julgada, sem nada, à revelia da lei, ferindo até os direitos humanos e tudo. Nesse contexto, pela história, dá para ver que foi exatamente para encobrir o nome de muitos potentados, foi uma queima de arquivo a morte deles. No final da história, a conclusão que se tira é essa: por que não deram esse depoimento? Por que não chegaram a Fortaleza? E por que mataram? E se tinha muitos coronéis envolvidos por conta dessas ilicitudes de pegar os bens de uns e vender para outros. Quer dizer, o Estado ficou devendo essa explicação. Devendo essa explicação e indenização para os descendentes dos que morreram lá. Até hoje nada se explica, foi uma coisa muito injusta, foi um desrespeito total, fuzilados sem julgamento, revelia acima da lei, foi triste o episódio no Alto do Leitão. E João, que desceu aí como um animal, era uma maneira de mostrar, eu acredito, que com esse cortejo todo, essa reverência,

era mostrar que o revoltoso tinha aquele fim ali, era uma questão de poder, é tanto que a cadeia fica em frente à praça, prepotência em tudo!

Ana Paula: E o corpo de João 22, onde foi sepultado?

Senhor Francisco: Interessante você falar nessa questão do corpo. Quando mataram Bom Devera lá no Minador, depois de três dias a polícia veio, exumou o corpo e tocou fogo. Porque assim, ele tinha assaltado um compadre do coronel Chico Romão que era coronel de Salgueiro e ele vai com dois cangaceiros muito conhecidos lá. Procura Manel e diz: “rapaz, cadê o cavalo e o ouro?” Ai Manel disse: “o cavalo eu já mandei e o coronel disse que não tinha chegado lá não”. “Faça isso não, rapaz, meu compadre não é rico, devolva as coisas dele”. Aí ele desconversou lá, também não disse que entregava nem nada e o Chico Romão vai e eles estavam em festa também, quer dizer que a tendência era morrer em festa. Aí o coronel chega na festa com a volante e abre fogo contra esse pessoal, uns correram, acho que Ezequiel, um primo de Lampião, tava junto. Aí eles debandam na mata, Manel já tinha fugido, aí pensou: “rapaz, deixar tudo aquilo pra trás, ouro e tudo, eu vou voltar para pegar”, ainda insistiram para ele não voltar, mas não teve jeito. Aí quando ele volta os caras fuzilam ele e enterram o corpo, aí depois de três dias a polícia exumou o corpo, botou gasolina e toca fogo. E o corpo de João, respondendo à pergunta que você me fez, ninguém sabe onde foi enterrado, porque no Alto do Leitão não foi. Não tenho essa informação, é algo relevante para ser levantado, porque o Lua Branca a gente sabe onde foi enterrado, o Bom Devera foi queimado e aí? O João não se tem relatos de onde foi enterrado! Mais uma responsabilidade para o Estado, porque ele tava sob a proteção do Estado. Então foi uma coisa que o Estado ficou devendo explicar, mais uma coisa, na verdade.

Ana Paula: Seu Francisco, passados noventa anos dessa história, o senhor acha que existe algum trabalho de preservação por parte do município?

Senhor Francisco: Lamentavelmente não! Eu digo não porque o Pró-Memória foi quem enfrentou tudo isso aí! O resgate dessa história com o monumento e tudo e deve estar com uns três anos ou mais que eu fui lá e no lugar que podia ser preservado a história, hoje tá havendo uma compressão urbana, as casas estão indo pra lá e tudo que a gente deixou de pé, o alpendre e tudo, já dessa vez que fui com Rodrigo fazer a reportagem para a Verdes Mares daqui do Ceará [rede de televisão local afiliada a rede globo], já não tinha mais. Já tava tudo no mato parecido com a originalidade quando encontramos da primeira vez que fomos, as cruces já não estavam preservadas, nem a madeira, as telhas foram todas retiradas e levadas. E assim, na cidade não tem nada que lembre o bando, até hoje a história é estranha na cidade! Teve esse documentário de Rodrigo, esse cordel, os dois livros, mas na cidade mesmo, nem por

conta do poder público, nem por outro órgão, a não ser essa iniciativa do Pró-Memória, fora isso, eu não conheço algo que preserve essa memória, o que é lamentável!

Ana Paula: Seria importante que houvesse uma preservação da história?

Senhor Francisco: Acredito que seria importante, não para fazer apologia à criminalidade, mas para mostrar que aconteceu isso em certa época da história. Assim, a gente às vezes tem muita vontade de soerguer um monumento, uma coisa assim. Mas assim, a gente tem o poder de articulação, de falar e tudo, mas quando chega à legalização do terreno, questão de dinheiro, aí já emperra. A gente tem a voz, mas não tem o que realmente constrói, a parte física e também é preciso retomar esse debate para sensibilizar as pessoas e talvez seja possível se repetir aquela mesma atividade que a gente fez no passado. E se tem a intenção de fazer de novo é preciso pensar outros mecanismos de preservação, vigilância, manutenção. Isso eu acredito que alguma instituição do Estado ou do município podia fazer. Houve promessas, várias instituições diziam que ia fazer isso, mas acabou naquele entusiasmo de momento. Porque no dia que a gente foi inaugurar o monumento foi um dia de festa, com cantadora de excelência, reisado, penitentes, pessoal da comunidade, instituição, URCA [Universidade Regional do Cariri], Jornal do Cariri, mas ficou ali mesmo. Você sabe que nas primeiras incursões que a gente fez pra lá era na mata e o lugar era meio místico, ainda trazia aquelas imagens. Tinha o corredorzinho, o pé de caju onde eles ficavam, era um cenário que você reportava pela história com aquela imagem, você se colava na história. Mas hoje já passou uma estrada, tá descaracterizado. O Carl Marx, ele é de Serra Talhada, que faz a memória lá de Lampião, ele fez um depoimento interessante, ele disse: “olha, a gente vai para Angicos e diz Lampião morreu aqui! Mas, na sensibilidade da gente, ainda tem aquela dúvida: será que foi aqui? Mas aqui nos Marcelinos a gente tem quase certeza que foi aqui, porque tem vestígios, tem cruzeiros, tem muitos relatos. Tem seu Antônio Cassiano vivo [seu Antônio Cassiano era filho de Manoel Toalha que, na época, em 2008, ainda estava vivo], seu Zé Miguel ali, eles têm muito que dizer”. Nessa época do Seminário a gente até pensava que ia ficar organizado, mas é uma história que quem se interessa por isso, né?! Se o poder público tem interesse de resgatar isso aí? Se for analisar a questão da classe social, de questão de conjuntura, a gente vive num capitalismo tão cheio de valores econômicos, se alguém tem o interesse de preservar já é pensando em outra vertente. O espaço reflete a dominação!

APÊNDICE F
ENTREVISTA CONCEDIDA PELA SENHORA MARIA CELENE, EM 22 DE
OUTUBRO DE 2018, EM BARBALHA-CE

Entrevistada: Sra. Maria Celene Sá de Queiroz tem 72 anos, é natural de Barbalha e cursou o ensino superior.

Entrevistadora: Ana Paula Rodrigues da Costa.

Ana Paula: Qual é o conhecimento da senhora em relação ao movimento do cangaço?

Dona Celene: Eu tenho minhas memórias, muitas memórias, porque minha mãe me contava. Tudo o que eu sei foi minha mãe quem contou, nada eu vivenciei. Eu gosto muito dessas coisas, me interessei pelas guerras mundiais, por isso que fui cursar História, porque eu tinha um interesse muito grande. Minha mãe me contava que meu pai foi chamado para a guerra, ela namorava com ele. Olha, disse que foi um dia de juízo na Barbalha, sempre ouvi falar nisso, que foi um dia de juízo, quando ele foi chamado para a guerra, Segunda Guerra Mundial. Foi chamado ele e outro, saíram daqui de trem para Fortaleza. Oxente, quando meu pai e os outros chegaram à Fortaleza, a guerra tinha acabado. Sei que, dessa notícia, essa Barbalha virou um carnaval. Isso ficou marcado de tanto minha mãe falar: olha, se ele tivesse indo para a guerra, acho que ele tinha morrido, eu não tinha me casado e vocês nem tinham nascido. Minha mãe era de uma sabedoria tão grande, era sábia, pequeninha assim como nós duas, linda, estudou só até a quinta série, teve que sair da escola para dar oportunidade das irmãs mais novas estudarem, porque minha avó teve quatorze filhos, morreram sete, criou sete. Minha mãe, como era mais velha, tinha que ajudar vovó, então não estudou muito, mas era inteligente demais, me falava sobre as guerras, principalmente a Segunda Guerra, porque meu pai foi chamado. Foi a mesma coisa com a história dos Marcelinos. Elas moravam aqui nessa casa, que era da minha bisavó – tudo que minha mãe me passou, ela aprendeu com minha bisavó, vovó Maria. As histórias do cangaço eu não tenho muita fundamentação em livros, porque eu tinha dentro de casa uma pessoa que viu tudo ao vivo e a cores e me contava. Começou quando ela me contava de Lampião. Minha mãe nasceu em 1918 e, em 1926, quando Lampião veio a Juazeiro receber a patente de capitão para combater a Coluna Prestes, chamaram ele para Juazeiro, para receber essa carta de capitão, para poder voltar para a caatinga, para o pesado mesmo do sertão, porque Carlos Prestes estava vindo conquistar o povo para o comunismo. Então, Lampião veio e se arranjou aqui em Barbalha, bem ali naquela praça [praça Filgueira Sampaio], minha mãe contava que ali tinham uns três ou quatro pés de tamarindo, uns tamarineiros muito frondosos, que ali era onde todo mundo que

tinha animal, amarrava os animais. Então, foi ali que ele se arranchou e minha mãe morava pertinho de lá, muito próximo dos pés de tamarineiro e era acostumada a brincar, aí nesse dia ela pegou a irmãzinha menor e fugiu de casa. Quando disseram: Lampião tá na Barbalha, as casas fecharam todas, em pleno dia, tudo fechado, todo mundo com medo e ela fugiu levando a irmãzinha pequena e teve lá, junto com os cangaceiros, escutou as conversas deles, esqueceu do tempo, quando chegou em casa foi uma surra, minha avó deu uma surra. Você já pensou: essas duas crianças no meio dos cangaceiros de Lampião, com tudo que contavam deles? Eu sei que ela disse que apanhou dela que era a maior ao menor, minha avó enrolou tudo na briga, aí depois que bateu em todos, ela deu uma agonia, pelo medo, o pavor, mas minha mãe disse que ele não mexeu com ninguém, porque o respeito era por Padre Cícero. Ele deixou todos os cangaceiros aqui e foi ter uma audiência com o Padre Cícero e minha mãe lembrava até como eram as carabinas [armas], como eles organizavam, tudo enfileirada e eles ficaram aqui, aqui foi o lugar tenente, porque Lampião foi para Juazeiro e os cangaceiros ficaram todos aqui. Ainda tentaram fazer umas besteiras, malinaram, mas quando ele chegou e soube, obrigou os cangaceiros a devolverem, não deram sequer um prejuízo à Barbalha. Bem na esquina da praça tinha uma pensão, os grandes almoçaram lá e os outros devem ter feito comida porque eles andavam com tudo, né? Sei que Lampião teve por aí, demorou e minha mãe viu ele de perto, ouviu ele conversando, e ela dizia: “minha filha, eu achei ele feio, os dedos cheios de anéis, o chapéu chega brilhava”. Disse que o povo da Barbalha pediu esmola, ele deu pataca a num sei quantas pessoas. Disse que o povo chegava e dizia: capitão, me dê uma esmola e ele era só entregando ao povo, minha mãe viu isso tudo com oito anos de idade, quando ela bem quis e entendeu foi que pegou na mão da irmãzinha e voltou para casa. Quando chegou em casa, couro, porque minha avó estava em tempo de morrer sem saber notícias, porque num tinha ninguém que tivesse coragem de sair na rua e essas meninas soltas no meio dos cangaceiros. Se fosse eu, eu tinha feito do mesmo jeito [risos]. Aí ela disse que depois de um tempo que eles estavam por aqui, foram se chegando outras pessoas e conversando com eles; tinham umas três moças aqui, uma delas era até irmã da minha avó, tia dela, e mais duas, uma casada e duas solteiras, não sei como, essas três moças tiveram lá e conversaram com Lampião, conversaram mesmo, bateram um papo – nessa época, ainda não existia mulher no cangaço e disseram que, quando eles foram embora, uns três dias depois, correu um boato na Barbalha que Lampião vinha buscar todas três, que tinha sido as três mulheres mais bonitas que ele já tinha visto (e eram realmente mulheres muito bonitas) e que ele vinha buscá-las. Oxe, tiraram todas três de Barbalha, anoiteceram e não amanheceram. Passou bem uma semana depois, lá vem outro boato: que Lampião tinha sabido, não tinha

gostado e que vinha invadir a Barbalha. Ai meu Deus, aí a tragédia foi grande, o povo fugindo, correndo, fechando as casas, enterrando os dinheiros. Olhe, disse que foi uma loucura, uma loucura e Lampião nunca que apareceu, acho que ele nunca falou nada dessas moças, foi boato do povo, como é que chama hoje? É *fake news*, naquele tempo já tinha isso. Então, tudo que sei aprendi com minha mãe e ela dizia muito, que a pobreza tinha mais medo da polícia do que de Lampião. Porque com gente pobre ele não mexia; agora, se traísse ele, já sabia, fosse quem fosse, podia ser rico ou pobre, traísse a confiança dele, podia se considerar morto. Ela dizia: “minha filha, eu fecho meus olhos [Dona Celene colocou suas mãos sobre os olhos demonstrando como sua mãe fazia] e vejo Lampião com aquele olho baixo, muito feio, um povo muito sujo, os cabelos tão feios”.

Ana Paula: E com relação ao Bando dos Marcelinos, o que a senhora tem conhecimento?

Dona Celene: Pronto, agora eu entro na história dos Marcelinos como minha mãe contava. Eles tinham uns familiares aqui no Caldas e ficavam do Caldas para Pernambuco e, volta e meia, eles se juntavam a Lampião – parece que vinha um emissário, qualquer coisa eles sabiam e iam. Foi daí que começaram a fazer muita besteira, mandar bilhete, exigir “ou você me manda tal quantia ou seus animais amanhecem mortos”, “ou você me manda ou sua roça amanhece queimando, incendiada”, quer dizer, eles ficavam nesse jogo, a mesma coisa que Lampião fazia quando ele queria/precisava de dinheiro, de alguma coisa, ele mandava esses bilhetes.

Ana Paula: Esses bilhetes eram destinados a quem?

Dona Celene: Eram para quem tinha condições financeiras, porque para os pobres eles faziam era doar, agora, era um doar que eles queriam alguma coisa em troca, que era a confiança, a segurança, não denunciarem, ocultar, esconder, a troca que eles queriam dessas pessoas mais simples era a segurança que eles tinham quando chegassem nessas comunidades de gente mais pobre, mas, quando ele sabia que um o traía, matava. Uma vez ele matou um senhor na vista da família todinha, o negócio era assim: olho por olho, dente por dente e isso tudo os Marcelinos aprenderam. Primeiro foi o mais velho quem começou nessas andanças e deu com eles, aí tinha aquele teste, para saber se o cabra tinha capacidade de ser um bom cangaceiro, aí fizeram o teste com ele, com armas, tiro ao alvo e ele passou bem e quem botou o nome dele foi o próprio Lampião – Bom Deveras, cabra, você é bom de vera” e por aí ficou. Lampião seguiu para Pernambuco e ele ficou, formou o bando com um monte de menino de menor e esses meninos fizeram o diabo na Barbalha. Eles assaltaram ali, você conhece onde fica o Pau da Bandeira, né? Aquele prédio bonito ali era a residência do coronel Antônio Xavier e seu Antônio Xavier tinha denunciado eles, ou tinha negado propina, uma coisa assim, sei que eles

estavam com uma raiva grande de Antônio Xavier, aí quando foi uma noite, era a renovação, a casa toda iluminada com aqueles candeeiros, lamparinas e a sanfona troando, a festa maior do mundo, não tinha luz elétrica na época, ali era muito esquisito, só tinha a Matriz [igreja] e umas casinhas reservadas e eles chegaram bem quietinhos, quer dizer, uma coisa boa para um ataque, porque eles estavam no escuro e a casa iluminada. Eu sei que o sanfoneiro tocando a festa maior do mundo, quando deram conta, já foi no tiroteio, a primeira bala foi direto na sanfona e já matou o sanfoneiro, mas eles queriam era matar o dono da casa, a sorte é porque tinha um espelho na parede e ele tava sentado em frente ao espelho, quando eles viram a imagem no espelho, acharam que era o coronel – você sabe que as luzes naquela época não eram como hoje, eram no candeeiro –, aí eles acharam que a imagem no espelho era a imagem real do coronel, aí atiraram no espelho, mas aí num era o coronel propriamente, quebrou o espelho e todo mundo alardeou e o pobre do sanfoneiro, o tocador foi quem sofreu. Eu sei que foi um tiroteio danado e minha mãe contava que, naquela época, a cidade pequena, às escuras, todo mundo vivia com medo, aí quando escutava um tiro, os homens da cidade já ficavam todos de sobreaviso, aí simplesmente já sabiam e se reuniam, trancavam a família toda em casa, deitavam todos no pé da parede e os homens saiam para defender os amigos, o que acontecesse uns corriam para acudir os outros, que policial era um pingo. Quando tinha uma coisa dessas, já era tudo combinado, perceberam que os tiros vinham da rua da Matriz e foram se chegando, se chegando e a bala cantando de esmola. Agora, seu Antônio Xavier tinha as armas dele, tinha gente que trabalhava para ele, agora ele tava em desvantagem, porque ele tava no claro e eles no escuro, da residência só se via o vermelho da bala, ao passo que estava à confusão maior do mundo, quando os homens de Barbalha chegaram por trás, quer dizer que eles ficaram entre dois fogos, da casa e do pessoal que foi chegando para ajudar, aí cuidaram de correr e tudo, mas ainda deixaram essa morte, mas ia ser uma bagaceira, viu, porque seu Antônio Xavier com a família estava em desvantagem, mas antigamente existia amizade sincera, pessoas que se arriscavam até morrer para acudir um amigo, para salvar uma pessoa da comunidade que estava em perigo. Os Marcelinos fizeram muita bandalheira aqui, mandavam recados, mandavam pedir dinheiro, extorquiam, eles fizeram medo a muita gente na Barbalha.

Ana Paula: Os Marcelinos atuavam como o bando de Lampião ou tinham alguma distinção?

Dona Celene: Mesmo estilo, chantagem, eles diziam: “estamos precisando de tanto”, aí você dizia: “pois eu não tenho”. A resposta deles era: “pois é, amanhã seus animais amanhecerão mortos, sua roça vai amanhecer incendiada, vamos atacar sua casa, vamos matar fulano de tal e faziam mesmo, porque os cabras eram ruins, se acostumaram, achavam aquilo bonito e era

assim que Lampião fazia, só que Lampião fazia com mais classe. Lampião era um líder, um líder nato, entendeu? Porque ninguém sabe se ele era assim por conta do que ele passou ou se era porque ele realmente tinha índole para aquilo, agora que ele era um líder, estrategista de primeira categoria, um líder, ele dominava aquele grupo, dava as ordens, o povo todo tinha medo dele, mas ele era sanguinário, cortasse o pensamento dele, traísse, fizesse alguma coisa errada, ele não tinha pena, podia ser o pai dele, ele acabava com a vida. O Bom Devera andou muito tempo com ele, é tanto que Bom Devera morreu em um dos combates de Lampião em Pernambuco, extrema aqui com o Ceará, tiroteio maior do mundo e ele foi pego de surpresa e correu tudo, porque eles faziam assim, quando tinha um tiroteio que eles se sentiam prejudicados, eles corriam, ninguém esperava por ninguém, ninguém olhava nem para trás, era cada um por si e Deus por todos, então eles tinham encontro marcado, aí eles iam para aquele ponto marcado e iam chegando, chegando, se faltasse um, aí já sabiam que tinha morrido. Aí o Bom Devera faltou, num chegou de jeito nenhum, aí eles arrumaram as trouxas e partiram, eles tinham aquele canto para esperar, era marcado, certo, independente do que acontecesse eles se encontravam naquele ponto, se não chegasse eles iam embora, tudo era muito bem estratégico, tudo. Nesse dia, Bom Devera não chegou. Como ninguém sabia de nada, acharam Bom Devera casualmente, ele morreu acorado. Quando acharam ele, o corpo já estava em estado de putrefação. Morreu na caatinga, ali mesmo recebeu um tiro e ficou, e ninguém esperava não, eles eram assim, num iam atrás de ninguém não, se morreu, morreu, acabou, arranjava outro lá na frente. É tanto que Rafael [produtor do documentário *Cangaço em Barbalha: o bando dos Marcelinos*] procurou o túmulo de Bom Devera em Serrita [município de Pernambuco], aí tem um senhor lá que disse que sabia onde ele tá enterrado. Ele não teve direito de ser enterrado dentro do cemitério, parece que enterrou ele dentro do mato mesmo, talvez até no canto que acharam ele. Mas tem gente lá que sabe onde é o túmulo dele, não teve nem direito de ser enterrado no cemitério.

Ana Paula:Depois desse combate, o que aconteceu com restante do bando?

Dona Celene:O restante veio para cá fazer bandalheira, mas como o bando não era muito organizado e eles não tiveram condição de arrumar muita gente, o bando só eram eles três [Bom Devera, João 22 e Lua Branca] e me parece que mais quatro ou cinco rapazinhos, tudo novinho que, na verdade, só mandavam os recados, quer dizer, era um bando realmente muito fraco. Quando Bom Devera morreu no combate em Pernambuco, quem assumiu o comando foi o irmão, o segundo que era chamado de João 22. Disse que esse João 22 queria ser mais ainda que Lampião, aí começou a pintar e bordar, fazer coisas erradas demais, avançar demais, ir além do que realmente podia, aí eu sei que começaram a exagerar e começou a

incomodar muito os coronéis, começou a querer denunciar, a mandar ameaças, entendeu? Porque eles sabiam muita coisa, por causa de Lampião, porque tinha muitos coronéis que bancavam, mas muitos bancavam com medo de morrer, oxente, tinha que ajudar com dinheiro para pelo menos salvar a pele deles e da família, era um trato de proteção, é como acontece hoje, num tem muito isso nas favelas, as facções que dizem: “eu pastoro sua loja e você me dá tanto, ninguém vai mexer aqui, mas você tem que me pagar”. Quer dizer, era muito parecido, eu ofereço meu apoio, minha proteção, mas você tem que me dar todo mês ou então me dê isso, me dê um cavalo e era assim. Quando o cabra não dava, eles cobravam. Exatamente essa confusão, esse assalto à casa de seu Antônio Xavier, parece que foi isso, eles mandaram pedir e seu Antônio Xavier disse que num dava nada a eles, que eles fossem trabalhar, aí eles guardaram, guardaram e, nesse dia, acharam propício, eles tinham também aqueles informantes, sabiam de tudo, certamente eles souberam que nessa noite ia ter essa festa e que o negócio tava bom, mas aí os homens da Barbalha correram e colocaram eles num fogo cruzado, aí não puderam e abriram, correram. Eu sei que com o Bom Devera morto, eles começaram a pintar e bordar e tem mais, se confiando, disse que ficavam na beira da estrada do caminho de Jardim, na folia maior do mundo lá, bebendo, comendo, dançando e andavam sempre por aqui, quando eles queriam alguma coisa. Ali no Parque Ecológico [Geossítio Riacho do Meio] tem a Pedra do Morcego, você conhece?

Ana Paula: Sim, conheço, já estive várias vezes no local.

Dona Celene: Pronto, eles se escondiam muito por lá. Tem uns rapazes que eu conheço, eles são nativos de lá, eles diziam que a avó deles tinha uma vendinha, aí eles iam, se escondiam nessa pedra e começavam a bater [Dona Celene, tenta reproduzir o barulho, batendo com a mão em um copo plástico e emitiu um som com a voz], quando ela ouvia o barulho das latas batendo, ela já sabia que eram eles precisando de alguma coisa. O que eles pediam: açúcar, café, cigarro, essas coisas, aí ela fazia uma feira boa, aí de noite, de madrugada, levava, chegava, eles estavam lá esperando, tudo no escuro, aquele foguinho baixo, mas naquela pedra você se esconde que ninguém vê ninguém. Eles se escondiam muito ali, hoje é aberto, mas antigamente num era, pois eles descobriram a Pedra do Morcego, muito boa para dormir, até para passar chuva. Esses rapazes disseram que avó deles levou muito para os Marcelinos: café, sabão, cigarro, essas coisas básicas e que eles pagavam tudo direitinho. Mas eles exageraram muito, aí os coronéis acionaram a polícia e, quando eles menos esperavam, tranquilos na beira de estrada, achando que estavam abafando, povo novo demais, aí a polícia chegou, foi um tiroteio danado e trouxeram João 22 morto. Nessa parte da história, minha mãe é minha principal referência porque acompanhou tudo o que vou falar agora, ninguém

contou, ela acompanhou, aqui ela já era mais velhinha do que quando Lampião passou por aqui. Minha bisavó morava aqui, nessa mesma casa que nós estamos, minha mãe era muito ligada à avó dela, garotinha e tudo, aí minha bisavó disse: “vamos, minha filha, olhar os cangaceiros que mataram”, pegou na mãozinha dela e desceram, ficaram em frente ao prédio da Escola de Saberes [antigo prédio de Câmara e Cadeia] e disse que tava assim [Dona Celene faz um sinal com as mãos fechadas para indicar que o local onde estavam os cangaceiros estava lotado de gente], disse que a cidade parecia um carnaval, o povo pulando, dançando quando a polícia chegou. Minha mãe disse que a calçada do prédio era alta, a altura daquela janela que tem hoje, pois era a altura da calçada, aí tinham as duas calçadas e os batentes que subiam, aquele batente que tem na entrada hoje, ele era mais para cá também, foi na década de trinta [1930] que rebaixaram a calçada para a urbanização da rua, mas a calçada era bastante alta. Minha mãe dizia que foi uma cena chocante quando viu aquele cabra com as mãos e os pés amarrados em um pau dependurado, parecendo um porco, ela fechava os olhos [Dona Celene colocou as mãos nos olhos para exemplificar como sua mãe fazia para lembrar essa cena] e dizia que estava vendo aquela mesma cena, um cabelo loiro, bem loiro, muito cabelo loiro, ensanguentado arrastando pelo chão, aí disse que, quando chegaram, subiram, e quando chegaram em cima da calçada, aí com a faca cortaram as cordas, aí calcularam mal, minha filha, quando cortaram essa corda, o corpo caiu lá embaixo. Ela dizia assim: “minha filha, eu fecho os olhos e escuto aquela pancada fofa, aquele homem morto cheio de sangue, com aquele cabelo loiro arrepiado, caindo lá embaixo”. São coisas que ficam de criança, né?

Ana Paula: A senhora sabe onde foi enterrado o corpo de João 22?

Dona Celene: Minha filha, essa é uma coisa que ninguém sabe. Ninguém sabe onde João 22 foi enterrado. Aí pronto, os outros ficaram presos, passaram uns dias na cadeia. O terceiro e último, o apelido dele era Lua Branca, porque ele era bem miudinho, bem magrinho, bem branquinho, branco que chega dava agonia, por isso que ficou com o apelido de Lua Branca. Aí tava preso ele e os coitados dos meninos velhos, tudo de menor que acompanhavam eles, achavam bonito, do jeito que eles acharam Lampião bonito, esses cabras também acharam eles, quer dizer, se não tivesse acontecido tão rápido aquilo, porque eles aprenderam a cortar o mal pela raiz, talvez fosse ser outro bando de Lampião. Sei que eles foram presos e, um dia, de madrugada, quando foram retirados da cadeia, tem uma foto, e eu tenho essa foto, só não sei onde está, nessa foto o Lua Branca está com uma tipóia no braço porque tinha sido ferido. A foto é na calçada da antiga cadeia, você sabe, aquele prédio foi construído por Dom Pedro II por volta de 1878, na grande seca que houve. A construção do prédio foi uma frente de

serviço na grande seca, quem construiu foram os flagelados da seca. Esse prédio foi construído para ser a casa de câmara e cadeia, funcionava a câmara em cima e a cadeia embaixo. Na década de 1930, na Revolução de 30, passou por uma reforma, colocaram as escadas pelo lado de fora, rebaixaram a calçada, embelezaram mais. Eu tenho uma foto antes da reforma, vou procurar para lhe passar [com a fotografia da antiga cadeia em mãos, dona Celene se lembrou da outra fotografia que já havia me falado, consta ser a única fotografia do bando dos Marcelinos quando chegaram à cadeia com os cinco cangaceiros antes de serem fuzilados. Dona Celene também relembrou que sua mãe havia lhe contado sua exata localização com sua bisavó em 1928 quando foram acompanhar a chegada do cangaceiro João 22]. Olhe, Ana Paula, mãezinha disse que estava exatamente aqui nessa esquina [aponta para a fotografia]. Aqui onde hoje é o Cartório. Ela disse que subiram as escadas com o João igual um porco amarrado em um pau, ficaram na ponta da calçada e cortaram a corda e ele caiu no chão. Foi uma queda danada, olha a altura dessa calçada, mulher! Sim, e o destino dos outros. Bom, retiraram eles da cadeia para o Crato, para irem para Fortaleza porque iam ficar presos lá, isso foi logo quando inauguraram o jornal *O Povo* lá em Fortaleza. E esse jornal foi organizado por um dos maiores jornalistas do Ceará: Demócrito Rocha. E ele estava lá esperando para fazer uma senhora entrevista! Eles iam soltar muita coisa, viu! Eles iam denunciar muita gente! Gente que ajudava Lampião e ajudava eles também, para se livrarem de morrer ou mais alguma coisa que ninguém sabe. Sei que aqui tinham uns senhores ricos que tinham umas ligações esquisitas, silenciosas, misteriosas, mas tinham. Então Demócrito Rocha estava esperando eles chegarem a Fortaleza para fazer uma entrevista para colocar o furo de reportagem. Aí eu sei que levaram eles por dentro, que, nesse tempo, não tinha estrada, chamava estrada da feira, era a estrada que tinha para o Crato, só tinha aquela. Quando chegaram num localzinho que eles acharam que tava legal, sei que cada um cavou sua cova, com o quê eu não sei, porque a história não conta como foi isso, se levavam alguma coisa, se cavaram com as mãos, com uma faca, ninguém sabe, ou será que a polícia já ia preparada? Sei que lá é um chão duro, muito duro, cavaram cinco buracos, quando eles disseram que já dava. Quem contou isso foi o sargento, contou com detalhes, quando acabou, ele disse: “ninguém vai para Fortaleza não, vão ficar é aqui mesmo, cada buraco que tem aí é a cova de cada um!” Disse que nenhum afrouxou, tudo macho, tudo rapaz novo, tudo de menor. Aí, minha filhinha, sei que só quem afrouxou foi Lua Branca, botou até a mãe pelo meio. Sei que era só um tiro certo e o que estava do lado enterrava. Quando saíram de lá, as covas ficaram tudo lacradinha e Demócrito Rocha ficou esperando eles chegarem a Fortaleza. Acho que espera até hoje no céu, ele deve ter feito a entrevista lá no céu, porque eles não

chegaram. O que se considera hoje, o que a história conta, é que foi uma queima de arquivo, aí pronto, depois disso fechou-se o mundo, ninguém falava mais nada, nem os familiares.

Ana Paula: Por qual motivo não se falava desse assunto?

Dona Celene: Quando seu Cassiano era vivo, eu conversava muito com ele. Ele era filho de Manoel Toalha. Ele dizia que, pouca gente, praticamente ninguém, falava sobre o assunto. Disse que, quando veio saber dessa história, já era grande. Aí eu perguntei para ele se era por que as pessoas tinham medo de falar dessa história e ele respondeu dizendo: “eu num sei, minha filha, se era, só sei que ninguém dizia nada”. Então, eles deviam com certeza ter medo de acontecer alguma coisa com os descendentes, mesmo depois do acontecido o povo tinha medo de falar e sofrer alguma coisa, a família tinha medo que, depois de tudo, ainda acontecesse alguma coisa com os descendentes, porque o que aconteceu foi uma queima de arquivo e o mundo se fechou!

Ana Paula: Como retomaram a história do bando?

Dona Celene: Assim, passou, passou e, quando Josafá Magalhães, em saudosa memória, Josa escacaviava⁶⁴ tudo dentro dessa Barbalha e me botava no meio de tudo. Com essa história dos Marcelinos, ele andou conversando com os nativos da comunidade, também já conhecia a história do bando e foi atrás. Mulher, da primeira vez que eu fui acolá no Alto do Leitão, fomos eu, Dr. Napoleão, Josafá, dentro do mato, nas grotas, aquele mato que corta, e eu disse: “Josa, como é que tu faz uma coisa dessas, trazer nós para essa buraqueira toda?” Sei, minha filha, que na época resgatamos a história, a Secretaria de Educação da época se envolveu, teve patrocínio e a gente resgatou, fizemos como um galpão. Quando chegamos lá, tinham umas cruces de madeira, mas tava tudo quebrada e uma cruz desse tamanho [grande] de cimento, aí fomos olhar o que era e seu Zé Miguel, que mora lá, disse que a cruz tinha sido doada por Terezinha Coelho [falecida] que tinha feito uma promessa. Ela tava com problemas muito sérios nos rins. Ela morava em Fortaleza e fez uma promessa com eles: se ela não morresse e conseguisse se salvar da cirurgia, acho que deveria ser um transplante, se ela conseguisse se salvar, ela mandaria celebrar uma missa e colocaria no cemitério uma cruz de verdade e, quando chegamos lá, tava a cruz. Ainda hoje ela tá lá do mesmo jeito, uma cruz de cimento, revestida. Agora, as outras estavam quebradas e nós juntamos tudo, limpamos o local, fizemos um reservatório de cimento com vidros nas laterais, colocamos tudo o que encontramos dentro, tudo que pudesse relembrar a história. Ficou lindo, celebramos uma missa, levamos os penitentes, foi lindo, lindo, lindo! Puxamos um socorro de longe para

⁶⁴ Adjetivo conferido para uma pessoa curiosa, que busca informação sobre qualquer assunto.

acender uma luz, um padre do Crato, que gosta muito dessas coisas, celebrou uma missa, muito bonita! Mulher, essa missa foi a coisa mais linda do mundo. O pessoal todo ali do trecho compareceu, Mata dos Limas, Mata dos Dudas, Santa Rosa, Barro Vermelho, do próprio Alto do Leitão, muita gente, ficou lindo, lindo! Ali era para qualquer faculdade fazer trabalho, tinha uma coberta, dava para sentar, fazer estudo. Mas, quando foi um dia, recebemos um recado, “num” tem o Mutirão [bairro da cidade de Juazeiro do Norte] lá perto? Quebraram tudo, carregaram as telhas, carregaram a madeira, sem precisão nenhuma quebraram o vidro, num carregaram nada porque não tinha nada dentro, só tinha resto de prego e madeira, só por maldade mesmo, e ainda deixaram um recado: “diga ao povo de Barbalha que se tiverem achando ruim, as coisas estão lá no Mutirão da vida no Juazeiro”. Aí pronto, ainda hoje tá lá.

Ana Paula: Tinha alguma instituição à frente desse resgate ou eram apenas as pessoas que a senhora mencionou?

Dona Celene: Aconteceu assim: um dia fui com Josafá na casa de um senhor que era dono da terra lá onde fica o cemitério. Quando eu cheguei, casualmente, eu conhecia esse senhor, que tinha sido feitor da minha avó muito tempo, ele se lembrou de mim, conversamos um monte e ele deu o terreno à gente. Você já ouviu falar no Centro Pró-Memória de Barbalha? Esse Centro Pró-Memória só existia na cabeça de Josa, acoitado por Dr. Napoleão que fazia tudo o que Josa dizia e queria, aí pronto, Josa entendeu de fazer esse Centro Pró-Memória e Dr. Napoleão ajudava só em conversa, em conversa e nunca registrou nada. Eu escutei quando seu Dantas disse: “o terreno é do Centro Pró-Memória”. Você sabe que a vida da gente vai passando, passando e se a gente vai adiando as coisas, acaba por nunca fazer. Porque o que ele queria era salvar aquele pedaço ali, mas a coisa não ficou bem dita e seu Dantas morreu, Josa morreu e ficou esse negócio, nada registrado, nada feito. Aí Josier, nesse tempo, acho que fazia mestrado na Paraíba e nós, com essa história desse Pró-Memória, fomos conversando sobre organizar e manter, mas nunca a gente conseguiu efetivar a medida da terra, nada, nada, porque nunca deu certo. Aí se tem o medo de perder tudo, porque ali já tá se urbanizando, na nova divisão do IBGE algumas áreas de Barbalha passaram para o Juazeiro e a comunidade é ali muito próxima de Juazeiro, o Mutirão já está do lado, se não fizermos algo, daqui a pouco se perde.

Ana Paula: Atualmente, como se encontra esse resgate, ainda tem alguma manifestação?

Dona Celene: Algumas pessoas faleceram, outras se afastaram e muita coisa foi ficando para trás. Ninguém organizou mais o local do cemitério, não teve outras manifestações, aí ficou tudo parado. Ninguém foi mais procurar saber sobre a doação do terreno que só ficou na

palavra, ninguém assinou nada, é preciso ver muita coisa para retomar o trabalho de resgate que tinha antes. Quem fez muito por essa história foi Josafá Magalhães em saudososa memória, muito meu amigo, era muito querido, mexia com toda história que envolvesse Barbalha. Depois da morte dele, as coisas ficaram paradas. Agora, me parece que tem um vereador que é da comunidade que está querendo mexer nessa história novamente. Ali deveria ser tombado pelo município para desenvolver um trabalho de resgate e preservação daquele local e da história do bando. Seria maravilhoso se tivesse um local preparado para visitação, um local para que estudantes, pesquisadores pudessem se acomodar para estudar, se tivesse um local preparado para receber visitação. Seria muito bonito se isso acontecesse, seria um resgate da história de Barbalha! Eu particularmente me interesso muito por essas coisas, vamos torcer para acontecer!

APÊNDICE G**ENTREVISTA CONCEDIDA PELO SENHOR MIGUEL GONÇALVES DA SILVA,
10 DE NOVEMBRO DE 2018, EM BARBALHA-CE**

Entrevistado: Sr. Miguel Gonçalves da Silva tem 79 anos, é natural de Barbalha e cursou a 4ª série.

Entrevistadora: Ana Paula Rodrigues da Costa.

Ana Paula: O que o senhor conhece a respeito dos cangaceiros dos Marcelinos?

SenhorGonçalves: Eles eram pessoas valentes e também ele foi uma pessoa revoltada. Ele formou um grupo que chamava o grupo dos Marcelinos, a palavra do grupo era os Marcelinos e aí eles formaram aquele cangaço lá e tal. Ele era o comandante do grupo e todos obedeciam a ele. Ele era revoltado, se revoltou devido a um incidente que aconteceu com um da família dele e ele se revoltou contra a humanidade, vamos dizer assim. Chamavam ele de Bom Devera. Os nomes no cangaço eram tudo diferente, era Cabra Macho, era João 22, era Menino, era assim. Daí pra frente eu não sei muita coisa deles não, porque as pessoas não iam muito a frente com essas coisas, porque eles eram muito perigosos e as pessoas sabiam assim, por acaso, mas não podia se aprofundar não por causa que eles eram muito perigosos. As pessoas tinham medo de falar e eles fazerem alguma coisa. Mas ele não era ruim não, ele era uma pessoa revoltada. Mas ruim ele não era. Se alguém do bando errasse ele mesmo era quem corrigia. Ele executava a pessoa que errava. Ele era assim, ele não gostava de coisa errada. Ele se revoltou pelo que aconteceu com um da família dele. Aí ele se revoltou e formou esse cangaço.

Ana Paula: O senhor é filho de seu Jacinto?

SenhorGonçalves: Sou sim, sou filho dele.

Ana Paula: O pai do senhor costumava falar alguma coisa sobre os Marcelinos?

SenhorGonçalves: Assim, os Marcelinos começam na nossa família quando o meu pai casou com a mãe deles. Então meu pai era seu padastro. Com a mãe deles meu pai teve uma filha que nasceu com problemas degenerativos e veio a falecer. Então, na época, assume o papel de pai deles, eram todos adolescentes, sim, a filha do meu pai com a mãe deles chamava-se Raquel, e os meninos adolescentes, não sei todos os nomes de batismo, apenas apelido: um se chamava Manoel Marcelino, o outro se chamava João 22 e o outro Lua Branca. Então, eu ainda era pequeno naquela época e ele falava que tinha sido casado com uma mulher que tinha um filho que era do bando dos Marcelinos. Meu pai era padastro dos Marcelinos, que foram até cabra de Lampião. Meu pai dizia que a história deles começou numa que eles

estiveram na cidade de Jardim com policiais que quiseram desarmar um dos irmãos que andava com uma faca. Então ele se recusou a entregá-la. Então os policiais bateram nele e tomaram-lhe a faca. Então, a partir daí, eles juraram vingança. Dizem que primeiro foram procurar o cangaceiro Lampião, os três irmãos: Manoel Marcelino, João 22 e Lua Branca. Esses apelidos foram postos pelo Lampião, inclusive. Manoel Marcelino, Lampião colocou o apelido de Bom Devera, porque Lampião tinha uma rixa com um dos seus homens, mas ele temia esse cidadão. Então ele lançou um desafio aos seus homens: aquele que tivesse coragem de lutar com aquele sujeito ele dava carta branca no bando. Então, Manoel Marcelino aceitou o desafio e tiveram uma luta pesada. Ele ganhou e Lampião colocou este apelido de Bom Devera. Agora, não sei quanto tempo eles ficaram com o cangaceiro Lampião. Aí depois meu pai ficou viúvo da mãe dos Marcelinos e casou com minha mãe, no caso, eu sou da segunda família dele.

Ana Paula: O pai do senhor manteve relação com os Marcelinos depois que ficou viúvo?

Senhor Gonçalves: Assim, uma relação normal, não tinha nenhuma inimizade, eles se gostavam, se consideravam. É tanto que meu pai viajava muito pelas bandas do Sertão de Cajazeiras como tropeiro e, às vezes, eles viam aquela tropa de burros carregando carga e ali eles achavam que era sempre oportunidade para atacar. Aí o que era enteado do meu pai olhava assim e conhecia: “não, ali é meu padraço, não podemos atacar aquela pessoa”. Aí todo mundo ficava calmo, ia lá conversar com meu pai, mas não atacava não. Só perguntavam se ele levava água, se levava queijo, se levava farinha, era tudo aquilo, depois perguntavam como era que tava o movimento da polícia atrás deles, meu pai dizia: “não, tá tudo serenado, ninguém sabe de nada”. Aí eles agradeciam e pulavam no mato outra vez. Eles viviam era no mato, dormiam, tudo era no mato.

Ana Paula: Eles andavam por muitos lugares?

Senhor Gonçalves: Andavam. Essa Serra do Araripe eles andavam por tudo quanto era lugar, às vezes até desciam no Caldas pra beber água, pra pegar água no Caldas, eles desciam até lá. Lá no Riacho do Meio eles iam muito para a Pedra do Morcego. Lá na nascente, eles se escondiam lá, que a Pedra do Morcego é tipo uma casa. Eles se escondiam, passava chuva, porque naquela época fazia bastante frio, chovia muito. Eles também sabiam que meu pai morava no Riacho do Meio. Então eles chegavam à noite trazendo mantimentos e deixavam na casa do meu pai para que fizessem alguma coisa pra eles comerem e eles com medo da volante iam se esconder na Pedra do Morcego. Então, minha mãe preparava a comida deles e o meu pai ia levar. Tudo isso acontecia em total sigilo para que ninguém soubesse.

Ana Paula: O senhor conheceu a Pedra do Morcego por esse nome mesmo?

SenhorGonçalves: Sim, sempre teve esse nome. Outras pedras lá, antigamente, não tinham nome, mas a organização do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) colocou uns nomes que nem existiam antigamente. Mas a Pedra do Morcego sempre foi conhecida assim. Lá nas nascentes, eu até armava quixó [armadilha para capturar animais como preás, punaré, etc.] pra pegar os punaré. Eu criança e armava os quixó lá. Meu pai fazia roça ali perto da Pedra do Morcego. Aí quando eu tinha uma folguinha eu ia armar os quixó e depois ia ver se já tinha pegado os punaré. O punaré é um bichinho que parece um rato, mas ele é diferente do rato. O rato tem o pelo cinzento e o punaré tem o pelo amarelinho, diferente do rato. Aí nós armava para pegar os punaré, às vezes, pegava rato, mas nós jogava fora porque não podia comer. É uma história, é tanto que até me emociono em falar isso, porque eu relembro tudo da minha infância! Os morcegos também se abrigavam lá, fazia as caçadas, lá é um abrigo, né, parece uma casa. Por isso que os Marcelinos também ficavam lá, era seguro. Num sei se Lampião também ficou por lá mais eles, ali era só mata fechada, ninguém via ninguém.

Ana Paula: O senhor acha que tem diferença entre o bando dos Marcelinos e o de Lampião?

SenhorGonçalves: Tudo é a mesma coisa, tanto faz os Marcelinos ou Lampião, é tudo a mesma coisa. Eles eram pessoas revoltadas com a vida, com as coisas erradas, eram valentes, cabra macho mesmo como se diz! Tem tantas histórias de Lampião, ele é mais conhecido, né, era o rei. Tinha um cabra macho que era mais corajoso que os outros e tal. Aí ele se apresentou doente se arrastando de um pé assim, aí Lampião falou pra ele assim: “cabra macho, eu sinto muito, mas nós não podemos socorrer você. A única solução é te matar”. Aí o cabra macho pensou assim: “ele não volta atrás da palavra dele, eu já vou morrer mesmo”. Então fez o último pedido pra ele, falou bem assim: “Lampião, deixe pra me matar quando eu tiver dormindo”. Lampião aceitou. Aí quando ele tava dormindo, matou ele com um tiro e mandou os outros cabras cavarem um buraco redondo e enterrou ele de pé, dizendo que cabra macho se enterra de pé.

Ana Paula: Os cangaceiros sofriam muitas perseguições?

SenhorGonçalves: Perseguiam eles demais! Ora, perseguiam direto, porque eles faziam muitas coisas indevidas, né?! Lampião chegava nos bailes e mandava todo mundo tirar a roupa e dançar pelado, homem, mulher, onde já se viu uma coisa dessa! Aí tem umas coisas que acontecia quando estavam pelados que eu não posso falar pra você não. Mas o exército perseguia eles muito. Perseguiam tanto que deram fim com tudo, acabou com eles. Acabou assim, porque hoje já tem outros, diferentes, mas já tem, os tempos vão se modernizando e as coisas vão mudando e, seja por uma revolta ou por outras coisas, isso sempre vai existir. Na

televisão passa um tanto de gente assim. Antigamente era escondido, agora não, já é visível, antigamente não se tinha muita notícia, não tinha televisão, até radio era difícil. Olhe, a primeira televisão que teve aqui em Barbalha, ainda me lembro, o dono ligava virada pra rua, juntava era uma multidão de gente pra ver aquilo. Hoje se tem oito pessoas em uma casa, então tem oito televisão, uma pra cada pessoa.

Ana Paula: O senhor tem conhecimento de como se deu o fim do bando dos Marcelinos?

SenhorGonçalves:Então, eles andaram em vários locais fazendo saque. Quando resolveram voltar para prestar conta com os mandantes da confusão, tiveram uma grande batalha sangrenta e ganharam. Aí chegou o governo e mandou as forças especiais perseguir, então um deles foi se esconder em cima da Chapada do Araripe, o Lua Branca. Então, o batalhão do exército fez um cerco e pegaram ao entardecer. Desceram com um pau dependurado pelos braços e pernas amarrados, dizem que os outros foram levados para o Sítio Leitão e lá fizeram eles cavarem sua própria cova, sentar à beira e foi fuzilado até cair dentro. Bom Devera foi morto no Exu pelos jagunços de Chico Romão. Mas o fim mesmo quem deu foi o exército, fuzilou todo mundo.

Ana Paula:O senhor costuma falar sobre o cangaço?

SenhorGonçalves: A gente fala, né, mas é mais com brincadeira contando as aventuras. Geralmente os mais velhos conversam sobre essas coisas passadas e do cangaço todo mundo já ouviu falar, minha diferença é porque meu pai era padrao de cangaceiro [risos]. Mas quem falava mais era minha mãe que dizia que meu pai tinha sido casado no primeiro casamento com a mãe de uns cangaceiros. O povo fala, na maioria das vezes, como se isso tivesse sido uma brincadeira, uma história inventada, mas tudo isso foi verdade. O cangaço é uma história verdadeira. Ele existiu e é uma história que não vai se acabar nunca! Os cangaceiros que comandavam os bandos, igual Bom Devera e Lampião, eles eram muito inteligentes, inteligentíssimos! Olhe a esperteza de Lampião, quando eles precisavam andar em estrada que tinha mais terra fofa, ele mandava os cangaceiros calçar as alpercatas ao contrário, que era pra despistar a polícia pela direção errada, que era pra eles nunca serem pegos pelo exército.

Ana Paula:O senhor acha que o cangaço é uma história importante de ser contada?

SenhorGonçalves:É importante para a história, pra gente analisar a importância. O mundo tá cheio de coisas que não pode acontecer e se alguém que tá com a mente suja pode inventar outro cangaço também. Então é bom a gente conversar e dizer assim: “olhe, isso aconteceu de verdade, mas era coisa daquela época, naquele tempo as coisas se resolviam assim, foi coisa do passado e que não existe mais”, para que outros bandos não queiram fazer outro cangaço

igual a Lampião e Bom Devera. Porque foi uma coisa pra história, ficou na história. Teve até filme de Lampião. Foi muito dolorido, ele era muito autoritário, né?!

APÊNDICE H
ENTREVISTA CONCEDIDA PELO SENHOR ANTÔNIO DE SOUZA LIMA
(VULGO SEU TONÍ), 10 DE NOVEMBRO DE 2018, EM BARBALHA-CE

Entrevistado: Sr. Antônio de Souza Lima tem 66 anos, é natural de Barbalha e cursou 3 primário.

Entrevistadora: Ana Paula Rodrigues da Costa.

Ana Paula: O que o senhor conhece da história do bando dos Marcelinos?

Senhor Toni: O pai deles, dos Marcelinos, nasceu aqui no Sítio Pinheiros, sítio aqui perto, eles moravam aqui nos Pinheiros. Quando eles cresceram, na época tudo era mais difícil, aí um foi ser vaqueiro da família dos Coelhos ali no Brito [Sítio], era João Marcelino vaqueiro de Antônio Coelho. Aí, Manoel Marcelino vaqueiro da irmã do meu bisavô, da finada Tetê, Manoel era vaqueiro de Tetê e o irmão mais novo ficava mais os pais aqui. Naquele tempo, os vaqueiros ganhavam era quarta de bezerro, o patrão não podia pagar. De quatro bezeros você tinha um, nasciam quatro bezeros, aí o patrão chamava o vaqueiro e dizia: “escolha um pra você”, nasceram quatro, cada um que nascia você tinha um quarto. Aí ficou nisso, ficaram aqui, eram umas pessoas boas. Rapaz, meu pai me contava essa história mais meu avô, eram umas pessoas caridosas, pessoas humildes, trabalhadoras. Aí desapareceu um gado daqui, o gado ficava na Serra do Araripe. O gado passava a parte invernososa toda na Serra do Araripe, quando chegava a época de maio, junho, aí o gado voltava aqui pro Ceará, trazia o gado aqui para as roças do Cariri. Aí, nesse intervalo desapareceu um gado. Aí deram notícia desse gado que tava no Caririzinho, atravessou essa Serra e tava no Caririzinho, descia a ladeira, lá tinha um minador, ainda hoje existe um olho d'água no Caririzinho, o gado bebia lá. Nessa Serra tinha vaqueiro demais, ninguém via carro nessa Serra, nem moto, não, só via vaqueiro e gado. Era coisa bonita na época, eu conheci ainda, eu moleque. Aí tinham os barreiros na Serra, as casas que davam apoio aos vaqueiros. Aí, eles foram atrás desse gado, João Marcelino foi atrás desse gado, lá no Caririzinho. Na época, já tinha o delegado daqueles distritos, aqueles delegados nomeados. Não era delegado porque estudou para ser delegado, era uma pessoa competente, que as pessoas confiavam e assumia como delegado para orientar, dar conselho àquele povo, evitar tragédia, evitar homicídios, essas coisas que naquele tempo era difícil, mas mesmo assim já existiam. Aí, João Marcelino foi pra lá esperar esse gado pra ver se era o gado do patrão dele. Quando chegou lá, ele não foi encourado, o erro dele foi só esse, que ele não foi encourado. Ele foi um homem simples com a faca no quarto. Quando chegou lá, entrou no povoado, quando chegou na bebida lá, quando foi saindo chegou o finado Ioiô, que

era o delegado de lá de Caririzinho na época. Delegado nomeado, que era um homem querido lá em Caririzinho. Aí viu João Marcelino com a faca. Aí foi desarmar ele, pediu a faca a ele, aí ele reagiu e disse: “eu não entrego minha faca não. Ora, como é que eu vou? Eu sou um vaqueiro e vou andar em cima dessa Serra atrás de gado desarmado, a arma que eu tenho é minha faca para cortar um pau, cortar uma coisa, cortar uma corda, eu num entrego minha faca não!”. “Você tem que entregar a faca, você num tá provando que é vaqueiro, que vaqueiro tem que andar encourado”. “Mas eu vim em pano hoje porque não vim atrás de pegar gado. Eu vim olhar se o gado que tá bebendo aqui é o meu, se for o meu, depois eu venho pegar”. “Pois você vai ter que entregar a faca”. “Entrego não”. Aí começou uma teima lá, assim são as histórias, eu tô contando aqui o que eu soube. Aí começou essa teima lá mais o finado Ioiô. O finado Ioiô insistiu com ele e ele disse que num entregava a faca não, num entregava de jeito nenhum. “Agora, se o senhor quiser tomar minha faca pode tomar; agora dar com minhas mãos, eu não dou não”. Aí ele tava cumprindo uma ordem, que ordem a gente não discute, se cumpre! Acontece que ele devia ter deixado isso passar. Aí ele disse: “então me dê a faca” e tomou a faca dele. Aí foi mesmo que mexer lá na caixa de marimbondo.

Ana Paula: Após a tomada da faca o que aconteceu?

Senhor Toní: Aí, ele [João Marcelino] desceu essa Serra indignado, pra ele foi a desmoralização maior do mundo seu Ioiô ter desarmado ele lá no Caririzinho. Quando ele chegou ali, na casa do pai dele no Pinheiro, contou tudo pro pai dele, o pai dele já era velho na época e a mãe. “Meu filho, isso aí não é desonra pra você não. Tomou sua faca, você manda fazer outra”. Essas facas eram feitas no Jardim, chamava as “Facas Jardim”, faca jardineira, feita daqueles cabo de embuá. Tinha um cidadão que fazia essas faca lá. “Meu filho, você vai levar isso em consideração?” “Aquele velho vai me pagar essa faca cara!” E o pai dele dando conselho a ele, mas não teve jeito pra convencer ele não. Ele vem de lá e o irmão aqui, Manoel Marcelino, isso no outro dia, ele tava desleitando um gado aí e chamou Manel num particular e contou o assunto: “Olhe, eu fui desmoralizado lá no Caririzinho ontem, aquele velho tomou minha faca lá rapaz”. “Mas João, o que você quer fazer por uma faca? Mande fazer outra, rapaz. Leve a minha que eu tenho aqui, eu tenho uma do jeito da sua”. “Não, ele vai pagar minha faca. Aquele velho vai me pagar, eu vou matar aquele velho, só Deus acode!”. “Você tá ficando doido, João”. “Vou matar, vou matar ele. Vai me acompanhar ou não vai?” “Mas meu irmão, você quer que eu lhe acompanhe pra fazer uma desgraça dessas?” “Então você não é meu irmão não”. “Eu sou seu irmão”. “Pois então, se você é meu irmão,

me acompanhe”. Aí ele disse: “pois eu lhe acompanho”. Assim meu avô contava mais meu pai.

Ana Paula: E com essa decisão o que foi que eles fizeram?

Senhor Toní: Sabe o quê? Pegaram todo gado que tinham e venderam à finada Tetê. “Manel, o que tá acontecendo com você, rapaz? Você, um homem tão bem de vida aqui”. “Não, num quero mais não”. Sei que ele entregou a tenda aqui à dona. Ele entregou a tenda dele ao patrão dele lá e foram comprar arma e bala e subiram aí [aponta para a Chapada do Araripe]. Isso foi recente, foi ligeiro. Chegou ao Caririzinho num foi mais atrás de gado não, foi atrás de pegar o homem. Quando chegou, o homem tava lá com uma corda esperando para laçar uma dele, aí parou os animais. “Bom dia!” “Bom dia!” “Tá me conhecendo, velho?” Ele já era meio idoso. “Tô conhecendo sim”. “Tá com oito dias hoje que o senhor tomou minha faca, me desmoralizou aqui”. “Não, eu tô cumprindo ordem, não desmoralizei você. Você reagiu em não querer entregar sua faca. Aí, eu fui e tirei a faca do seu quarto e guardei a faca”. “Ah, pois essa faca você vai pagar com sua vida”. “Brincadeira, rapaz, você tá com brincadeira”. “Abra a boca, seu covarde”. “Rapaz, deixe de brincadeira, deixe de brincadeira”. Ele atirou na boca do homem lá na nasença⁶⁵. Eu conheço demais a nasença lá onde matou ele. Deu três tiros na boca dele, na boca, de revólver. Naquele tempo usava aqueles 38 antigo, ainda conheci um que meu avô tinha. Então, eles não podiam mais ficar aqui, porque eles mexeram com a família pesada lá no Caririzinho e eles eram de uma família baixa renda mesmo. Aí o que eles fizeram? Foram se esconder. Aqui e acolá eles apareciam.

Ana Paula: E os Marcelinos tiveram relação com Lampião?

Senhor Toní: Nessa época aí, Lampião já andava no trecho aí, nessa Serra. Não sei como, eles se juntaram mais Lampião. Juntaram mais o bando de Lampião no Apertar da Hora aqui no Sertão. Lampião fez um contrato para receber um recurso e os Marcelinos conheciam o senhor com quem Lampião fez negócio. Aí Lampião mandou um recado, que Lampião mandava só os recados. Aquelas pessoas que era bem de vida, que tinham dinheiro, muito gado pra vender, muita criação, ele mandava dizer: “eu quero tanto, tal dia”. Que era pra comprar bala, comprar algum remédio, comprar alguma coisa. Aí ele veio aqui pra região, isso na época do Padre Cícero, ele vinha por aqui pela região. Aí, no dia que ele mandou o recado para o pai de seu Adilon: “arrume num sei quantos contos de reis”. Aí, o pai de seu Adilon: “o que é que eu vou fazer? Desse tanto de dinheiro vai ser preciso vender meu gado todo e vender a quem?” E se ele chegasse e num tivesse o dinheiro ou levava uma pisa grande

⁶⁵ Nascente, fonte de água.

ou morriam todos na bala. Era uma ordem da moléstia, cangaceiro tinha ordem. Aí o pai de seu Adilon disse: “o jeito que tem é nós fugir, sair daqui pra nós não morrer, nós vamos morrer tudim”. Aí ele tinha os filhos, a esposa. Aí faltando quatro dias para o prazo, ele disse: “vamos simhora daqui senão nós vamos morrer”. Aí pegaram os animais, cavalo, burro, desceram aí em direção a essa Serra e vieram para as Cabeceiras. Aí seu Adilon ficou e o pai dele: “vamos, meu filho, se você ficar você vai morrer”. “Eu morro aqui, mas eu não vou”. Seu Adilon, na época, tinha dezessete anos, rapazinho novo. “Você vai ficar aqui?” “Vou, eu morro aqui, mas eu não vou, eu vou esperar Lampião aqui”. Aí disse que tinha um morador lá do terreno que vinha de manhã espremer a coalhada para fazer os queijos e botava no sol, no giral, pra secar. O velho foi embora e, quando pensa que não, lá vem a turma de cangaceiro. Nessa época os Marcelinos já tavam mais ele, os dois, João e Manel. Aí chegaram lá e Lampião: “cadê seu pai, meu jovem?” “Meu pai foi para o Cariri”. “Mas eu tenho um contrato com seu pai hoje pra receber um dinheiro”. “Meu senhor, minha mãe passou mal, adoeceu, um problema sério e meu pai teve que sair pra ver se salva a vida de minha mãe”. Aí Lampião perguntou: “ele não deixou nada pra mim?” “Deixou não. Não tinha como ele deixar nada para o senhor, porque minha mãe é a primeira peça do jogo, ele foi salvar minha mãe. Vai ficar para a próxima, dessa vez não tem como cumprir o trato que meu pai fez com o senhor não”. Aí dizem que Lampião perguntou a ele: “você não tá com medo de mim não, rapaz?” Seu Adilon respondeu: “não tenho medo de homem não, tenho medo de cabra sem vergonha, mas de homem não tenho medo não”. “Você tão jovem e tão disposto assim?” “Tenho medo de homem não”. “Nós estamos com fome, como vamos fazer?” “De comer aqui, você come. Eu mando chamar uma mulher para fazer o de comer”. Eu sei que fizeram essa comida, eles comeram à vontade, deitaram debaixo dos pés de umbu. Aí, quando foram saindo, seu Adilon deu ordem para levar o que quisessem, queijo, rapadura, o que quisessem, aí foram embora. Agora, os Marcelinos andavam, mas não gostavam de fazer desvoto não. Aí, foi a época que começou a puxar eles pra cá pra região, porque eles eram tudo daqui, João mais Manel. Aí começaram a ficar nessa Serra do Araripe. Aí, desciam para Juazeiro do Norte, comprar munição, alimentação.

Ana Paula: Quando os cangaceiros iam para Juazeiro, eles tinham algum contato com o Padre Cícero?

Senhor Toní: Minha filha, ainda hoje o Padre Cícero não foi canonizado por causa dessas histórias que o povo dizia que Padre Cícero apoiava cangaceiro. Padre Cícero nunca apoiou cangaceiro! Padre Cícero era um conselheiro. Ele dizia a Lampião que, no dia que Lampião pisasse no Cariri, ele tinha que botar os rifles tudo com a boca para baixo. “Se você der um

tiro aqui no Cariri, nunca mais você pisa aqui.” As histórias, né, as histórias. Essa história é muito profunda pra mim, ê, ê, quem fosse eu para saber dessa história toda?! Mesmo meu pai contando mais meu avô, eles não sabiam da história toda, não. Aí, disse que eles começaram a fazer besteira por aqui, matavam gado aqui na Serra, porque num tinha outra coisa para fazer. Aí, foi passando o tempo e lá vem o governo Getúlio Vargas, [o governo de Getúlio Vargas se inicia em 1930 e o bando dos Marcelinos foi extinto em 1928]. Aí ele decretou a ordem para pegar, não mandou matar nenhum cangaceiro do Nordeste, pegar, pegar toda aquela cúpula de Lampião. Pegar tudim e levar lá para Brasília [nessa época Brasília ainda não havia sido construída], levar tudo pra lá. Meu pai dizia que passava aí a fila de soldado aí atrás deles, tudo com os pés inchados, as máquinas nas costas, armamento, água. Chegavam aqui pra se formar desse pessoal.

Ana Paula: Os soldados andaram por aqui à procura dos Marcelinos?

Senhor Toní: Eles só usavam o nome de Lampião, não usavam o nome dos Marcelinos não. Sei que eles começaram a se recusar só nessa região aqui para trás. Aí meu avô, a família de meu avô toda de Jardim, meu avô tinha muito burro aqui. Essa Serra aí, não tinha estrada, era só vereda que ia para Jardim. Aí meu avô levava carga de farinha para Jardim e de lá trazia rapadura. Meu avô contava que chegou no meio da Serra, aí encontrou os Marcelinos, Lampião mais os Marcelinos. Deixa que os Marcelinos conheciam meu avô, aí Lampião: “pra onde vai, meu velho?” Meu avô: “vou para Jardim”. “Você desce essa Serra sozinho, leva arma?” “Não, só levo uma faca que é pra cortar uma corda, alguma coisa para os animais aqui”. “Daqui, o Caldas ainda é muito longe para nós beber água?” Aí meu avô disse que viu Manoel Marcelino no meio deles. Aí meu avô disse que gelou. “Oxente, Manel tá é mais Lampião. Não, o Caldas é cá embaixo, tá perto”. Aí Manel: “Lampião, eu num já disse a você que eu sei onde é o Caldas. Você fica teimando, rapaz”. Manel era homem disposto. “Eu tô perguntando aqui porque você disse que era perto e eu já tô sem poder andar. Ei, meu velho, o jeito que tem é você me dar esse burro pra eu ir para o Caldas montado, que eu não aguento mais não”. Aí meu avô: “mas Lampião, meu chefe, esses animais com carga como é que fica?” “Bota a carga abaixo aí e o senhor volta, quando chegar lá perto o senhor vem”. “E pra mim botar essa carga só, como que eu boto?” “Você faça um jeito aí e bote”. Aí meu avô teve que obedecer. Oxente, quem era doido de não obedecer? Derrubou a carga dos burros no meio da Serra, aí deu o burro pra Lampião descer montado e veio de pé. Quando chegou aqui, tinha um caminho por dentro, chegou, mostrou onde era o Caldas. Aí Lampião: “pois agora o senhor volta”. Aí pai velho voltou. Chegou lá, pra botar essa carga de volta, meu avô era homem de muita força, botou a carga no burro e foi embora. E aí, pelo Caldas, eles beberam

água, se abasteceram, dormiram por aí. Tinha gente aqui que dava apoio a eles, faziam comida pra eles e iam deixar escondido.

Ana Paula: Os Marcelinos ficaram muito tempo com Lampião?

Senhor Toní: Ficaram não. Porque Bom Devera era um cabra danado, num queria ninguém falando nos ouvidos dele não. Com pouco tempo tiveram uma confusão e Manel disse: “Olhe, Lampião, a partir de hoje estamos separados, pague o que me deve e eu vou embora”. Lampião: “Eu não tenho como lhe pagar não”. Manel: “Tem, você tem dinheiro aí no seu patuá que dá para pagar a nós tudim. Bora, eu sei de suas economias tudim. Bora, passa o dinheiro, o meu e de meus dois irmãos, passa, passa”. Passou o dinheiro para eles. Aí, quando eles foram embora, oito da turma de Lampião disse que iam era mais eles. Pediram o que Lampião devia a eles e acompanharam. Sei que naquele meio que se acertaram, Manel disse: “Lampião, você faça todo meio pra nós nunca mais se encontrar, porque no dia que nós se encontrar, com a turma que tá mais eu, porque eu num tô chamando nenhum para me acompanhar, vão é porque quer, agora no dia que nós se encontrar, aí você vai ver o fogo cruzado”. Aí Lampião disse: “Eu num quero encontrar com você mais nunca na minha vida”. Aí, minha filha, foi a época que começou a investigação da polícia atrás deles. Lampião deu praqueles sertões, daquela região perto de onde ele nasceu, Serra Talhada, essa região de Arco Verde. Ele deu praqueles bandas lá, dificilmente ele andava pra região do Cariri.

Ana Paula: E os Marcelinos, o que fizeram depois desse episódio com Lampião?

Seu Toní: Eles ficaram aqui. Eles conheciam essa região todinha, ficaram nessa região, os Marcelinos e a turma deles. Aí, foi pego o primeiro nas emboscadas. A polícia fazendo cabana, a polícia fazendo pergunta, até que um dia ali [aponta na direção da Chapada do Araripe], daqui lá é perto, eu sei até o canto lá, a vereda lá. Eu ia pras cacimba mais meu avô e ele dizia: “Aqui, meu filho, a vereda onde mataram João Marcelino, foi nessa Serra aqui”. Eles mataram um garrote, aí tiraram só aquela parte traseira, salgaram e assaram pra comer. Aí um vaqueiro na vereda que ia daqui do Caldas para as Cacimba, oito horas da manhã, aí o vaqueiro viu uns urubus batendo, fazendo aquela algazarra, vaqueiro tem essa obrigação, aí disse: “Oxente, é gado morto” e foi olhar. Saiu no cavalo, saiu, saiu, num fechado danado. Aí o vaqueiro desceu do cavalo, saiu devagarzinho, devagarzinho... Quando ele descobriu, eram os Marcelinos. “Eita, minha nossa senhora, pra onde eu vim, meu Padim Ciço, pra mim sair daqui agora, se estralar uma folha, se quebrar um garrancho, eu como bala”. Aí ele saiu de quatro pé, pedindo a Jesus Cristo até chegar no cavalo. Chegou no cavalo, saiu devagarzinho, devagarzinho... Quando chegou na vereda, detonou esse cavalo para o lado das Cacimbas, aí lá vem a polícia, cordão de polícia, levantou a mão, o cavalão riscou. O comandante, tenente:

“Dia, meu amigo, tá assombrado por quê?” “Não, num tô assombrado não, estou apressado para chegar em casa”. “Você mora onde?” “Nas Cacimba”. “Tem alguém de sua família doente?” “Tem não, senhor”. “Do que é que você tá correndo? Vaqueiro só corre atrás de gado, vaqueiro não corre na estrada não, o que foi que você viu aí pra trás?” O tenente experiente. “Não, num vi nada não”. “Você viu, você tá nervoso, você viu alguma coisa aí, vaqueiro é homem que tem coragem, vaqueiro não corre à toa. Diga logo o que foi que você viu, num perda tempo não”. “Tenente, eu vi os Marcelinos ali nesse instante”. “Onde é que eles estão? Você vai mostrar a nós”. “Num faça isso comigo não, por Nossa Senhora”. “É por Nossa Senhora que você vai mostrar, bora, volte!” Ele voltou; quando chegou lá, ele disse que tinha saído naquele lugar. “Pois amarre seu cavalo aí. Com o senhor não vai acontecer nada, o senhor só basta me mostrar onde eles estão”. Aí, saíram abaixados, como daqui aquela casa lá e chegaram onde eles estavam. O tenente mandou o vaqueiro pegar o cavalo e ir se embora. Aí, o irmão deles, o Lua Branca, ele tinha um dom de perceber as coisas, chamou João e disse: “João, vamos sair daqui, tá passando um cheiro de macaco da porra aqui”. Os macacos que eles chamavam era a polícia. João não acreditou, dizendo que era besteira, que a polícia num tinha o que fazer naqueles matos não. Quando João Marcelino se levantou, com um cabelão bem aqui [próximo à cintura], amarrado, quando ele se levantou, disse: “pois então vamos sair daqui, você tá querendo sair”. Oxe, os cabras já estavam com ele na mira do rifle, era para derrubar ele, o principal era ele, o João. Eles tinham os retratos deles tudim, num sei como eles conseguiram isso, porque naquele tempo até para tirar um retrato era difícil. Eu ainda me lembro daquelas máquinas velhas que pareciam um fole, botava a mão lá dentro e ficava mexendo para poder tirar aqueles retrato, tudo era difícil. O tenente deu ordem: “É esse daí mesmo, é para atirar nele, atire para derrubar”. Atiraram em João Marcelino na cabeça dele, a bala bateu que ele caiu, mas ele ainda caiu vivo e aí gritou: “Corram, corram se não vocês vão morrer, vão embora, levem o que puder porque eu já tô morto!” O irmão dele disse que ele não ia morrer sozinho e a bala comendo, mas eles num tinham munição para dar cinquenta, sessenta tiros, eles davam dez, doze tiros e tinham que correr. Aí, o irmão arrastando João, arrastando com o fuzil, um revólver e as balas passando e ele se desviando das balas, quando chegou em certos meios, veio uma bala e acertou o tornozelo dele. Aí João disse pra ele se esconder pra não morrer também. João tava morto! Ele andou assim uns dez metros e se enterrou nos balseiros de folhas secas como um embuá, com as armas, ficou lá só tomando fôlego, mas ele tava ouvindo. Chegou a polícia: “Você, né, agora você vai”. Mandou os outros sangrarem o João. O soldado disse: “Capitão, o senhor me desculpe, mas não vou fazer isso com ele não”. Aí ele disse: “Vou pedir uma coisa ao senhor, por tudo que eu fiz,

pode render de bala, mas num me sangue não. Eu tenho horror a homem que sangra outro, eu nunca fiz isso com ninguém”. Mas meteram a faca na garganta dele e sangraram ele. Ele desceu aqui nessa estrada, num pau, a polícia com ele, os cabelão dele arrastando no chão aí. Meu avô contava, ele morava ali [aponta na direção da casa] e viu ele descendo, ele amarrado num pau, as mãos e os pés amarrados num pau descendo aí com ele e levaram ele. Mas meu avô não sabia dizer onde enterraram João não.

Ana Paula: E como ficou o restante dos cangaceiros?

Senhor Toní: Aí, o outro Marcelino, quando o irmão tava amarrado e saíram todos, de tardezinha ele saiu debaixo das folhas. A bala trespassou o tornozelo dele, aí ele saiu se arrastando, se arrastando, se arrastando até que chegou nas Cacimbas. Na época era só um povoadozinho, tinha umas quatro ou cinco casinhas, o povo tudo pobrezinho, viviam de cortar lenha, pequi, essas coisas. Aí foi na casa de uma mulherzinha, a mulher tratou ele bem e ele se perdeu dos outros, estavam tudo perdido na Serra. Quando passou uns oito dias, que o pé tava mais desinchado, aí pediu: “Vê se você vê meu povo aí, meu irmão já morreu”. Aí disseram que tinha um povo no meio da mata, mas que tinha medo de se aproximar. “Pois vamos me mostrar onde é”. Levaram ele lá e deram no pessoal dele. Aí de lá eles foram pro Sertão do Apertar da Hora, ficaram lá no casarão lá, aqueles casarão antigo, aí ficaram lá. Deixa que a polícia do Pernambuco tava com a mesma missão como daqui do Ceará, quando eles menos esperaram, tava o casarão cercado de polícia, aí meteram bala no casarão. Aí Manel experiente: “Corram, corram tudim que eu vou sustentar o fogo aqui, corram pra vocês não morrerem!” Só tinham uns sete, João já tinha morrido. Então, os cabras correndo do lado contrário da polícia e Manel metendo bala na polícia. Da janela do sobrado, é que você não conhece a almofada de fazer renda, mas existe, ainda na época, era de birro de macaubeira. Minha avó tinha, ainda me lembro. Minha avó fazia tanta renda naqueles birros. Aí tinha uma almofada lá, aí Manel disse: “Eu vou jogar essa almofada, eles pensam que eu que estou pulando e metem fogo na almofada e eu pulo por baixo”. Mas acontece que ele levou castigo, ele fez certo. Quando ele jogou a almofada, cobriram a almofada na bala e ele foi por detrás. Oxe, quando ele bateu no chão, a bala acertou mesmo em cima do pulmão dele, no coração, uma bala de fuzil. Ele saiu correndo no pasto do gado. Saiu correndo e a polícia num viu não, quando chegou, assim, uns cem metros, ele caiu dentro de um cercado, caiu por cima do rifle. Aí a polícia entrou no casarão e num viu mais ninguém. “Os cabras foram embora de novo, rapaz, mas nós vamos pegar”. Com dois dias desse tiroteio que houve lá, aí o vaqueiro andava atrás de um gado e quando ele pensou que não, o cavalo riscou em cima, o homem tava lá estirado. Aí avisou o povo que do tiroteio tinha um cangaceiro morto, num era polícia não,

porque tava com uma fita vermelha amarrada no pescoço, bem vestido. Aí, um cidadão lá, desemborcou o corpo que já estava fedendo e conheceram que era um dos Marcelinos. Aí enterraram ele lá no Apertar da Hora, ainda hoje tem o cruzeiro dele lá. Eu trabalhei lá, em 2004, fazendo uma estrada e um senhor já de idade me mostrou, disse: “Oh, meu amigo, onde tá enterrado Manel Marcelino lá do Cariri, lá naquele cruzeiro, um cruzeiro grande de braúna”.

Ana Paula: E o que houve com o restante do bando?

Senhor Toní: Eles foram enfraquecendo, enfraquecendo e a polícia atrás, até que o derradeiro, ainda tinha até uns que moravam aqui na Gameleira que davam apoio. Eles sofreram muito depois que foram pegos, escaparam da morte. O Lua Branca foi o que foi pego por derradeiro, pegaram ele por derradeiro, pegaram ele nessas matas aqui. Aí levaram ele lá pro Leitão acolá. Levaram ele pra lá: “Agora você vai morrer”. “Meu amigo, não me mate não”. “Amarra os braços dele aí”. Amarraram os braços dele, foi uma tortura, porque o cara morrer sem defesa, né?! Amarraram os braços dele para trás e mandaram ele correr pelo pátio lá, pela Santa Rosa, Leitão, até minha tia tinha um terreno lá. Aí ele saiu correndo e o cabras fogo nele, fogo nele e sem acertar uma bala, aí o capitão: “Vocês vão deixar o cabra ir simbora?” Aí o capitão atirou, derrubou ele. Quando o capitão chegou perto, ele caiu emborcado, não podia se virar porque tava amarrado. O capitão desemborcou ele. “Deixe de ser covarde, seu cabra covarde! Como que você atira no homem amarrado? Você começou sua covardia desde quando você matou meu irmão. Nós não somos mais homem que você não. Deixe de ser covarde, você me matar com os braços amarrado, você é um covarde”. “Cale sua boca”. Aí meteram bala nele, quanto mais ele levava bala, mais ele falava. Aí o capitão disse: “Esse homem tem um mistério, porque é que esse homem não morre?” O corpo tava todo rendado de bala, de arma de grosso calibre e arma curta, e ele falando. O capitão dizendo que ele tinha um mistério. Aí rasgaram a roupa dele que já tava toda rasgada de bala, aí viram que ele tinha uma pontuação em cima do peito dele. “Que negócio é esse aqui? Corta isso aqui”. Pegaram um bico de uma faca bem amolada, retalharam, quando abriu, rasgaram, disse que ele tinha um santo, um cruzeirinho enfiado no peito que a mãe dele tinha dado. “Bote isso aqui, meu filho, que você não morre fácil não”. Ele mesmo abriu, botou e ele mesmo ponteou. Aí, quando tirou ele se acabou. Aí lá mesmo enterraram ele. Mas só que lá, meu avô contava que num tá só Lua Branca enterrado não, lá tem outros cangaceiros. Agora num sei dizer se o primeiro que foi enterrado lá foi Lua Branca, isso eu não sei dizer não, porque tem vários cruzeiros lá, tem outros cangaceiros enterrados lá. Aí, então, os Marcelinos foram uns homens que, meu avô nunca me disse que eles tinham matado ninguém não, eram

valente, eram valente, muito valente! A morte que eles fizeram foi só essa mesmo, do homem lá do Carirzinho, aí ninguém sabe, né?! Aí, minha filha, o que eu sei da história deles é essa.